



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS**  
**ÉTNICOS E AFRICANOS**

**DIANA MARGARIDA CATARINO**

**A COMPANHIA DO QUEIMADO (1852-1905)**  
impactos desiguais na malha urbana de Salvador e na profissão do Aguadeiro.

Salvador  
2019

**DIANA MARGARIDA CATARINO**

**A COMPANHIA DO QUEIMADO (1852-1905)**  
impactos desiguais na malha urbana de Salvador e na profissão do Aguadeiro.

Tese apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestrado. Área de concentração: Estudos Étnicos.

Orientador: Prof. Doutor Lívio Sansone  
Co orientador: Prof. Doutor Jeferson Bacelar.

Salvador

2019

Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA - Biblioteca do CEAO

C341 Catarino, Diana Margarida.  
A Companhia do queimado (1852-1905) impactos desiguais na malha urbana de Salvador e na profissão do aguadeiro / Diana Margarida Catarino. - Salvador, 2019.  
145 f.

Orientador : Profº Drº. Lívio Sansone.

Co-orientador: Profº Drº Jeferson Bacelar.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Estudos Afro-Orientais 2019.

1. Distribuição de água. 2. Salvador - séc. XIX. 3. Desigualdades sociais. I. Sansone, Lívio. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Centro de Estudos Afro - Orientais. III. Título.

CDD 614.514



*Universidade Federal da Bahia*

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ÉTNICOS E  
AFRICANOS (POSAFRO)**

**ATA Nº 12**

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS (POSAFRO), realizada em 23/12/2019 para procedimento de defesa da Dissertação de Mestrado EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS no. 12, linha de pesquisa Estudos Étnicos e Africanos, do candidato DIANA MARGARIDA DOS SANTOS CATARINO, matrícula 218122498, intitulada A Companhia do Queimado (1852-1905). Impactos desiguais na malha urbana de Salvador e na profissão do aguardeiro. Às 09:00 do citado dia, Centro de Estudos Afro-Orientais, foi aberta a sessão pelo presidente da banca examinadora Prof. Dr. LIVIO SANSONE que apresentou os outros membros da banca: Prof. JEFERSON AFONSO BACELAR, Prof. Dr. FABIO MACEDO VELAME e Profª. Dra. TEREZA MARAT MENDES. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo presidente que passou a palavra ao examinado para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo candidato, tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

**Dra. TEREZA MARAT MENDES**

Examinador Externo à Instituição

**Dr. FABIO MACEDO VELAME, UFBA**

Examinador Externo ao Programa

**JEFERSON AFONSO BACELAR, UFBA**

Examinador Interno

**Dr. LIVIO SANSONE, UFBA**

Presidente

**DIANA MARGARIDA DOS SANTOS CATARINO**

Mestrando

Dedico este trabalho a Salvador e aos filhos das suas águas.

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho resultou de um somatório de preocupações e agitações pessoais que foram esclarecidas através da grande liberdade metodológica que me foi proporcionada para desenvolver o estudo. Por me garantir esta liberdade agradeço ao meu orientador, Doutor Lívio Sansone. Também a paciência, atenção e críticas cuidadosas e incentivo à pesquisa. Por ter acreditado no propósito e na relevância do trabalho, proposto por uma orientanda de outra área disciplinar, arquitetura, que dava os primeiros passos no pensamento das relações raciais, e que tentando estabelecer relações entre a teoria e o contexto visível construído, divagou por vastas áreas de pesquisa e, por vezes, baralhou pensamentos, nem sempre atingindo resultados imediatos, mas que fizeram parte do processo que resultou neste trabalho agora apresentado.

Ao professor Doutor Fábio Velame agradeço a vanguarda do seu trabalho no reconhecimento e estudo das Arquiteturas outras e da influência das teorias sociais diferenciatórias (raça, classe, gênero, cultura) nestas expressões. A conexão entre a temática racial e cultural ao campo da produção da arquitetura e da cidade colabora para a legitimação não só de lugares, mas também de vozes e construções outras cuja relevância estes estudos asseguram.

Ao Doutor Valdemir Zamparoni agradeço as acirradas críticas metodológicas, pela instigação e apresentação de cosmologias Africanas, compreensão, construção e destruição de processos culturais em África.

Ao Professor Doutor Jeferson Bacelar agradeço a simpatia, a disponibilidade, as referências bibliográficas e incentivo ao desenvolvimento do trabalho.

À Professora Teresa Marat-Mendes agradeço a oportunidade que me proporcionou na graduação, através da proposta de realização de um trabalho, na disciplina de Urbanismo, que promoveu o estudo das articulações hídricas da Costa do Sol (PT), que me deu a oportunidade de iniciar os meus estudos e interesse pelo manejo da água no território.

Às várias instituições que visitei para realizar a pesquisa, IPAC (BA), IPHAN (BA), Biblioteca Pública (BA), UFBA, especialmente de Arquitetura e Urbanismo e Gonçalo Moniz, de Medicina, agradeço a disponibilidade dos seus colaboradores e funcionários, fundamental para que conseguisse acessar às informações que construíram este trabalho.

À FAPESB que possibilitou que me empenhasse em tempo inteiro no estudo por dois anos. Tentei responder às altas expectativas e retribuir o investimento em mim realizado não só concentrando os meus esforços no estudo, como apoiando organizações não governamentais e apresentação/divulgação de acervos culturais afro-brasileiros.

Agradeço também, e especialmente, aos que compartilharam as atividades diárias comigo. Ao Leonardo, aos meus avós, pais e mães, tios e tias, pela inspiração diária e exemplo de persistência.

**RESUMO.** Neste trabalho revelamos a estratégia na qual a Companhia do Queimado (1852-1905) desenvolveu a distribuição d'água potável a Salvador. Recorrendo a fontes diretas, jornais e revistas, relatos médicos e técnicos do serviço, entrelaçando informações, para recuperar os impactos sociais/ raciais da Companhia no espaço urbano, recuperando as condições da sua formação. Em quatro capítulos exploramos a dinâmica do serviço, a instituição, a colaboração da ciência para interpretação da qualidade das águas servidas e a os impactos da Companhia no tradicional aguadeiro. Em chafarizes, casas de vendagem e penas domiciliares, articulou espaços assimétricos de distribuição, com condições higiênicas denunciadas pelos lentes da Faculdade de Medicina. O descontentamento dos consumidores ao serviço foi constante, face à irregularidade do abastecimento, justificado por secas e dificuldades decorrentes de abusos por contratantes, preço inadequado e concorrência. Salvador inscreveu esta dinâmica no espaço urbano, através de relações compensatórias, nos quintais, nos hábitos de consumo, na revalidação de status social e experiência nos espaços coletivos.

Palavras-Chave: Salvador; aguadeiro; Companhia; venda; água.

**ABSTRACT.** In this work we reveal the strategy in which Companhia do Queimado (1852-1905) developed the distribution of drinking water to Salvador. Using direct sources, newspapers and magazines, medical and technical service reports, interlacing information, to recover the social / racial impacts of the Company in urban space, recovering the conditions of its formation. In four chapters we explore the service dynamics, the institution, the science collaboration to interpret the quality of the served water and the impacts of the Company on the traditional "aguadeiro". In fountains, sale houses and home feathers, it articulated asymmetrical distribution spaces, with hygienic conditions denounced by the Faculty of Medicine. The discontent of consumers with the service was constant, due to the irregularity of the supply, justified by droughts and difficulties due to abuses by contractors, inadequate price and competition. Salvador inscribed this dynamic in the urban space, through compensatory relations, in the backyards, in consumption habits, in the revalidation of social status and experience in collective spaces.

Keywords: Salvador; aguadeiro; Company; sale; water;



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AH/MHC: Arquivo Histórico do Museu do Hospital e das Caldas;

AHU: Arquivo Histórico Ultramarino;

AADMI: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial;

ANA: Agência Nacional de Águas;

APEB: Arquivo Público do Estado da Bahia;

BHDigital: Biblioteca Nacional Digital;

CEAO: Centro de Estudos Afro-Orientais;

FAMEB: Faculdade de Medicina da Bahia;

FAPESB: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia;

GMBAHIA: Gazeta Médica da Bahia;

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IMS: Instituto Moreira Salles;

MAS: Arquivo Municipal de Salvador;

RTCIG-Bahia: Relatório de Trabalhos do Concelho Interino de Governo da Bahia;

SEFAZ: Secretaria Municipal da Fazenda;

SIPAC: Sistema de Informações do Patrimônio Cultural da Bahia;

INEMA: Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos;

IPAC: Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia;

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

UFBA: Universidade Federal da Bahia.

## LISTA DE IMAGENS

### Capítulo 1 - Lugares de contraste do séc. XIX em Salvador

Figura 1 – Complexo do Unhão: fonte, chafariz e aqueduto; Fonte antiga; Solar Berquó com bacia de retenção; Solar do Gravatá com poço no quintal .....	21
Figura 2 – Casas térreas de porta e janela; Sobrado; Centro Histórico .....	22
Figura 3 – Chafariz da Piedade (1862); Terreiro de Jesus (1859); Bonfim (1888) .....	24
Figura 4 – Ganhadores; Casa de vender água; O Cavalo de água .....	28
Figura 5 – Casa da Companhia Beberibe (1926); Basílica N. Sr. <sup>a</sup> da Penha (1859) .....	29
Figura 6 – Moeda/Vale com a inscrição “Vale um Barril d’Agoa” .....	31
Figura 7 – Publicação “Favor saldar os débitos” .....	34
Figura 8 – Hidrômetros .....	37
Figura 9 – Caixa d’água; Abastecimento (1910) .....	41
Figura 10 – Aguadeiros em Recife .....	41
Figura 11 – Jaqueira (1870-1880); Terreiro de Jesus com a Catedral (1870-1880) .....	45

### Capítulo 2 - Companhia do Queimado (1852-1905)

Figura 1 – (1) Tanque da Conceição; (2) Queimado; (3) Tororó .....	51
Figura 2 – Fonte do Queimado, instalações industriais, Capela d S. José; Fonte do Queimado, 1940 .....	52
Figura 3 – Anúncio; Açude do Queimado. (1) Fábrica de Tecidos; (2) Convento da Soledade; (3) Capela S. José .....	53
Figura 4 – (1) Represa; (2) Fonte do Queimado; (3) Casa das Máquinas; (4) Reservatório da Cruz do Cosme .....	54
Figura 5 – Açude do Queimado, 1924 .....	55
Figura 6 – (1)Represa; (2)Fonte; (3)Casa das Máquinas; (4)Reservatório Cruz do Cosme ...	56
Figura 7 – Fonte do Tororó (1871/81); Fonte Vale do Tororó; Chafariz do Tororó (1920) ...	57
Figura 8 – Aumento de Capital; Represa Mata Escura e Estação do Retiro .....	67
Figura 9 – Açude da Mata-Escura .....	67
Figura 10 – Estação Queimado; Estação Retiro; Puissards (1888) .....	68
Figura 11 – Represa do Prata .....	68
Figura 12 – Rua de S. Pedro, vendedor d’água com carroça .....	72
Figura 13 – Reorganização do sistema do Queimado (1910) .....	78
Figura 14 – Nova captação .....	80
Figura 15 – Açudes do Cascão e Saboeiro .....	80
Figura 16 – Represa do Pituassú (1910); Represa do Cachoeirinha (1910) .....	81
Figura 17 – Estação da Bolandeira; Reservatórios Metálicos na Cruz do Cosme (1910); Torre da Duna Grande (1910) .....	81
Figura 18 – Reservatório da Cruz do Cosme .....	81

### Cap. 4 - Os Aguadeiros

Figura 1 – Aguadeiro; Festa do Bonfim (1924); Aguadeiro .....	107
Figura 2 – Mané Fonseca; Aguadeiros; Rua do Saldanha .....	114
Figura 3 – Carroças da limpeza pública; O fiscal das carrocinhas; Um auto-lixo .....	115

## SUMÁRIO

Introdução .....	05
Metodologia .....	06
<b>Cap. 1 - Lugares de contraste do séc. XIX em Salvador .....</b>	<b>13-48</b>
1.1 - Salvador no séc. XIX, novas dinâmicas .....	17
1.2 - Dependências compensatórias: os quintais .....	21
1.3 - As estações d'água do Queimado .....	23
1.3.1 - Os chafarizes .....	23
1.3.2 - Casas de vendagem .....	28
1.3.3 - Penas domiciliares .....	32
1.4 - A gestão da cidade: as Companhias e a Câmara Municipal .....	39
<b>Cap. 2 - Companhia do Queimado (1852-1905) .....</b>	<b>49-88</b>
2.1 - O <i>citio</i> da Fazenda de Santo Antonio do Queimado, na Baixa da Soledade .....	52
2.1.1 - A concorrência dos Lacerda .....	56
2.2 - Outros serviços: Torneiras de salvação e Banheiros públicos .....	59
2.3 - O alargamento da captação .....	63
2.3.1 - Década de 70: a negociação do termo de renovação .....	64
2.3.2 - Década de 80: o novo impulso do aumento do capital .....	66
2.3.3 - Década de 90: aumento de tarifa ou restrição .....	69
2.4 - Encampamento, 1905 .....	73
2.4.1 - Theodoro Sampaio: “best Brazilian engineer in Mister Robert’s staff” .....	74
2.4.2 - Remodelação do serviço e nova captação .....	78
2.5 - Pierson e a coincidência da nova distribuição de abastecimento .....	82
<b>Cap. 3 - A ciência na descrição do serviço e na interpretação dos dados .....</b>	<b>89-105</b>
3.1 - Rozendo Guimarães, a água do Forte de S. Pedro e o engajamento político .....	94
3.2 - Domingos Monteiro, componentes químicos .....	97
3.3 - A fonte de S. João e o entendimento internacional .....	99
3.4 - Augusto César Vianna: análise bacteriológica ao Queimado .....	100
3.5 - Agostinho de Araújo Jorge: o Queimado e a Beberibe .....	102
<b>Cap. 4 - Os Aguadeiros .....</b>	<b>106-128</b>
4.1 - O corpo e a Faculdade de Medicina da Bahia .....	112
4.1.1 - Higiene dos pobres .....	114
4.2 - O controlo da profissão (1876-1905) .....	118
4.3 - “Territórios sobrepostos, Histórias entrelaçadas”, da capital para Santo Amaro .....	122
Considerações Finais .....	129
Anexos .....	134
Referências .....	145

## INTRODUÇÃO

Para iniciar a apresentação dos elementos deste trabalho apresento a autora, dando parâmetros para o leitor enquadrar as subjetividades e o lugar de fala de quem desenvolveu o trabalho. Diana, portuguesa, arquiteta e urbanista formada pelo ISCTE-Universidade de Lisboa. Na graduação estudou a produção de arquitetos isolados de seu contexto social, como produção intelectual e técnica. A obra de Arquitetura era apresentada como obra autoral, autônoma do seu contexto, fruto da intelectualidade do seu autor, que estabelecia suas principais relações com as obras e autores franceses ou americanos.

Participando em um intercâmbio no último ano de estudos na Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Alexandre Delijaicov, desenvolvi, em projeto, parte da proposta do anel hidroviário de São Paulo, que promovia a ligação do rio Tamandateí, Pinheiros e Tietê, como alternativa ao transporte coletivo sobre rodas, reconhecendo as potencialidades da gestão hídrica na conformação urbana.

Atuando profissionalmente com arquitetura comercial, através dos estudos na Pós-Graduação em Arquitetura Comercial, Senac-SP, iniciei um processo de problematização e formulação de alternativas à tipologia tradicional das Feiras Internacionais, aproximando-a a formatos urbanos contemporâneos, onde a sustentabilidade ambiental e econômica surgem como garantia de sua viabilidade social.

Em Salvador, trazendo a bagagem conceitual e disciplinar da leitura do espaço urbano e das relações econômicas da arquitetura com a cidade, resultou o meu estranhamento dos espaços dos chafarizes; grades e horário de funcionamento, sem bancos convidativos à permanência e usufruto. Deste estranhamento decorreu a vontade em entender o processo que levou à formação desta linguagem urbana particular. Da literatura já existente relativa à importância das fontes para o abastecimento à cidade, os relatórios e trabalhos técnicos de abastecimento, nenhum discutia ou justificava a apropriação social particular destes lugares.

Por entender que um estudo técnico de abastecimento não responderia às inquietações, apresentei a proposta de estudo ao Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos, com a intenção de encontrar a justificativa apoiada na perspectiva cultural e racial, que perspectivaram o trabalho. Num programa interdisciplinar, onde prevaleceram as disciplinas de cunho social, mantive o esforço em acompanhar as leituras, e discussões das novas temáticas, estabelecendo relações com o espaço urbano.

Este percurso novo exigiu a formulação de novas formas condicionantes do pensar e, principalmente, novos meios de apresentação de resultados, predominantemente na forma escrita, encontrando ainda resistência a outros meios de apresentação de ideias no conjunto

acadêmico. Deste esforço e desta combinação de condicionantes resultou este trabalho que aliou uma visão de arquiteta e urbanista, construtora da cidade, à visão das dinâmicas e pressões sociais que habitam estes espaços. Para o meu entendimento profissional, como arquiteta e urbanista, este estudo confirmou a necessidade do construir contemporâneo se democratizar, se desvinculando da imagem personalista do seu autor, resultando em ações menos autoritárias.

## **METODOLOGIA:**

A metodologia aplicada neste trabalho foi desenvolvida à medida que fui aprofundando o estudo do abastecimento de Salvador, impulsionado, como já referi, por um estranhamento pessoal dos espaços das fontes e chafarizes. Entendi a degradação dos espaços das fontes e chafarizes como “índícios irregulares”, recorrendo à expressão de Jane Jacobs, que considera os elementos “fora do padrão” como importantes instrumentos de análise. (JACOBS, 2000, 493)

A investigação começou por reconhecer os trabalhos já realizados, das interações raciais e da vivência dos espaços das fontes e chafarizes da cidade, transversais às disciplinas de Geografia, História, Urbanismo, Arquitetura, Ecologia, Engenharia, de âmbito majoritariamente tecnicista ou descrições pontuais de viajantes. Por equacionar estavam as implicações racistas na formulação destas expressões urbanas. Não tendo encontrado referências a esta circunstância, em uma cidade em que o fator racial é tão relevante e produz tão acentuadas desigualdades, mantive a convicção da relevância do trabalho.

O Prof. Doutor Manuel Teixeira, nos estudos urbanos das cidades de implantação original portuguesa, conclui que a história urbana portuguesa é indissociável da história urbana brasileira, referindo-se ao processo de trocas e reformulações. (TEIXEIRA, 1999, 13) Neste embalo, na disciplina “História das Cidades Coloniais”, lecionada pelo Professor Doutor Lula Cardoso no programa da Pós-Graduação em Arquitetura da UFBA, iniciei o estudo da temática no âmbito em que me encontrava familiarizada, base da minha formação acadêmica: o Português. De uma postura que regulava a utilização do Chafariz d’El Rei de Lisboa confirmei que cedo os locais de abastecimento foram disciplinados. Com 330 aguadeiros, a regulação deixa claro a utilização de referências diferenciatórias de cor e gênero no abastecimento:

Constando ao Senado que há homens, brancos, negros e mouros, que se vão pôr às bicas do chafariz de El Rei a vender água a quem a vai buscar, de que se seguem brigas, ferimentos e mortes, faz a postura para a repartição das ditas bicas pela maneira seguinte:

Na primeira bica, indo da Ribeira para ela, encherão os pretos, forros e cativos, e assim mulatos, índios e todos os mais cativos que forem homens.

Logo na segunda seguinte, poderão encher os mouros das galés somente a água que for necessária para as suas aguadas e, tendo cheio seus barris, ficará a dita bica para os negros e mulatos, conforme a declaração atrás.

Na terceira e quarta, que são as duas do meio, encherão nelas os homens e moços brancos.

E na quinta seguinte logo, encherão as mulheres pretas, mulatas e índias, forras e cativas.

E na derradeira bica, da banda de Alfama, encherão as mulheres e moças brancas conforme a declaração das bicas. (Posturas Quinhentistas, FONSECA, 2015, 232)

Esta normativa não só estabelece a ordem do abastecimento, como faz do chafariz um símbolo do *apartaid* social, ao condicionar o acesso à fonte, refletindo a organização social hierarquizada entre homens brancos, mouros das galés, homens negros e mulheres brancas e negras. O impedimento a escravos ou a qualquer pessoa de encher “por dinheiro nos chafarizes da cidade”, impossibilitou a venda ou pagamento pelo serviço e, após o abastecimento, deveriam ir “logo pera suas cazas sem ahi fazerem nenhũa demora”. Deste parâmetro, impeditivo da venda, decorrerá a principal diferença do serviço na colônia, onde a partir da sua ocupação, existem referências à prática da venda d’água por particulares.

Aldo Rossi (1966) ajuda a compreender os espaços dos chafarizes, quando problematiza as permanências no espaço urbano. Destacando que o que permanece, permanece em modalidades e circunstâncias que, frequentemente, não são comparáveis, alertando para a dificuldade da realização de comparações de realidades distintas. Compreendendo que o método histórico pode mostrar o que a cidade foi, as permanências podem ser fatos isolantes e aberrantes; podem não caracterizar um sistema, a não ser sob a forma de um passado que ainda experimentamos. (ROSSI, 2001, 52)

Os chafarizes, mostrando o que a “cidade foi”, ajudam a compreender a forma de um passado que ainda experimentamos, e é nesta circunstância que é fundamental reconhecer a sua formação e os seus significados, quando a função perdida faz com que o seu valor resida unicamente na sua forma. (ROSSI, 2001,57) Empenhei grande parte do tempo trabalho buscando “antídotos”, para através da profundidade histórica buscar “as interconexões causais entre o passado mais do que a mudança e a ruptura – a descontinuidade”, para entender a realidade contemporânea. (SANSONE, 2008, 184)

Recorremos a uma metodologia que relacionou conceitos de cultura, sujeita a condicionamentos próprios e locais, que conheci, para resposta às questões propostas. Nessa perspectiva, a frequência da Pós-Graduação do Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Raciais apresentou novas leituras, autores e problematizações, que questionaram antigas

metodologias, alertaram para os inconvenientes de uma leitura centrada e baseada em princípios europeus, nos quais assentou praticamente toda a minha formação.

Recorremos frequentemente a trabalhos e temas fora do *main stream* publicacional, a fontes bibliográficas, na sua maior parte, de trabalhos acadêmicos não publicados, consultados nos acervos das Faculdades de Arquitetura, Filosofia, CEAO e Medicina. A última se revelou uma inesperada fonte de descrições do abastecimento da Companhia do Queimado.

Os jornais da época foram consultados na base de dados da Hemeroteca da Biblioteca Nacional e na Biblioteca Municipal de Salvador, completados com imagens ilustrativas do acervo da Fundação Moreira Salles. O recurso a fontes primárias, Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo, aos arquivos do Arquivo Público de Salvador, IPAC, IPHAN e Fundação Gregório de Mattos, foram fundamentais no processo de entender as principais polêmicas e discussões dos principais períodos de tomada de decisão.

Para permitir a narração da história, que se recolhia, Elikia M´Bokolo designou de “metodologia dos fragmentos”, à qual adicionámos o olhar urbano, arquitetônico e etnográfico, procuramos ordenar com lógica factual os “fragmentos”, entendendo lógicas de distribuição e consumo.

Na aproximação ao acervo da “Bibliotheca Gonçalo Moniz - Faculdade de Medicina da Bahia”, interessada em conhecer as perspectivas médicas do uso da água como terapia, foram reconhecidas nas “theses doutorais” o interesse dos médicos e suas perspectivas relativas ao abastecimento à cidade através da problematização da “hygiene”, especificamente discutindo a qualidade da água do Queimado. Nestes trabalhos foram encontradas as melhores descrições do serviço da Companhia uma vez que a água era, para estes lentes, assim como a terra e o ar, dos elementos mais importantes e fundamentais para a “hygiene”, preponderante no combate às epidemias.

Os trabalhos técnicos de engenharia de Theodoro Sampaio e Saturnino de Brito também ajudaram a formular a aproximação da percepção social do serviço e do funcionamento da Companhia, complementando as discussões, participando nas principais polêmicas.

Renato Emerson dos Santos (2012) apresentou uma alternativa aos “indícios irregulares” de Jacobs, quando enuncia a necessidade de reconhecer “grafagens” no território, convencido que através delas que é possível a leitura social particular de cada lugar. Como “pedras de roseta”, as cidades contemporâneas aguardam ser decifradas e, nesta perspectiva, o olhar de dentro, das interações plurais, encontrando lugares outros, para além dos quilombos, das expressões dos Blocos Afro, também encontramos construções materializadas das ideias. (VENTURI, BROWN e IZENOUR, 1972)

Terminamos o trabalho explorando um conceito de Edward Said (2011), “Territórios sobrepostos, histórias entrelaçadas”, onde reconhecemos influências da Companhia do Queimado em outros lugares, no interior do Município, Santo Amaro, e depois em África, levada pelos retornados, que face às limitações de tempo, apenas sinalizamos as primeiras, incentivando entusiasticamente quem queira continuar estes estudos.

O que partiu de um estudo geral de abastecimento, se afunilou para o estudo da Companhia do Queimado, identificada como a promotora do serviço oficial de vendagem. As constantes referências ao seu funcionamento, nos jornais da época, contrastava com o escasso conteúdo científico conhecido, uma vez que a sua importância já se encontrava legitimada, através do tombamento pelo IPHAN.

No Capítulo 1, “Lugares de contraste do séc. XIX em Salvador”, abordamos as fontes e chafarizes da cidade, problematizando as condicionantes particulares do espaço urbano. Procuramos relacionar os contrastes derivados das alterações de moradia do séc. XIX, na tipologia do lote e a sua relação com o abastecimento d’água, descrevendo os processos a que chamámos de dependências compensatórias. Olhando para as estações de venda do Queimado, “casas de vendagem”, “pennas domiciliares” e chafarizes, demonstramos como estes espaços contrastavam na sua representação, significado e público abastecido, com viés marcadamente racial e discriminatório.

No Capítulo 2, “Companhia do Queimado (1852-1905)”, aprofundamos o estudo técnico da gestão hídrica da Companhia, da sua formação, até ao seu encanamento em 1905, problematizando os temas mais destacados, do serviço e reações sociais.

No Capítulo 3, “A ciência na descrição do serviço e na interpretação dos dados”, apresentamos a perspectiva dos lentes da Faculdade de Medicina da Bahia relativa à higiene urbana e o gradual conhecimento e discussão das análises físicas, químicas e biológicas da água, reconhecendo polémicas relativas à qualidade, demonstrando como, também a “sciencia”, foi acusada de partidária e envolvimento político.

No Capítulo 4, “Os Aguadeiros”, demonstramos as condicionantes físicas e raciais que condicionaram o corpo do aguadeiro, que acumulava o “problema” do negro na sociedade, como este entendimento repercutiu na profissão e, por consequência, no seu dia a dia.

Para o Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Raciais procurei realizar um estudo que falasse de segregação e racismo em contexto, acreditando ser esse o meio de embasamento de estratégias para corrigir a injustiça racial, com articulação multidisciplinar. Este é um trabalho que não pretende descrever o processo de abastecimento hidráulico, ou



tecnicista, mas com foco social e interseccional das diferentes esferas de poder interferentes na cultura da sociedade baiana.

### **OBJETIVO GERAL:**

Todo o homem cria formas, todo o homem organiza o espaço e se as formas são condicionadas pela circunstância, elas criam igualmente circunstância. (TÁVORA, 1999, 85)

O arquiteto Fernando Távora considera o espaço construído como produto e produtor de outros espaços, e é nesta perspectiva que consideramos fundamental a análise e interpretação das intenções da sua constituição e as apropriações que realizou. Atrevo-me, a complementar a citação, de formas e circunstâncias, adicionando as ideias, as ideologias. Como veremos, não só ocupam o espaço da dúvida “científica”, como organizam ações e justificam formas de repressão/opressão. A aproximação às circunstâncias em que foram implantados os espaços de venda da Companhia, e às formas dos espaços, colaboram para o entendimento das circunstâncias atuais destes espaços.

Então, o trabalho bebe principalmente de três influências: (1) da leitura urbana -forma; (2) dos fatores políticos e sociais de gestão de recursos hídricos na especificidade local de Salvador -circunstancia; (3) a segregação social científica e urbana -ideias.

Reconhecendo a obra hidráulica como um marco de modernidade do séc. XIX, este trabalho pretende problematizar a instalação desta infraestrutura no contexto da cidade colonizada do séc. XVI. Na constituição destas “construções complexas”, onde a modernidade aconteceu de forma *sui generis*. Propomos interpretar as transposições e adaptações que a diferencia da origem, mediante o entendimento e cruzamento dos discursos científicos vs ciência como poder, controle social, soberania, que acompanharam a transição Colonial para a Republicana.

As ideias foram imbricadas, no séc. XIX, pela relevância social das teorias raciais e pretensões simbólicas de propaganda externa, sendo fundamental a percepção da construção dos processos sociais distintivos e excludentes da sociedade através da classe, status social, raça, etnicidade, identidade, Estado e mercado para entender a sua repercussão na distribuição d’água.

Os estudos da Fundação Memória da Água, de 1988, contabilizaram mais de 150 fontes e chafarizes na cidade, em funcionamento, ruínas ou apenas como registro histórico. Aucimaia Tourinho no “Estudo Histórico e Sócio-Ambiental das principais fontes públicas de Salvador” (2008), analisa 40 fontes e identifica o desaparecimento de seis. Das 34 existentes, cinco encontram-se em propriedade privada. Das 29 existentes em espaço coletivo, quatorze estão degradadas ou sem qualquer infraestrutura de apoio, restando em 2008, em um universo de 40

fontes, apenas quinze em condições de uso. Este parâmetro acusa a necessidade de salvaguarda destes equipamentos e da concretização de medidas protetivas para estes espaços.

O reconhecimento da relevância patrimonial Municipal é documentado através da proteção a onze equipamentos pelo IPAC-BA, e Nacional, pelo IPHAN, em dois equipamentos, fazendo coincidir a proteção nos equipamentos da Fonte da Preguiça, e na Fonte do Queimado, classificação que, no entanto, não garante a vitalidade ou função social dos equipamentos.

Interessa analisar como a “cidade das mil fontes” sofreu (e continua) com a dificuldade ao acesso à água potável nas variantes do abastecimento doméstico e no espaço coletivo. O que justifica o estado de degradação dos espaços das fontes e chafarizes de Salvador? Considerando as diferenças epistêmicas do Norte e do Sul no tratamento do espaço comum, ainda assim, o que justifica o cerceamento do acesso à água? Por que no Brasil não se consome água diretamente da torneira? Do que decorre a necessidade de aquisição d’água engarrafada ou de um sistema de filtração doméstico? Qual o fundamento do afastamento dos espaços d’água à sociedade?

### **OBJETIVO ESPECÍFICO:**

Este trabalho pretendeu reconhecer as condições da implantação dos equipamentos de venda d’água em Salvador. Para isso, identificámos a entidade promotora da instalação dos equipamentos: a Companhia do Queimado, de reconhecida relevância cultural através do tombamento, pelo IPHAN, do Parque e Fonte do Queimado (n.º processo: 1289-T-89). O período temporal de estudo foi delimitado pelo funcionamento da Companhia, acompanhando os preparativos para a sua constituição, as formulações imediatas, e o seu encampamento, de 1852 a 1905.

Apesar da importante classificação do IPHAN, as informações relativas à gestão pública, política, técnica e social da Companhia sistematizadas eram escassas, tendencialmente valorizando o seu significativo papel no processo de modernização industrial, na transição para a República. Desconhecia-se, no entanto, a relevância da sua participação no processo de reformulação cultural de consumo e de status, intrinsecamente ligados à sua distribuição na cidade, suscitando o objetivo de reavivar seu conhecimento, como pequena contribuição para a história do abastecimento. O reconhecimento das estratégias fundacionais do sistema de distribuição atual, foi alimentado pelo reconhecimento das “estações de vendagem”: os chafarizes e “casas de vendagem”, ainda existentes na malha urbana.

A interpretação da atuação da Companhia foi amparada pela compreensão da mentalidade ideológica predominante na segunda metade do séc. XIX, que em Salvador desenvolveu especificidades que justificaram as soluções adoptadas. Afastando a pretensão de

produção de uma teoria geral, nos debruçamos na tentativa de encontrar especificidades particulares locais, de um “desenvolvimento” apoiado na importação truncada de sistemas de gestão e tecnologias europeias, diferenciado das demais cidades.

Como se vulgariza a cultura da compra d’água? Como se aceita pacificamente o cerceamento dos espaços de captação? Como funcionou a Companhia do Queimado? Qual a sua política, objetivos e estratégias? De que modo a medicina interferiu nas políticas de saneamento da cidade? O fator racial foi elemento diferenciador? A cidade produziu políticas urbanas particulares? É possível propor a correção de desigualdades no acesso e consumo de água potável?

Mergulhámos nas tramas que envolvem factos políticos, sociais, culturais e ideológicos, identificando os sujeitos sociais que utilizam o espaço da fonte e “das estações de vendagem” como meio de subsistência de aguadeiros e lavadeiras, entendendo estes espaços como instrumento de exteriorização das instâncias do poder (público, privado, individual e coletivo).

Afrânio Peixoto, em 1945, já alertava a “Eruditos e investidores: belo tema de pesquisa e indagação: as fontes da Bahia!” (PEIXOTO, 1945,175)

## **Capítulo 1**

**Lugares de contraste do séc. XIX em Salvador.**

Este trabalho parte da premissa de que a arquitetura e o urbanismo são expressões construídas da cultura, que estabelecem relações compensatórias entre os hábitos e as necessidades espaciais das atividades diárias locais que compreendem e modificam relações sociais de acordo com a tecnologia, política e tradição contemporânea contribuindo para a manutenção ou composição de novos hábitos da população que a habita.

Não são, portanto, expressões apolíticas ou isoladas do contexto criativo e materializado. Desvinculamos este trabalho da interpretação da Arquitetura e Urbanismo como “disciplinas autônomas”. Na perspectiva que defendemos elas refletem o pensamento contemporâneo, com significados que ultrapassam a conformação espacial construída, compreendendo o vocabulário tecnicista da disciplina, mas também o processo da construção da ideia e meios empregados na sua realização dentro e fora do gabinete, onde se “entrelaçam” ideologia, propaganda, embates da dualidade coletiva e individual.

Como produção coletiva a cidade expressa as vivências próprias de cada hábito cultural, circunscrito por especificidades topográficas, climáticas e tensões sociais que a modelam e organizam, tendencialmente, de modo mais tecnológico e funcional para os que nela habitam ou governam (a dualidade novamente) e condicionada ao tipo de relações sociais que abriga. Entendemos a leitura da arquitetura e do urbanismo que ultrapassa a classificação temporal, estilística, como obra autoral, acreditando na intersecção de outros campos disciplinares (adisciplinaridade), entendendo as influências (outras) que compõem o construído.

Questionamos, portanto, a expressão popularizada de *Vauthier*<sup>1</sup> que, ao estudar a casa Brasileira no séc. XIX, considerou que quem viu uma, viu quase todas, desconsiderando a análise do habitar individual, onde encontramos especificidades de cada espaço de acordo com a(s) cultura(s) de quem o habita. Sobre este tema o trabalho fotográfico “cubículos-caixões” (2017) de *Benny Lam*, demonstrando a subdivisão contemporânea de apartamentos em Hong Kong, exemplifica como sob o mesmo invólucro espacial se desenvolvem diferentes expressões. Recordamos também as diferentes articulações de uma família nuclear monogâmica ou polinuclear poligâmica, não alteradas pelo limite do espaço construído.

A leitura e interpretação da espacialidade contribui para reconhecer e reafirmar expressões sociais culturais, assim como a Arqueologia, a História, a Antropologia. Negamos também a concepção da Arquitetura como produção independente e de concepção “própria” do autor, que produz uma compreensão que se pretende “de arquiteto”, como se fosse possível

---

<sup>1</sup> O engenheiro e arquiteto Louis L. Vauthier esteve no Brasil entre 1840 a 1846 quando escreveu “As Cartas”.

higienizar a arquitetura do contexto em que atua, ou seja, de tudo o que a circunda. (SARAIVA, 2019, 3) Compreendemos considerá-la no contexto histórico e cultural em que se produziram, entendendo o processo social da sua existência.

Não é de admirar que Salvador detenha uma expressão urbana própria. Fundada sob preceitos urbanos portugueses, na especificidade do transporte colonial de composição de hábitos e compensações, encontrou processos próprios para a satisfação das suas necessidades particulares.

Por duas vezes foi sitiada, por holandeses e depois por portugueses, que pretenderam através da restrição do abastecimento de alimentos, a rendição. Esta tática bélica demonstra a relevância da gestão dos bens primários à cidade. Excluindo estes períodos atípicos de ataques armados, a gestão dos bens de primeira necessidade decorre conforme articulações políticas locais, desarmadas, mas igualmente e potencialmente perigosas e danosas.

Reclamamos a necessidade da compreensão do processo da implantação da tecnologia de infraestrutura hídrica urbana em Salvador, como decorreu, alterou hábitos culturais e analisada em contraste.

Sem disciplina própria no séc. XIX, a cidade foi pensada no panorama científico, por engenheiros e médicos higienistas, que desenvolveram a higiotecnia, preocupada com o controle das coisas: o ar, água, terra, dos corpos doentes, mortos e aglomerações propagadoras de epidemias. A água foi peça chave neste processo para purificar a cidade. Médicos identificaram miasmas e águas estagnadas como principais focos das epidemias, ao mesmo tempo formulam teorias raciais hierarquizadas e discriminatórias, não sendo estranho a construção de articulações de distribuição d'água contaminadas por ideias de base racial discriminatória.

O abastecimento d'água a Salvador, capital da província que impôs mais entraves ao gradual e anunciado processo de abolição da escravatura, foi agravado pela total dependência do seu transporte para o abastecimento, realizado pelo Aguadeiro. Ao não se encontrar mais disponível nas mesmas condições, foi urgente a atualização do serviço de abastecimento d'água à cidade, ultrapassando esta dependência.

Mediante autorização de constituição de Companhia, o Governo da Província delegou a responsabilidade do serviço à gestão privada. Embora discutindo, contratando obras, definindo condições e produzindo um discurso benemérito da Companhia, não conseguiu a anuência da população ao serviço, que não atingia resultados satisfatórios. Da constante incompatibilidade entre quantidade e qualidade na distribuição e a viabilidade financeira da

empresa, decorreram processos compensatórios que ora prejudicaram a companhia, ora os consumidores, resultando na manutenção dos hábitos de consumo tradicionais.

Se a História e a Geografia enumeram sucessivos e importantes períodos de seca, a inexistência de fontes de captação perenes, e o uso inadequado das penas domiciliares, foram argumentos para o Queimado justificar a continuada escassez d'água potável fornecida. A situação desoladora persiste ao virar do século, evidenciando que “não é propriamente a falta do precioso líquido o que aflige a população, mas o incomodo e a despeza para a aquisição”<sup>2</sup>: a irregularidade na distribuição não justificava os altos preços praticados.

Progressivamente a Municipalidade procurou alternativas à dependência ao abastecimento do Queimado e interfere no abastecimento, num processo de discussão entre a opinião pública, o Município e a Companhia, que culminou no encampamento da empresa em 1905, acompanhando o processo de transição política, enfrentando períodos de seca e epidemias.

A venda e distribuição d'água potável pela Companhia do Queimado no espaço coletivo e domiciliar iniciou a 7 de janeiro de 1856<sup>3</sup>. Abastecendo chafarizes e “casas de vendagem”, sendo o número de penas<sup>4</sup> domiciliares contratadas quase insignificante. Para a maioria da população, que não podia contratar o serviço domiciliar, o serviço dos aguadeiros continuou fundamental. A compra da água nos chafarizes e “casas de vendagem”, obrigava à convivência de um ambiente descrito como violento, onde aconteciam frequentes rixas, e o tempo de espera para abastecimento dependia da disponibilidade de água, que, em períodos de seca, atrasava o enchimento do reservatório, fazendo aumentar a fila e o tempo de espera. Os Aguadeiros, distribuindo a água pela cidade, como intermediários entre a Companhia e o consumidor, atribuíram uma complexidade excepcional ao serviço que oscilava entre a tentativa da instalação de um serviço moderno e tecnológico e o falhanço da proposta pela escassez de água.

A insistente necessidade de gestão dos danos, que resultavam da ineficácia do abastecimento do Queimado, da inexistência da garantia da proveniência da água revendida pelo aguadeiro, e o conseqüente aumento de preço pelo transporte face a crescente dificuldade

---

<sup>2</sup> Mensagem apresentada à Assembleia Geral Legislativa, Governador Luiz Vianna, 10/04/1899; Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (BA), edição 1, 1899, pág. 4/5.

<sup>3</sup> “[...] a água chegou aos chafarizes a 8 de dezembro 1856, sofrendo um processo de depuração e limpeza dos canos, só iniciando a sua venda a 7 de janeiro. (Relatório dos Trabalhos do Conselho Interno de Governo (BA), Fala do Presidente da Província João Lins Sinimbu, edição 01, 1857, pág. 124/125)

<sup>4</sup> “Penna”, ou “anel” são vocábulos que vinculam o serviço de distribuição característica dos encanamentos sobre pressão. (BENCHIMOL, 1992, 67) O seu valor unitário era convencionado por lei. Em 1910 a lei Municipal fez corresponder uma penna a 500 litros de água servida por prédio. (SAMPAIO, 1910, 14)

de abastecimento, condicionaram a população ao abastecimento tradicional, recorrendo ao abastecimento em poços privados ou nos espaços de retenção de água natural em lagos, fontes públicas, mantendo os seus hábitos de consumo, perante uma tecnologia ineficiente. No início do século XX, o abastecimento ainda acontecia com água de fontes de domínio público e privado, existentes em abundância.

### **1.1 Salvador no séc. XIX, novas dinâmicas.**

[...] há água em toda parte. [...] É fácil imaginar o enorme reservatório representado pelo solo da Cidade Alta: é só cavar para ter um poço. [...] Os mananciais e as fontes estão em toda a parte em Salvador, na base do *horst* como nas trilhas de menor fratura, do menor deslocamento de terreno, do mais insignificante vale. São águas cristalinas, filtradas naturalmente, ricas em sais minerais [...] Salvador é a cidade das mil fontes. (MATTOSO, 1992, 47)

Da descrição de Kátia Mattoso (1992), parece incoerente apontar problemas históricos resultantes da disputa por água, em uma cidade abundante em fontes, riachos e lagoas. Devemos considerar que o processo de industrialização, com importante indústria têxtil e de curtume, na segunda metade do séc. XIX, aliado ao aumento exponencial da população que, com prudência e admitindo grande imprecisão, entre 1810 e 1870 havia duplicado de tamanho, passando de cinquenta mil para cem mil habitantes. (MATTOSO, 1982, 105) A falta de higiene generalizada, sem serviço de canalização de água ou esgotamento, iniciaram o processo de degradação da qualidade d'água na maioria destes locais, decorrendo deste processo também o julgamento e condenação higiênica deste elemento, considerado o grande propagador de epidemias, do qual se deveria manter uma distância segura.

Dados oficiais de 1848 registram 27 fontes públicas na cidade: doze na Cidade Baixa, e quinze na Cidade Alta. (APEB, OP, M4879, 1848) A Companhia, a partir de 1853, instala doze chafarizes e termina a sua atuação (1905) com 22 chafarizes instalados no espaço público e sete “casas de vendagem” para abastecimento. (Anexo 1) Apesar do aparente aumento da disponibilidade de água no espaço público, este número foi condicionado pelo abandono e desaparecimento das fontes naturais da cidade, invadidas, apropriadas e canalizadas no séc. XX.

No entanto, dados de 1889 retirados de uma análise do Laboratório Municipal enumeram mais de uma centena de locais de abastecimento<sup>5</sup>, entre fontes particulares e públicas, comprovando a importância do abastecimento tradicional ao longo do séc. XIX. A atividade comercial de venda d'água em espaço privado não foi condicionada ou suprimida pela

---

<sup>5</sup> Análise elaborada por Dr. Innocencio Cavalcanti APEB, caixa 12, relatório 306, *apud* DANNEMANN, 2018, 35;



Companhia, mesmo através da argumentação de obtenção de suposto privilégio que impedia a constituição de concorrência oficial d'água canalizada.

Por equacionar ficou o abastecimento à população mais carente, sem recursos para a contratação de pena ou pagar pelo seu transporte ao Aguadeiro. Não cuidando de manter apropriadas as fontes públicas existentes na cidade, o Município negligenciou o problema, remetendo-o totalmente para a Companhia:

[Fonte do Gravatá] a mais imunda, e pior de tôdas; é porém a mais frequentada por ser a única pública, que há dentro da cidade; digo pública por ser naquela paragem: há porém alguns poços, de que seus donos vendem água a quem a não pode haver nas duas únicas bicas que tem aquela fonte. (VILHENA, 1799, 103)

A cidade articulou os seus espaços para ultrapassar a carência no abastecimento, decorrendo expressões urbanas locais específicas. Entre a formalidade social coletiva, que contrastava com a informalidade da vida doméstica, conformou lotes urbanos que responderam à permissão de intimidade, protegendo a intimidade em lotes fundos, com poucos metros de frente, desenvolvendo grande parte das atividades domésticas, longe da formalidade e da exposição, nos fundos do lote. Transportando o conceito português de quinta, originalmente com ênfase rural e de produção agrícola, o lote urbano de Salvador conformou quintais que ajudaram a enfrentar a inexistência de infraestrutura coletiva, produzindo alimento e onde se captava água dos caminhos hídricos dos fundos.

A expressão urbana do grande contingente da população liberta ao longo do séc. XIX, desenvolveu também novos espaços habitacionais e de comércio artesanal, inserindo novas dinâmicas econômicas e expressões ao espaço urbano, agravando tensões entre espaço privado e público, disputadas entre proprietário e locatários. O aluguel de casas era um negócio importante para a/o capital. Só o Dr. Francisco Muniz de Aragão possuía 33 casas na entrada do Tororó, todas apresentando estado desabonador para a salubridade da cidade, com falta de infraestrutura, como latrina, sinfão e quintais alagados. Impossibilitado de alugar uma ampla moradia, o liberto morou em casas ou quartos alugados, formulando espaços que não haviam sido equacionados na cidade, aumentando o número de residentes no fogo, e conseqüentemente, a necessidade de infraestrutura básica.

José Antônio Caldas (1998)<sup>6</sup> apresenta dados relativos a 1759, que referem a concentração de residências nas freguesias da Sé, Conceição da Praia e do Pilar, correspondentes às áreas centrais e diretamente relacionadas ao porto marítimo. A Cidade

---

<sup>6</sup> in A evolução Física de Salvador, apud Gregório de Mattos, 1998, pág. 148.

Baixa, abrigando as atividades comerciais, era habitada por comerciantes com sua família e serviçais. Junto ao cais, no espaço coletivo, se encontravam quitandas responsáveis pela comercialização de boa parte dos gêneros de subsistência, e a presença do serviço do ganho era expressiva decorrente da grande procura pelos serviços das atividades portuárias.

O censo de 1855<sup>7</sup> contabilizou a população escrava e liberta. Nele observamos a redistribuição populacional nas freguesias de São Pedro, Santo Antônio e Sé. Na Sé, apesar de até meados do século XIX caracterizar-se como de elite foi perdendo essa característica, na medida em que os comerciantes se mudaram para as freguesias do Pilar e Vitória, cedendo seus sobrados para casas de comércio ou para acomodação de seus empregados. Passa a ser habitada por uma população de classe média e pobre, decorrendo a adaptação de residências unifamiliares a multifamiliares, subdivididas em vários espaços, gerando renda por aluguel ao proprietário, que não reside na freguesia. Não será por acaso que serão nestes espaços alugados onde a vigilância sanitária identificará maiores problemas de higiene. Pela sua centralidade, proximidade ao porto e aos principais pontos de comunicação, concentrou grande número de libertos e escravizados de ganho trabalhando e habitando, por aluguel.

No fim da rua das Verônicas, não muito longe do Convento e Ordem Terceira do São Francisco aglomeravam-se pardos, cabras e pretos livres e libertos, poucos escravos, com ocupações primárias de prestações de serviços autônomos como “vende água”, “vende lenha”, “vende mingau”, “tem venda na porta”, “carrega cadeira”, “de ganho”, “rema saveiro”. (NASCIMENTO, 2007, 69)

Na freguesia de Santo Antônio encontramos outro perfil de ocupação. Considerada no início do século XIX uma freguesia periférica, era habitada por setores médios da sociedade, ocupada por casas comerciais e roças. No decorrer do séc. XIX, aumentou significativamente o número de residências de escravos e libertos, por vezes já de segunda geração, em casas térreas de tipologias simples de uma porta e uma janela. A baixa percentagem de brancos, bem inferior aos pardos evidencia a segregação espacial na escolha dos locais de residência do contingente liberto, na extremidade oposta ao eixo S. Pedro/Vitória, que permaneceu todo o período Republicano sem o menor saneamento.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> “Relação entre a expansão predial e estabelecimentos de negócios em Salvador (1895-1930)”. Departamento de Tributos Imobiliários de Salvador. Livro de Castro Imobiliário, Livro dos 12 distritos urbanos, anos indicados; Arquivo Público do Estado da Bahia, Arrolamento das casas de negócios, Livros dos 12 distritos urbanos, anos indicados, *apud* Silva, “Crescimento urbano e habitação em Salvador (1890-1940), 24.

<sup>8</sup> Distribuição “livres, libertos e escravos” de Salvador, de acordo com o censo de 1855. (ANDRADE, 1988, 62)

Depois da freguesia da Sé, a de Santo Antonio Além do Carmo é como uma grande aldeia sem arte e sem conforto, onde a vida não encontra nos recursos da hygiene urbana as condições de resistência garantidoras de saúde e do bem estar. Ruas tortas, desniveladas, ora estreitas, ora bruscamente alargadas impuras, mal calçadas, casas de feio aspecto, no geral baixas, acanhadas e sem conforto, população no geral pouco afeita á limpeza: - a freguesia de Santo Antonio Além do Carmo é, depois da Sé, a que mais bastante intervenção requer do saneamento geral. (BRITO, 1929, 20)

Através da tabela do Professor Mário Augusto Santos, que analisa a evolução predial e comercial no período de 1895 a 1930, verificamos que a freguesia de Santo Antônio teve o maior aumento predial do período, evoluindo de 2.527 em 1895 para 7.110 prédios, em 1930, sendo o distrito com maior número de prédios da cidade. (Anexo 2) Com o aumento de 64,46% no número de residências, e 60,92% de negócio, a freguesia apresenta índices de ocupação semelhantes aos da Vitória: uma nova periferia planejada para a residência dos mais abastados, que apresenta um crescimento predial de 61,14 % e 62,9%. A semelhança entre o crescimento percentual do número de prédios e de negócios, enuncia a existência de atividades comerciais diferenciadas, de trabalhadores independentes ou de ganho em Santo Antônio, enquanto na Vitória habitavam os proprietários das empresas. O contraste destas duas freguesias decorre, mais do que nos números, do status social e das ocupações. A semelhança numérica se concretiza em realidades espaciais e econômicas totalmente opostas.

O estudo da evolução da freguesia de Santo Antônio é relevante, uma vez que nela se localizou a primeira represa de abastecimento à cidade, condicionada para o efeito em 1853 e condenada para abastecimento em 1924, sendo progressivamente ocupada, num processo gradual de abandono Municipal e ocupação irregular para o qual este dado demográfico ajudará, em outra altura, a entender.

Afirmando ser possível traçar a geografia de áreas mais negras que outras, Cecília Moreira Soares (1994), através da análise dos censos de 1872, identifica a concentração de mulheres negras no Passo, Vitória e Conceição da Praia, do Pilar, Mares e Penha, onde serviam como domésticas. O serviço doméstico, correspondia à ocupação de 27,2% da população escrava em Salvador no período de 1811-1888, e incluía o abastecimento d'água. Com a atuação da Companhia, a nova articulação econômica do serviço acarretará uma alteração no gênero que providenciará o abastecimento, privilegiando-se o elemento masculino, face à periculosidade do abastecimento nos chafarizes e “casas de vendagem”, onde no seu caminho

tudo se ajustava: velhas contas pessoais, vinganças, ciúmes, desavenças<sup>9</sup>, trazendo constante “desassocego as famílias alli residentes”<sup>10</sup>.

## 1.2 Dependências compensatórias: os quintais

Tôda a montanha na sua fralda geme água, e poucas são as casas, que não tenham sua poça, em que a aproveitam. (VILHENA, 1799, 102)

Se a tipologia habitacional da arquitetura colonial na sua relação com a cidade, com o meio natural e suas dependências, na forma de casas térreas, sobrados e solares, já se encontram bastante estudadas, concordamos com o arquiteto Jan Holthe<sup>11</sup> que considera a necessidade de estudo dos outros espaços que compõem o urbano. Estudando os quintais urbanos, o autor apresenta a originalidade da relação destes espaços com a cidade, atuando como espaços de compensação, onde se desenvolvem atividades necessárias, mas ausentes no espaço coletivo. Acrescentamos a estes estudos, os espaços dos chafarizes e das “casas de vendagem”, também menos conhecidos, mas igualmente relevantes.

Figura 1- Complexo do Unhão: fonte, chafariz e aqueduto; Fonte antiga, Solar do Unhão; Solar Berquó com bacia de retenção; Solar do Gravatá com poço no quintal.



Referências: Google Earth, consultado a 15/17/2019; Processo de adaptação do Solar ao Museu de Arte Popular de Lina bo Bardi IPHAN;

Observando as condições hídricas e a ausência de infraestrutura coletiva para o abastecimento, reconhecemos o desenvolvimento de funções compensatórias no quintal. O privilégio de ter um quintal estava diretamente associado de ter um poço nativo, capaz de fornecer água em abundância e sem o inconveniente de deslocar-se, às vezes por grandes distâncias, em busca do produto. (HOLTHER, 2002, 234)

[...] os quintais eram fundamentais para o bom funcionamento das casas e o conforto de seus habitantes. Não se concebe uma residência sem o uso frequente de água, e numa cidade onde as casas podiam, em determinados períodos de sua história, abrigar quase 50 moradores, muitas vezes o consumo podia ser realmente muito elevado. Desta forma, a população de Salvador dependia – e com razão – dos seus quintais como espaço de armazenamento de grandes

<sup>9</sup> A Tarde (BA), 12/12/1977.

<sup>10</sup> Jornal de Notícias (BA), “Pelos ruas”, edição 3665, 9/02/1892, p.1.

<sup>11</sup> Na sua tese de mestrado apresentada à FAU-UFBA, Quintais Urbanos de Salvador: Realidades, Usos e Vivências no Século XIX, 2002.

quantidades de água, até mesmo porque as alternativas (água encanada, aquedutos etc.) praticamente inexisiam. (HOLTHE, 2002, 237)

A relação da arquitetura residencial com o quintal, seus usuários e atividades, desenvolveu-se na precariedade da infraestrutura coletiva e se articularam nos serviços domésticos, que pediam ligações mais amplas com o exterior. (LEMOS, 1978, 35) Embora as roupas continuassem a ser lavadas à beira de rios e lagoas, os banhos (quando tomados), no rio, evitando o transporte de grandes volumes de água, “a lei do mínimo esforço” (a que anteriormente chamávamos de funcionalidade), levava a que se transportasse a água estritamente necessária às pequenas limpezas, à cozinha e aos raros banhos de gamela. (LEMOS, 1978, 34) A tradição de disposição do lote com estrada na cumeeira e fundos para a linha d’água, facilitava não só o abastecimento d’água como o escoamento d’águas sujas.

A tipologia de residência das famílias menos favorecidas, do grosso da população e também do “grosso da classe média sem pretensões”, era a casa térrea. De porta e janela ou duas ou três janelas, o lote raramente ultrapassa os 5,00 m de largura – às vezes mal chegando aos 3,00m. Em geral mais compridos que largos, resultavam em fachadas estreitas e mesquinhas, sem recuos laterais limitando a exposição para a rua. (MATTOSO, 1992, 446) O número de janelas e largura do lote estava diretamente relacionado ao poder aquisitivo do proprietário. As mais modestas, as casas térreas de porta e janela, eram nas palavras de Freyre (1968), as habitações dos negros, alguns, exercendo as atividades de marceneiros, ferreiros, funileiros, [que] chegam às vezes à pequena burguesia. (FREYRE, 1968, 179)

Figura 2 - Casas térreas de porta e janela; Sobrado; Rua das Laranjeiras, Centro Histórico.



Referência: A Tarde (BA), n.887, “Os contrastes da Avenida "7", 11/09/1915, p. 1; Fotografia de Luis Nicolau Parés (2007).

Em sobrados e solares habitava, no início do séc. XIX, a elite. Distinguida no espaço urbano pela escala da habitação e dimensão do lote. Com dois ou mais pisos, a hierarquia

ascensional, onde os mais poderosos habitavam mais acima, desconsiderou o piso térreo, mais exposto ao exterior e onde se desenvolveram as lojas, com acessibilidade privilegiada ao quintal. As lojas eram ocupadas e subdivididas pela população pobre que não dispunha de recursos para construir ou alugar a sua própria casa. Quando habitados por diferentes famílias, Holthe (2002) sugere o quintal era utilizado por todos os moradores, de acesso articulado para que todos pudessem usufruir destes espaços não-edificados e protegidos. (HOLTHER, 2002, 151)

### 1.3 “As estações d'agua do Queimado”

#### 1.3.1 Os chafarizes:

[...] fallaremos ligeiramente dos chafarizes, que, aliás, péde um estudo mais minucioso e profundo, por tratar-se de uma cousa que é o elemento principal da vida humana - a agua. Os chafarizes, ou melhor as estações d'agua do Queimado, são os logares mais dignos da fiscalização do Governo Municipal, porque sendo alli que se apanha o liquido preciozo para a servidão publica, é com a mesma razão que se deve rigorosamente impôr os preceitos que a hygiene ensina, afim de evitar a propagação de molestias graves. (SILVA, 1908, 9)

Com vista ao cumprimento do disposto no artigo 11.º do contrato de 1853, que determinou as condições para abastecimento e distribuição d'água à cidade, a Companhia instalou doze chafarizes, abastecidos com as águas extraídas do açude do Queimado, através de uma rede subterrânea que ligou a praça Castro Alves, Terreiro de Jesus, Largo Dois de Julho e Piedade.

Figura 3 - Chafariz da Piedade (1862); Terreiro de Jesus (1859); Bonfim (1888).



Referência: acervo IMS: Benjamin Mulock; Camilo Vedari, 1862, (*apud* Holthe, 2002, 184); A Locomotiva, edição 1, 1888, pág. 1.

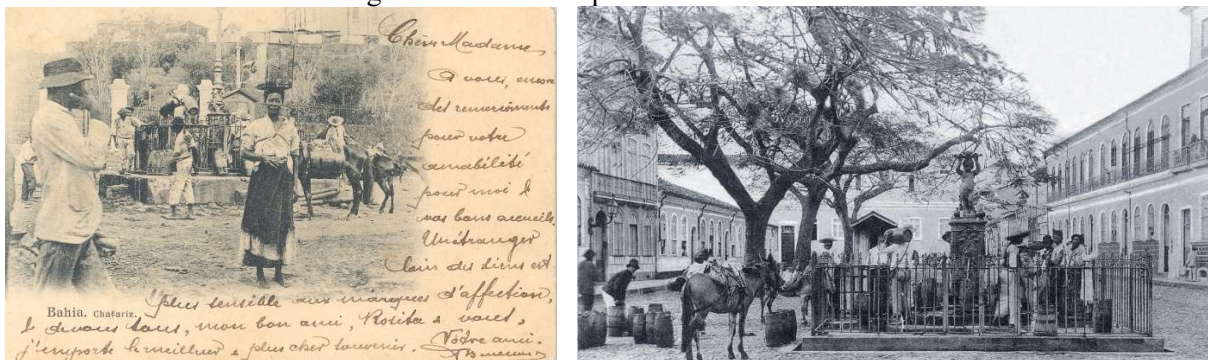
A instalação de cada equipamento foi o ponto mais elaborado no primeiro contrato, sendo determinada a precisa localização de cada dispositivo, remetendo o projeto final ao parecer da província (Anexo 3). A sete de janeiro de 1857, a empresa iniciou a venda d'água à população, investindo em elegantes chafarizes, com forte simbologia pictórica e material:

[...] sendo os principais na Praça 15 de Novembro, na Praça do Conde d'Eu, na Piedade, e em frente ao Theatro Publico. – O primeiro é todo em bronze, tendo no alto o emblema da abundancia, e no pedestal 4 collossaes estatuas de bronze representando os rios de S. Francisco, Jequitinhonha, Pardo e Paraguassú, que lançam copiosa água n'um grande tanque circular de mármore. O segundo tem

no alto o emblema do Brasil representado por um índio, e o terceiro tem no alto a estatua de Pedro Alvares Cabral, o descobridor do Brasil. Ambos estes chafarizes, bem como as respectivas bacias, são feitos de fino mármore, e todos três cercados de gradaria de ferro. (AMARAL, 1922, 545)

Instalados em comemoração ao facto auspicioso da nossa Independência, da nossa emancipação política<sup>12</sup>, os chafarizes foram verdadeiros monumentos tecnológicos e de representação, que pretenderam cenografar a imagem do progresso da cidade e grafar a imagem da Companhia, na transição para a cidade moderna. As “casas de vendagem”, instaladas após a Guerra do Paraguai, contribuíram para o processo ao adoptaram nomes de locais onde houvera vitórias do exército brasileiro, (Curuzu, Humaitá)<sup>13</sup>, enaltecendo a identidade regional e orgulho nacional. A instalação dos chafarizes iniciou o projeto de propaganda externa da cidade, anterior à conseguida com o elevador Lacerda (1873), o primeiro elevador urbano do mundo. A sua presença na malha urbana foi descrita por viajantes, servindo de cenário para a captura de postais.

Figura 4 - Postais enquadrando os chafarizes.



Referência: acervo do Museu Tempostal (BA);

Destaques da Feira Mundial de Paris de 1855, os chafarizes compunham a paisagem parisiense da época, que, a partir de 1846 elaborou estudos hídricos por *Belgrand*, tendo *Haussman*, como um dos expoentes das mudanças urbanas, e diretor do departamento de águas e esgotos (1855). Nesta circunstância, os chafarizes atribuíam qualidades artísticas aos espaços públicos que já possuíam completo abastecimento domiciliar.

Em Salvador, este estado de distribuição apenas será aproximado no século XX, quando a representação de símbolos hídrico e históricos, acompanham o processo de ressignificação da simbologia e construção de identidade nacional Republicana. Nas comemorações do Dois de Julho, o Queimado contribuía com a festividade, acionando o chafariz do Terreiro, provocando deslumbramento pela elevação da água a onze metros e cinco centímetros acima do adro da

<sup>12</sup> Diário de Notícias (BA), 08/02/1912.

<sup>13</sup> A Tarde (BA), 16/03/1933.

Catedral<sup>14</sup>. “Fazia gosto vel-o jorrando agoa, e com ella descrevendo círculos em todas as direcções, embandeirando e illuminado.”<sup>15</sup> A permanência de apenas dois chafarizes, de maior relevância artística e representativa na malha urbana, sobreviventes da transição política do final do início do séc. XX, confirma a leitura urbana de Rossi que afirma que continuamos a fruir elementos cuja função foi perdida faz tempo; o valor desses fatos reside, pois, unicamente na sua forma. (ROSSI, 2001,57)

Mas, em Salvador, na segunda metade do século XIX, a excentricidade destes equipamentos contrastou com a falta de infraestrutura básica e coletiva da cidade. Como podemos observar na fotografia do chafariz do Terreiro de Jesus (1862), que abre o capítulo, que capta a roupa a corar no chão, demonstrando-o entregue aos vendedores de água, quando era um campo de poeira, sem calçamento e sem arborização.<sup>16</sup>

O contraste do “gosto de vel-o jorrando agoa”, com a incapacidade dos equipamentos de abastecer a população, condicionada às condições da Companhia, incomodou. A torneira, fechada fora do horário de funcionamento, até vinte horas, controlada por guarda, desagradava a população que dele dependia para se abastecer e realizar o seu negócio. A população questionava: será permitido isto, Srs. Fiscais, quando a Camara o proíbe?

Voltando da Lapinha, onde, como em todo o transito, tinha ostentado suas prezas, quizera á força beber agora, e como a grade do chafariz estava fechada, bradou: -Fogo com o rodízio de prôa! E a fileira da frente lançou-e sobre a grade a tentar quebral-a. - Solta a peça raiada! Gritaram de novo os que comandavam. E com novo reforço eles bebiam agua no tanque do chafariz, e no dia seguinte a grade era conduzida, quebrada em várias partes, para as oficinas da companhia do Queimado! (A Actualidade (BA), edição 467, 1863, pág. 3)

Consciente da importância da opinião pública que desenvolvia uma guerra oficial contra a companhia do Queimado nos jornais, tentando reverter a situação, em 1862, estabeleceu na “habitação da pobreza” dois chafarizes, um no distrito da Cruz do Cosme e outro na praça da Lapinha, vendendo o barril d’água a 10 rs, tornando se credora da estima publica, alegava o jornal O Commercio (RJ), edição 187, a 8/07/1862.

A condicionante imprevista de seu uso original, para “vendagem d’água”, acarretou articulações não previstas na dinâmica destes espaços. A constante presença e ocupação de Aguadeiros, funcionários da empresa/guardas, e sendo frequentes as queixas à sua atuação,

---

<sup>14</sup> Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo da Bahia, fala do Presidente da Província Alvaro Tiberio de Moncorvo e Lima, edição 1, 1856, p.73.

<sup>15</sup> A Actualidade (BA), edição 467, 1863, pág. 3.

<sup>16</sup> Diário de Noticias (BA), 8/02/1912;



como “miniaturas de régulos admittindo a tirar água apenas as pessoas de sua sympathia, com prejuizo das outras que ali ficam retidos duas e mais horas”, conformaram ambientes que foram um obstáculo à imagem pretendida, expondo a população Africana e afrodescendente, que se pretendia esconder na propaganda internacional.<sup>17</sup>

Os chafarizes são para as pretas captivas o rendez-vous de seus amores, o logar onde desabafam as raivas dos senhores e senhoras; a sala de visita onde recebem as amigas, o escriptorio onde pagam suas dividas de ciúmes e tratam em magna sociedade das acções, que vêm raticar em casa. Negros e negras, de bons e maus senhores, ali se encontram, e grandes coisas se decidem, enquanto corre a agua da bica com doce e suave murmúrio. (O Alabama (BA), 12/10/1868)

Para o escravizado que se abastecia no chafariz, este momento representava a experiência de liberdade, onde se encontrava com o seus, revelando segredos e confidencialidades de “yayasinhas” e “sinhôsinhos”. “Até que chegam se desculpam dizendo que havia muita gente no chafariz, que as bicas estavam ocupadas e que os galés tomaram conta delas; e outras carcavias semelhantes, que uma pobre dona de casa não tem remédio sinão aturar.” (O Alabama (BA), 12/10/1868) A “má frequência” e inadequação (i)moral destes espaços são constatados nas descrições nos jornais da época, sempre pejorativos: uma “turba magna de capadócius” se juntava nas fontes para as suas conquistas:

[...] esses herois da boa vida, da vida sem cuidados não só iam ao chafariz para se divertirem como vae um moço de educação ao teatro para ver a sua namorada, ou como passa um amável pela rua de seu bem, para rasgar-lhe um cortejo [...] No chafariz pauteam, dão risadas e fazem muita cousa mais que fica em silencio. (O Alabama (BA), 12/10/1868.)

A década de 1890 marca o recuo do Queimado no abastecimento aos chafarizes públicos, por falta de água para servidão em todas as estruturas. O chafariz no largo Castro Alves, um dos removidos da malha urbana, deixou de vender água aos aguadeiros, que foram forçados a se deslocarem à rua das Vassouras, comprando ao preço de 20 reis o barril, um aumento de 10 reis, que consistia uma “violação do ultimo contracto que prorrogou o praso da companhia do Queimado”, que estipulou preço máximo de venda. (Pequeno Jornal (BA), n.º 36, 14/03/1890, p. 2)

A falta d’água nos chafarizes ocasionou maiores deslocamentos para abastecimento, aumentando o preço do serviço e contrastou, com o privilegiado serviço domiciliar, ora o contrário. No período final de atuação da Companhia, observamos o abastecimento nos espaços coletivos e a ausência no domicilio, constringendo os mais poderosos. Virando estratégia e tática bélica, com chantagem, a empresa manipulou a privação de água a determinadas camadas populacionais, demonstrando o seu poder. Dependendo de quem se queria beneficiar ou

---

<sup>17</sup> Cidade do Salvador (BA), edição 38, “Vendagem de Agua nos chafarizes”, 11/03/1899, p.1;

restringir, orquestrou a sua atuação, atingindo os mais fortes da cidade alta, nas freguesias de S. Pedro, Victoria, de grande parte de Sant'Anna e Nazaré, obrigando à intervenção da Municipalidade que contratou meios de abastecimento alternativos. (Cidade do Salvador (BA), edição 414, 1898, pág. 2)

A 19 de maio de 1905, o Queimado é encampado pela Intendência Municipal e é contratado o engenheiro Theodoro Sampaio que apresenta um projeto de melhorias do serviço d'águas e implantação de serviço de esgotos. A partir de 1915, Theodoro Sampaio gere os serviços da Secção de Água do Município, quando o Município já passava por um processo grave de endividamento. Sob o argumento de diminuição das despesas, o engenheiro ordenou o fechamento e retirada dos chafarizes do largo Dois de julho, Tororó, e na rua do Bispo, os mais imprestáveis e de maior prejuízo dentre os treze desses velhos aparelhos de vendagem d'água do primitivo abastecimento. Aos restantes se anunciava, oportunamente, o mesmo destino. (A Tarde (BA), 9/01/1915)

A higiene estadual explicou a medida, alegando que todas as casas já possuíam penas, obrigadas por lei a instalar aparelhos sanitários com caixas de descarga, que só podem funcionar tendo água direta. No entendimento de Theodoro Sampaio, o chafariz era desnecessário porque causava prejuízo, e suas rendas não davam para o pagamento de meio mês aos empregados que o guardavam. Para ele, prova evidente de que estes bairros não careciam deles. Mandou então fechá-los.

Para os Aguadeiros, esta estratégia resultou na perda de mais um lugar onde ganhavam o seu suposto “lucro fabuloso”, numa operação entendida, por alguns, como colaborando para mais secar os minguados recursos do povo pobre, que perdera mais uma fonte de renda. Em depoimento, “uma preta mina, cujos queixos, hontem, pela manhã atroavam no largo 2 de julho” interrogava: “Eu ganhava meu almoço aquí, carregando água para vender. Agora como ha de ser, meu Francisco?”

Não perderam função as velhas fontes, como demonstrou a grande seca de 1883-85, quando a própria empresa apelou para o restauro das fontes tradicionais pela Municipalidade, ao ver baixar o nível de seus mananciais. Em constante deplorável estado, as fontes continuavam esquecidas: “ellas, como as aguas que d'ellas se tira, pela zelosa câmara” (Gazeta da Bahia (BA), edição 226, 18/10/1881, p. 1)

Espalhados por diferentes pontos da cidade, os chafarizes de menor peso, com as modificações urbanas promovidas pelas companhias de bondes para a passagem dos veículos e o “aformoseamento” das praças, desapareceram. “E o abastecimento do liquido, imprescindível

à população, tornou-se mais difícil nesta boa terra, onde a água encanada é um luxo, é somente para o homem abastado...” (Diário de Notícias (BA), 8/02/1912)

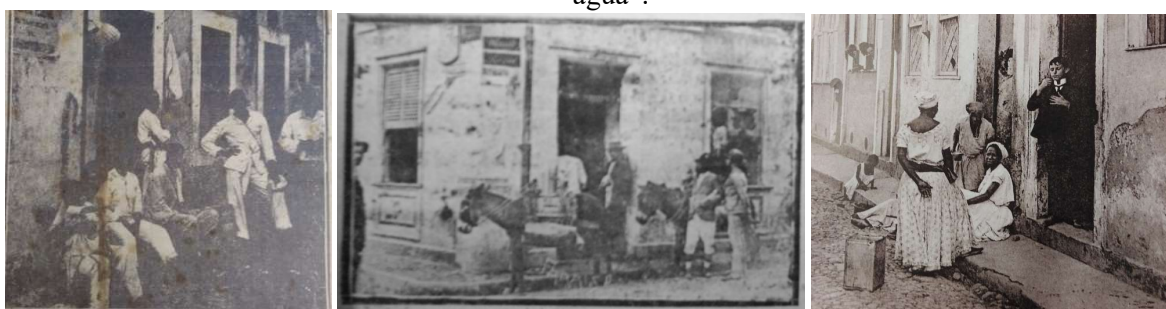
Se a cidade é civilizada, [...] seus administradores obedecem a uma orientação artística e os cofres públicos permitem, as fontes são de mármore, de bronze, elegantes, sumptuosas, como os nossos chafarizes da Piedade e do Terreiro. Quando, porém, o povo é pobre, a população é pequena, a cidade é de somenos importância, deixa-se de parte o lado artístico, o lado agradável e cuida-se, com muita seriedade, do lado utilitário, do lado higiénico. Nós não procuramos saber agora, se o povo bahiano é pobre, se a nossa população é pequena, se a cidade do Salvador a chamada Athenas Brasileira, é de somenos importância... Afirmamos, sim, que não temos serviço de abastecimento de água à população nas ruas, o que é vexatório. (Diário de Notícias (BA), 5/03/1912)

### 1.3.2 Casas de vendagem

7.º Além dos chafarizes fixados no art.º 1.º poderá a Companhia construir outros nos lugares em que as necessidades públicas os reclamarem, e bem assim casas de banho sob a inspecção da Polícia, ficando para esse fim autorizada a encanar as águas do Riacho Negrão – rio Camorogipe, e da Fonte da Telha mediante a indemnização dos particulares, que por tal motivo forem prejudicados etc. (Contrato de 1853)

José Alves Amaral no “Resumo Chronologico e Noticiosa da Bahia, desde o seu Descobrimto em 1.500” (1922) menciona a venda d’água nos chafarizes à exceção de dois. Na descrição referente a 1853, não menciona quais as duas exceções, que supomos ser os chafarizes do Terreiro e da Piedade. A Companhia colocou também torneiras em cinco depósitos em diversos pontos, onde vendia água, e um repuxo no Riachuelo, que fornecia aguada para os navios, e tinha instalado 2.317 penas d’água em casas particulares e estabelecimentos públicos.

Figura 5 – Ganhadores; “Última casa de vender água, na rua das vassouras”; O clássico “cavalo de água”.



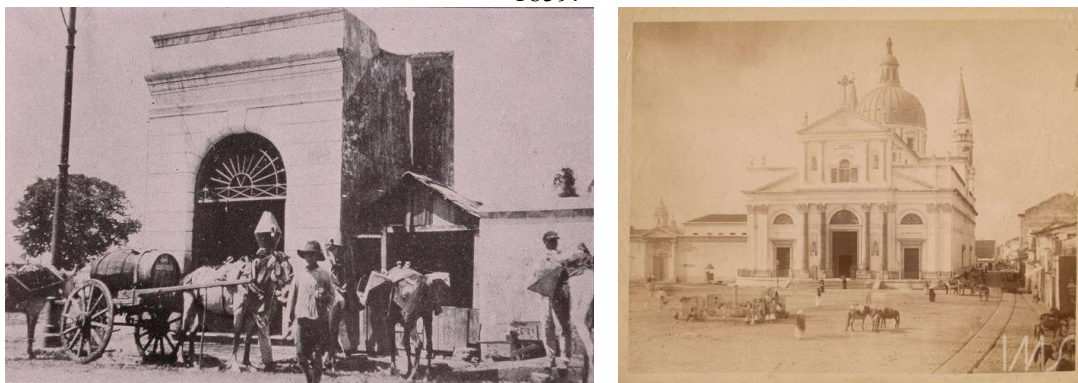
Referência: A Tarde (BA) 9/01/1915; A Tarde(BA), n.º 1059,116; (SAMPAIO, 2005, 112)

As casas de vendagem trataram-se de um original arranjo de distribuição d’água. Sem nomenclatura definida no contrato inicial, denominadas genericamente por estações ou depósitos, apenas a 1 de março 1874 é cunhado o termo, constante no Relatório dos Trabalhos

do Conselho de Governo (BA)<sup>18</sup>. Instaladas nas ruas mais movimentadas foram na opinião do Comendador Antonio da Cruz Machado, de reconhecida utilidade e substituíam os chafarizes talvez com as mesmas vantagens para a Companhia.<sup>19</sup>

Esta tipologia desenvolveu, em Salvador, um viés diferenciado da tipologia Pernambucana, sua antecessora, desenvolvendo um sistema de abastecimento similar ao da Companhia Beberibe, vendendo água à população por meio de penas domiciliares e chafarizes. No entanto, Recife desenvolveu a venda sempre em espaços próprios, construídos especificamente para essa finalidade. Fato que contrasta com a adaptação de espaços alugados na estratégia desenvolvida em Salvador. Esta particularidade, que desenvolveu espaços de venda marginais à malha urbana, não assumiu a exigência de salubridade.

Figura 6- Casa de Vendagem da Companhia Beberibe, 1926; Basílica de Nossa Senhora da Penha, 1859.



Referência: Revista da Cidade (PE) n.10, 31/07/1926; IMS, Coleção Gilberto Ferrez;

A faculdade de substituição ao abastecimento nos chafarizes das casas de vendagem foi uma medida articulada pela Companhia como alternativa aos resultados inesperados e inconvenientes da presença negra nos chafarizes. Por razões de ordem financeira, instalou apenas um pequeno número de casas, cinco em 1853, apenas sete em 1905. Podemos entender a resistência da abertura destas casas e o não investimento nesta solução, face à inconveniência da despesa extra decorrente do arrendamento dos espaços a particulares. Acompanhando o debate da instalação das casas de banho, entendemos a dificuldade no aluguer para estas funções, para os quais os proprietários pediam altas rendas, o que desmotivava a companhia.

A venda aconteceu então em espaços de aluguel baixo, resultantes da subdivisão das antigas casas senhoriais, mediante o aproveitamento de um espaço intersticial de apenas uma

---

<sup>18</sup> Fala do Presidente da Província Cruz Machado, Relatório dos Trabalhos do Conselho de Governo (BA), 1/03/1874, pág. 236;

<sup>19</sup> A Tarde (BA), 16/03/1933; Fala do Comendador Antonio da Cruz Machado na sessão da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia; Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA), 1/03/1874.

porta que dava entrada a um minúsculo espaço, onde se instalava uma torneira, um torniquete e um guarda encarregado de cobrar a água no momento em que fosse retirada.

Aproximando-se da tipologia de habitação da população mais carenciada, de uma porta e uma janela, subdividida em apenas uma porta, demonstra a quem se destinava o abastecimento nestes espaços: aos africanos, negros escravizados de ganho ou libertos, para os quais não haviam prescrições de resguardo e privacidade, condições de permanência ou de higiene, evitando-se a sua exposição nas principais praças da cidade.

A quantidade de água correspondia ao valor da moeda de cobre (10, 20, 40 e 60 réis) que era depositada em uma caixa de madeira, pintada de verde, fechada a cadeado, colocada sobre o torniquete que regulava a entrada e saída do comprador. Todas as manhãs as caixas eram substituídas por outras e levadas por ganhadores africanos para o escritório da Companhia do Queimado, onde eram abertas, contando-se o dinheiro. A Companhia trocava o cobre pelo papel, vendendo um saco de cem mil réis (Rs 100\$000) de cobre por 90\$000 de papel. (A Tarde (BA), 16/03/1933)

O trabalho do médico Octavio Torres da Silva (1908), desenvolvido na Faculdade de Medicina da Bahia, ao explorar as questões de higiene urbana considerou a água elemento fundamental para o controle de epidemias e forneceu valiosa descrição do serviço das casas de vendagem:

Nesses logares nota-se a porcaria desde o encarregado de vender a agua, que quasi sempre é um typo bodôzo, vivendo n'uma gurita da mesma especie, que não tem cuidado necessario em limpar as torneiras e lavar diariamente o sólo de sua repartição. Alli dá entrada diariamente a centenas de individuos nauzeabundos, n'uma promiscuidade medonha, sendo quasi todos os portadores de mazellas, e no recinto d' aquelle logar, cospem, sacodem suas roupas, urinam, atiram fumo mascado etc, etc., e ainda mais amarram nas grades carcomidas pela acção do tempo e impregnadas de microbios, os animais que ficam a espera dos barris que fazem a carga. Esses animaes no tôco, escavam o sólo, urinam e defecam; cujos excrementos de mistura com a urina são levados pelos pés dos conductores para dentro do chafariz, e d'alli para as casas onde taes individuos vão despejar essa agua. Ora, não é licito ignorar que semelhante processo é por demais nocivo á saúde publica, tanto mais quando se trata de uma epocha epidemica. Entretanto nada se tem feito para melhorar esses fôcos de miasmas que tem o relevante nome de deposito de agua potavel. (SILVA, 1908, 9)

Desta descrição confirmamos a dualidade de espaços entre o chafariz, imponente e artístico, e as casas de vendagem, espaços marginais, insalubres, com falta de higiene e identificados como focos de miasmas.

Também aí se estabeleceram preferências, não precisando alguns usuários de entrar na fila. O Jornal Correio da Bahia (BA) a 04/11/1998, faz referência à venda de vales metálicos para a compra de água, que exibiam numa das faces uma reprodução do chafariz da Conceição

da Praia e no verso tinha a inscrição: vale um barril de água. Quem tinha o vale, tinha a preferência de atendimento.

Figura 7 - Moeda/vale com a inscrição “Vale um Barril d’Agoa”.



Referência: Material institucional constante no acervo Gregório de Matos; Museu Imperial de Petrópolis, Coleção Museu Histórico de Petrópolis.

Gradualmente, o Município foi desativando os equipamentos, convicto da capacidade de alargar a todos a distribuição d’água através do abastecimento domiciliar. Mas a deficiência no abastecimento continuou de tal forma, que em 1916 o jornal A Tarde (BA) enumera a existência de vinte e sete casas d’água localizadas em diversos distritos da cidade<sup>20</sup>, indo em contramão ao ideal de Theodoro Sampaio e demonstrando a perpetuação deste tipo de venda, restabelecido pela Secção de Água do Município, em 1933. (A Tarde (BA) 16/03/1933)

O crescimento exponencial destes locais na cidade demonstra o preenchimento pelo espaço comercial, de fábricas d’águas e depósitos de empresas particulares, do serviço não disponibilizado pela Municipalidade. Ainda hoje úteis e espalhadas na cidade, a permanência desta tipologia de venda evidencia que, apesar dos avanços tecnológicos empreendidos por engenheiros famosos como Theodoro Sampaio e Saturnino de Brito, esta tipologia de comércio mantém-se necessária.

Na escritura de transferência de domínio, posses, direitos, ações e responsabilidades, sessão de dívidas, pagamentos e quitação efetuada entre o Município e a Companhia, listaram-se os bens da transação: 22 chafarizes e sete casas de vender água:

Quadragezima sétima - Todos os encanamentos, torneiras e [ilegível] colocados nos seguintes prédios, denominados casa de vender agoa, a saber na rua do Pão de Lot de propriedade do Doutor José Tourinho alugada por quinze mil reis mensais, na Rua do Curriachito, prédio do outorgado, na rua do Bispo de propriedade do Conselheiro Braulio Xavier da Silva Pereira, cujo aluguel já é

<sup>20</sup> O Jornal A Tarde (BA) 11/04/1916, p.01 relaciona as “casas de vendagem”: Quitandinha do Capim, Conceição do Boqueirão, Tororó, Cais de São João, largos da Conceição da Praia, Mouraria, Saúde, Água de Meninos, Lapinha, Pilar, Bonfim, Rosário, Ribeira de Itapagipe, Boa Viagem, 2 de julho, praças Castro Alves, 13 de maio, dos Veteranos, José de Alencar. 15 de novembro, e mais nas casas das ruas do Pão de Lot, Curriachito, Bispo, Dr. Seabra, Calçado do Bonfim, Madragoa e Travessa das Mercês.

pago pelo outorgado, na Rua Doutor Seabra, de propriedade da Ordem Terceira de São Francisco, de aluguel mensal de cinquenta mil-reis, na calçada do Bonfim, de propriedade do Doutor Reis Magalhães de aluguel mensal de quinze mil reis, na Madragôa de propriedade do Coronel Amado Bahia de aluguel mensal de vinte mil reis, e na travessa das Mercês propriedade do Conselheiro Braulio Xavier da Silva Ferreira do aluguel mensal de vinte mil reis.

### 1.3.3 Penas domiciliares

6.º Os Empresarios ficam com direito de arrendar os anneis ou pennas d'água pelo preço e tempo que lhes convenha, nunca excedendo porem este de praso marcado no artigo precedente. [30anos] (norma constante do contrato da Companhia do Queimado, 17/01/1853)

Embora no primeiro contrato, que definiu o âmbito de funcionamento da Companhia, o arrendamento de penas d'água não tenha observado a definição dispendida na localização dos chafarizes, era conhecido que esta seria a receita mais vantajosa à empresa, o que se confirmou com o gradual aumento da contratação.

Respeitando a ordem de prioridades definida no contrato, finda a instalação dos chafarizes, foi iniciada a instalação do serviço particular nas principais avenidas, ramificada por outras ruas, para os habitantes que desejavam o benefício<sup>21</sup>. Em 1857, o Queimado servia 2.317 penas particulares e os estabelecimentos públicos: o Matadouro Público, Hospital da Caridade, conventos de S. Bento e S. Francisco, prisão do Barbalho e Santo Antônio, lucrando 27\$950 [contos de réis]<sup>22</sup>. Um valor irrelevante face o inicial desinteresse da população pelo serviço domiciliar, pelo qual pagava uma taxa fixa de 9\$000 mensais, um valor considerado alto face à qualidade do serviço.

A 15 de setembro de 1858, o número de penas mantinha-se tão pequeno que ficava muito aquém daquele que a Diretoria previra para fazer face ao custo do seu material, sendo o seu rendimento quase nenhum<sup>23</sup>. A suposta inviabilidade financeira da empresa justificou a solicitação imediata do privilégio da venda d'água, com o intuito de proibir a venda dos particulares, acabando com a concorrência. Não se encontra na Lei a atribuição deste privilégio, que funcionou mais como um pressuposto, uma proteção política. (Jornal do Commercio (RJ), 8/07/1862) Este pressuposto será apreciado em 1866, quando o engenheiro Antônio Lacerda solicita licença camarária para o encanamento e venda d'água da sua chácara do Tororó, problemática que apresentamos no capítulo 2.

---

<sup>21</sup>Fala do Presidente da Província o Doutor Alvaro Tiberio de Moncorvo e Lima, 14/05/1856; Relat. dos Trab. do Conselho Interino de Governo (Ba), edição 1, 1856, pág. 72.

<sup>22</sup> Fala do Sr. Desembargador J.L.V. Cansansão de Sinimbu, Presidente da Província da Bahia, edição 1, 1857, pág. 127;

<sup>23</sup> Na fala do 1.º Vice-Presidente da Província o “desembargador” Manoel Messias de Leão, constante no Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (Ba), edição 1, 1858, pág. 19;

Em 1860 a tubulação já se encontrava em algumas das principais ruas da cidade, em artérias que se estendiam do Queimado à Barra e ao Bonfim, e a Companhia pretendia estendê-la a todas as outras ruas e becos.<sup>24</sup> A proteção política e o aumento do número de penas deixara o Queimado com a perspectiva de lisonjeiro futuro. O abastecimento particular, dos estabelecimentos públicos e de caridade tinham o consumo diário de 8 mil barris<sup>25</sup>, e em 1874, o lucro da pequena rede de distribuição, de apenas 53.218 metros, superava já o lucro dos chafarizes e “casas de vendagem”, conforme esperado:

[...] a diferença para mais na receita de 12:178\$650, assim como na despesa de 1:608\$249 reis, prova o progresso que tem tido a procura das pennas d’água para casas particulares e a concorrência dos chafarizes e casas de vendagem estabelecidas nos pontos mais distantes d’aquelles. As pennas d’água produzirão 67:035\$710, os chafarizes 39:020\$950 reis. (Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA), edição 1, relativo ao 28.º semestre da Companhia, 1874, pág. 236)

Atingindo os lucros esperados, o Queimado muda o seu escritório para a praça do Palácio, instalando-se no edificio da Câmara, mas a relação da empresa com o Município começa a se deteriorar a partir da década de 70, quando a Municipalidade manifesta insatisfação pelo serviço e interfere na gestão da empresa, exigindo maior segurança na contratação e garantias de disponibilidade d’água. O aumento da contratação agravou a quantidade de devedores por encanamentos, concertos e suprimento d’água.<sup>26</sup> O movimento das penas demonstra a instabilidade de adesão, permanência e pagamento do serviço, contrastando com a baixa abertura de penas novas no início do século XX.

Tabela 1 - O movimento das penas d’água, 1905.

<b>Pennas d’água</b>	<b>1.º semestre</b>
Pennas alteradas	25
Pennas abertas	821
Pennas fechadas	726
Pennas novas	63
	<b>2.º semestre</b>
Pennas alteradas	14
Pennas abertas	773
Pennas fechadas	826
Pennas novas	59

Referência: Relat. da Direcção apresentado à Assembleia Geral dos Accionistas, Abr/1905, pág. 5;

Combatendo o alto número de devedores, o Queimado desenvolveu uma política radical de fechamento de penas, sujeitando a contratação do serviço a um processo de seleção, que

<sup>24</sup> Fala da Presidência constante no Relat. Trab do Conselho Interino de Gov. (BA), edição 1, 1860, p. 75;

<sup>25</sup> Fala da presidência constante no RTCIG-Bahia, edição 1, 1860, pág.75;

<sup>26</sup>Relatório da Direcção da Companhia do Queimado e parecer da comissão de contas relativo ao 31.º semestre, apresentado em assembleia geral de 26 de março de 1874;

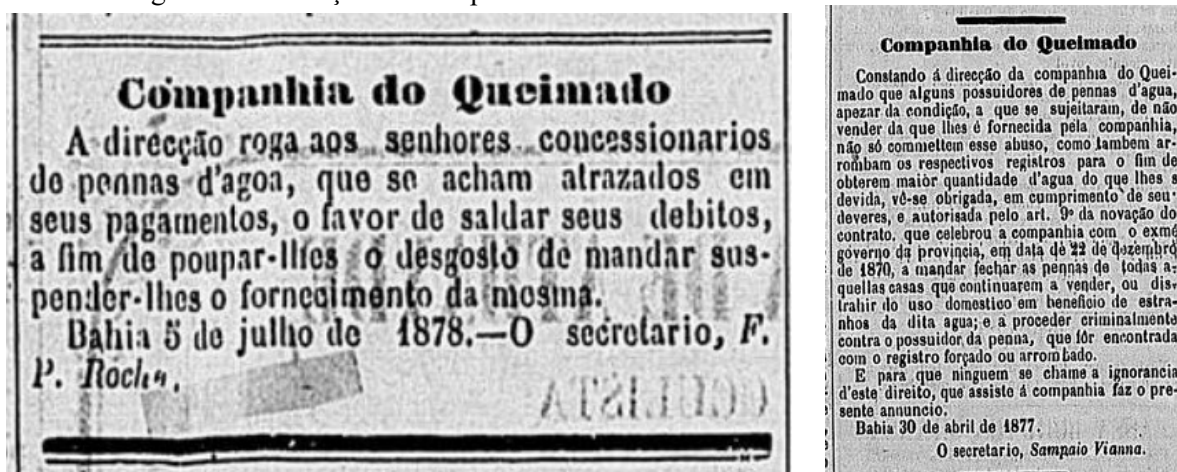


pretendia excluir potenciais clientes problemáticos, condicionar o uso das penas e impedir a revenda.

- Captao, esta companhia do Queimado tem celebridades! -Como assim? -Não sei a razão por que fornecendo agua aos hotéis á fabrica de chapéus aos Coqueiros, recusa-se a fazel-o ás padarias. -É que entende que aquelles necessitam mais que estas. -Pois é um erro; no caso em que estão uns está outros; ou antes as padarias tem precisão mais urgente que os hotéis, visto que fornecem um gênero de primeira necessidade para o publico em geral, ao passo que poucos comem em hotel. Em depois os hotéis com quatro, seis, ou oito barris, estão abastecidos, em quanto que não acontece assim com as padarias, que veem-se na necessidade de distrahir os trabalhadores em carregar agoa, o que produz imenso estorve. Quanto a fabrica de chapéus, nem é preciso falar. -Não é por ahi que eu vou. (O Alabama (BA), 9/10/1869)

Se defendendo das acusações de abuso de poder e instabilidade no serviço, denunciava factos criminosos, de destruição dos registros das penas d'água, o roubo de cadeados, tranquetas e registros<sup>27</sup>, que se achavam colocados n'uma caixa d'alvenaria coberta por laje de cantaria junto às portas dos prédios, para obterem maior quantidade d'água do que lhes é devida. (Correio da Bahia (BA), edição 32, 3/05/1877, p.2) Ofereceu recompensa por denúncias e a quem prender em flagrante o delinquente e 50\$000 se descobrir os objetos roubados. (Gazeta da Bahia (BA), edição 122, 1/05/1884)

Figura 8- Publicação da Companhia solicitando "o favor de saldar seus debitos".



Referência: Correio da Bahia (BA), edição 87, 5/07/1878; Correio da Bahia (BA), edição 31, 1/05/1877, p.3;

<sup>27</sup>Os registros que aqui se mencionam seriam os dispositivos responsáveis pelo fechamento ou abertura da passagem da água pela canalização, uma vez que os registros contadores só serão instalados mais tarde.

O pagamento da taxa única de 9\$000 mensais, independente do consumo, favoreceu a revenda privada e o aparecimento de novas casas de venda particulares, que conformou uma situação difícil de comprovar e restringir:

[...]o consumo d'água do theatro corre por conta do sr. Manuel Lopes Cardoso, o qual na qualidade de empresário, mediante ajuste, nos deu o direito de lá tirar-mos a agua precisa para o gasto de nosso estabelecimento, durante a sua ausência, desta capital.

Ora, se como confessa o nosso contendor, não somos nós que tomamos banhos no theatro e a agua que gastamos é paga com o nosso dinheiro, onde quer tirar essa culpabilidade que tão levemente sobre nós arreja? (Correio da Bahia (BA), 10/02/1874)

Na negociação da renovação do contrato, de 22 de setembro de 1870, na Presidência do Conselheiro Barão de S. Lourenço, as condições para a suspensão das penas foram estabelecidas pela Municipalidade, protegendo os consumidores, evitando o estabelecimento de privilégios odiosos. (O Alabama (BA) 9/10/1869)

Art. 8.º A Companhia não poderá recusar pennas d'água á quem o exigir e pagar sujeitando-se aos Regulamentos; e uma vez realizada a concessão, não podera ser retirada ou suspensa senão na forma dos ditos Regulamentos; nem o preço da concessão poderá ser elevado á mais de 15 réis por barril de tres canadas<sup>28</sup>.

Art. 9.º Um Regulamento feito pela Companhia e pelo Governo approved especificará os casos de suspensão das pennas d'água, ou de multa por abuso, tendo a parte prejudicada recurso para o Chefe da Policia, e d'este para a Presidencia, quando a causa da suspensão ou da multa não fôr por falta de pagamento ou por venda d'água tirada da penna concedida, ou distracção do uzo domestico á bem de estranhos. (termos de novação do contrato de 22/12/1870)

Ao mesmo tempo que a Municipalidade travava os abusos da empresa, também protegia a sua infraestrutura, enquadrando os que destruïrem ou danificarem as obras da companhia às penas o que o Código Criminal inflige aos que mutilam ou danificam monumentos públicos. (Lei Provincial n. 451 de 17 de junho de 1852, § 5.º do art. 2.º, 1884)

Em 1889 a Assembleia Provincial contraria a pretensão do Queimado que pretendia aumentar o custo do serviço.<sup>29</sup> Em negociação, a diretoria mostrou-se disposta a alterar o sistema de distribuição estabelecendo um fornecimento mínimo, menor de 20 barris diários, segundo a necessidade de cada um, que resultaria em menor dispêndio. A colocação de um

---

<sup>28</sup> “Canada”: antiga medida de líquidos (vinho, azeite) equivalente a quatro quartilhos.

<sup>29</sup> Relatório com que o Exm. Sr. Cons. Dr. Manuel do Nascimento Machado Portella passou a administração da Provincia ao Exm. Sr. Desembargador Aurelio Ferreira Espinheira no dia 1.º de Abril de 1889, constante no Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (Ba), edição 1, 1889, pág. 121;

registro d'água, para que o consumidor pague somente o que gastar, ajudaria a controlar o custo do serviço, o consumo, e a revenda, à semelhança do registro de gás, já existente.

No governo de Luiz Tarquínio (1890) é anunciado o reajuste que representava algum alívio aos consumidores: “Nossos applausos. À companhia do Queimado apenas diremos: - antes tarde do que nunca.” Considerou-se urgente a instalação de esgotamento e acabar com o fornecimento d'água a particulares e a estabelecimentos públicos pelo sistema de torneira livre: o flagelo das grandes distribuições. (Gazeta Médica da Bahia (BA), edição 23, 1891, 221)

Obrigando à importação de torneiras de contagem, motivo que provavelmente impediu a sua concretização, a situação manteve-se até que o jornal a Cidade do Salvador (BA), em 17/05/1898 anuncia novamente a pretensão do aumento de preço da tarifa para a quantia de 13\$000. (Anexo 4) Demonstrando que, oito anos depois da negociação de Luiz Tarquínio a situação ainda se encontrava nos primitivos moldes. A solicitação do aumento gerou uma onda de revolta popular, exposta nos jornais que consecutivamente se declaram contra:

Não ha n' esta terra quem não saiba de que só pode viver ou o muito rico, ou o ganhador de cesto, aos quaes somente lhes ocorrem a fortuna! A agua que já era cara (9\$) por mez, com a obrigação de dar-se diariamente vinte barris pequenos a quatro annos que passou para alguns barris em um dia sim, em outro não, de modo que feitas as contas, temos quinze dias, "ou quinze noites" porque só vem agua a noite em lugar de 30 dias - o que - equivalle 15 noites de agoa por 9\$00!!! e muita gente há que passa dias e dias, noites e noites sem saber noticias da água do Queimado! Ora isso é o cumulo do desrespeito as leis, e a maior das injustiças de quem recebe os 9\$000 do pobre assignante, isso não tem nome! E como é que ainda se quer concessão de augmento de preço para a quantia de 13\$000? onde se viu maior injustiça? [...] Será possivel a municipalidade esqueça-se de que os seus deveres são de zelar, defender, e beneficiar ao povo? (Cidade do Salvador (BA), edição 411, 17/05/1898, pág. 2)

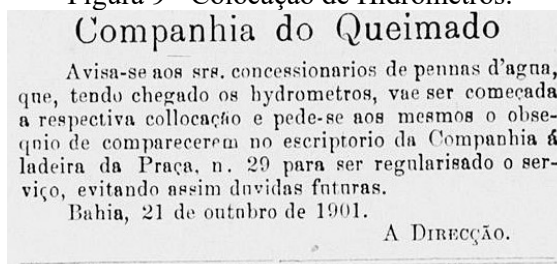
Abusando seriamente das leis, e estabelecendo preços vexatórios à pobreza, a população reage à escassez buscando alternativas, abrindo junto de suas moradas fossas à procura do nível onde possa chegar à água do Queimado, única que lhe pode ser suprida, muitas vezes rompendo o encanamento para colocar torneira para beber e para a cozinha. (O Jornal do Salvador (BA), 13/12/1897)

Diante de tudo isto, ai d'aquelle que não pagar a mensalidade integral no momento em que lhe é apresentado o recibo de suprimento de agua, de vinte barris por dia talvez, e que ele não os vio, nem por um óculo. Ai d'aquelle que resistir ou reclamar! Cortam-lhe logo o encanamento por ordem da augusta direção, ante a qual não há direito, não há lei senão a sua prepotência, senão o abuso dos poderes de que se acha revestida pelas suas condições especiais e excepçionaes. (A Cidade do Salvador (BA), edição 409, 1898, pág. 2)

A Bahia, terra *sui generis*, sofria com a paciência e resignação evangélicas. É ludibriada por uma companhia anônima, rica e prospera à custa dos abusos e que ainda quer aumento de contribuição por serviços que não presta conforme está obrigada! “Deixemos de tantas protecções a quem a vida é fácil, e que não sabe o que seja o cansaço, o suor e as dificuldades, para manter a existência.” (A Cidade do Salvador (BA), edição 409/411, 1898, pág. 2)

Os hidrômetros começaram a ser instalados, em 1901, sendo lembrada a conveniência de uma lei Estadual ou Municipal que obrigasse todos os prédios de um certo aluguel a ter pena de água regulada por hidrômetro, “porque desde que o concessionário tiver a torneira a sua disposição e pagar o que gastar, garante que não haverá desperdício nem prejuízo para a companhia.” Este princípio é, contemporaneamente, ainda uma questão por solucionar. A instalação de apenas um hidrômetro por prédio, impede o conhecimento exato do consumo de cada proprietário, que impede o desenvolvimento de medidas e consciencialização da necessidade de evitar o desperdício d’água. Em conta conjunta, que é dividida igualmente por todos os consumidores, desconhece-se o consumo real de cada consumidor.

Figura 9 - Colocação de Hidrômetros.



Referência: A Lanterna (BA), edição 25, 1901, p.4;

Embora a população tenha concordado com o aumento do preço da pena, de 9\$000 para 12\$000rs mensais, nem com este aumento a Companhia se animou a melhorar o serviço. (BRITO, 1929, 28) O abastecimento da população pobre continuou omisso das discussões, continuando sem meio de se abastecer. O jornal Cidade do Salvador (BA), a 7/05/1898, questiona: “Deverá [ela] viver desasseiáda, androjosa, immunda, habitando os seus cubiculos sujos, infectos, nauseabundos, curtindo além de outras necessidades, a mais imperiosa, inclemente e desapiedosa – a sede?”.

A Inspetoria de Higiene concordava com a imprescindibilidade do abastecimento d’água para a higiene pública, considerando escassa e de má qualidade a água existente para os usos ordinários da população<sup>30</sup>. Em vistoria a três propriedades identifica o acúmulo de matérias fecais e valas descobertas como os principais inconvenientes à higiene. Nas ruas, foi

<sup>30</sup>Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (BA), edição 1, pág. 3, 1895, assinado pelo Inspector Dr. Eduardo G. Costa.

identificado o despejo público das matérias e latrinas públicas, que representavam enormes focos de infecção e a falta de infraestrutura de esgotamento, como os fatores mais problemáticos. Na fiscalização de 131 prédios, 46 apresentavam falta de asseio geral, com canos obstruídos ou arrombados, latrina sem sifão, em péssimo estado.

O relatório da mesma entidade, de 1894, enumera que o Queimado servia 3.500 prédios apenas. De um total de 17.857 prédios existentes no perímetro urbano, podemos aproximar a beneficiação de apenas 19,6% dos prédios existentes, dado que confirma e revela um abastecimento domiciliar muito precário, incipiente e seletivo em Salvador no início do séc. XX.<sup>31</sup>

No livro da “Escritura de transferência de domínio, posses, direitos, acções e responsabilidades, sessão de dívidas, pagamentos e quitação” consta a transferência dos bens da Companhia para o Município, de 1905, onde encontramos a listagem dos bens da transação. Nesta lista identificaram-se apenas quinhentos e setenta e seis penas d’água. Este dado revela que entre 1894 e 1905, o Queimado perdera a contratação de 2.924 penas domiciliares, vendo o seu serviço reduzido a 16% da sua capacidade de 1894. Esta circunstância ajuda a entender a aceitação pacífica do seu encampamento, pelo Município, em 1905. A opinião pública, pela sua pressão e procurou processos alternativos de abastecimento, venceu a disputa, não contratando o serviço.

Foi evidente o embate político entre governos liberais e conservadores e a forte oposição dos proprietários em investir nos seus imóveis, contrastando com os interesses dos arrendatários. Preocupados com o aumento de taxas Municipais, foi evidente o espírito partidário ou a resistência rotineira dos inimigos naturais de todo e qualquer melhoramento.

Foram várias e sucessivas as tentativas de implantação do serviço de escoamento e limpeza, chegando a ser assinada, em 1871, unicamente para as freguesias da Conceição da Praia e Pilar, para a habitação da elite. (Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA), edição 3, 1871, p.6)

Mais uma prova patente e cabal de que na Bahia não existe hygiene, é o preço de um dos seus principais elementos – a agua – pois, a população, para obtel-a canalizada, tem de pagar 12\$000 mensaes, e a porção é tão parca, que não podem seguir os preceitos higienicos, para tornar suas habitações salubres – Não temos esgotos para essas immundices, sabem todos, temos sim, mais um sarcasmo maldicto atirando a face do progresso científico da matéria de hygiene: os canos estagnação das matérias putrescíveis, as terríveis bocas de

---

<sup>31</sup> Engenheiro chefe da Municipalidade relativa ao sistema de esgotamento da cidade apresentado pelo Eng. Theodoro Sampaio. A Gazeta Médica da Bahia (n.º1) em 1903.

lobo á exalarem aos excessos da temperatura gazes mephílicos á passagem dos transeuntes! (SILVA, 1908, 23)

No término da sua atuação, a empresa auferia 51:155\$020 de rendimento anual em chafarizes e casas de vender água. 496:360\$045 referentes ao serviço domiciliar, reafirmando esta como a principal fonte de rendimento. Em alugueis de casas de vender água e do escritório gastou 1:520\$000 semestrais, dispendendo 7:591\$100 para o pagamento de guardas de chafarizes.<sup>32</sup>

#### **1.4 A gestão da cidade: as Companhias e a Câmara Municipal.**

Quem diria, que n'esta terra, que n'esta segunda cidade de hum colossal império, hoje, em 1848 as ruas fossem mal calçadas, não houvesse huma praça digna d'esse nome [...] Nem hum chafariz há n'esta cidade. (Revista Americana (BA), edição 3, 1848, p.2)

Salvador não foi dotada de infraestrutura urbana, em seu sentido amplo, até o século XVIII quando se começaram a desenvolver políticas que pretenderam organizar os serviços da cidade. Apesar de possuir um dos maiores portos da América Latina enfrentou graves problemas de salubridade, insegurança e abastecimento que atravessaram todo o século, sem que a Câmara Municipal se posicionasse ou buscasse soluções, agindo apenas através de posturas e utilizando como instrumentos a coerção e punição. Os serviços foram organizados então por iniciativas privadas.

Nutro esperança de ver realizada esta empreza por huma companhia organizada nesta praça á exemplo da Companhia de Bibiribe de Pernambuco, a qual fez conduzir agoa do rio da prata na distancia de duas leguas por canos de ferro até a cidade do Ricife, onde já hum chafariz está prompto, e vão-se edificar outros. (Fala do Presidente da Província da Bahia o conselheiro Antonio Ignacio d'Azevedo, edição 1, 1847, pág. 25)

Antônio Gonçalves Martins, Juiz de Direito de Santo Amaro, assina no último ano do seu primeiro mandato, em 1852, a criação da Companhia do Queimado. No seu segundo mandato (1868-1871) ocorreu um forte ciclo de melhorias urbanas em parceria com particulares, por si só ou organizados em Companhias. Este sistema, entendido como sendo o geralmente preferido em todos os países adiantados, pretendia desenvolver com afincio o fim de ver implantado o espírito de Associação: a alavanca do progresso moral e material. Neste espírito foram criadas várias companhias sanitárias como a Companhia do Queimado (1853),

---

<sup>32</sup> Relatório da Direcção da Companhia do Queimado apresentado à Assembleia Geral dos Accionistas em Abril de 1905;

de esgotos (1873), transportes (1869), investidores (Grupo Lacerda), Comerciais (1649/1775), que pretenderam resolver as necessidades políticas e higiênicas oitocentistas.

Através de financiamentos estrangeiros, empréstimos provinciais e outros incentivos, foram instaladas as infraestruturas essenciais à cidade, resultando em esquemas associativos de dependências primordiais para a realização dos anseios elitistas emergentes, coordenada pela burguesia emergente e antigos donos de engenho. (TRINCHÃO, 2010, 48) Novos agentes modernizadores, com estrutura familiar, se desdobraram em alianças empresariais e exerceram forte influência política. Embora sem experiência e se lançando em empreendimentos sem uma noção muito clara das dificuldades, conseqüências e possibilidades de lucro ou prejuízos. Por estes motivos, muitos perderam suas fortunas. (TRINCHÃO, 2010, 71/72)

A Companhia de Abastecimento de Água do Queimado foi descrita pelo IPHAN, no processo de tombamento liderado por Astor Lima como a primeira do gênero no país<sup>33</sup>. Interessados em conhecer “o gênero” a que se refere, iniciámos as nossas pesquisas que encontraram Companhia(s) de distribuição d’água com data de formação anterior, como a Companhia “Bibiribe” ou “Beberibe” de Recife (PE) fundada em 1848, com formação autorizada pelo contrato de 11/12/1838, alavancada por *Vauthier*, na década de 40, quando assumiu a Repartição de Obras. (JUCÁ, 1975, 25)

A relação institucional da Companhia do Beberibe com as autoridades públicas é ainda desconhecida, mas encontramos algumas sugestões, como no jornal O Liberal Pernambucano (PE)<sup>34</sup>, que lamenta a apropriação do encanamento pelo Presidente da Companhia, “abusando de sua posição”, e denuncia a incompatibilidade do Presidente da Câmara ser sócio de um arrematante de obras da mesma Câmara. A contratação, realizada por via de arrematamento, se diferencia das condições contratuais do Queimado, e se equipara à estabelecida no Rio de Janeiro. O gênero a que se refere Astor Lima pode ser referente ao tipo de contrato realizado entre as autoridades públicas e a empresa. Enquanto em Recife e no Rio de Janeiro a gestão pública contratou as obras de infraestrutura, em Salvador foi concedido o direito de concessão por 30 anos.

O jornal O Estandarte (MA)<sup>35</sup> suscita dúvidas relativas à exclusividade de venda da Companhia de Bibiribe. Considera a prática inconstitucional e “perfeitamente inútil, pois nenhuma outra indústria de venda d’água na cidade poderá resistir á da Companhia, salvo se a

---

<sup>33</sup> A aprovação unânime pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, inscrição no Livro do Tombo Histórico – Volume II, sob o n.º 544, às fls. 30, em 14 de fevereiro de 1997, <http://portal.iphan.gov.br>;

<sup>34</sup> O Liberal Pernambucano (PE), edição 83, 1852, pág. 2;

<sup>35</sup> O Estandarte (MA), edição 7, 1856, pág.4;

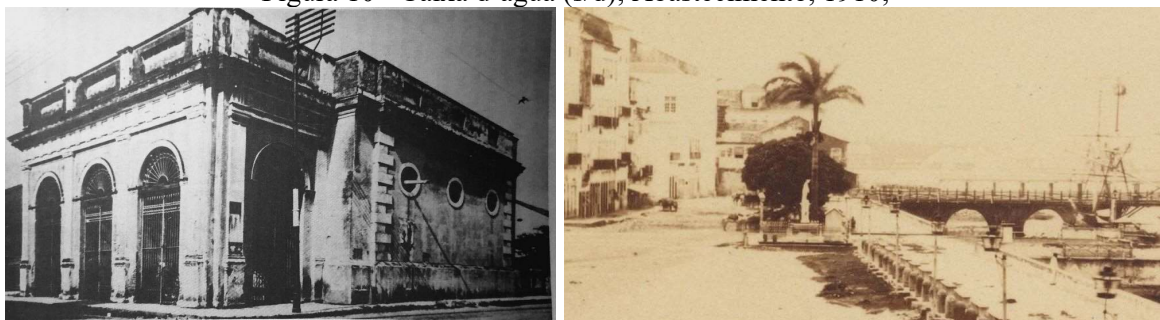
água do encanamento for má, e n'esse caso o governo não póde obrigar o povo a bebe-la.” Observaram também que a proibição “ofende direitos de propriedade já adquiridos”:

Quando se creou a companhia de navegação a vapor no Itapicurú, não vimos que se prohibisse a navegação do rio pelas antigas canoas, botes, iguaritês, etc, etc. Apenas se concedeu o privilegio exclusivo na navegação a vapor. [...] Dizem-nos que os estatutos da companhia do Bibiribe, que não vimos, consagrão esta mesma disposição; mas *quid indé?* Commetteu o mesmo erro. (O Estandarte (MA), edição 7, 1856, pág.4)

Apesar de “não ter visto” o contrato, o jornal aponta que a Companhia de Bibiribe dispunha de privilégios de venda, sendo necessária a realização de um estudo desta Companhia em particular, para afirmar com clareza os parâmetros definidores do “gênero” de que o Queimado se afirma precursor, uma vez que como mostra o Queimado, os privilégios podiam ser supostos, o que não indica que fossem legislados.

De antemão alertamos para a possibilidade da Companhia do Queimado ter inaugurado a distribuição desigual de água, manejada de acordo com o status social/cor do público a que se destinava, formalidade que, de certo, não justificaria o seu tombamento, apenas sustentada pela necessidade de denúncia para promoção de políticas de igualdade no acesso aos serviços.

Figura 10 - Caixa d'água (s/d); Abastecimento, 1910;



Referência: Revista da Cidade (PE) n.10, 31-07-1926; IMS, Coleção Gilberto Ferrez;  
Figura 11- Aguadeiros em Recife;



Referência: Revista da Cidade (PE) n.10, 31-07-1926; IMS, Coleção Gilberto Ferrez;

A concessão de privilégios de exclusividade para realização de determinada atividade foi uma prática generalizada na segunda metade do séc. XIX em Salvador. O jornal O Monitor (BA) noticia uma verdadeira epidemia de petições de privilégios: era para navegar e abrir



estradas, para fazer almanaques e pregar letreiros, para fazer tecidos de algodão, fino e grosso, de seda, de caruá, para fazer álcool e cosméticos, para vender bilhetes de loterias e fazer papel, para matar formigas e ajardinar pântanos:

[...] Em breve, haverá quem requeira privilegio para construir casas, vender pão, agua ... perdão, já há privilegio para vender agua, na opinião dos homens do Queimado (O Dr. Augusto Frederico de Lacerda quis encanar a excelente agua de sua fazenda Tororó e não o pode conseguir) leite, galinhas, porcos, capim, e talvez .... quem sabe .... os audazes n´este paiz tudo alcançam ... o *jusprime noctis*. Oh tempos! Oh costumes! (O Monitor (BA), edição 6, 1876, p.3)

No início da década de 50 já se encontravam constituídas quatro empresas particulares de vulto, três na capital (Queimado; a iluminação a gás e a estrada da Vala) e a quarta, a estrada de ferro, sob a responsabilidade do Governo Provincial. No entanto, carecia “tratar do aceio, limpeza e embelezamento da nossa primeira Cidade, cujos habitantes, pelos impostos que pagão, tem direito aos melhoramentos materiais que tanto reclamão as praças e ruas.”<sup>36</sup> Uma vez anunciada a perda do braço escravizado, que tudo carregava e fazia funcionar, a elite Baiana, sem experiência na gestão de cidades, contribuiu para a configuração de uma modernização definida pela dependência na importação de tecnologia, materiais e mão de obra qualificada. (TRINCHÃO, 2010, 47) O modelo de modernidade europeu, principalmente o inglês, foi importado, encontrando dificuldades na sua adaptação à realidade, resultando em embates com obstáculos que resultaram em tensões sociais antes não consideradas.

Acontecia a reestruturação política, primeiro com a constituição das instituições próprias do Império, depois da República, polarizada na disputa entre azuis (liberais) e vermelhos (conservadores). A bancada conservadora, composta por antigos escravocratas, donos de engenhos, aliada à burguesia, disputou os lugares de poder, defendendo a gestão centralizada. Foi defendida a formação de uma empresa única de “asseio da cidade, nivelamento de praças, construção de ruas”, mesclando gestão pública e privada, apoiando a atuação do Queimado e pretendendo ampliar as suas competências de atuação:

[...] são obras pelas quaes a população hoje abençoa á empresa de asseio da cidade?

Partiu toda ella da companhia do Queimado, vermelha, que pretendia organizar uma companhia que se encarregasse de todas as empresas presentes e futuras da província; querião fazer disso um centro de operações eleitoraes e altamente lucrativas, em consequência do mais horroroso monopólio. Querião o asseio da cidade com a mesma subvenção e maior gravame para as casas particulares; querião empresa de carros mortuários, de conducção, e recreio com exclusivo; querião empresa de esgotos, e querião tudo o mais quanto se devesse e se

---

<sup>36</sup> Fala do Presidente constante no Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA), edição 1, 1864, pág. 16;

pudesse fazer na província. Não conseguirão. (Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (RJ), 1865, edição 150, pág. 1)

A 20 de fevereiro de 1865, o Inspetor de Saúde Pública, Dr. José de Góes Sequeira remeteu ao Presidente da Província da Bahia, Luiz Antonio Barboza de Almeida cópia do relatório<sup>37</sup> onde referência a existência de uma empresa para a distribuição de água, na Inglaterra, para a qual “quantas aplicações de imenso e vario alcance se hão feito, aplicações todas practicas, cujos resultados diretamente revertem em beneficio da saúde publica!” (SIQUEIRA, 1865, 165) Era a *Water Supply, Drainage and Towns Improvement Company*, apresentada como exemplo de companhia que contratou com diferentes cidades da Grã-Bretanha o fornecimento d’água necessário à vida doméstica, à irrigação, ao asseio das ruas, a remoção das matérias solidas procedentes de cloacas e acumuladas nos esgotos, e tudo quanto fosse tendente ao serviço de incêndios.

[...] Ora em nosso paiz, guardadas as proporções, se não poderião fundar Compa.as com semelhantes fins? Eu creio que sim: e taes Empresas convenientemente dirigidas trarião resultados mais proficuos em relação a hygiene publica. – Nesta Capital a Comp.<sup>a</sup> Aquaria do Queimado já poderia ser o núcleo d’uma Empresa d’essa natureza: se ella fosse animada, e recebesse todo o impulso, e desenvolvimento estou (sic) que se lhe poderia dar esta direção o que seria de summa utilidade, e n’isto vou de acordo com a opinião da Comissão da Gran-Bretanha, isto é, que a salubridade desses diversos centros de população muito ganharia, concentrado-se tanto quanto fosse possível nas mãos d’uma mesma Comp.<sup>a</sup> o abastecimento d’água, o dessecamento. E saneamento das respectivas localidades. (SEQUEIRA, 1865, 165)

Altamente lucrativa, a disputa pela colocação da infraestrutura da cidade será acirrada entre as famílias Pereira Monteiro e Lacerda, ambas enriquecidas pela indústria de transformação do algodão. Antecipando-se, Pereira Monteiro, aliado a dois investidores, constitui a Companhia do Queimado, aproveitando a água armazenada no açude existente na sua fábrica de tecidos para o abastecimento da cidade em 1853. À família Lacerda será atribuída autorização para a instalação do serviço de transporte coletivo. O Liberalismo, impediu a intervenção Estatal em áreas de iniciativa privada, no entanto, continuaram a ser formalizadas medidas políticas que as protegeram.

A partir de 1869 o serviço de abastecimento irá se entrelaçar com o sistema de canalização para escoamento das matérias “excrementícias, urinarias e aguas servidas”<sup>38</sup>, que

---

<sup>37</sup> Relatório acerca do Estado Sanitário da Província da Bahia durante o ano de 1864, elaborado pelo Inspetor da Saúde Pública e enviado ao Presidente da Junta Central de Higiene Pública, sendo remetido, mediante cópia, ao Presidente da Província a 25/02/1872. (GMBahia 2004;74:2 (Jul-Dez): 157-167)

<sup>38</sup>

exponenciou a problemática da escassez de água. (Diário do Rio de Janeiro (RJ), 1874, edição 136, pág.2) As medidas higiênicas enfrentaram novamente a oposição dos proprietários dos imóveis, indispostos a aumentar os seus gastos para adquirir os serviços de latrinas e banheiros, uma vez que não habitavam nestes lugares. (UZEDA, 1992, 114) Esta situação ajuda a explicar a falta infraestrutura hídrica que em 1923 ainda atingia mais de dois terços de seus quase 290.000 habitantes. (Gazeta Médica da Bahia (BA), julho, 1923, pág. 43/50)

A inexistência de uma rede d'água e esgotos tiveram consequências indiretas, que impediram a instalação de outras infraestruturas públicas na cidade. É o caso das lavanderias coletivas. Relatos e fotografias captaram as roupas estendidas no chão da cidade, a courar, outra particularidade da paisagem de Salvador que revela a falta desta infraestrutura coletiva.

A Municipalidade conhecia as lavanderias públicas de Paris, consideradas de grande e proveitoso desenvolvimento. Existindo apenas uma em 1846, em 1876 contavam-se tantas quantos são os bairros em que se subdividia a grande cidade. De verdadeira utilidade pública, as lavanderias eram edifícios simples e de elegante construção, em estrutura de ferro e teto envidraçado e sempre asseado. Apesar de destinados à população pobre, não deixaram de ser equipados com tecnologia de vapor, que aspirava as águas do Sena, fazendo mover e aquecendo os enxugadores:

A acção desta parte dos aparelhos é tão activa que em seis a oito minutos toda a porção de roupa que recebe restitui tão enxuta que d'alli passa logo aos engommadouros, que também em poucos minutos dão conta do seu mister. Os tanques são alimentados por enormes repuxos, que tão rapidamente enchem como os escoadouros os esvasiam; de modo que em 8 a 10 min a agua se renova completamente. As batedeiras constam de duas taboas inclinadas destinadas ao ensaboamento. A barrelleira ocupa uma sala particular bem ventilada. Cada uma trouxa entra n'ella atada por um cordel com o numero de ordem para evitar trocas ou extravios. (O Monitor (BA), edição 68, 1876, pág. 2)

O uso de lavanderias coletivas e tecnológicas em Paris contrastou com a estratégia adoptada para a modernização de Salvador, onde se optou por manter as utilidades do dia-a-dia, executadas pelos pobres, sem investimento. Em 1915, a cidade mantinha o trabalho das lavadeiras ao ar livre. A Municipalidade coibia o seu trabalho, sem que apresentasse alternativas:

Na nossa Bahia é o que so vê: contraste sobre contraste, em toda a parte. Não há força humana, ou, pelo menos, ainda não houve força humana que acabasse estas conhecidas "tradições": [...] Seria um nunca acabar se fossemos nos dar ao trabalho de fazer a relação das nossas "tradições" as lavadeiras ao ar livre.... Ha-as por toda a parte, no centro da cidade e nos arredores e suburbios; não raro é de ver-se, em ruas da Sé, roupas, lavadas, courando ao sol, estendidos sobre os paralelipipedos das calçadas. Esse hábito porem, de tanto falar a imprensa, vai

sendo coibido pela policia e fiscalisação municipal. (A Tarde (BA) 30/04/1915)

Figura 12 - "Jaqueira" [1870-1880]; Terreiro de Jesus com a Catedral [1870-1880];



Referência: Brasiliana Fotográfica, Gaensly, Guilherme, 1843-1928;

## Conclusão

Neste capítulo procurámos demonstrar como se formaram os lugares de contraste do século XIX, quando o problema da infraestrutura urbana, de higiene e controle dos elementos tornou urgente a constituição de Companhias que se responsabilizassem pela implantação e gestão dos serviços.

Apoiados na formulação de que a história urbana é transparência da história social, econômica e política, detectámos territorialidades intersticiais de linguagem urbana específica de Salvador. Os espaços dos quintais, dos chafarizes e das “casas de vendagem”, todos relacionados entre si e referentes ao abastecimento d’água. Estes espaços decorreram de pressões políticas, higiênicas, de união e segregação, que a contribuição de várias disciplinas ajudou a recriar. Todos tiveram sua justificativa para instalação e fechamento, que analisámos neste trabalho.

A distribuição da Companhia, beneficiava uns e esquecia outros, orquestrando a situação consoante os seus interesses e articulações políticas e financeiras. A orquestração terminará quando a restrição atinge os cidadãos localizados na cidade alta, mais poderosos, forçando o Município a interferir na distribuição, problematizando ideias liberais e conservadoras na distribuição de privilégios.

Saída da exploração escravocrata, a urbanidade garantida por mão de obra escravizada, tentou ser substituída por uma tecnologia que garantia a manutenção do estilo e qualidade de vida da elite, que, através de investimentos, financiamentos e empréstimos buscou novos investimentos lucrativos. O investimento em infraestrutura da cidade será um investimento

proveitoso e muitas das famílias conservadoras se organizaram em companhias para participar no processo.

Da incompatibilidade da importação dos equipamentos de chafarizes, que contavam na Europa com ênfase no elemento artístico, em Salvador, deparou-se com a difícil relação entre o efeito artístico e a primeira necessidade de abastecimento criando lugares de exceção. Sobrelotados, pouco higiênicos e controlados por guardas. Lugares de brigas e violência. Esta ressignificação, não desejada, que pretendia ser símbolo de progresso, foi transformada em símbolo do atraso, frequentada por uma população que se tentava esconder: os ganhadores, africanos e afrodescendentes.

A distribuição domiciliar parecia solucionar os problemas, acabando com a concentração de ganhadores. No entanto, a irregularidade do abastecimento, os altos preços praticados e a alta taxa de aluguer dos imóveis e a conduta agressiva da Companhia desincentivaram a contratação domiciliar. A forte reação popular e o progressivo desinteresse e fechamento de portas motivará também o desinteresse da Companhia em oferecer o serviço e a sua consensual venda ao Município, em 1905.

O endividamento do Município, do início do século XX, motivará o enxugamento de despesas, e sob esse pretexto, serão desmontados os chafarizes onde se apresentava maior concentração de penas privadas, iniciando o processo de desmantelamento e dispersão dos equipamentos que, a par do abandono histórico dos espaços das fontes localizadas no espaço coletivo, afastaram cada vez mais a oferta de água nos espaços coletivos da cidade.

Embora a Companhia do Queimado não tenha inovado com o serviço de venda d'água, atividade já desenvolvida por particulares, bastante comum, ela foi responsável pela sua venda em grande escala de distribuição e na distribuição sob condicionantes de base racial e estabelecimento de preferências de abastecimento, participando na redistribuição de status social ocorrida no século XIX.

### **Fontes Consultadas:**

#### **Teses acadêmicas:**

- ARAÚJO, Jean Marcel Oliveira. Bahia: negra, mas limpinha. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Grad. em Ciências Sociais da UFBA, Salvador, 2006.
- BATINGA, Rozelena. Gonzales Borges; A casa: Abrigo de corpos e sentimentos. A intimidade doméstica da elite baiana na virada do séc. XX. O exemplo do distrito da Vitória. Salvador: FAU UFBA, 2002.
- COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro. Ekabó: trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no séc. XIX. Salvador, Universidade da Bahia, 1989.
- DANNEMAN, João Carlos Silveira. Arquitetura da água em Salvador: legitimidade na preservação de fontes e chafarizes públicos. Tese doutoral apresentada no Programa de Arquitetura e Urbanismo. Salvador, UFBA, 2018.

- HOLTHE, Jan Maurício Oliveira van. Quintais urbanos de Salvador. Realidades, Usos e Vivências no Século XIX. Salvador: tese de mestrado apresentado ao programa de Arquitetura da UFBA, 2002.
- LEITE, Rinaldo Cesar. A Rainha Destronada. Discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas Republicanas. São Paulo: PUC-SP, 2005.
- SOARES, Cecília Moreira. Mulher negra na Bahia do século XIX. Salvador: FFCH-UFBA, 1994.
- SOUSA, Avanete Pereira. Poder local e cotidiano: a Câmara de Salvador no século XVIII. Salvador: Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 1996.
- UZEDA, Jorge Almeida, A morte vigiada: a cidade do Salvador e a prática da medicina urbana (1890-1930), Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 1992.

### **Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (BA)**

- Fala do Pres. da Província da Bahia o conselheiro Antonio Ignacio d' Azevedo, edição 1, 1847, pág. 25;
- Fala do Pres. da Província Douro Alvaro Tibério de Moncorvo e Lima, edição 1, 14/05/ 1856, pág. 72;
- Fala da Presidência do Sr. Desembargador Cansansão de Sinimbu, Pres. da Província da Bahia, edição 1, 1857, pág. 126/127.
- Fala do 1.º vice-presidente da Província, o desembargador Manoel Messias de Leão, edição 1, 1858, pág. 19;
- Fala do Presidente Ferreira Penna, edição 1, 1860, pág. 75;
- Fala do Vice Presidente da Província, Conselheiro Manoel Maria do Amaral, edição 1, 1864, pág. 16;
- Fala do Presidente da Província Cruz Machado na Sessão da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia, a 1/03/1874;
- Mensagem apresentada à Assembleia Geral Legislativa, 10 Abril, edição 1, pág. 3, 121, 1899;

### **Instituto Histórico e Geográfico da Bahia**

- Saneamento da Bahia, 1926 Relatório dos Projectos por F. Saturnino Rodrigues de Brito. Secretaria de Saúde e Assistência Pública, Imprensa Oficial do Estado, 1926
- Acervo Theodoro Sampaio
- A rua (saneamento de Salvador) REF. T506D13

### **Arquivo Público do Estado da Bahia**

- Atas da Câmara, 1700-31, v.7 e v.8; 1731-50/ 1750-65/ 1765-76/ 1776-87/ 1787-1801. MAS, manuscrito.;
- Termos de alinhamentos e vistorias, 1724-46/1746-70/1755-91/1775-1800/ 1777-85. MAS. Manuscrito;
- APEB, OP, M4879, 1848;
- APEB, caixa 12, relatório 306;
- Atas da Câmara, 1731-50, fl 135/1750-65, fl.97/ 1765-76, fl. 15. MAS, manuscrito;

### **Acervo da Bibliotheca Gonçalo Moniz - Faculdade de Medicina da Bahia**

#### **Theses**

- SILVA, Octavio Torres da. A cidade do Salvador perante a Hygiene. Bahia: Typographia Moderna, 1908;

### **Acervo da Fundação Gregório de Matos - Fundo da Câmara Municipal de Salvador, secção secretária, série Companhia do Queimado**

- Contrato da companhia do Queimado de 17 de janeiro de 1853; novação 1870;
- Relatório da Direcção da Companhia do Queimado apresentado à Assembleia Geral dos Accionistas em Abril de 1905;
- Relatório da Direcção da Companhia do Queimado e parecer da comissão de contas relativo ao 31.º semestre apresentado em Assembleia Geral de 26 de março de 1874;

**Jornais:**

- A Notícia (BA) 30/10/1914;  
A Tarde (BA) 9/01/ 1915; 11/01/1915;  
11/09/1915; 11/04/1916; 16/03/1933;  
12/12/1977;  
Correio da Bahia (BA) 10/02/1874, artigo assinado por José Eulalio Barbosa d'Almeida: "O seu a seu dono."; 05/07/1878; 04/11/1998;  
Jornal do Commercio (RJ) 8/07/1862;
- Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (RJ) Edição 150, 1865, pág. 1;  
O Liberal Pernambucano (PE) edição 83, pág. 2 de 1852;  
Gazeta da Bahia (BA) 1/05/1884; n.º 1 de 1903;  
Cidade do Salvador (BA) 17/05/1898;
- Tribuna da Bahia (BA) 09/11/97;  
A Lanterna (BA), edição 25 pág. 4, 1901;
- A Actualidade (BA) Edição 467, 1863, pág. 3;  
Revista Americana (BA) edição 3, pág. 2, 1848.;  
Revista da Cidade (PE) n.10, 31-07-1926;  
Diário do Rio de Janeiro (RJ) 1874, edição 136, pág.2;  
O Alabama Periódico critico e chistoso (BA) 12/10/1868; 9/10/1869;  
Diário de Noticias (BA) 5/03/1912;
- Pequeno Jornal (BA) 18 de março 1890;  
O Monitor (BA) 7/06/1876, edição 6;

## **Capítulo 2**

### **Companhia do Queimado (1852-1905)**



Neste capítulo analisamos as circunstâncias da atuação da Companhia do Queimado no âmbito institucional, político e administrativo no período da sua atuação, de 1852 a 1905. Para reconhecer o panorama institucional, recorreremos à documentação constante nos acervos da Prefeitura Municipal, arquivo da Fundação Gregório de Matos e aos Relatórios anuais do Conselho Interino do Governo (BA). As polêmicas com a sociedade civil foram acompanhadas através das publicações nos jornais da época, constantes no acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Para as considerações de âmbito técnico consultamos os trabalhos dos engenheiros sanitaristas Theodoro Sampaio e Saturnino de Brito e relatos médicos, que, interessados nas propriedades bacteriológicas da água, produziram descrições técnicas e higiênicas do serviço da represa.

A atuação do governo no planejamento da distribuição d'água potável a Salvador inicia-se em 1848 com enfoque ao abastecimento do porto, autorizando a qualquer indivíduo ou companhia à construção de dois chafarizes na cidade baixa<sup>1</sup>, sendo já equacionada a possibilidade de formação de uma companhia para o efeito.

Um rodizio de várias epidemias proliferavam na cidade, decorrente das más condições higiênicas e águas estagnadas, identificadas como principal veículo de transmissão, demonstrando a urgência do controlo sanitário do meio. Consequentemente foi problematizada a necessidade da criação de infraestruturas de higiene, motivando a criação de um aparato administrativo com aportes médicos e policiais. (UZEDA, 1992, 40) Kátia Mattoso (1992) demonstra a dificuldade de controlo das epidemias quando relata o comportamento da febre amarela. Debelada em 1849-1850, ressurgiu com força total em 1856, quando o cólera-morbo também grassou, tornando-se endêmica a partir de 1858, dizimando a população e afetando o comércio. (MATTOSO, 1992, 113)

Anunciando a industrialização na província, as Fábricas de Tecidos instalaram-se em locais convenientes à reserva d'água, nas margens dos rios ou em baixios, usando-a para impulsionar os maquinismos. As três fábricas de tecidos da província, a “Todos os Santos”, de Valença, a Conceição e o Queimado na capital, abasteciam o mercado de vestiário e cobertura dos escravos e da população menos abastada, exportando também sacos dos gêneros de agricultura<sup>2</sup>. Seus administradores engajaram-se nas melhorias urbanas da segunda metade do século XIX.

---

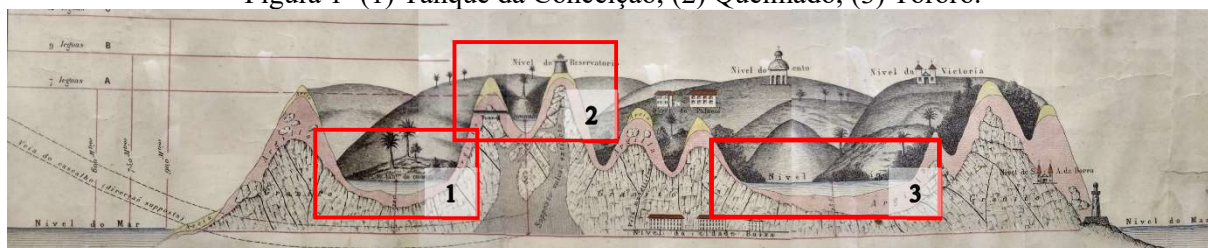
<sup>1</sup> AMCS. Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa – 1848;

<sup>2</sup> Fala do Presidente da Província Francisco Gonçalves Martins (BA), edição 01, 1852, pág. 58.

A família Lacerda, que dirigia a Fábrica de Todos os Santos, disputará a venda d'água da fonte do Tororó. O negociante Domingos Gomes Ferreira, proprietário da Fábrica da Conceição, solicitará autorização de encanamento para a casa de prisão. (Jornal do Commercio (BA), 9/06/1866) Mas será a partir da reserva da Fábrica do Queimado, propriedade de Monteiro, Espinheira Junior & C.<sup>3</sup>, onde se instalará o equipamento para o abastecimento da capital, tirando partido da localização geográfica privilegiada.

No corte topográfico elaborado por Mathéo (1871), percebemos a relação topográfica das Fábricas de Tecidos. O Queimado, localizado a 50 metros acima do nível do mar, 26 metros mais alto que o Dique do Tororó e 20 metros mais baixo que as maiores alturas dos morros que o rodeiam “por muitas léguas de distância”, era o local geográfico mais apropriado para a captação e distribuição por gravidade à cidade.

Figura 1- (1) Tanque da Conceição; (2) Queimado; (3) Tororó.



Fonte: Museu da EMBASA, por H. Mathéo, 1871.

A família Monteiro, proprietária e administradora de vários pontos de negócio na cidade, a partir de 1847 participou nas comissões de melhoramentos, encarregando-se generosamente de consertos na fonte do Queimado, no calcetamento das ruas da Fonte dos Padres até ao Bonfim<sup>4</sup>. A partir de 1852, a família assume quase continuamente a direção da Companhia do Queimado, com exceções ao segundo mandato (1554/5), quando foi dirigida pelo Barão de S. Francisco, e 1898, por Dyonisio Gonsalves Martins, ficando Monteiro filho como diretor de caixa. (Cidade do Salvador (BA), edição 383, 1898, pág. 2)

Até à segunda metade do séc. XIX, nos subúrbios afastados do litoral, a paisagem da área do Cabula, Estrada da Cruz do Cosme, das Boiadas, Saúde e Brotas era composta por roças e fazendas, com população dispersa. Com poucas opções de sobrevivência além da agricultura, era servida por péssimas estradas que dificultavam o transporte de mercadorias e moradores. A partir de 1834, a paisagem foi alterada pela presença das caldeiras e máquinas a vapor,

<sup>3</sup> Que contava em 1877 com 40 operários, 1000 fusos e 30 teares. (Almanack das Famílias (BA), 1877, p. 125)

<sup>4</sup> Fala do Presidente da Província Antonio Ignacio de Azevedo, edição 1, 1847, pág. 24/25; Fala do Presidente da Província o Commendador Manuel Pinto de Souza Dantas, edição 01, 1/03/1866.

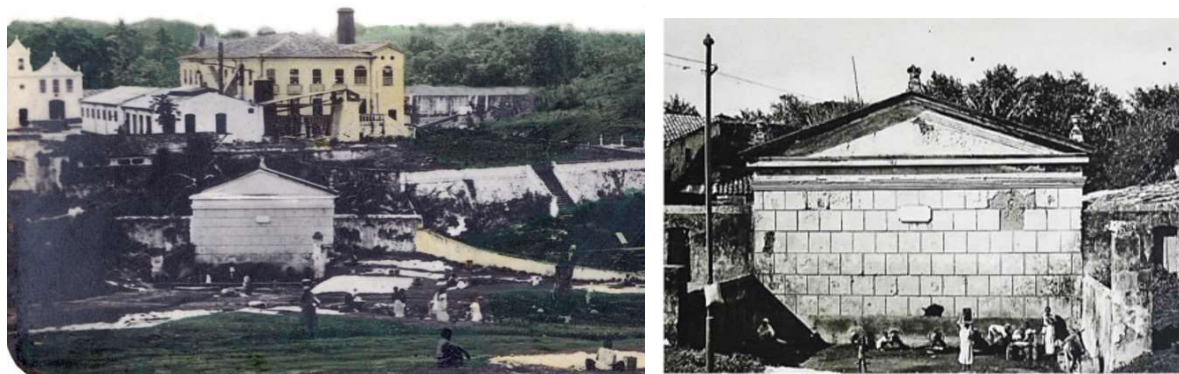
marcando o novo período de desenvolvimento, que prometiam funcionar sem ser à custa de tanto sangue<sup>5</sup>.

Para a Fábrica do Queimado foi encomendada, em 1849, uma máquina a vapor, em razão da falta d'água que move o seu maquinismo, evidenciando já a problemática que acompanhará o funcionamento da Companhia: a inconstância e escassez do recurso. Para a instalação das máquinas foi contratado o engenheiro civil Francês José *Revault*, mecânico de reputação e construtor, que também participará nas comissões de melhoramentos da cidade. De 1855 a 1857, *Revault* assume a direção da Fábrica de Tecidos do Queimado, na ausência do seu proprietário, que liderava a Companhia de abastecimento. Deixou o cargo apenas para montar a sua própria fábrica, a Modelo, na rua da Vala. Existem registros do funcionamento da Fábrica do Queimado até 1889, não se conhecendo os motivos que levaram ao seu fechamento. No entanto, a proximidade de uma indústria têxtil à reserva d'água potável que abastecia a cidade, concretiza uma relação suspeita, já apontada nos pareceres das análises realizadas à qualidade das águas do séc. XIX, explanada no capítulo 3.

### **2.1 O *citio* da Fazenda de Santo Antonio do Queimado, na Baixa da Soledade.**

Na freguesia de Santo Antônio além do Carmo, na baixa da divisa das sub-bacias da Lapinha e Caixa d'Água, encontrava-se o "*citio* da Fazenda de Santo Antonio do Queimado". Com vegetação abundante e um importante manancial d'água que era considerado a melhor água de beber da cidade. A fonte pública do Queimado servia o convento das Religiosas Urçulinas e era utilizada por escravizados para lavar as roupas dos moradores e na mais terra se estendiam para se lavarem e enxugarem. O terreno pertencia à posse publica "à mais de trinta, quarenta e cem anos". (AHU, Cartas do Senado para S. Magestade – 1746, página 153, 154 e 155, aberto por Jorge Efamelo de Sá)

Figura 2- Fonte do Queimado, instalações industriais, Capela de São José; Fonte do Queimado na década de 1940.

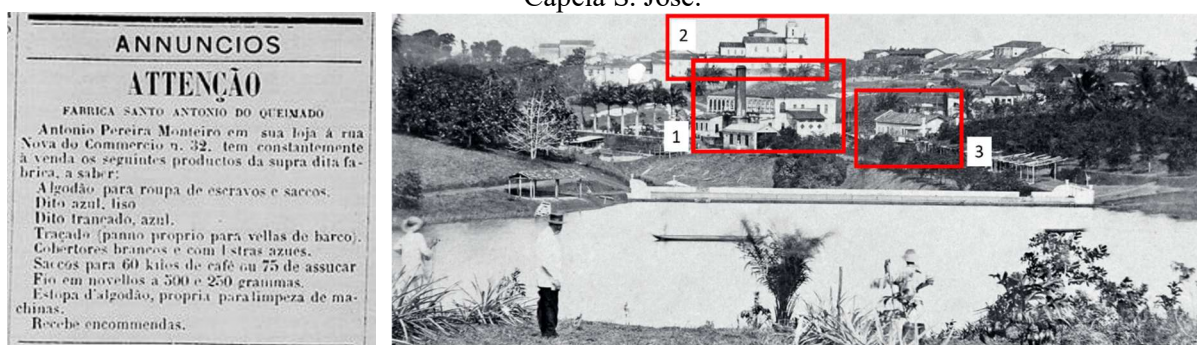


<sup>5</sup> Fala de Francisco Martius, Presidente da Província da Bahia, 4/07/1849, edição 01, pág. 36, 1849; Idade D'Ouro (BA) 15/12/1818, n. 99, Suplemento extraordinário.

Referência: Postal da Litho-Typ. Almeida, <http://www.salvador-antiga.com>, consultado a 09/09/2019; FALCÃO, 1940, 373;

Em 1746 o espaço de uso coletivo da fonte sofre uma tentativa de usurpação por parte de Raimundo Maciel Soares, que deixou a área “quantonada, e sem área alguma” pretendendo ainda mudar-lhe o caminho, “por parte mais longinqua e perigosa e mais prejudicial”. O povo da Bahia reclamou contra a apropriação indevida, denunciando a Câmara e o procurador Manuel Botelho de Paiva ao rei D. João V.<sup>6</sup> Como resolução, foi ordenada a restituição do espaço da fonte ao seu primitivo estado. Talvez porque consciente da importância e necessidade da salvaguarda dos espaços de servidão pública, os Jesuítas, em 1801, edificaram um altivo frontispício em pedra na fonte, demonstrando como já no início do séc. XIX, os elementos artísticos da arquitetura atribuíam qualidades representativas e significância aos locais, funcionando como sinalização de um marco/espaço coletivo, protegendo-o de apropriação privada. Ao analisarmos hoje a malha urbana do entorno verificamos que a estratégia protegeu efetivamente a área da fonte, uma pequena área não ocupada pela expansão urbana.

Figura 3 - Anúncio; Açude do Queimado. (1) Fábrica de tecidos; (2) Convento da Soledade; (3) Capela S. José.



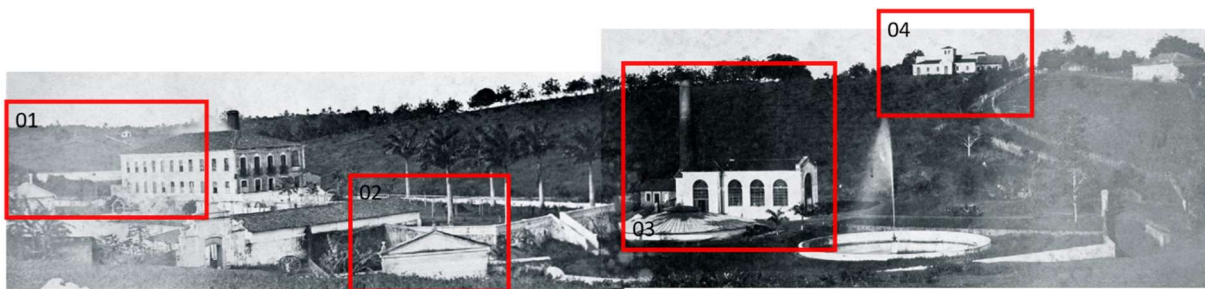
Referência: O Monitor 20/10/1876; Fotografia de Guilherme Gaensly, 1880;

Preocupado com os insolúveis problemas de abastecimento o Presidente da Província, Dr. João Maurício Wanderley, autorizou através da Lei n.º 451 de 17 de janeiro de 1853 a atuação da Companhia do Queimado. Formada pelos investidores Francisco Antônio Pereira Rocha, advogado, Bacharel em Direito em Coimbra e Diretor da “Companhia promotora da colonização de chins”<sup>7</sup> e Bernardino Ferreira Pires. O sistema contou com reservatórios, chafarizes e penas domiciliares, que garantiram o retorno dos investimentos em infraestrutura pela venda d’água, com direito de usufruir das suas obras por trinta anos. (Contrato 1853)

Figura 4 – (01) Represa; (02) Fonte do Queimado; (03) Casa das Máquinas; (04) Reservatório da Cruz do Cosme.

<sup>6</sup> AHU-Baía, cx. 112, doc. 52 e 62 de 6/05/1749.

<sup>7</sup> Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia, edição 1, 19/09/1854, pág. 231;



Referência: Fotografia de Guilherme Gaensly, 1880, [www.salvador-antiga.com](http://www.salvador-antiga.com), consultado a 29/04/2019.

Para a sua formação, a Companhia contou com um fundo de investimento de 320 contos, correspondentes à entrada de 71 acionistas, e um empréstimo do governo provincial de 150 contos para impulsionar o andamento das obras, totalizando uma verba de 470 contos para a realização do serviço<sup>8</sup>. A direção foi composta por sete membros, cujas ações representaram um capital de 104:000\$<sup>9</sup>. A 1 de fevereiro de 1853, foram iniciadas as atividades, empregando 200 trabalhadores, e o seu escritório instalado na moderna rua Nova do Comércio, n.º 21, 1.º andar.<sup>10</sup> Imediatamente Pereira da Rocha viaja à Europa para encomendar os primeiros equipamentos: duas máquinas de vapor horizontais de alta pressão, os caros chafarizes e do que mais era necessário a execução das obras. Em 1854, a confiança na companhia era expressa com a valorização das suas ações “procuradas com 20 por 0/0 de premio, e não ha vendedores”.

Parte da roça do Queimado, pertencente a Pereira Monteiro, foi vendida à recém-formada companhia a 18 de março de 1853<sup>11</sup>, voltando Monteiro a vender mais três propriedades do entorno em 1868, num processo de aquisição de propriedades que constituiu o avultado patrimônio em terras e em bens de serviço. A atividade de compra de propriedades é majoritariamente referente aos períodos de 1860 a 1865, com a aquisição de oito novas propriedades e na década de 80, com a compra de vinte propriedades, que correspondem aos períodos de alargamento da captação e, também, de financiamento público.

A ampliação da capacidade das vertentes exigiu investimentos para a captação em todo o brejo do Queimado: no vale entre as colinas da Cruz do Cosme, do Corta-Braço e da Estrada das Boiadas, n’uma extensão de mais de cem braças<sup>12</sup>. Em 1867, a represa, segundo o engenheiro Aguiar, ocupava uma superfície de 2.545.665 palmos quadrados. Sendo um palmo

<sup>8</sup>Fala do Presidente da Província Doutor Alvaro Tibério de Moncorvo e Lima, edição 01, 1856, p.5.

<sup>9</sup> Fala do Presidente da Província João Lins Sinimbu, edição 01, 1857, pág. 127.

<sup>10</sup> Fala do Presidente da Província Doutor Alvaro Tibério de Moncorvo e Lima, edição 1, 1856, pág. 71.

<sup>11</sup> Livro de escrituras da propriedade da Companhia do Queimado *apud* Gênese da propriedade privada do Brasil, Cid Teixeira, Cydelmo Teixeira, 1878, III-23,24.

<sup>12</sup>Braça: antiga medida de comprimento equivalente a 2,20 metros lineares. Cem braças correspondem a 220 m. (SANTOS, 2010, 141)

quadrado, equivalente a 484 cm<sup>2</sup>, entendemos que a represa tinha área aproximada de 123.210,186 m<sup>2</sup>, dimensão bem considerável. (Gazeta Médica da Bahia (BA), edição 110, 29/02/1872, p. 1)

Figura 5 – Açude do Queimado, 1924.



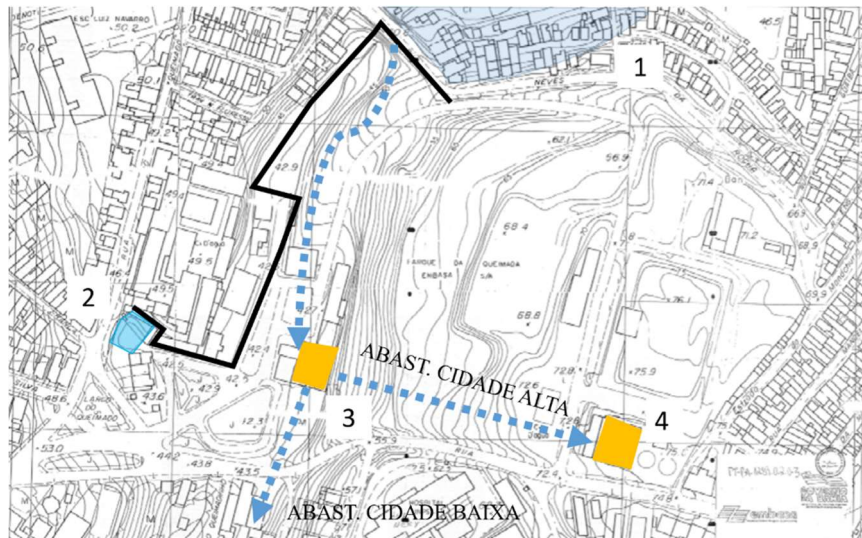
Referência: PACHECO, 1924, 7/8.

Como solução técnica para o abastecimento por gravidade à cidade alta, foi construído um depósito no alto da Cruz do Cosme com 26 palmos de altura e capacidade de 3200 pipas. A sua localização n'uma encosta em altura, permitia que as águas por sua própria pressão percorressem os tubos que se distribuíram na cidade alta. O nível mais baixo correspondia à altura da cornija da Escola de Medicina. (GMBahia, edição 110, 29/02/1872, p.1)

Embora o sistema de reservatório não fosse novo, existindo várias cisternas particulares espalhadas na cidade, a companhia inovou na escala de armazenagem e método construtivo do equipamento, sendo o primeiro reservatório de alvenaria do país. (SANTOS, 2010, 141) No nível inferior, foi construída a casa de aparelhos para suspender a água até o reservatório, em linhas neoclássicas, a exemplo da arquitetura fabril do século XIX. As máquinas que elevavam a água para o reservatório consistiram em duas bombas de vapor horizontais d'alta pressão, assentes em rocha viva e cantaria de Lisboa que, junto ou separadamente, aspiravam a água por canal subterrâneo, por uma coluna de 25 cm de diâmetro, até ao reservatório, passando por filtros de lã.

A casa dos aparelhos é feita com toda a segurança e são bastantes 10 horas de trabalho de uma só machina para encher o reservatório. As machinas são dignas de atenção não só pela exactidão com que funcção, e perfeição do seu acabamento, como pela economia do combustível, gastando menos de uma tonelada de carvão para suspender 3200 pipas d'água a uma altura tão considerável. (SANTOS, 2010, 141)

Figura 6- (1) Represa; (2) Fonte; (3) Casa das máquinas; (4) Reservatório da Cruz do Cosme.



Referência: Planta constante do processo de Tombamento do IPHAN;

As inovações técnicas implantadas pela Companhia mereceram a visita do Imperador D. Pedro II, a 1 de novembro de 1859. Foi recebido pelo Comendador<sup>13</sup> Paulo Pereira Monteiro que ofereceu um *lunch* às Suas Altezas e pessoas que os acompanhavam. O Imperador apreciou o novo e grande aqueduto que puxava a água por máquinas a vapor distribuindo-a para as partes mais distantes da cidade em diversos níveis de altitude enquanto subiam ao ar imensos foguetes e tocava uma banda de música.<sup>14</sup> A opinião pública estava rendida à companhia, que trouxe a esta “capital um immenso beneficio, facilitando-lhe o abastecimento de agua potavel, além de tornar as suas praças de chafarizes tão bellos como não ha certamente em qualquer outra Cidade do Império”. (Fala do Presidente Ferreira Penna (BA), edição 01, 1860, pág. 3)

Por lei, a Municipalidade procurou regular o serviço tirando da Companhia todo e qualquer arbítrio, a não ser em condições secundárias, priorizando a instalação dos chafarizes nas principais praças e o abastecimento domiciliar. Encontrou na concorrência dos proprietários de poços, que continuaram podendo vender água como até aqui pelo modo e preço que lhes convier, o seu maior obstáculo. A manutenção da relevância do abastecimento tradicional comprova a incapacidade da Companhia em formular uma alternativa viável de abastecimento.

### 2.1.2 A concorrência dos Lacerda

A intervenção da família Lacerda no serviço de distribuição d’água é ainda envolto em dúvidas, mas há a certeza da sua participação em 1865, quando se publica que a qualidade da água da roça do sr. Lacerda era superior à do Queimado: “Presentemente só bebem delas aquelles individuos que absolutamente não podem dar 20 rs. por um barril de agua da roça do

<sup>13</sup> Título de Commendador foi atribuído no início da década de 60.

<sup>14</sup> Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (RJ), edição 227, 1868, pág. 1;

Sr. Lacerda, no Tororó, que a vende em grande porção.” (Correio Mercantil e Instructivo, Político, Universal (RJ), edição 42, 1865, pág. 1)

No ano seguinte, a solicitação formal de venda d’água ao Município adiciona alguns detalhes relativos à sua utilização. Nas proximidades da chácara da família Lacerda encontram-se duas fontes que são protegidas pelo IPAC (BA). São elas a Fonte do Dique do Tororó e a Fonte do Vale de Tororó.<sup>15</sup> O IPAC (BA) data as estruturas existentes, em formato de cúpula, da década de 1870/80, então, supomos que este(s) equipamento(s) foi/foram edificado(s) como melhoria dos poços preexistentes, dos quais se procedia à captação e venda d’água. É necessário também distinguir as referências históricas ao chafariz do Tororó, pertencente ao Queimado, que não se deve confundir com nenhuma das anteriores, conforme demonstra a imagem publicada no jornal A Manhã (BA), edição 22, 1920, p.8.

Para identificação do local de venda é necessário recuperar os limites do lote da chácara dos Lacerda, compreendendo a inserção de cada estrutura em cúpula na propriedade, podendo supor os seus usos, ajudando a reconstituir a importância e significado para a história da cidade e do abastecimento.

Figura 7 - Fonte do Tororó (1871/81); Fonte do Vale do Tororó; Chafariz do Tororó (1920).



Referência: Correio24 horas (BA), 07/08/2009; Governo do Estado 1982; A Manhã (BA), edição 22, 1920, pág. 8.

Estas estruturas destacam-se por sua arquitetura se aproximar às *Buvettes* das estâncias de água mineral europeias, o que pode indicar maior investimento e uma aproximação a um público mais elitizado, induzindo à consideração de maior qualidade do líquido, justificando o preço mais elevado. Presumivelmente mais afastado de fontes diretas de poluição.

A Fonte do Dique do Tororó encontra-se mais documentada, como construção de Augusto Frederico de Lacerda quando Mordomo do Asilo dos Expostos, inaugurada em 21/11/1875. Nesta estrutura destaca-se a instalação de bomba manual, que recalca o líquido encosta acima até o Asilo. Este sistema possibilitou o fechamento da fonte, só aberta para

<sup>15</sup>Fonte do Dique do Tororó tombada pelo Decreto n.º 28.398/10.11.1981; “Fonte do Vale de Tororó” processo 30.483/10.05.1984.



limpeza ou reparo, excluindo a possibilidade de acesso e usufruto livre deste equipamento, revelando um meio alternativo à grade e ao guarda adotado pelo Queimado. Segundo a descrição do IPAC-BA, a fonte funcionou até a instalação da rede de distribuição na Avenida Joana Angélica no começo do século passado. (Inventário IPAC-Bahia, 1975,191)

Para a Fonte do Vale do Tororó o inventário de proteção do acervo cultural avança com a descrição de uma fonte formada por um poço coberto por cúpula, com três óculos, do tipo cacimba, que consiste na escavação de um poço, geralmente em uma baixada até atingir o lençol d'água<sup>16</sup>. Destaca que não foram encontradas referências históricas sobre a mesma, mas trata-se, provavelmente, de uma construção do último terço do século XIX. A falta de informação sobre a estrutura coincide com a sua difícil permanência na malha urbana.

Da discussão dos privilégios de venda d'água, em 1866, quando era já consensual que os privilégios não poderiam ser ampliados, mas restritos, decorreu na análise das condições do contrato da Companhia, divergindo o entendimento do Município e do governo da Província. Esta discussão foi determinante para limitar ou possibilitar a concorrência.

Segundo o Município, o contrato não determinava o privilégio, seguindo o princípio de que os privilégios não podiam ser presumidos ou deduzidos, mas claros e determinados expressamente na lei. Nesta perspectiva entendeu que a Companhia não o detinha. A permissão aos particulares de vender água das suas casas ou roças pela forma e maneira que lhe prouvesse e agradasse, reforçava o entendimento que legitimava a oferta do serviço dos Lacerda.

Em protesto, a Companhia recorre ao governo Provincial, que contrariou o entendimento Municipal e determinou que se cassasse a licença do Dr. Augusto de Lacerda, entendendo a existência da exclusividade da venda pertencente ao Queimado. Apesar de reconhecer que o privilégio não era claro no contrato e na lei, entendeu que, todavia, se devia presumir em razão dos ônus a que a companhia do Queimado se sujeitou. Dificultando a formação de concorrência, a Província procurava assegurar o futuro da companhia que tantos benefícios trouxe à cidade. (Jornal do Commercio (RJ), edição 156, 1866, p.1; edição 159, p.2)

Em resposta, a Municipalidade manteve a posição de que a consequência rigorosa da lei e de sua disposição é que tanto o Dr. Lacerda podia encanar e vender a água do Tororó, quanto não podia a Presidência determinar à Câmara que cassasse a licença. O governo Provincial é então acusado de apadrinhar as “monstruosas pretensões da companhia do Queimado, e que só o ódio, a cegueira, podem sustentar a guerra encarniçada de que é vítima o Dr. Lacerda”. Neste

---

<sup>16</sup> Do Governo do Estado da Bahia, elaborado pela Secretaria da Indústria e Comércio, pelo projeto “Restauração e Reutilização das Fontes e Chafarizes de Salvador”, de fev/1982. Governo do Estado da Bahia, 1982, 34.

momento, anteviu-se o estabelecimento de um quadro de dependência: “se o maquinismo soffrer algum desarranjo a que esta sujeito, de sorte que leve dous ou três mezes a reparar, deverá a cidade morrer á sede, porque ninguém lhe póde fornecer agua!” (Jornal do Commercio (RJ), edição 159, 9/07/1866, p.2)

Oh! Quanta opposição não precisou [para] vencer a Companhia do Queimado! Sem o espírito descortinador e audaz de um Lacerda, e sua vontade firme não teríamos no elevador hydraulico o grandioso melhoramento, cujas vantagens diariamente vamos todos experimentando. Não há, não póde haver mais eficaz agente do progresso do que a iniciativa individual e o espirito da empresa; se inspira em sincero patriotismo quem o estimula e anima; como também não póde deixar de ser considerado máo cidadão que o desgosta e desacoroça por motivos pequenos, tirados da paixão e do ódio. (Diário do Rio de Janeiro (RJ), edição 136, 1874, pág. 2)

Surpreendido pelo inesperado acontecimento da redução da disponibilidade do serviço nos chafarizes, fechamento das penas d'água nos estabelecimentos públicos e casas particulares por escassez d'água, em exposição o Vice-Presidente Figueiredo Rocha evidencia a iminente necessidade de providenciar alternativas ao abastecimento, e referencia novamente o estabelecimento aquário do Tororó, como potencial colaborador para o abastecimento.<sup>17</sup> No entanto, a comissão de engenheiros considerou que no estado em que se encontravam estas vertentes, só poderiam concorrer muito insignificamente para o abastecimento da cidade:

[...] mas que com a construção de um reservatório (puissard) de grande superfície, cavado na parte do valle inferior a em que se acha o actual, aprofundado até a rocha do lado que olha para o dique, único, que deve ser impermeavel, com o assentamento de machina superior em força a que lá existe, e com a construção de um recipiente de conveniente capacidade, colocado no nível actual, aquellas vertentes se tornariam um poderosos auxiliar para abastecer a cidade baixa de excelente agoa. (ROCHA, 1869,15)

Esta citação não só confirma a permanência do serviço do estabelecimento aquário do Tororó após a polêmica dos privilégios com a Província, como indica a prévia existência de máquinas para captação.

## **2.2 Outros serviços: Torneiras de salvação e Banheiros públicos.**

Na pretensão de alargar a oferta dos seus serviços, à semelhança do modelo inglês, a Companhia acordará com o Município a instalação do sistema de combate a incêndios e banheiros públicos. No entanto, a falta do elemento fundamental para os dois serviços, água em

---

<sup>17</sup> Exposição do Vice-Presidente Figueiredo Rocha, Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA), edição 3, 1869, pág.15.

quantidade, dificultará a eficácia, que juntamente com outras nuances e interesses, afastaram a Companhia da pretensão inicial.

### **Torneiras de salvação**

8.<sup>a</sup> A Companhia dará gratuitamente toda a agua que fôr precisa para alimentar torneiras de segurança contra incendios, as quaes serão collocadas nos edificios publicos, a saber Alfandega, Arsenal, Theatro e Palacio do Governo, não devendo as mesmas funcionar senão em caso de fogo, sendo os respectivos encanamentos a custa do Governo. Em caso de incendio, quer nos edificios publicos, quer nos particulares, a Companhia fornecerá gratuitamente toda a agua dos seus chafarizes. (Contrato de 17/01/1853)

No contrato de 1853, a Província atribuiu à Companhia a obrigação de, em caso de incêndio, abastecer de forma gratuita as torneiras de combate instaladas em edificios públicos, com canalização instalada às custas do Governo. Para os edificios particulares, autorizou a retirada gratuita nos chafarizes. No entanto, a gravidade e frequência dos incêndios que grassaram nos edificios particulares, principalmente no bairro comercial, quase sempre criminosos quer filhos do descuido quer nascidos de tenebrosa premeditação, levou a que em 1858 se instalasse onze torneiras de salvação na Cidade Baixa, procurando prestar prontos socorros de que se possa dispor no momento, logo que a sua existência seja anunciada, de modo a evitar quando possível a sua continuação e progresso.<sup>18</sup>

Apesar das comissões de especialistas, que por suas luzes, posição e circunstância pareciam apropriados para propor o aperfeiçoamento deste importante ramo do serviço público, as melhorias apenas foram implantadas quando a Lei Provincial n. 1.945 de 26 de agosto de 1879 ampliou por quinze anos os prazos estabelecidos para a Companhia gozar da infraestrutura. A renovação obrigou à instalação de cem torneiras de salvação em várias partes da cidade, com distribuição gratuita, responsabilizando a Companhia pela manutenção e conservação do equipamento, abastecendo as novas torneiras, como para as demais já colocadas à custa da Província.<sup>19</sup>

Na “Memória Histórica da Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia” de 1905, o Dr. José Carneiro Campos relata a deflagração, a 3 de março, de um incêndio no edificio da Faculdade que destruiu completamente a Biblioteca e atingiu o Hospital da Caridade. Descrevendo a evolução do incêndio, denuncia o péssimo serviço de extinção de incêndios, a

---

<sup>18</sup> Fala do Vice-Presidente da Província, Dr. José Augusto Chaves (BA), Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo-Bahia, edição 3, 1861, pág. 14.

<sup>19</sup> Fala com que abriu a sessão da 23.a Assembleia Legislativa o Presidente Antonio de Araújo de Aragão Bulcão, Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA), edição 1, 1880, pág. 76.

falta de material necessário, a carência absoluta de água durante horas e a falta de ordem e de direção nesse serviço, como as muito prováveis causas das grandes perdas. O autor considera que o incêndio poderia ter se limitado ao almoxarifado se houvesse combate eficaz, e desta forma, ter-se-ia evitado a perda dos tesouros insubstituíveis contidos na biblioteca, a destruição da artística e histórica capela dos jesuítas e dos laboratórios. (CAMPOS, 1905, 9)

O autor crítica não só os problemas de infraestrutura no edifício, o depósito de apenas 12.000 litros (quantidade que fornece uma pena d'água durante um mês), que não foi utilizado para combate ao fogo “por faltar não sei que apetrecho necessário”, mas também o serviço de socorro da Companhia, que demorou a trazer as bombas movidas à mão, apesar de haver nas proximidades oito torneiras para incêndio e o chafariz do Terreiro. “Lavrou portanto o incêndio inatacado por duas longas horas, sem que a Companhia do Queimado ou a Intendência se pudessem utilizar das torneiras de salvação, porque as respectivas chaves, que deviam permanecer nas estações de bombeiros, não puderam ser encontradas”. (CAMPOS, 1905, 9)

Apesar dos esforços do Município em melhorar o serviço de combate a incêndios, responsabilizando a Companhia para a sua prestação, este mantinha-se pouco eficaz, causando grandes perdas.

### **Banheiros públicos**

[...] poderá a Companhia construir [...] casas de banho sob a inspeção da Policia, ficando para esse fim autorizada a encanaras aguas do Riacho Negrão – rio Camorogipe, e da Fonte da Telha mediante a indemnisação dos particulares, que por tal motivo forem prejudicados. (Contrato de 17/01/1853)

Embora não constituindo obrigatoriedade, a possibilidade da construção casas de banho pelo Queimado foi enunciada em contrato. Para a construção d'este melhoramento de que tanto reclamava a higiene da cidade, foi autorizada a captação das águas do riacho Negrão – rio Camorogipe, e Fonte da Telha. No entanto, a Companhia interessada em investir nas penas domiciliares, deixou esta solicitação em “águas de bacalhau”, até que a renovação do contrato de 1870 estabeleceu a construção de quatro casas de banho como obrigatoriedade: “pelo menos duas na cidade baixa, duas na alta; colocando-as em distancia que facilite a concurrencia dos diferentes pontos”:

Art.º 4.º A Companhia dentro do prazo das novas obras estabelecerá quatro casas de banho nos sitios mais apropriados para a concurrencia, de maneira á proporcionar estes beneficios aos diferentes Bairros da cidade. Regulamentos Policiais, de accôrdo com a Companhia, indicarão a ordem e o preço do serviço, afim de que sejam as referidas casas frequentadas sem offensa dos bons costumes. (Termo de renovação 17/06/1870)

Considerado um recurso para as classes menos favorecidas, que não podem ter banheiros em suas casas com grande despesa de encanamentos e fornecimento d'água e que ali encontravam satisfação a uma necessidade higiênica, de asseio para o corpo. (Fala do Presidente da Província Cruz Machado (BA), edição 1, 1874, pág. 236) A proposta contava com o prévio estabelecimento de preços em tabela aprovada pelo Governo, regulamento e vigilância policial. Ainda assim, a iniciativa apenas será viabilizada pela iniciativa Municipal, face o continuado desinteresse da Companhia em ofertar o serviço. Apesar da obrigatoriedade estabelecida pelo contrato, em 1874 ainda não existiam estes equipamentos de grande vantagem para a população, mormente no verão, e um auxiliar eficaz para a salubridade pública.

A Companhia justificava o seu incumprimento pelo fracasso da articulação espacial desta estrutura, pensada à semelhança das casas de vendagem. Recusando-se a construir o equipamento de raiz, e tendo já a experiência do pagamento do aluguer, que originava uma despesa adicional que a desagradava, alegava enfrentar ainda maior dificuldade para o aluguel de espaços para as casas de banho, exigindo os proprietários pelo aluguel seis vezes mais do valor justo, temendo a desvalorização das propriedades face a função proposta. “Tentou a Direcção obter uma casa, occupada actualmente por uma ferraria, no tópo da ladeira da Conceição. Entrando em ajuste com o proprietário, exigiu este a quantia de 12:000\$000, pelo que valerá apenas a 6.<sup>a</sup> parte!”. Assim na rua Nova do Commercio e das Princezas não tem sido possível também achar-se um lugar conveniente.<sup>20</sup>

Este útil melhoramento será avançado pela Província em 1879, pelo engenheiro Jacome Martins Baggi, Diretor de Obras Públicas, que construiu quatro latrinas em dois cubículos abobadados com entrada pela Ladeira da Misericórdia e na praça do Palácio, abastecidos gratuitamente. (Pequeno Jornal (BA), edição 39, 1890, pág. 2) Os mictórios, no entanto, foram imediatamente fechados por solicitação Policial à vista de graves inconvenientes que se manifestaram, de que é exemplo a notícia da Cidade do Salvador (BA) de 7/05/1899:

Banho e cacete - Tendo se banhado na casa de banhos 1.º de Setembro á Estrada Nova um soldado, este recusou-se ao pagamento e como o velho Romualdo insistisse em exigil-o, o soldado entendeu que a moeda corrente era pau e espancou-o. O velho, lançando mão de uma estaca, vibrou-lhe formidavel paulada. Graças á intervenção de um alfaiate chamado Vicente, a cousa não tomou maiores proporções. Em todo o caso, depois do fresco do banho, teve o soldado o corpo a arder, para nao se lembrar de lavar-se de graça quando a agua esta tão cara e os aguadeiros so querem vendel-a ás pipas! (Cidade do Salvador (BA), 7/05/1899)

---

<sup>20</sup> Relatório da Direcção da Companhia do Queimado e parecer da Comissão de Contas relativo ao 31.º semestre apresentado em Assembleia Geral de 26/03/1874.

O médico Octavio Torres da Silva na sua tese, “A cidade do Salvador perante a Hygiene” (1908), apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia descreveu as condições de higiene do bairro comercial, a imensa rua do Cais, que serve de porta de entrada aos visitantes, e refere uns indecentes e imorais focos desorganizadores de nossa vitalidade orgânica, denominados – mictórios:

Immundos, porque o estado em que se se os encontram, denotam qual o processo empregado, que os tornam prejudiciais em vez de uteis; pois, para uma capital, é degradante aquelles pontos de serventia publica, onde não impera a decencia e o respeito ao decoro publico. [...] Esses mictorios primam pela porcaria, e pela immoralidade, porque não é raro ver-se individuos clandestinamente satisfazerem suas necessidades, sem ligar a minima importancia ao que se chama respeito a sociedade. (SILVA, 1908, 2)

Evoluindo da estratégia de colocação da infraestrutura em propriedades alugadas do Queimado para construções autônomas, as casas de banho, mictórios públicos ou receptáculos de urina, se encontravam ainda em diminuta quantidade, numa cidade grande e populosa como Salvador. Os seus equipamentos eram de baixa qualidade, feitos de caixas de ferro, sem pia, “quasi sempre entupida de papeis velhos, excrementos, pedras, etc., proibindo o escoamento.” (SILVA, 1908, 2) Da sua descrição constatamos também a permanência em 1908 dos mictórios, (guritas) em condições especiais: o da Praça do Conselho Municipal, cujo estado repugnante já é bem conhecido, e outro situado junto a Photographia Lindemann, na Praça Castro Alves que teve igual desfecho.

### **2.3 O alargamento da captação**

Os anos de 1865-1880 foram particularmente difíceis para a Província. O fim anunciado do comércio interno de escravizados intensificou a demanda, a Guerra do Paraguai provocou grande perda demográfica produtora e as grandes secas do sertão, nos finais das décadas de 70 e 80 contribuíram para a desestabilização financeira e política.

A 21 de agosto de 1869, a Companhia comunica que por deficiência de água em seus depósitos passava a reduzir o serviço dos chafarizes e a fechar as penas d’água dos estabelecimentos públicos e das casas particulares.<sup>21</sup> Este inesperado sucesso deixa o governo em estado de alerta para a necessidade de aumentar a captação de mananciais, resultando na interferência dos órgãos governamentais para identificação de novos mananciais passíveis de captação e para verificação da real situação da disponibilidade d’água.

A falta de pressão no encanamento geral, decorrida pelo crescente número de penas e o aumento do número de chafarizes, dificultou o regular suprimento da cidade alta, originando

---

<sup>21</sup> Exposição do Vice-Presidente Figueiredo Rocha, Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo, edição 3, 1869, pág.15.

repetidas reclamações e o questionamento dos privilégios da Companhia, que não garantia a qualidade e a quantidade para o abastecimento. A Companhia alegava falta de recursos financeiros para realizar melhorias no serviço, alegação que contrasta com os lucros registrados nos relatórios anuais das atividades, onde se verificava a sua situação vantajosa.

Obrigada a tomar providências, o governo revisou as condições do contrato, mesmo antes de terminado a prazo de 30 anos no qual foi garantido o direito de usufruir as suas obras. Entre 1870 e 1890 foram várias as tentativas de viabilizar a Companhia, com renovações que gradualmente diminuíram o monopólio comercial da venda d'água, procurando proteger o consumidor dos abusos de um serviço cada vez mais necessário, mas cada vez mais ineficiente.

### **2.3.1 Década de 70: a negociação do termo de renovação.**

O monopólio havia munido a Companhia de dependências que lhe garantiram algum conforto para que, sob o pretexto do racionamento, restringisse o número de chafarizes onerando ainda mais a população, obrigada a percorrer distâncias mais incômodas e mesmo insuportáveis na ausência de condutores com a cessação da escravatura. Procurando aumentar a proteção aos beneficiários contra excessos e caprichos, o Município estabeleceu que os chafarizes uma vez frequentados ao público não poderiam ser fechados se não com a sua aquiescência.

Pressionada a aumentar a qualidade do seu serviço, que compreendia obras muito dispendiosas, elevando-se talvez a quantia superior a 250:000\$000, e restando apenas dezoito anos de usufruto das obras do primitivo contrato, a companhia considerou que apenas realizaria investimentos mediante o prolongamento da concessão por 20 anos, entrando em negociações com o governo.

Uma primeira proposta, apresentada pelo Palácio da Presidência da Província da Bahia a 21 de novembro de 1870, foi no sentido de obrigar a execução de obras não realizadas, aceitando a ampliação do prazo da concessão por mais 20 anos. Impunha a execução imediata do encanamento das águas do riacho Negrão, rio Camarogipe e da Fonte da Telha e a instalação de banheiros públicos. No entendimento do Presidente da Província Barão de S. Lourenço, estas providências já deveriam ter sido executadas e assim ter-se-ia evitado esta crise. A Companhia era obrigada a iniciar dentro de um ano as obras de canalização dos mananciais, a melhorar o sistema de filtração, e a concluir as obras em quatro meses. Em contrapartida mantinha a isenção do pagamento de imposto, inclusive o municipal.<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> Fala do Presidente da Província Barão de S. Lourenço (BA), edição 3, 1869; edição 1, 6/03/1870, pág. 50; 21/11/1870.

O principal motivo de contestação e desacordo entre o Governo e a Companhia incidiu na tentativa de retirar a exclusividade da distribuição para as casas particulares, representando esta via a principal fonte de rendimentos da Companhia, e onde realizara maiores investimentos. Nesta circunstância o governo admitia já o interesse pelo encampamento do todo ou de parte da Companhia, respondendo à pressão da opinião pública, que continuava descontente por pagar por um bem público e pressionava a encampação Municipal do serviço, prevista no art. 5 do contrato de 1853.

A Assembleia dos acionistas deliberou unanimemente não aceitar as bases impostas, porque insistia na pretensão de ter o privilégio de distribuição para as casas particulares e, segundo, porque as condições referidas eram prejudiciais aos direitos adquiridos e aos interesses da Companhia. Nestas condições mantinha os direitos que lhe cabiam no contrato primitivo, válido por mais treze anos. Comprometeu-se, todavia, a encanar o Riacho Negrão, Fonte da Telha, e Comorogipe, afim de assegurar o abastecimento aos habitantes da Cidade.<sup>23</sup>

Aos vinte e dois dias de dezembro de 1870 foi acordada uma solução intermediária, em reunião com o Presidente Barão de S. Lourenço e a direção do Queimado, que possibilitou o Município desapropriar no todo ou em parte o serviço, alterando o foco da desapropriação das penas domiciliares para os chafarizes, possibilitando dar água gratuitamente à população, continuando as penas d'água no domínio da Companhia, conforme contestara. Foram mantidas as pretensões de canalização e filtração, a instalação no prazo máximo de cinco anos, e a redução do preço do barril de três canadas de 20 para 10 réis. A instalação de novos chafarizes, quatro casas de banhos públicas e penas a domiciliares, não sendo aceite a recusa ao serviço. Foi concedido pelo governo Imperial a isenção de direitos de importação para as obras.<sup>24</sup>

Embates a favor e contra a Companhia ocuparam os jornais, comparando a distribuição de Salvador à do Rio de Janeiro e Recife. A Companhia diferenciava as condições dos serviços, evidenciando que em Salvador, “si o pobre dispende 20 rs. para obter um barril d'agoa, deve pagar com satisfação porque o encontra certo e de prompto”, alegando que nos “logares onde o fornecimento das agoas é gratuito, como na Côrte, para a população que vai buscar ás bicas publicas, ahi se tem chegado a pagar com difficuldade 1\$000 por um barril d'agoa, perdendo o conductor muitas horas á espera de chegar lhe a vez”. Considerava justa a gratidão e proteção que precisa pois com ela melhoraram as condições da cidade, cujas vantagens podem ir ainda em aumento.<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA), edição 1, 1871, pág. 38.

<sup>24</sup> Fala do Presidente da Província Cruz Machado (BA), edição 1, 1874, pág. 226/227;

<sup>25</sup> Fala do Presidente da Província Barão de S. Lourenço (BA), 6/03/1870.



Em paralelo à degradação do serviço se manteve o descaso Municipal pelas fontes públicas, onde se abasteciam os pobres, que continuavam degradadas. Este foi considerado a causa de estarmos num estado estacionário.<sup>26</sup>

O problema da falta de pressão nas torneiras volta a assombrar a Companhia em 1876, que instalou encanamentos suplementares, reforçando o abastecimento da Cidade Baixa até Itapagipe e de S. José até às Mercês, procurando garantir o “prompto serviço de pennas d’água até os mais elevados andares das casas e sufficientemente suprido o grande fornecimento d’água, principalmente para as Freguezias de S. Pedro e Vitória”, onde se localizavam as residências das classes mais abastadas, apenas.<sup>27</sup>

Continuava lisonjeiro o estado financeiro da Companhia. Em agosto de 1876, a Direção acorda com o governo o fornecimento ao novo matadouro em conformidade com a promessa feita, como compensação da licença e do terreno cedido para o encanamento do rio Camorogipe, preparando já o aumento considerável da captação realizado na década de 80.

Progressivamente o governo negociou benefícios para os seus estabelecimentos, como a gratuidade para o Passeio Público (1859), para os estabelecimentos pios (1879), alargado em 1880 para a gratuidade de cem barris para a casa da Providencia e cem ao Asilo de Mendicidade e finalmente, para todos os estabelecimentos públicos mantidos pela Província.<sup>28</sup>

Descontente, por mais dez anos a Companhia continuou praticamente inativa, realizando apenas obras de escassa revelância. (SAMPAIO, 1910, 6)

### **2.3.2 Década de 80: o novo impulso do aumento do capital**

Apenas em 1879, através da Lei n.º 1945 de 26 de agosto, sancionada pelo Presidente Dr. Antônio de Araújo de Aragão Bulcão, que a beneficiou com mais quinze anos para usufruto de suas obras, promove o aumento do seu capital social, de 2.000:000\$000 em 10.000 ações de 200\$000 cada uma, habilitou-se a dar cumprimento ao que de tão longa data se comprometera. Com relações mais próximas com o Município, muda o seu escritório para a Praça do Palácio, no edifício da Câmara, e foi então que com o engenheiro *Revault* na direção do serviço, as obras pendentes de ampliação do serviço começavam. (SAMPAIO, 1910, 6)

Realizou-se uma nova represa, com parede de terra no rio Camurugipe, na Matta Escura, à cota 23,739, a quatro quilômetros do Queimado. A captação descia por gravidade, através de um encanamento de ferro do diâmetro de 30 cm, até à nova estação de bombas no Retiro, à cota

---

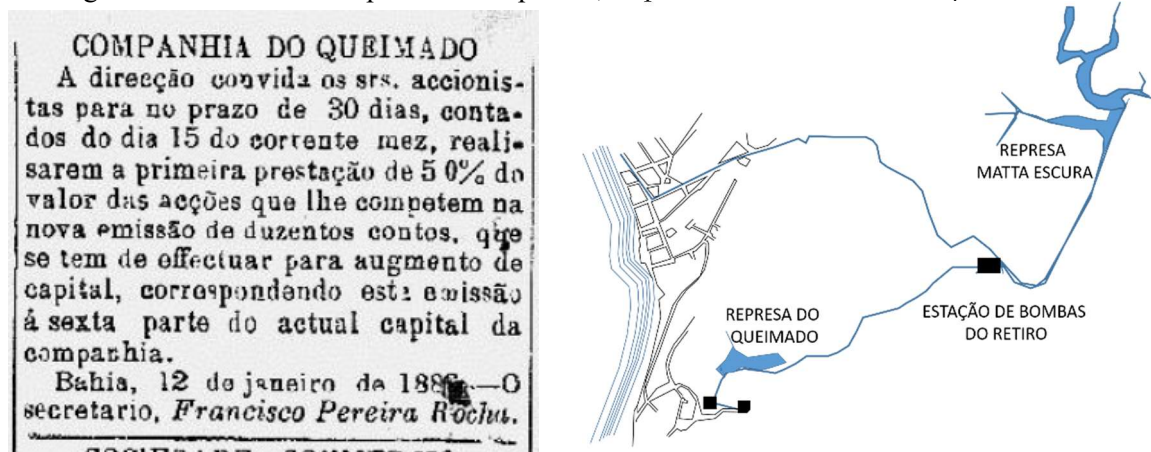
<sup>26</sup> Discurso do sr. Deputado Souza França na Assembleia Legislativa (BA), 31/05/1875.

<sup>27</sup> Fala do Presidente Luiz Antonio Silva Nunes (BA), edição 1, 1876, pág. 150.

<sup>28</sup> Fala com que abriu a sessão da 23.a Assembleia Legislativa o Presidente Antonio de Araújo de Aragão Bulcão (BA), edição 1, 1880, pág. 73.

17, percorrendo 1.800m. No Retiro as águas eram levantadas e calcadas em encanamento, do mesmo diâmetro até o Queimado, para de novo serem levantadas para o reservatório de alvenaria, na cota 77.

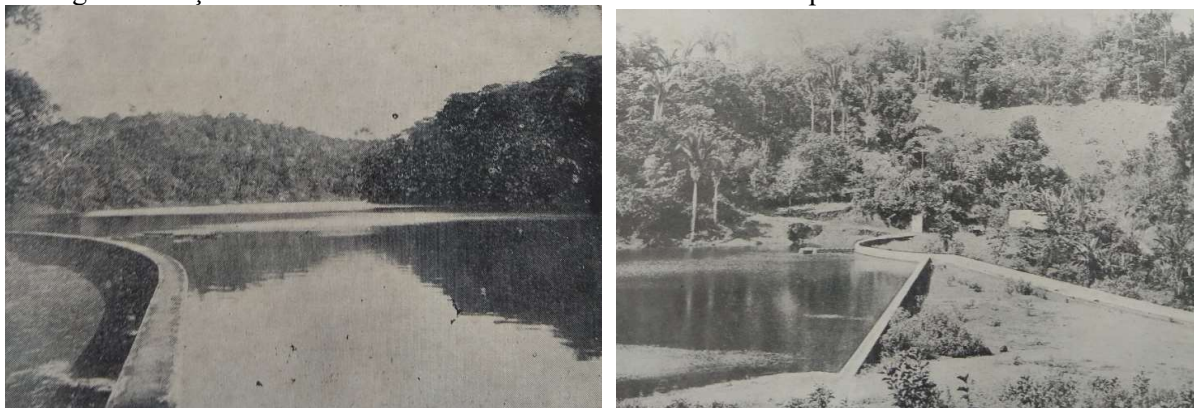
Figura 8 - Aumento de Capital da Companhia; Represa Matta Escura e Estação do Retiro.



Referências: Gazeta da Bahia (BA), 23/02/1883; elaborado sobre esquema de Saturnino Brito (BRITO, 1928, 107).

Theodoro Sampaio (1910), considera que as novas obras realizadas pela Companhia no impulso de 1880 não visaram senão aumentar o volume d'água na represa do Queimado, sem alteração substancial do plano primitivo. A dupla elevação d'água para o reservatório aumentou consideravelmente os gastos em carvão necessários para a alimentação do maquinismo de elevação. (SAMPAIO, 1910, 6)

Figura 9 - Açude da Matta-Escura. "Um dos reservatórios mais aprazíveis recantos da cidade."



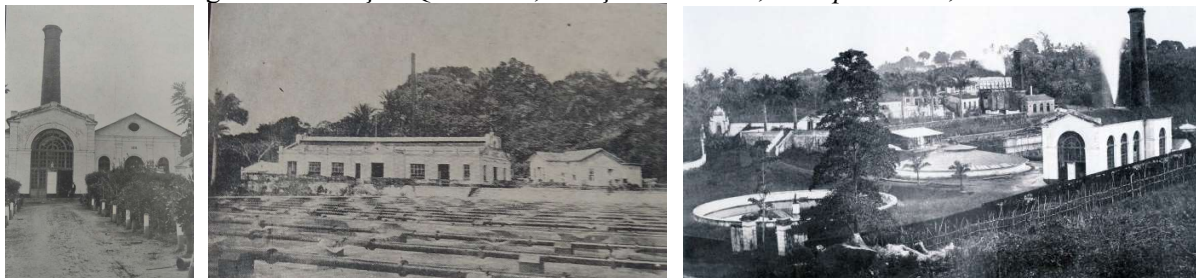
Referência: (PACHECO, 1924, 13); (SAMPAIO, 1910,14)

Nova grave seca atingiu a Bahia entre 1883 e 1885 e levou o Queimado, ao ver baixar o nível dos seus mananciais, a propor a restauração do uso das fontes tradicionais<sup>29</sup>. Evidenciando a sua crescente ineficácia, mesmo face às melhorias efectuadas pelos engenheiros Dionysio Martins e Maia Bittencourt, que aumentaram as muralhas das represas do Queimado

<sup>29</sup> Governo do Estado da Bahia, IPAC - inventário de proteção do acervo cultural da Bahia, Paulo Ormino de Azevedo.

e Matta Escura, novas bacias de filtração, dois *puisards* cobertos de capacidade total de 2.412.606 litros, e novas bombas de elevação, uma de 80 cavalos na estação do Retiro e outra da mesma potência no Queimado, ampliando-se a rede de distribuição a 53.218 metros. (SAMPAIO, 1910, 7)

Figura 10- Estação Queimado; Estação do Retiro; Dois *puisards*, 1880.

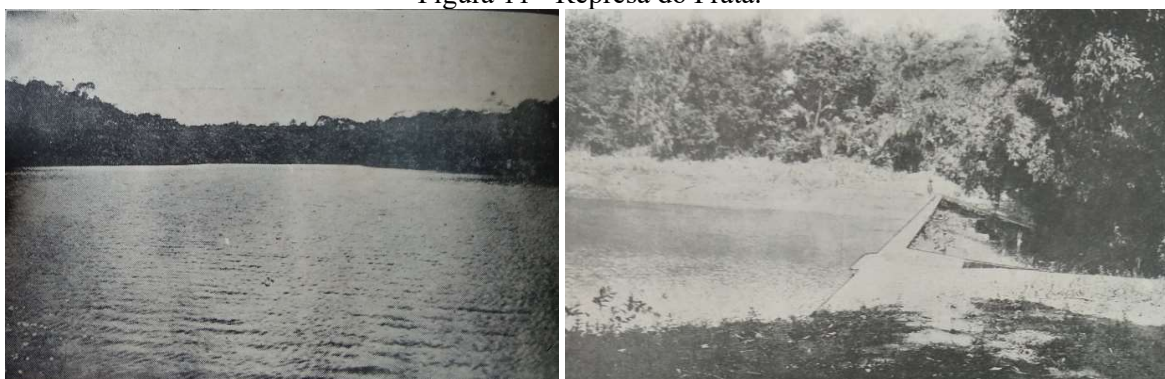


Referência: (PACHECO, 1924, 15); (SAMPAIO, 1910, 13); Fotografia de Guilherme Gaensly, <http://www.salvador-antiga.com>, consultado a 29/04/2019.

Totalizando 5.692.600 litros de água armazenada, o reservatório na Cruz do Cosme (cota 77), manteve-se o de maior capacidade, 3.000.000l, seguido de dois *puisards* com capacidade de 2.416.000l (cota 39), e 280.000l represados no reservatório do Queimado, que recebia as águas da Matta Escura e se mantinha como o principal copo coletor.

A captação das águas do açude do Prata, na cota 45, o mais alto e de melhor qualidade, foi deixada como reserva para captação em alturas críticas, de dezembro a março, quando os mananciais quase que desaparecem, os açudes esvaziam-se, apresentando nas suas bacias um aspecto desolador. (SAMPAIO, 1910,8)

Figura 11 - Represa do Prata.



Referência: (PACHECO, 1924, 16); (SAMPAIO, 1910,14)

Em setembro de 1887 é encomendado o estudo de abastecimento à cidade ao engenheiro baiano Theodoro Sampaio, que só apresentará resultados 24 anos depois, em 1904. A solicitação deste estudo comprova a intenção Municipal em encampar a Companhia, tomando para si a responsabilidade pelo serviço, que marca a ruptura e azedume das relações entre a Companhia, o governo e os consumidores, os principais prejudicados.

### 2.3.3 Década de 90: aumento de tarifa ou restrição.

Na década de 90 intensificaram-se os debates e troca de acusações entre defensores dos interesses coletivos e os representantes da Companhia, que insistiam em diferenciar o serviço prestado. A solicitação de aumento da tarifa das penas domiciliares, de 9 para 13 réis agravou a oposição pública, fazendo ressurgir as comparações com o sistema de abastecimento do Rio de Janeiro onde “os chafarizes servem água gratis as pessoas. Só na Bahia na retaguarda e o seu povo vai à fonte COMPRAR ÁGUA”.<sup>30</sup> A Companhia empenhou-se a esclarecer que o seu serviço era particular feito para o gozo do público, não decorrendo da aplicação de um fundo de caridade, mas emprego de capital em busca de remuneração. Contra a Companhia caía a urgência em deixar de se proteger “a quem tem uma vida fácil e que não sabe o que é cansaço e suor e dificuldades para manter a existencia.” (A Cidade do Salvador (BA), 22/05/1989; Jornal de Notícias (BA), 17/05/1898)

O aumento da tarifa foi justificado pela necessidade da instalação de poderosas máquinas de elevação, que consumiam mais de quatro toneladas de carvão de pedra diariamente. Como única alternativa propõe que o governo tomasse para si a responsabilidade das despesas:

[...] sendo o preço d'água resultado de multiplos factores, necessariamente não podia ficar estacionario, desde que os elementos do calculo subiram de valor. Não ha duas arithmeticas; uma para o trabalho legal, outra para as expansões da philantropia. Para que a immutabilidade subsista é preciso o coefficiente da caridade, que não pode ser imposto a um grupo, sob pena de se converter o attributo santo em instrumento de expolição. Vejamos ainda o confronto dos factos e a inconsciencia das opiniões. A Direcção. (Jornal de Notícias (BA) 24/05/1898)

O deterioramento da canalização agravou o processo que induzia ao fortalecimento do abastecimento nas fontes públicas, evidenciando a necessidade de concorrerem à alimentação da cidade. Mas em 1899, até a fonte do Gravatá, que até então sempre resistira às maiores secas, “as vezes até com tanta força, que além das largas passagens que havia para o escoamento, a água parecia querer desagregar as grandes pedras do frontal da mesma fonte que se acham solidamente unidas”, viu o seu manancial muito reduzido. (Cidade do Salvador (BA) edição 27, 1899, pág. 1,2) O racionamento fez com que muitos proprietários colocassem à disposição do público os mananciais dos terrenos de sua propriedade mediante módica contribuição e alguns até gratuitamente.” (Cidade do Salvador (BA), edição 17, 1899, pág. 2)

A FALTA DE ÁGUA Tem sido constante a falta de agua nas pennas das freguesias do Pilar e da Conceição da Praia. Naquella e mesmo nesta os aguadeiros exigem 1\$500 e as vezes 2\$000 por uma carga de quatro pequenos

---

<sup>30</sup> A Cidade do Salvador (BA), 7/05/1898; 10/05/1898;

barris de agua o que já é uma grande commodidade para os pobres. Na freguesia da Penha essa falta é de tal ordem, que anualmente faz parte nas festas [ilegível] Realmente viver num clima abrasador, empastado continuamente pela poeira, comer carne cara, magra, escura, suja, que pede pelo menos umas cinco lavagens antes de ser cozinhada e sem haver agua para isso, é *gosar de todos os confortos da vida*. (Cidade do Salvador (BA) edição 2, 1898, pág. 2 /3)

Sob graves acusações, a Cia ameaçou suspender os serviços e abandonar a cidade. “Golpe!”, anuncia o jornal a Cidade do Salvador. Considerada desde então uma ameaça ao espírito público, continuou o reclame por providências, questionando os motivos do desabastecimento: “ha muita água no depósito, o que não há é pressão, para economisar-se no combustivel e poder-se dar dividendo aos acionistas”.<sup>31</sup>

Chamado à Assembleia Provincial, o Dr. Dyonisio Gonçalves Martins, então diretor, leu extenso relatório onde descreveu o grande sacrificio para fornecer a pouca água aos chafarizes. Além da seca, registra os contínuos desperdícios que se davam diariamente nas penas particulares que quase permaneciam em jacto contínuo, e a enorme perda d’água jorrada continuamente durante muitos dias no incêndio de 1.º de dezembro por mangueiras em verdadeiro estado deplorável, perdendo-se muita água antes de extinguirem-se as chamas. As despesas ocasionadas pelas obras de ampliação do serviço impediam manter o atual preço porque a venda arrecadada pela venda nem ao menos satisfazia as exigências de custeio.

A Assembleia, compreendendo a situação, autoriza um empréstimo, “nunca superior á quantia de 400.000\$000”, para as novas obras de que carece: aumento das atuais presas, Prata e Matta Escura, construção de uma nova onde for julgado mais conveniente, bem como a construção de um novo reservatório, julgando deste modo evitar novas situações calamitosas. (A Cidade do Salvador (BA), edição 27, 1899, pág. 1,2)

### **A represa do Queimado.**

Chamado para emitir parecer relativo à qualidade bacteriológica das águas do Queimado, o Dr. Augusto Vianna fornece preciosa descrição da situação do dique do Queimado. Apresentando-o como grande coletor das águas, descreve-o revestido por vegetação rasteira e em alguns pontos coberto de mato. Menciona o afastamento da represa aos núcleos de população, onde não passam estradas de trânsito público, com vigilância constante de empregados da companhia, que limpavam diariamente as margens e recolhiam quaisquer impurezas. (VIANNA, 1897, 25)

---

<sup>31</sup> A Cidade do Salvador (BA), 3/01/1899; 5/01/1899; 22/05/1899; Correio do Brazil (BA) 09/09/1903;

Estendendo-se por uma superfície de 12.712 metros quadrados, com águas sujeitas a uma perfeita exposição solar e agitadas continuamente pelas brisas, este reservatório condicionava as águas da esteira subterrânea de numerosas nascentes e vertentes, e recebia as águas dos terrenos da Fazenda Bate Folha (Matta Escura) que recebiam as águas do Cobre, acolhidas no Retiro. Deste modo, o dique do Queimado era considerado como o reservatório central, o manancial único, que abastece toda a cidade. (VIANNA, 1897, 26)

No grande coletor do Queimado as águas eram depuradas por filtros de secção retangular em número variável e frequentemente renovados. A camada filtrante, com 1”, 40 de altura, repousa sobre um leito de tijolos, formando canais por onde escoava a água. A camada filtrante era composta de 0”,70 de pedras e seixos de diâmetro variado, sobrepostos, em 2,70 de areia grossa e fina, bem lavada. Depois de filtradas, eram recolhidas por 24 horas, em *puissards* cobertos, d’onde eram elevadas para o reservatório da Cruz do Cosme. As destinadas à distribuição da cidade baixa e ao arrabalde de Itapagipe, ficavam em um depósito semelhante, colocado perto dos filtros. Todos estes depósitos temporários e definitivos eram em alvenaria, revestidos interna e externamente de cimento, e também caiados em épocas determinadas.

### **O serviço de carroças municipais**

Quando os chafarizes sofreram o racionamento de horário de funcionamento, abrindo tarde e fechando cedo, e as fontes da cidade secaram provocando restrições no abastecimento das penas domiciliares, desabastecendo a elite, parecia que existia um propósito em aumentar-se os efeitos da seca, para d’ai tirar-se o maior proveito possível, e conseguir-se os ambicionados fins: o aumento do preço da pena d’água, obrigando à execução de medidas provinciais:

Continua essa *benemerita* companhia, que tão amiga se tem mostrado do povo bahiano, nomeadamente dos concessionários de suas pennas de agua, na teima de não abril-as, a pretexto de que não há agua quando além das continuadas chuvas que tem cahido, o sr. Caminada afirmou na sua correspondência já haver mais valias três milhões de litros diários, e portanto, mais que suficientes para o consumo. Isto, porem não é de admirar, porque todas as vezes que chove, a companhia, no dia imediato faz constar que os seus tanques depósitos baixaram tantos palmos de nível! Como se a chuva tivesse a propriedade de fazer secar as aguas armazenadas. Assim como um general sitia o inimigo até rendel-o pela fome, assim também a companhia sitia os seus concessionários até conseguir-lhes o aumento que pretende. (Cidade do Salvador (BA), edição 61, 1899, pág 2)

Enquanto aguardava a proposta de Theodoro Sampaio, a 14/01/1899, o Município implantou uma alternativa emergencial, não ao abastecimento, mas à distribuição. Através da contratação de 30 carroças, diariamente carregadas de “meias pipas” para a venda pública, ao

preço de doze mil reis (12\$000) de aluguel, por dia, cada uma. O serviço, contratado aos srs. Olavo da Costa Doria e José Landislau da Silva Bahia, obrigava à venda d'água pelas ruas da cidade em carroças de sua propriedade, durante o tempo em que se tornar preciso esse serviço extraordinário, a juízo da mesma Intendência. (Cidade do Salvador, edição 17, 1899, pág. 2)

Este serviço não se concretizou propriamente em um serviço alternativo ao da Companhia, uma vez que os carroceiros eram obrigados, por contrato, à compra da água nos chafarizes, prevendo-se apenas o abastecimento em outros locais “a indicar pela municipalidade” no caso de falta. Foi uma manobra que objetivou substituir o trabalho/lucro de distribuição do aguadeiro, mais do que instalar uma alternativa ao serviço da Companhia. Distribuída a cem réis o barril, os carroceiros municipais eram obrigados a fornecer no mínimo dez meias pipas cheias durante o dia, das seis horas da manhã às seis da tarde, com as pipas pintadas e numeradas com o dístico “serviço Municipal cem réis ao barril”. (Cidade do Salvador, edição 17, 1899, pág. 2)

Figura 12 - Rua de S. Pedro, vendedor d'água com sua carroça.



Referência: (SAMPAIO, 2005, 105)

Recorrendo à contratação terceirizada de trabalhadores, estes foram acusados de condulo com o aguadeiro, surgindo reclamações aos seus modos e eficiência, acusados de só venderem aos antigos fregueses e nunca aos ricos que têm chafariz em casa. Quando questionados, “exclama[vam] logo em tom arrogante e sinistro; *vá chamar o seu freguez porque não estou para massadas. Chame o seu antigo fornecedor.* Esta é a resposta que recebem todos os que são forçados a comprar agua do vehiculo municipal.” (Cidade do Salvador (BA), edição 49, 1899, pág. 1)

O domicilio continuou a não ser servido pelos carroceiros municipais e aguadeiros que não se incomodam muito em lá ir, pelo que ficaram quase “condemnados a morrer de sede e a privar-nos das abluções frequentes e indispensáveis n'um clima ardente, como o que ora atravessamos.” (Cidade do Salvador (BA), edição 18, 1899, pág. 1)

Na rua da Poeira, e de longa data, a agua ali é uma verdadeira preciosidade, que passa a correr como a caravana nos desertos, assim e de que não seja muito cobiçada pelos sequiosos moradores que curtem as maiores decepções. Pelo Caquende, da mesma forma, passam as poucas carroças em marcha acelerada e surdo se torna o conductor que a ninguém atende. Na rua de Carlos Gomes as poucas carroças que passam ou a única que transita, de letra D só vende água por atacado á padaria, não sendo a ninguém mais permitido comprar. Na freguesia do Pilar não há aguadeiros municipaes, e se os há, são tão raros que ninguém mais ouve falar nelles; pelo que os vendedores particulares, fornecem as cargas de agua de 1000 a 1600 isto mesmo sem ir aos terceiros andares! Os moradores da rua do Ferraro, antigo Campo da Polvora, não obstante terem na vizinhança o fiscal da intendência para esse serviço, são ainda mais caipôras do que os das outras freguesias e ruas porque, tendo feito reclamações pessoaes a esse funcionário, que como outros muitos, não se querem indispor, ainda nada conseguiram. Até a rua da Independencia, a qual era percorrida por quatro carroças diárias, já está por sua vez experimentando essas torturas. Que dificuldade em obter um barril de água municipal aquelles que tendo fregueses particulares por moléstia ou impedimento destes, são obrigados a chamar o aguadeiro municipal. Desde sexta feira que os moradores dessa rua estão quase a morrer a sede. (Cidade do Salvador (BA), edição 49, 1899, pág. 1)

Do relato que transcrevemos acima, fica claro que o panorama do abastecimento no final do século XIX, apesar do investimento da Companhia do Queimado, da progressiva intervenção do governo na gestão, se mantinha insuficiente para o abastecimento à população e atingia agora também a elite, que reclamam energéticas providências, para o distrito de São Pedro e principais ruas.

## 2.4 Encampamento

[...] dois mil e setecentos contos de reis (2.700:000\$000), preço por quanto foi contractada a requisição de todos os bens, direitos, domínios, posses, acções concessões e dívidas activas pertencentes ao outorgante. (Contrato 1905)

Pela Lei n.º 719 de 30 de setembro de 1904, a Intendência Municipal foi autorizada a encampar todo o serviço do Queimado. A proposta foi apresentada pelo intendente em nome do Município da capital, passando para ele a administração do serviço. A partir deste momento ele se encarregou de proceder à reforma e ampliação do serviço d'águas e à instalação da rede de esgotos.

Com a anuência dos representantes de sete mil e cinquenta ações, ou setenta por cento do capital social, realizou-se a transferência mediante indenização de 2 mil e 700 contos de réis: “justo valor e no interesse coletivo de dotar a Capital com serviço de esgotos, necessidade de há muito reclamada pela hygiene e grau de civilização”. No relatório da Companhia, apresentado em abril de 1905, quando as 10.000 ações eram distribuídas por 146 acionistas, sendo os principais acionistas o Banco da Bahia, com 400 ações, seguido pelo Banco Mercantil



da Bahia, com 324. A família Monteiro continuava representada, por cinco elementos e 96 ações, continuando Paulo Pereira Monteiro o maior acionista (32 ações).

#### **2.4.1 Theodoro Sampaio: “the best Brazilian engineer in Mister Robert’s staff”.**

O séc. XX deu grande destaque aos engenheiros higienistas que trabalharam nas reformas urbanas em prol do sanitário, realizando a retificação de rios que causavam enchentes, a drenagem dos pântanos para a destruição dos viveiros de insetos disseminadores de enfermidades e a fiscalização sanitária dos habitantes.

Conjuntamente com os projetos de remodelação urbanística e as demolições que dariam lugar à nova paisagem, os códigos sanitários elaborados nos inícios da República se voltam contra as formas coletivas de moradia, configuradas como centros irradiadores de epidemias, além de assegurar ao poder público o direito de intervenção no cotidiano de seus moradores e nos moldes de sua sobrevivência. (WISSENBACH, 1997, 105)

Enquanto Pereira Passos e Osvaldo Cruz iniciaram as reformas do Rio de Janeiro, Saturnino de Brito (1905) o plano de saneamento de Santos, em Salvador é assinado o contrato com Theodoro Sampaio para a melhoria do abastecimento d’água e instalação do sistema de esgotos. As melhorias urbanas apenas serão consideradas por J. J. Seabra, a partir de 1912, num processo descompassado de melhorias em que se desenvolverá a especificidade espacial da cidade, de embelezamento, sem considerar as condições de infraestrutura básica, procurando o progresso e prestígio perdido em relação às cidades supramencionadas.

Theodoro Sampaio era integrante do grupo da “Atenas Negra”, com acesso a estudos nas universidades, com formação adequada para a ocupação dos cargos Imperiais, quando “nenhum gabinete se organizava sem que à nossa Bahia [...] coubesse ou a presidência do Conselho ou duas e mais pastas”.

Otimista diante do processo civilizatório e do desenvolvimento econômico em curso num país de gigantescas dimensões e riqueza, grande parte delas ainda por se conhecer, empenhou-se na busca por soluções que viabilizariam o Brasil como nação, tanto no período monarquista como no republicano. E, apesar da declarada preferência pelo Império, participou de forma entusiasmada de ambos os regimes, porém sempre realista e crítico, características marcantes da sua geração. (SANTOS, 2010, 26)

Nos estudos da sociedade baiana de Donald Pierson (1971), o autor apresenta Theodoro Sampaio como um dos mais importantes cidadãos de cor baianos, um preto de destaque, inserindo-o no grupo de mulatos que atingiram prestígio social, conseguindo ultrapassar a barreira social da cor, condicionante que distinguia radicalmente a situação racial Brasileira da existente nos Estados Unidos. Analisando as relações raciais em Salvador, sempre em relação à realidade estadunidense que instituiu, entre 1876 e 1965, através das Leis *Jim Crow* o apartamento dos *colored people*. Neste contexto Pierson considerou que em Salvador a

principal via de segregação se dava por via da classe, envolta em determinantes econômicos, de instrução e culturais e não por via da cor.

No entanto, o autor admite uma sobreposição entre classe e raça, visível na distribuição dos grupos nos espaços da cidade, o grau de conflito com base na cor ou na classe relativamente diminuto. No Brasil, a teoria social dominante da miscigenação levou a que a discriminação atuasse em outra *layer*, subterrânea, que apesar de não interditar legalmente a população negra, o fez indiretamente, também através da exclusão às melhorias estruturais de habitação, educação, saneamento. Para as elites, ao contrário, se focaram todo o tipo de melhoramentos, como este trabalho insiste em demonstrar e denunciar.

Esta discriminação ocultada, não transcrita em papel, aceitou a inclusão/ascensão social do mulato, mediante comprovação e adaptabilidade aos parâmetros comportamentais europeus. Esta aceitação aconteceu em indivíduos, um por um e não como grupo<sup>32</sup>, não representando essa aceitação uma generalidade aplicada a todos os mulatos.

Pierson apresenta Theodoro Sampaio como um engenheiro mulato que desfrutou em vida reconhecimento profissional e intelectual, um exemplo de ascensão social conquistada através da excepcional formação profissional de um filho bastardo, ou de um filho que não pôde ou não quis tornar público o nome de seu pai por compreender a situação constrangedora que seria a paternidade para ele e para o próprio pai. (SANTOS, 2010,31) Mas que, ainda assim, formulou uma personagem social que permitiu a sua ascensão social, por via da competência profissional, instrução, acumulação de recursos financeiros e adoção de hábitos e comportamentos europeus.

Engenheiro Civil, Geógrafo, Cartógrafo, Historiador, Etnógrafo, Arquiteto e Urbanista, este foi sumariamente Theodoro Sampaio, natural de Santo Amaro, nascido em 1855. Formado engenheiro aos 21 anos, no Rio de Janeiro. Ademir Santos (2010) divide a sua carreira em três fases, correspondentes a cada cidade em que prestou os seus serviços.

Na primeira fase, de 1878 a 1886, colaborou com a administração da Coroa, como engenheiro do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, integrando a Comissão Hidráulica do Império, dirigida pelo engenheiro norte-americano *William Milnor Roberts*, encarregado da obra da expansão do porto de Santos. Esta colaboração decorrerá sob o embate da tradição norte Americana e a Brasileira. A exclusão Americana da participação do mulato ao convívio com o branco é relatada no “Apêndice A – Esboço autobiográfico de um cidadão de côr”, quando Pierson publica a autobiografia de Theodoro Sampaio.

---

<sup>32</sup> CFR. Thales de Azevedo, 1955<sup>a</sup>:195 apud PIERSON, 1971, 369.

Neste espaço relata o que considera um caso de preconceito racial que sofreu no início da sua carreira: “hoje bem raros no país”. Convidado a participar na Comissão Hidráulica, o seu nome foi excluído da lista de integrantes, ato justificado por ser o único homem de cor na luzida comitiva. O convite parecera chocante aos olhos dos técnicos Americanos que, segundo se dizia, não apreciavam homens de cor. A discriminação foi ultrapassada com a intervenção do Senador Viriato Medeiros. Posteriormente Theodoro conquistou a estima e amizade de *Mr. Roberts* que julgou de justiça distingui-lo entre os seus auxiliares. (PIERSEN, 1971, 426/427)

Na segunda fase da sua carreira, 1886-1904, colaborou na Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, onde se dedicou ao estudo da navegabilidade do rio Paranapanema e à elaboração de cartografia. De 1890 a 1892 acompanha o processo de desapropriação da Companhia da Cantareira de Águas e Esgotos, assumindo a responsabilidade pelo setor de Serviços de Águas e Esgotos da Cidade de São Paulo, tornando-se especialista em legislação e administração das obras de saneamento. Foi responsável pela construção da Caixa da Avenida, que abasteceu a Av. Paulista e permitiu a abertura de novos bairros para as camadas sociais de alta renda, ao norte e sobretudo ao sul da colina. (REIS, 2010, 66)

Deixando em 1903 os trabalhos de saneamento de S. Paulo, tornei à Bahia em 1904 para estudar e me propor em concorrência pública para as obras de saneamento da cidade; contratei em 19 de maio de 1905 essas obras com o Município da Capital, realizando-as após quatro anos na parte relativa ao serviço de abastecimento d’água e tão-sómente uma terça parte do serviço de esgotos, pois que, à falta de recursos pecuniários por parte do Município, os trabalhos tiveram que paralisar-se e suspensos ficaram por muitos anos até que, em 1929 quando foi então rescindido o referido contrato de comum acôrdo entre as partes contratantes. Terminou aí a minha atividade profissional. (PIERSON, 1971, 382)

A terceira fase, 1904 – 1937, é marcada pelo regresso à Bahia, sua terra natal, trazendo o cabedal, espírito lúcido e a experiência adquirida em São Paulo. Em 1905 foi contratado pela intendência Municipal de Salvador para projetar e implantar o serviço de abastecimento d’água e coleta de esgoto, atuando também no Governo do Estado como engenheiro e urbanista.

A chegada de Theodoro Sampaio à Bahia coincide com a equação de três grandes questões urbanas: a modernização do porto, o abastecimento d’água e a construção do sistema de esgotos, especialidades que dominava. Entendendo a sociedade Baiana como decadente, em decomposição, para ele o saneamento deveria começar pela habitação, através de melhoramentos das condições sanitárias, fiscalização e vigilância dos costumes das classes pobres, com forte ênfase nas questões morais.

Vinte e quatro anos após a encomenda do estudo de abastecimento d’água, a proposta é finalmente apresentada. Diferentemente de São Paulo, na Bahia, Theodoro Sampaio assumiu-

se como profissional liberal e intelectual à frente da firma Theodoro Sampaio & Paes Leme. O saneamento de Salvador foi a maior obra pública sob sua exclusiva responsabilidade técnica e encontra-se entre as maiores do gênero, quando a população subia a 250.000 habitantes e quatro quintos carecia de abastecimento.

No processo de contratação e instalação, o projeto sofreu disputas políticas e jurídicas que se arrastaram por dezanove anos, incidindo as críticas às determinantes contratuais e, principalmente, ao financiamento. O contrato de 1905, que previa entrega em 1910, foi rescindido em 1929, por mútuo acordo, 24 anos após o início das obras, não implantado na sua totalidade. Theodoro Sampaio contava então com 74 anos.

Para financiamento das obras, através da sua rede de contatos, o engenheiro propõe à Municipalidade a realização de um empréstimo por intermédio da casa *Lupton*, da importância de “600.000 libras esterlinas a tipo de 80 e juro de 6% com amortizações anuais de 2,590”. Neste acordo, a casa *Lupton* exigia como garantia, novamente, a renda líquida do aluguel das penas d’água, bem como a dos esgotos, que motiva o empréstimo. A casa *Lupton* dava continuidade ao almejado pela Companhia do Queimado, embora sem o conhecimento técnico especializado necessário, apenas capacidade de financiamento. Foca nas fontes de lucro certas do serviço: o aluguel das penas d’água e, agora também, da taxa de esgoto.

O Município, já endividado e interessado em consolidar a dívida num único credor, solicita que se negocie o aumento do empréstimo: de 1.000.000 esterlino, com redução razoável nos juros. As condições deste empréstimo foram discutidas no *Correio do Brazil (BA)*”, que já prevê o completo desastre com a aceitação das condicionantes propostas. Se privado das receitas, como teria o Município capacidade para manter o serviço?

Contra o contrato gritava o bom senso e protestava a grande maioria do povo que imediatamente previu que as rendas do Município não chegariam para satisfazer as exigências do contrato e o resultado será finalmente ficar a Bahia, a pobre Bahia, desgraçada e sem dinheiro, sem saneamento e comprometida! (*Correio do Brazil (BA)*, 9/05/1905)

Em carta ao conselho Municipal, Theodoro Sampaio garante que a quantia do empréstimo seria suficiente para as obras da rede de esgotos, construída com 5 mil contos de réis, e se disponibiliza a negociar os preços das instalações.<sup>33</sup> Depois de oitenta e seis dias de lutas, de muita discussão e dos mais descontraídos alvites, a dezessete de março de 1906, “venceu a boa razão”, que aprovou os estudos e projeto de abastecimento, orçado em 2.856:757\$438 réis. O projeto exigia estudos do rio do Cobre e dos mananciais do Cabrito, com

---

<sup>33</sup> *Correio do Brazil (BA)*, 15/05/1905; 12/05/1905;

aquisição autorizada pelo Conselho para que se levasse mais longe o exame dos mananciais para captação. (SAMPAIO, 1910, 10)

A Revista Politechnica de São Paulo divulgou sob o título “Abastecimento de água da cidade da Bahia” (1910), o relatório de Theodoro Sampaio, onde descreve a situação do primitivo sistema de abastecimento do Queimado, para o qual propôs a sua reestruturação e o aumento das reservas através do novo sistema da Bolandeira.

#### 2.4.2 Remodelação do serviço do Queimado e nova captação.

Figura 13 – A reorganização e ampliação do sistema do Queimado, 1910.



Referência: SAMPAIO, 1910,1;

A remodelação do serviço do Queimado teve como principal objetivo a retirada da dupla elevação d'água, que originava gastos em carvão para alimentação dos motores e que fornecia apenas sete ou oito milhões de litros diários. Era urgente aumentar a quantidade d'água e distribuí-la melhor. Nesta intenção foi estabelecida a divisão em distritos, por altitude, prevendo-se o reforço de mananciais alimentados reciprocamente e a substituição da canalização antiga, estragada e de diâmetro insuficiente. (SAMPAIO, 1910,11)

Theodoro Sampaio distingue o abastecimento por zonas baixa, média e alta. As zonas médias e baixas eram abastecidas pelo antigo serviço, enquanto a nova adução, que utilizava os mais modernos equipamentos, abasteceria a zona alta da capital. As três represas construídas pela Companhia (Queimado, Matta Escura e Cobre) foram destinadas a servir, por simples gravidade, às zonas baixas e médias.

Estas iniciativas inseridas no antigo sistema, alteraram substancialmente a dinâmica do Queimado, que verá agora a sua importância descentralizada, diminuída. Nesta subdivisão técnica, justificada por parâmetros de altitude topográfica (baixa de 0 a 25, média de 25 a 50 e alta  $50 \leq$ ), encontramos exceções importantes, que a perspectiva de Pierson (1971) ajuda a

entender: a inclusão dos bairros da Barra e Rio Vermelho na classificação de zona alta, uma vez que, sabemos, de acordo com a altitude geográfica, seriam classificados como zona baixa, litorânea. Habitados pela elite, por exceção, se garantiu aos bairros o usufruto da nova captação e tubulação, demonstrando a interferência da componente social na técnica.

Theodoro Sampaio retirava da represa do Queimado a importância de grande dique, receptáculo de todas as vertentes, que deixa de receber as águas da Matta Escura e do Cobre, abastecendo unicamente à área comercial e portuária da zona baixa. A represa do Prata foi destinada a abastecer, por gravidade, os bairros da Calçada, Mares, Bomfim, Bôa Viagem e Itapagipe, desviadas na estação do Retiro. A represa da Matta Escura ao abastecimento da zona média, descendo as águas por simples gravidade até a estação de bombas do Retiro, onde eram aspiradas e elevadas para o reservatório antigo da Cruz do Cosme, evitando mistura no Queimado. Realizou-se uma reforma radical na estação do Retiro, se conservando a antiga linha, agora auxiliar, atuando como estação de socorro para situações de emergência para o abastecimento da cidade baixa e média, quando se utilizaria a maquinaria de suspensão de águas do Queimado. (SAMPAIO, 1910, 18)

### **Nova captação**

O engenheiro hydraulico, nesta parte do paiz, não se deve contentar com os pequenos volumes d'agua corrente que os rios, ainda mesmo os de longo curso, guardam em seus leitos, quasi de todo seccos na estação quente. O criterio a seguir não é o do *mínimo* das aguas na secca, mas o do *maximo* na estação chuvosa. O estudo do regimen das aguas, nesta parte to paiz, deve visar o *represamento*, a accumulção das aguas em represas ou açudes da capacidade requerida para o fim que se tem em vista. (SAMPAIO, 1910, 24)

Os trabalhos de prospecção de lugares de captação começaram a 21 de junho de 1905, com o levantamento topográfico dos mananciais da bacia do rio das Pedras, Cascão, Saboeiro, Cachoeirinha e Pituassú<sup>34</sup>, com a escolha do local mais adequado à construção das barragens. (SAMPAIO, 1910, 24)

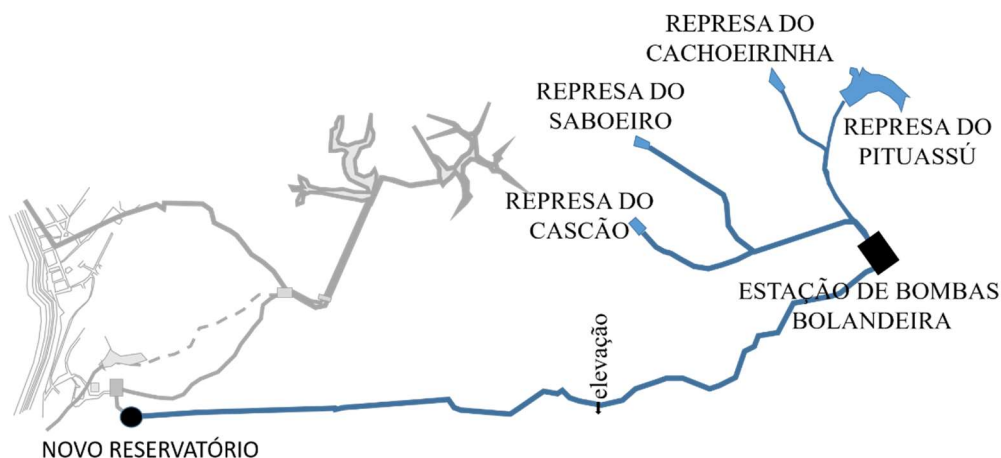
Em linhas gerais, o plano do novo abastecimento consistiu na captação e armazenamento das águas em novas represas, fazendo-as descer por gravidade em canalização de ferro fundido n'uma estação central, na Bolandeira, na cota 4, onde se construíram bacias de filtração e reservatórios. Bombas *Worthington* elevam as águas, depois de filtradas, para a torre metálica no alto da Duna Grande, distante 1490 metros, d'onde descem por gravidade, através

---

<sup>34</sup> O jornal A Manhã (BA) 18/11/1920, considerou a represa de Pituassúa mais importante, a mais bela, a formosa bacia, que acumula um volume d'água suficiente para abastecer a cidade durante um período de cinco meses sem chuva.

de uma linha adutora de 18" de diâmetro, até os novos reservatórios metálicos da Cruz do Cosme. Em rede autônoma, a água era então distribuída na zona alta. (SAMPAIO, 1910, 30)

Figura 14 - Esquema da nova captação ramificada ao esquema primário.

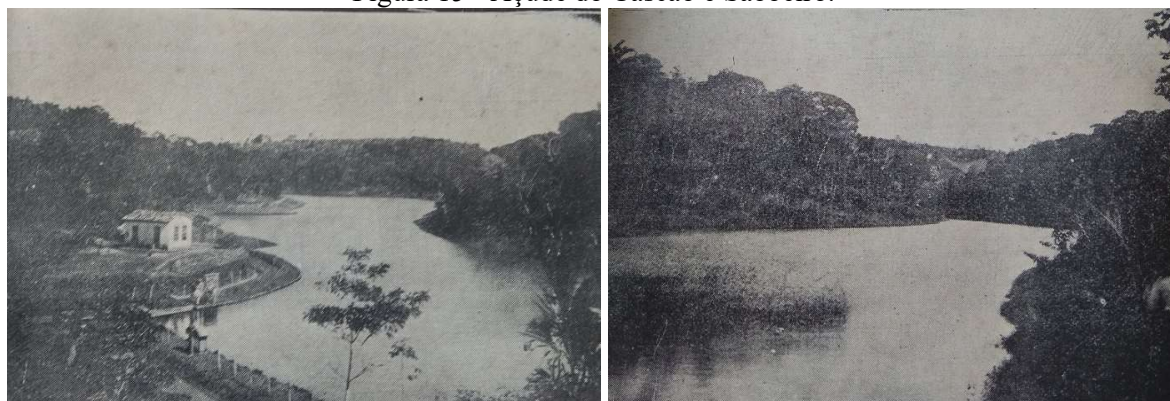


Referência: (BRITO, 1928, 107);

Ao contrário da situação das antigas represas, grandes extensões de terras foram desapropriadas pelo Município para proteção dos mananciais, sendo cuidadosamente limpas das matérias orgânicas existentes e protegidas as suas orlas numa largura de 2 metros. (SAMPAIO, 1910, 28)

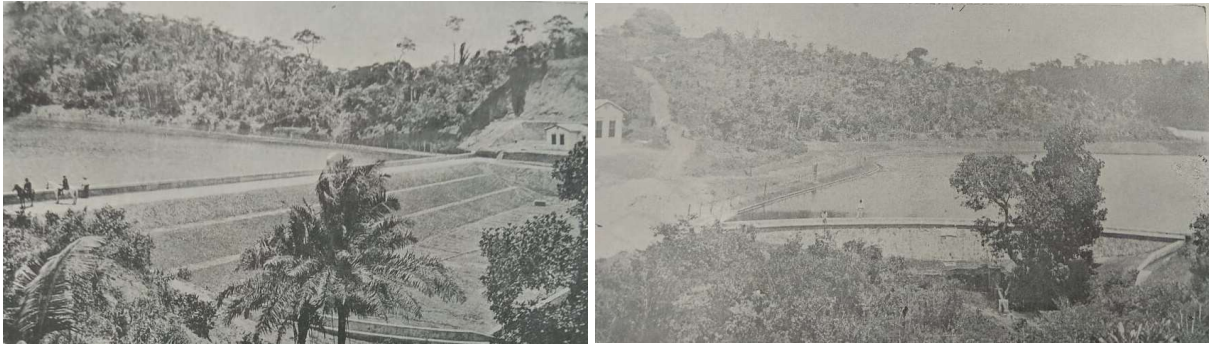
Na Bolandeira se instalou a estação central, no meio de um terreno amplo, bem nivelado, a 500 metros distante do mar e em situação aprazível, com fácil acesso para as comunicações por terra e mar, recebendo com facilidade o combustível indispensável às máquinas. Satisfazendo também as condições de cota de nível favorável à adução das águas das represas por gravidade, perto do ponto culminante da Duna Grande, na cota 71,28, diminuindo a extensão das linhas de recalque e a força das bombas. (SAMPAIO, 1910, 30/31)

Figura 15 - Açude do Cascão e Saboeiro.



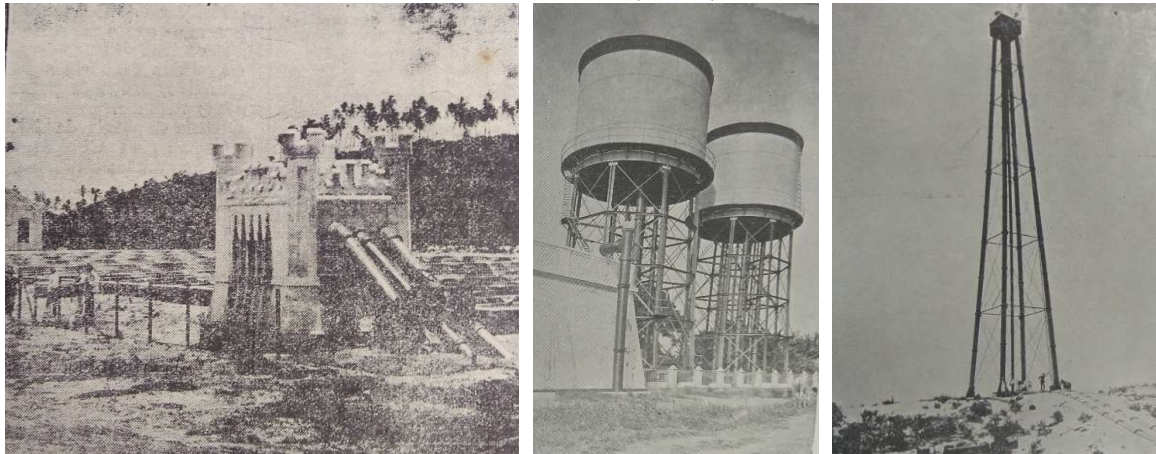
Referência: (PACHECO, 1924, 19/18)

Figura 16 - Represa do Pituassú, 1910; Represa do Cachoeirinha, 1910.;



Referência: (SAMPAIO, 1910, 31)

Figura 17 - Estação da Bolandeira; Reservatórios Metálicos à Cruz do Cosme , 1910; Torre metálica da Duna Grande, 1910;

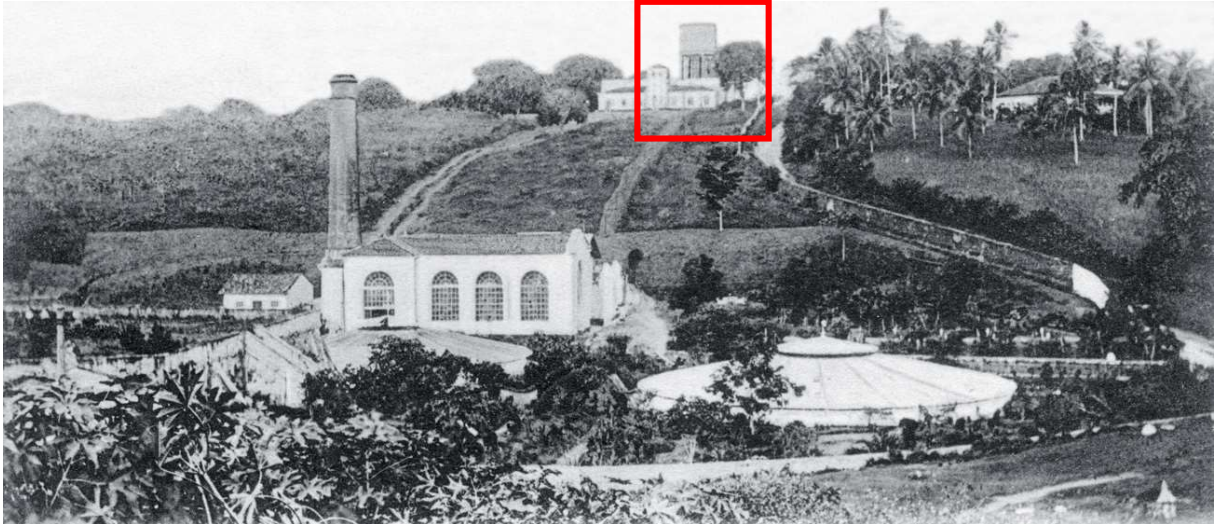


Referência: A Tarde (BA), 1915; (SAMPAIO, 1910, 21)

Os princípios de hidráulica foram aplicados na torre metálica, que tem a forma de um tronco piramidal quadrangular, sustentada por quatro colunas de ferro fundido. Nesta estrutura a água sobe, impelida por bombas. No alto dessa torre fica um pequeno reservatório de ferro de  $2m^3$  que facilita a passagem das águas por simples gravidade para os reservatórios metálicos da Cruz do Cosme, erguidos sobre possantes armações de ferro, à cota 98, descendo novamente as águas por gravidade para o abastecimento da rede alta, em sistema independente das outras redes.

Figura 18 – Reservatório da Cruz do Cosme.





Referência: Postal Litho-Typ. Almeida, 1911, <http://www.salvador-antiga.com>, consultado a 27/07/2019.

Regularizado convenientemente o serviço das penas d'água, foi prevista a severa fiscalização; eliminados os abusos e grandes desperdícios que nesse serviço se observavam. Considerou-se normalizado todo o sistema. A adução da água ficava garantida só com o trabalho diário das duas bombas da Bolandeira. Sete represas de boa capacidade estavam em funcionamento, com a possibilidade do recurso a cinco bombas, isoladas ou em conjunto, e com novas canalizações de ferro. (SAMPAIO, 1910, 33)

Com satisfação, podemos hoje afirmar que o problema do abastecimento d'água da cidade da Bahia está resolvido e que essa solução jamais seria negativa por deficiência de mananciaes [...] Encarado o problema da agua de accordo com as condições geologicas e meteorologicas, dominantes na Bahia, a solução d'elle não só está conseguida, como não mais poderá offerecer difficuldades serias quanto ao seu desenvolvimento. (SAMPAIO, 1910, 36/37)

Apesar das aparentes condições propícias e o melhoramento da infraestrutura, as obras acabaram por resultar em custos maiores do que os previstos, por efeito da alta considerável do preço do ferro no estrangeiro, e da oscilação da taxa de câmbio, que justificam o facto de apenas 1/3 do serviço de esgoto proposto ter sido instalado, dando preferência às condições de quantidade d'água suficiente para a posterior instalação do serviço. (SAMPAIO, 1910, 10)

## **2.5 Pierson e a coincidência social da nova distribuição de abastecimento.**

A fisiografia da região não deixou de ter importância na vida cultural da Bahia; porque, em geral, a distribuição da população por classes, e até certo ponto por grupos raciais, segue de perto a configuração da terra. (PIERSON, 1971, 65)

Nos estudos de Donald Pierson (1971), “Branços e Prêtos na Bahia: um estudo de contato social”, a respeito da situação racial da década de 30, apoiando-se grandemente no relato de *Darwin* de Salvador, o autor descreve a cidade baixa, onde se localizavam o porto com a sua alfândega, armazéns, escritórios, consulados, bancos, correio, sede da associação

comercial e a maioria de lojas de artigos masculinos. Sobre o promontório, na cidade alta, estendendo-se para os subúrbios, se localizavam os edifícios públicos, a maioria das igrejas, hotéis, cinemas, nas principais praças, e as áreas residenciais.

Descrevendo o planalto em altos, declives relativamente fortes, e vales estreitos, onde se encontram as ruas principais, as mais importantes linhas de transportes, considerou serem estes os lugares mais convenientes, confortáveis e saudáveis para residência e, por consequência, mais desejáveis. (PIERSON, 1971, 99) Aí se encontravam os edifícios mais modernos e ricos, as casas das classes “superiores”, descendente da velha aristocracia, que detinha a propriedade de 3.855 telefones, 1.028 automóveis, rádios e bibliotecas particulares da cidade, diferindo em nível econômico, na educação e até certo ponto nos costumes dos habitantes, que diferem grandemente dos que residem nos altos. (PIERSON, 1971, 70)

Segundo Pierson, os vales, em contraste, eram lugares de residência menos confortáveis, menos saudáveis e menos convenientes, por consequência mais baratos. Sem ruas, calçamento, aí viviam as classes “inferiores”. As habitações, na maior parte, eram simples casebres constituídos por uma armação de madeira coberta de barro, que considerava mais saudáveis e mais agradáveis do que os *slums* das cidades industriais europeias ou norte-americanas. (PIERSON, 1971, 99/100)

Reconhecendo o padrão de distribuição da sociedade na cidade, segundo um padrão bastante simples, referência pequenas modificações, exceções, exemplificadas pelo bairro da Barra. Embora localizado em área baixa, litoral: situado à beira-mar, em área baixa, bem ventilado pela refrescante brisa marítima, habitado pela elite. (PIERSON, 1971, 99/100)

Nas áreas que denominou “intermédias”, se localizavam as habitações dos que estavam saindo das classes “inferiores”, que encontravam as habitações das classes “superiores”, onde as partes escuras e claras da população se encontram e se misturavam, em uma íntima proximidade residencial, nomeando por exemplo, a Avenida Sete de Setembro. (PIERSON, 1937, 106) A existência desta zona intermediária justificou que o autor considerasse que a base da organização social e territorial se distribuída mediante preceitos “antes classe que raça”. (PIERSON, 1971, 109)

Considera no entanto a barreira social existente entre “os pobres” dos vales, e “os ricos” dos altos, grande e difícil de transpor, produzindo áreas residenciais contrastantes. (PIERSON, 1937, 103),

Em resumo, pode dizer-se que, em geral, os brancos e os mestiços mais claros ocupavam os altos da cidade, que eram mais confortáveis, saudáveis e cômodos, onde, portanto, os imóveis eram mais caros; ao passo que os pretos e os mestiços mais escuros residiam geralmente nas áreas baixas, menos convenientes e

saudáveis, bem como nas áreas afastadas, menos acessíveis, onde, portanto, os imóveis eram mais baratos. Em outras palavras, os altos dos “ricos” correspondiam, em geral, às áreas residenciais dos brancos e dos mestiços mais claros, enquanto que os vales dos pobres e as regiões adjacentes correspondiam em grande parte, às áreas residenciais da parte mais escura da população. (PIERSON, 1971, 105)

Para Pierson, a segregação de classe coincide com a distribuição racial, em grande parte justificada e previsível, dadas as circunstâncias e condições da fixação dos negros e a libertação relativamente recente da condição servil, considerando que não existe na Bahia, ao que parece, um esforço proposital de segregar as raças a fim de manter distinções de casta, como em várias partes dos Estados Unidos. A possibilidade da ascensão social do mulato afastava a Bahia da situação Norte-Americana.

No entanto, apesar da otimista conclusão de Pierson, é evidente a manipulação de segregação social baseada na raça quando justapomos os trabalhos de Pierson e Theodoro Sampaio. Ao diferenciar o abastecimento das áreas baixa, média e alta, segundo os mesmos parâmetros da interpretação social de Pierson, altimétricos, ambos reconhecem a distribuição assimétrica racial da cidade, onde as áreas altas são ocupada pela elite branca “superior”, usufruindo da nova rede de abastecimento e as “baixas e médias”, ocupadas pela população “inferior”, usufruindo da infraestrutura antiga apenas se tiverem condições de pagar por ela, fazendo coincidir a estratégia higirotécnica com a distribuição racial.

A estratificação racial foi acentuada pela inclusão de exceções aos parâmetros altimétricos do serviço, que possibilitaram o usufruto de melhores condições de abastecimento a Bairros que, segundo a determinação técnica, estariam sujeitos ao abastecimento antigo, como o caso apresentado da Barra e Rio Vermelho, incluídos no regime especial como área alta, para abastecer segundo a nova adução a privilegiada elite.

Continuando a não chegar a todos, o importante serviço continuará ao longo do séc. XX, sujeito a disputas, tensões e enredos outros, que serão analisados em uma próxima etapa, sob o pretexto de que:

[...] o importante serviço que deve ser municipalizado, para que a nossa população tenha água que a não envenene, tenha água que não seja a morte canalizada, a conductora sombria de todas essas infecções intestinaes que tanto avolumam os nossos registos fúnebres [...] O povo da Bahia quer água e água que o não envenene, água que lhe não custe este preço fabuloso e único de doze mil réis por pena... Água que não nos chegue em casa carregada de detritos, pesada de impurezas, como uma visita sorrateira da morte. (Gazeta de Noticias (BA), 27/09/1912)

## Conclusão

Neste capítulo analisámos o comportamento contratual da Companhia com o Governo, apresentando as condições do seu surgimento, localização e atuação. Compreendemos que a sua atividade foi marcada pela técnica, viabilidade financeira e articulação com o Governo, sempre em negociação, cada parte protegendo os seus interesses. Gradualmente a Municipalidade tentou reverter a situação do privilégio de venda da Companhia, que fazia a cidade refém do serviço, enfrentando resistência da população.

Apesar das sucessivas negociações, o serviço só melhorava mediante o adiantamento financeiro do governo e empréstimo estrangeiro. O constante aumento da demanda d'água pela distribuição domiciliar e nos chafarizes agravou o abastecimento, face os sucessivos períodos de seca. Do estado calamitoso de escassez d'água, da pretensão de lucro da Companhia e da demorada resposta da encomenda do estudo de alargamento da captação a Theodoro Sampaio, decorreram esquemas de racionamento que afetaram os mais fortes, da cidade alta, que obrigaram à formação de um sistema de abastecimento por carroças que apenas pretendeu retirar o lucro do distribuidor, Aguadeiro, continuando a água a ser comprada à Companhia.

Dos avultados investimentos decorridos na década de 80, decorreu a proposta de aumento do preço da venda d'água, que originou graves acusações e à equação do encampamento da Companhia. Iniciando a negociação das condições do encampamento, a Companhia negou-se a abrir mão das vendas domiciliares, aceitando, no entanto, o encampamento dos chafarizes, na intenção Municipal de dar água aos pobres.

O governo interferiu no serviço de abastecimento, em quatro principais momentos. No primeiro momento (1853), mediante a anuência de formação da companhia, aceitou a distinção dos espaços de venda (chafariz *vs* casas de vendagem *vs* vendas domiciliares). Num segundo momento (1870) incentiva a construção do acordado no prévio contrato, que apenas será consolidado em 1880, com o aumento do prazo para usufruto dos serviços. Mediante empréstimo incentiva a Companhia ao alargamento do serviço. Na década de 90, a solicitação do aumento da tarifa doméstica e a escassez d'água constituirá um serviço de venda pelas ruas, comprando água ao Queimado, que nada mais pretendeu do que regularizar a profissão do aguadeiro.

Theodoro Sampaio, filho mulato da Bahia, apresenta a sua proposta em 1904. A Companhia foi encampada no ano seguinte, e o serviço entregue à responsabilidade do Município. As obras de melhoramentos e ampliação do sistema dividiu a cidade em três distintas zonas topográficas, que corresponderam à distribuição geográfica racial da cidade, como demonstrou Pierson.

Theodoro Sampaio modelou o sistema de distribuição para que o novo sistema abastecesse a cidade alta, e o primitivo, as zonas médias e baixas, (comércio e porto) agindo por simples gravidade, recebendo reforço por meio das bombas do Retiro, quando necessário. A segunda represa, a mais alta, no córrego do Prata, foi destinada para abastecer por gravidade a outra parte da cidade baixa, correspondente aos bairros da Calçada, Mares, Bomfim, Boa Viagem e Itapagipe. O novo sistema, captado nas represas Cascão, Saboeiro, Cachoeirinha e Pituassú era recolhido na Bolandeira e aspirado para os reservatórios metálicos da Cruz do Cosme, em sistema separado, abastecendo a cidade alta, numa articulação que mais uma vez beneficiaria os mais poderosos, para os quais regimes de exceção garantiam o serviço.

Ao retirar a centralidade da represa do Queimado para o abastecimento, passando a receber as águas do Retiro diretamente nos reservatórios metálicos, se inicia o progressivo processo de abandono e degradação da represa.

## **Referências:**

### **Jornais:**

- A Notícia (BA) edição 248, “Alto, lá!...” a 22 de julho de 1915;  
Almanack das famílias (BA) 1877  
O Monitor (BA) 20/10/1876; edição 263, pág.2, 1878;  
Gazeta Médica da Bahia (BA) 29/02/1872, n.º 110, anno V. - Relatório apresentado pela comissão nomeada pelo governo para dar parecer sobre as aguas do Queimado. Dr. José de Goés Siqueira- Dr. Antonio Januario de Faria – Dr. Antonio de Cerqueira Pinto. – Dr. Francisco Rodrigues da Silva.- Dr. Antonio Mariano do Bomfim. (Relator);  
Anno XXX, Série V. Vol II, abr/1899;  
Jun/1979, Anais Academia de Medicina da Bahia, Vol. 2, pp. 21-29.
- Correio do Brazil (BA) 09/09/1903; 04/05/1904, “Exgoto na Bahia”; 09/05/1905; 12/05/1905; 15/05/1905;  
A Manhã (BA) edição 53, pág 2, 1920  
Jornal do Commercio (RJ) 8/07/1862; 6/07/1866; 9/07/1866;  
O Guarany (BA) 4/08/1878  
Gazeta da Bahia (BA) 29/02/1872; 23/02/1873; 6/05/1881; 18/10/1881, 17/11/1881; 30/03/1883; 1/05/1884; 1/10/1884; Vol. 80, ano 144 n.º 1, pág. 60-73, 2010; n.º 2, vol 74, julho a dez 2004; 1897;28:7, 4.ª série: 305-311, Água de S. João.  
Jornal de Notícias (BA) 9/02/1892; 11/01/1898; 24/05/1898; 17/09/1898; 23/11/1898, edição 5662, pág. 1;
- Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (RJ) edição 42, pág. 1, 1865; edição 227 pág 1, 1865; edição 42, pág. 1; 1868;  
Pequeno Jornal (BA) 14/03/1890; 17/03/1890; 18/03/1890;  
Almanack administrativo, Commercial e Industrial (BA) edição 3, 1872  
A Locomotiva: Jornal Illustrado (BA) pág. 15, 1888.
- Almanack administrativo, Commercial e Industrial (BA) edição 1 pág. 231, 1854; edição 3, 1872;  
Cidade do Salvador (BA) 17/12/1897; edição 383, pág. 2, 1898; 10/05/1898; 7/05/1898; 11/05/1900; 14/05/1898; 22/05/1989; 5/01/1899; 22/05/1989

### **Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA)**

Relatório apresentado pelo Conselho de Instrução Pública à Assembleia Legislativa, edição 2:  
Estudantes enviados à Europa, conforme as Leis 138 e 145, 1846, pág. 8;

Fala do Presidente da Província Antonio Ignacio de Azevedo, edição 1, 1847, pág. 25.  
Fala de Francisco Martius, Presidente da Província da Bahia, edição 01, 4/07/1849, pág. 36;  
Fala do Presidente da Província Francisco Gonçalves Martins, edição 01, 1852, pág. 58;  
Fala do Presidente da Província Dr. João Mauricio Wanderley, 8/12/1853; edição 01, 1854, pág. 30/31;  
Fala do Presidente da Província Douro Alvaro Tibério de Moncorvo e Lima, edição 01, 1856;  
Fala do Presidente da Província João Lins Sinimbu, edição 01, 1857, pág. 105/127;  
Fala do Presidente Ferreira Penna, edição 1, 1860, pág. 3/75;  
Fala do Vice-Presidente da Província, Dr. José Augusto Chaves, edição 3, 1861, pág. 14;  
Fala do Presidente da Província o Commendador Manuel Pinto de Souza Dantas, edição 01, 1/03/1866;  
Fala do Presidente da Província, Barão de S. Lourenço, edição 3, 1869; 21/11/1870;  
Fala do Presidente Gonçalves Martins, edição 1, 1871, pág. 38/46.  
Fala do Desembargador João Antonio Henriques na 19ª legislatura da Assembleia Provincial da Bahia, edição 1, pág. 5/126, 1/03/1872; Fala do Vice-Presidente Almeida Couto, edição 1, 1873, pág. 17;  
Fala do Presidente da Província Cruz Machado, edição 1, 1874, pág. 236;  
Discurso do sr. Deputado Souza França na Assembleia Legislativa, 31/05/1875;  
Fala do Presidente Luiz Antonio Silva Nunes, edição 1, 1876, pág. 150.  
Fala do Presidente da Província Silva Nunes, edição 1, 1876, pág. 150; edição 1, 1877, pág. 30;  
Fala com que abriu a sessão da 23.ª Assembleia Legislativa o Presidente Antonio de Araújo de Aragão Bulcão, edição 1, 1880, pág. 75/76.  
Fala do Presidente da Província Machado Portella, edição 1, 1889, pág. 122;

### **Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (BA)**

Relatório da Inspectoria de Hygiene no decurso do anno de 1894, edição 1, 1895;

### **Acervo da Bibliotheca Gonçalo Moniz - Faculdade de Medicina da Bahia**

VIANNA, Augusto César. Analyse bacteriológica das aguas do Queimado: feita a pedido da direção da Companhia. Bahia: Typ. do Diario da Bahia, 1897.

### **IPAC**

BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio. Restauração e reutilização das fontes e chafarizes de Salvador. Salvador, 1982.

### **IPHAN - Arquivo Noronha Santos;**

Processo de tombamento n.º 1.289-T-89, S.P.H.A.N./C.R.D. Parque e Fonte do Queimado, Salvador – Bahia:

Escritura de transferência de domínio, posses, direito, acções e responsabilidades. Secção de dividas, paga e quitações [...] cedente a Companhia do Queimado e como comprador o Município da Capital do Estado da Bahia, 03 de agosto 1966.

Estatutos do Centro de Memória da Água na Bahia “Memória da Água”, publicado no Diário Oficial do Município de 18/19 de junho de 1989.

Anteprojeto da Fundação Memória da Água, Empresa de Águas e Saneamento: Parque do Queimado, elaboração Astor Lima; documentação, Ana Maria Neves e Suzana Mary Barros Presídio, Salvador, EMBASA, 1988.

Projeto de “Restauro e Reutilização da Fonte do Queimado”, IPAC – Secretaria da Indústria e Comércio do Estado da Bahia – Agosto 1982;

### **Arquivo Público do Estado da Bahia**

AMCS. Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa – 1848;

Documento. Archivo publico – Cartas do Senado para S. Magestade – 1746, página 153, 154 e 155, aberto por Jorge Efamelô de Sá;

AHU-Baía, cx. 112, doc. 52 e 62;

Presidência da Província – Série: Saúde; Lazaretos – 1850-1889. Secção de Arquivo Colonial e Provincial; maço: 5385 [Documento original]

### **Instituto Histórico e Geográfico da Bahia,**

BRITO, Saturnino. Saneamento da Bahia (Cidade do Salvador) 1926. Relatório dos projectos por Saturnino de Brito. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1928.

acervo Theodoro Sampaio

A rua (saneamento de Salvador) REF. T506D13a.

Parecer do Vereador Dr. Inocêncio Marques de Araújo Góes proponto a Câmara representar ao Governo da Província sobre a conveniência de abastecimento d'água a população nos chafarizes, torneiras públicas e demais privilégios com relação à colocação obrigatória de penas d'água. CX17D014;

### **Fundação Gregório de Matos**

Fundo da Câmara Municipal de Salvador, secção secretária, série Companhia do Queimado

Contrato da companhia do Queimado de 17/01/1853;

Contrato da companhia do Queimado de 1870.

Acervo de notícias das fontes e chafarizes de Salvador.

Relatório da Direcção da Companhia do Queimado e parecer da comissão de contas relativo ao 31.º semestre apresentado em assembleia geral de 26 de março de 1874.

Contracto para as obras de saneamento e abastecimento da capital do estado da Bahia.

### **Teses acadêmicas**

ARAÚJO, Solange de Souza. As fontes de água em Salvador da Bahia da função à memória. Salvador, CEAB – UFBA, 1998.

ARAÚJO, Jean Marcel Oliveira, BAHIA: negra, mas limpinha. Salvador: UFBA - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

CARTEADO, Maria de Fátima Dias; Serviço de águas e esgotos em Salvador: trajetória institucional. Salvador Bahia: UFBA - Mestrado em Administração, 1993.

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro. 1989. Ekabó: trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no séc. XIX. Salvador : Universidade da Bahia, 1989.

COSTA, Ana de Lourdes. Espaços Negros: "cantos" e "lojas" em Salvador do séc. XIX. Salvador, Caderno CRH - FFCH UFBA, pp. 18-34, 1991.

DANNEMANN, João Carlos Silveira. 2018. Arquitetura da água em Salvador: legitimidade na preservação de fontes e chafarizes públicos. Tese doutoral apresentada no Programa de Arquitetura e Urbanismo. Salvador: UFBA, 2018.

MATTOS, Ana Teresa, Nem português, nem mineiro. baiano e nacional, com todo respeito: a atuação da Bahia no campo do patrimônio brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Tese de mestrado, 2014.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. E a Bahia civiliza-se. Ideias de civilização e cenas da anti-civilidade em um contexto de modernização urbana Salvador, 1912-1916. Salvador: UFBA, 1996.

LEITE, Gisele Paiva; Marcos e Portais como Instrumentos de Preservação para Implantação do Parque Theodoro Sampaio. Salvador: Curso de Especialização em Assistência Técnica. Habitação e Direito à Cidade do projeto Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da UFBA, 2016.

SANTOS, Isis Freitas dos. “Gostas dessa baiana?” Crioulas e outras baianas nos catões postais de Lindemann (1880-1920). FFCH, Universidade Federal da Bahia, 2014.

SILVA, Francislei Lima da, Os Monumentos da Água no Brasil. Pavilhões, fontes e chafarizes nas estâncias sul mineiras (1880-1925). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

FERREIRA, Vicente Vieira; Higiene, Moléstia e Medicina, Bahia, Typ. E Encadernação da Empreza Editora, 1899.

### **Capítulo 3**

**A ciência na descrição do serviço e na interpretação dos dados.**



18.º A Companhia conservará as suas obras sempre em bom estado, as águas limpas e potáveis e no caso de falta poderão os reparos ser feitos pela Província, por conta da Companhia e esta sujeita a uma multa de um conto de reis todas as vezes que seja preciso lançar mão d'este meio. (Contrato de 17/01/1853)

Embora o contrato de 1853 determinasse a distribuição de águas limpas e potáveis, prevendo multa para o descumprimento, a dúvida científica relativa aos requisitos da qualidade da água inviabilizou a comprovação quer da sua potabilidade ou impureza, uma vez que ainda decorria, na segunda metade do séc. XIX, o processo do reconhecimento científico das técnicas de análise química.

Das aproximações ao estudo da qualidade da água decorreram controvérsias e divergências de interpretação científica, que contou com a preponderante posição da opinião pública, de base empírica, que denunciava frequentemente nos jornais a má qualidade da água servida, contestando o resultado dos trabalhos dos homens da ciência, descritos por Lília Schwarcz (1993) como um misto de cientistas e políticos, pesquisadores e literados, acadêmicos e missionários. Apesar de representarem a autoridade, atuando como ícones de civilidade, os pareceres científicos foram confrontados pela experiência empírica, por aqueles que, efetivamente, consumiam a água do Queimado.

Neste momento, apresentamos o processo do gradual reconhecimento científico da água, iniciado com o reconhecimento dos componentes físicos (cor, sabor, peso, cheiro, frescura) evoluindo para identificação dos elementos químicos da sua composição, e finalmente, bacteriológicos, que identificou os germes prejudiciais à saúde, que inviabilizariam qualquer bom resultado dos parâmetros anteriores. As disputas de interpretação preencheram o espaço da dúvida científica por posições ideológicas, ataques pessoais e engajamentos políticos.

A Faculdade de Medicina da Bahia, no período de 1853 a 1899, produziu e discutiu resultados e processos de análise da qualidade da água, acompanhando descrições de âmbito cultural e urbano do serviço, referindo processos de captação e tratamento, condições sanitárias dos estabelecimentos, que foram fundamentais para o resgate e reconstituição da gestão do Queimado. Analisando o envolvimento científico e político dos médicos e estudantes, buscamos reconhecer o embasamento teórico, técnico e social em que decorreu a distribuição d'água à cidade: necessidade primeira da higiene urbana.

Segundo Afrânio Peixoto (1926), a Higiene como disciplina médica começou a ser oficialmente lecionada no Brasil a partir de 1813, desenvolvendo a especialidade do médico Higienista: um especialista que adicionava ao papel tradicional do médico um fim mais elevado, que desenvolveu um programa que resumia todas as aspirações da humanidade, todas as suas

tendências para o aperfeiçoamento contínuo e indefinido, com vista ao progresso. O saneamento físico e moral do povo constituía o *vigors*, a felicidade e a principal riqueza da nação. (Cidade do Salvador (BA), edição 397, 1898, pág. 1)

O curso de Medicina, com quinze disciplinas, lecionava “Higiene e História da Medicina, Patologia, Ética e Terapêutica” no último ano. A partir de 1832 a Higiene foi dividida em três grandes ramos, todos de grande importância: higiene geral, especial e pública. O primeiro, estudou a influência dos diversos meios sobre a saúde do homem, considerado como ser abstrato; o segundo, a influência sobre a saúde do homem em condições particulares, resultando em estudos relativos à higiene infantil, escolar, rural, urbana, industrial, militar, carcerária, hospitalar, e o terceiro ocupou-se do estudo das instituições e leis de higiene para cada ação, e também os internacionais. (Cidade do Salvador (BA), edição 404, 1898, pág. 1)

A partir da Lei de 3 de outubro de 1832, a FAMEB construiu um novo caminho de pesquisas, com viés culturalista, com a especialização dos seus docentes em Filosofia, Literatura, História Natural e da Civilização produzindo “theses doutorais”<sup>1</sup> que apresentam quadros de época, não somente do ponto de vista historiográfico, mas espacial, político, econômico e, sobretudo, ideológico. Estas representações permitem expor as polarizações e dinâmicas que orientaram os comportamentos coletivos dos agentes científicos responsáveis por tentar impor um padrão civilizatório novo, ou velho.

A participação dos lentes da FAMEB nas instituições de higiene de Salvador, nos Conselhos de Salubridade Pública, onde foram incumbidos de interpor pareceres relativos à salubridade geral e assistência pública, apresentando propostas com o fim de melhorar estes serviços, tinha o fim de aconselhar as autoridades administrativas e policiais, sobretudo no que pertencia à saúde pública. Por muito tempo prestaram excelentes serviços, examinando e resolvendo as questões relativas à higiene. (Gazeta Médica da Bahia (BA), 1889, p. 344)

O controle por meio de análises, segundo o Dr. José de Góes Sequeira, em 1872 já havia sido solicitado por três vezes e realizadas por diferentes peritos. Todos consideram as águas potáveis e de boa qualidade. O farmacêutico André Aducci foi o primeiro a realizar a análise

---

<sup>1</sup>“these doutoral”: “Técnicamente o termo these doutoral não é aplicado no mesmo sentido que acionamos hoje, na academia. These doutoral, tal qual os cientistas baianos a designam no século XIX até meados do século XX, refere-se a uma espécie de trabalho monográfico que era defendido no final do Curso de Ciências Médico Cirúrgicas. Uma outra diferença importante reside no fato da exigência do acadêmico em Ciências Médico Cirúrgicas enunciar uma “ideia nova” – a these – para cada uma das cadeiras/disciplinas que compunham o curso, porém, sem assumir enquanto obrigatória, a necessidade de desenvolvê-las. As theses doutorais se limitavam a apresentação de um enunciado novo e só isso. [...] Sob o ponto de vista da análise, as theses doutorais aparecem enquanto documentos, produto das determinações históricas da época, da sociedade que as produziram.” (SÁ e MAGALHÃES, 2016, 142)

em 1853, por solicitação do Barão de Cotegipe, e o resultado não desmentiu o grande apreço de que já gozavam aquelas águas. (Gazeta Medica da Bahia (BA), 29/02/1872, pág. 201/203)

Três anos mais tarde, a análise do farmacêutico Manoel Rodrigues da Silva, chefiado por Góes Sequeira, apresenta a principal problemática das discussões: a incontestável constatação de que em algumas ocasiões as águas dos chafarizes apresentam sobrecarga de matérias estranhas. Góes Sequeira considerava que as matérias minerais e orgânicas encontradas eram em tão pequena quantidade que a sua presença não inviabiliza a sua potabilidade. Julgava desnecessário qualquer nova análise n'este sentido, apontando motivos acidentais para a presença de matérias estranhas:

[...] se em alguns chafarizes a agua apresenta-se então perturbada era isso devido á circunstancias meramente accidentaes que suponho dependião principalmente da falta de lavagem em épocas regulares dos respetivos reservatórios, e dos tubos de canalização, e das grandes obras, que a Companhia em pouco tempo, e com o fito de m.s vantajosamente abastecer á cidade, empreendeu e realisou. (SEQUEIRA, 1865,162)

Uma terceira análise, solicitada em 1864 pelo Governo Provincial, que nomeou uma comissão sob a responsabilidade do Dr. Virgílio Climaco Damásio, publicou o que foi considerado um trabalho digno da inteligência, ilustração e independência do seu autor. O trabalho, considerava as águas das vertentes do Queimado ótimas, mas:

[...] achão-se ellas misturadas com aguas de uma represa que existe junto ao estabelecimento do Queimado, as quaes tornão completamente importáveis as que actualmente fornece a companhia. Presentemente só bebem delas aquelles indivíduos que absolutamente não podem dar 20 rs. por um barril de agua da roça do Sr. Lacerda, no Tororó, que a vende em grande porção. (Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (RJ), edição 42, 1865, pág. 1)

A evidente ineficácia dos filtros de lã instalados em 1853, que não produzirão os resultados esperados, mantinham as águas turvas, continuando a ser aconselhado melhorias no sistema de filtração. As conclusões do relatório, que desacreditavam a qualidade da água, foram sancionadas pela opinião pública e compatibilizaram finalmente a opinião dos consumidores que liam indignados os escritos desses homens e os da companhia que procuram demonstrar a pureza das águas, que eles mesmos não bebem, e que nos dias chuvosos, ou de grande calor, não servem nem para banhos. (Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (RJ), edição 42, 1865, pág. 1)

Como já se esperava, e mesmo já se ameaçava, a divulgação do relatório Dr. Virgílio Damásio, denunciando a condição completamente importável da água acirrou os protestos contra o Queimado. A opinião pública apoiou Virgílio Damásio que “arrastando os ódios de

uma companhia tão poderosa e ousada, acaba de explicar a diferença e deterioração que de certo tempo para cá apresenta as águas que abastecem a província.” A reação dos defensores do Queimado não se fez esperar nas gazetas da cidade: com muito dinheiro a Companhia diz que “há-de esmagar o Dr. Virgílio”:

O Dr. Virgílio Climaco Damazio, opositor da faculdade de medicina, é o campeão contra a companhia, porque deseja assim fazer direito a uma nomeação mais elevada para a mesma faculdade; mas tem sido de tal modo batido cientificamente que deve estar muito arrependido de ter assim arriscado uma reputação que se ia criando através das suas pretensões. Para a companhia o triunfo é completo. (Jornal do Commercio (BA), edição 41, 1865, pág. 1)

A 20 de fevereiro de 1865, Góes Sequeira, empossado no cargo de inspetor da Saúde Pública, remeteu ao Presidente da Província, Luiz Antonio Barboza de Almeida cópia do relatório do estado sanitário da Província<sup>2</sup>. No ponto IV menciona diretamente a aventurada opinião popular que considerava as águas do Queimado de má natureza, - chegando-se mesmo a afirmar e propalar que eram lamacentas, pútridas e fétidas, e que só mediante o emprego de filtros poderiam tornar-se potáveis. Em clara alusão ao trabalho de Virgílio Damásio, questiona a eficácia do único meio aconselhado por aqueles que propalavam tais ideias, considerando a medida por demais insuficiente, uma vez que os filtros não transformavam águas essencialmente insalubres ou modificavam os seus principais constituintes. A filtração, podendo mudar a cor de uma água turva, tornando-a clara, límpida, desembaraçando-a de certas matérias que existem em suspensão, não a isenta de outras substâncias que podem estar dissolvidas, sugerindo a necessidade de um estudo químico para determinar a real condição.

“Se as condições físicas, químicas, e higiénicas revelão, que as vertentes do Queimado são excelentes, será mister submetel-as á filtração antes de serem expostas ao consumo publico?”, questionava o Dr. Góes Sequeira, com uma reação que propõe a ingestão de água turva, que só pode ser entendida como resposta à instigação de Virgílio Damásio. (SEQUEIRA, 1872, 163)

Convicta da qualidade das suas águas, a Companhia mantinha o discurso que assumia ter em seu abono a aceitação do público, comprovada pelo aumento do consumo, que subia à maior escala. A qualidade estava comprovada nos exames anteriormente elaborados por

---

<sup>2</sup> Relatório acerca do Estado Sanitário da Província da Bahia durante o ano de 1864, elaborado pelo Inspector da Saúde Pública e enviado ao Presidente da Junta Central de Higiene Pública, sendo remetido, mediante cópia, ao Presidente da Província. 25/02/1872 GMBahia 2004;74:2(Jul-Dez):157-167. [Documento original] Arquivo Público da Bahia - Presidência da Província – Série: Saúde; Lazareto – 1850-1889. Secção de Arquivo Colonial e Provincial; maço: 5385.

diferentes autoridades e pessoas habilitadas, que falaram muito alto em favor da qualidade das águas. Para provar boa-fé solicitou nova análise ao Governo Provincial, que reafirmou as águas das vertentes do Queimado como excelentes, e que independente do emprego de filtros, podiam ser usadas. Sequeira mantém a opinião favorável à qualidade, considerando agora a necessidade de melhoramentos nos locais de captação, de modo que o manancial se conserve mais resguardado, para que as águas pluviais não a inquinem com matérias orgânicas.

Não escondendo o seu apreço pela Companhia, Góes Sequeira adjetiva-a de providente e interessada em firmar solidamente os seus créditos e em conquistar a estima e reconhecimento público. (SEQUEIRA, 1865, 164/165) Propõe à Província que adote a estratégia inglesa de melhorias urbanas que concentrou em uma única companhia, na *Water Supply, drainage and towns improvement company* o abastecimento d'água, o secamento de pântanos e saneamento das localidades, indo ao encontro dos objetivos iniciais do Queimado em alargar a oferta dos serviços ao asseio da cidade, nivelamento de praças, construção de ruas. (Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (RJ), edição 150, 1865, pág. 1) A centralização dos serviços em uma só entidade privada, era uma pretensão vermelha que não foi conseguida, motivo que pode explicar a sua progressiva saída do mercado.

Sujeitos a desconsiderações partidárias, ofensas pessoais e desconsideradoras, verdadeiras batalhas científicas foram travadas entre renomados nomes da FAMEB, com principais protagonistas os Drs. Virgílio Climaco Damásio (1864), Rozendo Guimarães (1871), José de Góes Sequeira (1872), Domingos Monteiro (1897), Manoel Joaquim Saraiva (1897), Augusto César Vianna (1897), todos interpretando a qualidade da água do Queimado, produzindo teses que procuraram atualizar o método de análise e interpretação.

### **3.1 Rozendo Guimarães, a água do Forte de S. Pedro e o engajamento político.**

O Dr. Rozendo Guimarães<sup>3</sup> após participar como voluntário na Guerra do Paraguai, apresenta a sua tese “Água” (1871) à cadeira de “Pharmacia”. No capítulo décimo, discute o estado das fontes da cidade da Bahia, descrevendo o seu povo miserável, que vive na imoralidade e mastiga carnes podres. Com enfoque claramente contestatório do envolvimento Médico na política da cidade, considera que a Municipalidade apenas desenvolve posturas que mandam arrancar os olhos para que sejas cego e não vejas em quem votes. (GUIMARÃES, 1871, 38):

---

<sup>3</sup> Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1849. Opositor de Ciências Acessórias da FAMEB em 1859. GMBahia 2008;78:1 (Jan-Jun): 11-23.

[...] e de liberdade só te deixão de sóbra essa desses batuques indecentes, immoraes, obcenos, que a Camara Municipal te concede nas praças publicas, de dia e de noite, para rigosijo das festas do Dous de Julho, que, presenceados por um estrangeiro que aqui desembarcasse nesses dias festivos, e que fosse pouco entedido na geographia, farião acreditar que havia desembarcado em Loanda, Ajudà ou Congo! (GUIMARÃES, 1871, 38)

Recolhendo amostras da água da fonte do Forte de S. Pedro e recuperando os resultados das análises de 20 de fevereiro de 1865<sup>4</sup> das vertentes do Queimado, analisa comparativamente os resíduos orgânicos encontrados nas duas amostras.

Nas vertentes do Queimado encontra uma concentração de produtos sólidos, em 5 litros, de 0,320gram e nas águas da fonte do Forte de S. Pedro, de 0,340gram. (Anexo1) No entanto, considera que se bem comparadas, as águas do Forte de S. Pedro são muito superiores às do Queimado. Reconhecendo a matéria orgânica como elemento de insalubridade nas águas, particularmente quando contém sais impróprios para sua potabilidade, considera necessário a interpretação dos sais constituintes para a formulação da sua real qualidade, não podendo ser a concentração de matérias orgânicas o indicativo único de apreciação. (GUIMARÃES, 1871, 26)

A maior concentração de matérias orgânicas apresentada na Fonte de S. Pedro era facilmente justificada pela falta de benefícios, metida, como está, dentro dos matos, onde caem folhas, ramas, etc. Apesar disso, considera de boa qualidade quando comparada com as águas vendidas à população, de certo tempo para cá, que causam asco, e a repugnância, derivados do “pezo, o mau gosto, o cheiro desagradável, e a falta de frescura.” (GUIMARÃES, 1871, 36) A água do forte de S. Pedro só perde no quesito matérias orgânicas, ponto que seria facilmente ultrapassado através da intervenção Municipal, com a limpeza do espaço circundante da fonte. “Raciocinemos de boa fé e veremos que a desvantagem, neste ponto das aguas do Forte de S. Pedro desaparece.”

Contestando a excelência das águas e a qualidade do serviço do Queimado, de modo quantitativo e qualitativo, lembra que em 1864 o povo reclamava com razão contra a má qualidade das águas dos chafarizes, reforçando, com franqueza, que as águas vendidas à população, de certo tempo para cá, não são de boa qualidade, antes poderiam ser consideradas como de inferior, senão de péssima qualidade, reforçando a posição de Virgílio Damásio. (GUIMARÃES, 1871, 29)

---

<sup>4</sup> Análises realizadas pelo “ilustre Sr. Dr. José de Góes Sequeira”. Doutorado em 1840 com uma tese com o título “A civilização tem concorrido para o melhoramento da saúde pública?”.

Nas entrelinhas, Guimarães considera os responsáveis pela higiene da cidade (entre os quais Góes Sequeira) engajados na defesa dos privilégios da Companhia, responsabilizando os poderes públicos de displicência com os bens essenciais, mais atarefados sempre com empresas de mais vulto, que têm reputado as necessidades mais vitais do povo, a alimentação e a saúde, como coisas muito secundárias, ou que não valem a pena, esquecidos ou zombando do aforismo, responsabilizando a sua classe por compactuar com o mau serviço:

[...] a commandita do Queimado, senhora de baração e cutello, que cerra as pennas d'água, sem piedade e despoticamente, que não consente, nem quer que venda ou dê água quem a comprou e cuja propriedade não deve ter competidores, nem mesmo nas fontes publicas do povo, porque é privilegiada por dentro e por fora! (GUIMARÃES, 1871, 28)

As entidades, sem descer do espaldar, não se preocupam em cuidar de beneficiar fontes públicas, permanecendo condenadas ao descaso, abastecendo com falta de qualidade a “parte pobre da população, que não tem trez e quatro vinténs para dar por um barril de agua, que DEUS Nosso Senhor tão abundantemente derramou pelo mundo para matar a sede de suas creaturas!...” (GUIMARÃES, 1871, 42)

A Gazeta Médica da Bahia<sup>5</sup> publica novo relatório de Góes Sequeira, solicitado pelo Governo, que menciona boatos espalhados por pessoas incompetentes, com informações inexatas, ou por juízos precipitados, que problematizavam a água como veículo propagador de epidemias, como a beribéri, que estariam nos encanamentos de chumbo da Companhia. Góes Sequeira, novamente, desconsidera as asserções, considerando que estas não derivavam de origem profissional, porque todos os médicos de alguma experiência e que conhecem a história do beribéri na província, sabem, que esta moléstia foi observada antes da existência da companhia do Queimado. A aceitação unanime da água como meio propagador de epidemias apenas acontecerá a partir dos estudos de Oswaldo Cruz, “A Vehiculação Microbiana pelas Aguas”, apresentado em 1892 à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Novo relatório de Góes Sequeira, de 1872, manteve o parecer que no estabelecimento aquário tudo se encontrava em muito boa ordem, no melhor estado de asseio. As águas apresentavam-se frescas, com filtros, inteiramente límpidas, inodoras, sem sabor, mas gratas ao paladar; e, segundo se pode deduzir de um primeiro e não aprofundado exame, possuíam as qualidades de boas águas potáveis. Resistindo à análise química, reconhece que a presença de matérias orgânicas pode prejudicar muito a saúde pública, mas que “não são encontradas naquelas aguas senão em quantidades inapreciáveis”. (GMBahia, 1872, pág. 201/203)

---

<sup>5</sup> Bahia, ANNO V, 102, 31/10/1871, pág. 73,74;

Da cada vez mais acirrada discussão, resultou nova comissão, a 18 de fevereiro de 1872, composta pelos Drs. José Góes Siqueira, Francisco Rodrigues da Silva e Francisco Pereira de Aguiar, que sofreu primeiramente a escusa do Dr. Góes Siqueira, substituído por Dr. Antonio Januario de Faria e, depois, dos Drs. Rozendo Guimarães e Virgílio Damásio, que também pediram escusa, demonstrando a incompatibilidade de entendimento e falta de soluções técnicas para a solução do problema. (Relatório do Vice-Presidente Almeida Couto (BA), edição 1, 1873, pág. 17)

Um artigo de opinião, de Henrique dos Santos, que demonstra conhecer o posicionamento de Guimarães, solicita a intervenção das autoridades Provinciais para enfrentar o descaso nos pontos de captação, onde observa bicas obstruídas pelo lamaçal acumulado por falta de zelo, e como esta, todas as fontes da capital e da companhia do Queimado, que não merecem a vigilância dos encarregados da saúde do povo. Como consequência do descaso das autoridades enuncia a seca, a fome:

[...] e por fim a peste e consequência de tudo para so exigir da sciencia tarde os meios de debelar o mal, e do medico o sacrificio de todos os seus commodos e abnegação da vida em prol de seu semelhante!! Essas considerações que trago – para pedir aos homens encarregados do dever de zelar da salubridade pública mais atenção para as causas que produzem males – pedem nossas reflexões. (O Monitor (BA), edição 263, 1878, pág.2)

Aqui, o Dr. Henrique dos Santos reconhece já a água como veículo de males. Reitera a sua independência política, como um homem acostumado a tirar do trabalho os meios de subsistência, sem essa ambição que a muitos cega:

- o fim que tenho em mira é arrancar os homens de minha terra da indolência a que se entregam, cegos com as paixões partidárias, pois que a lei de 1.º de outubro de 1828 ainda vigora; os presidentes teem leis para administrar bem a província, a Inspectoria de Saude tem um regulamento. Agora digamos – si os factos provam o que alego, si o raciocínio cannence, si o excesso de calor do nosso clima vae embolando tão robustas intelligencias, de sorte que nada se faz para o bem comum e tudo vae mal em minha terra, só havendo se seguir o rifão – *tanto bate agua molle em pedra dura até que a fura*. (O Monitor (BA), edição 263, 1878, pág.2)

### **3.2 - Domingos Monteiro, componentes químicos.**

A tese de Domingos Monteiro (1897) estudou as águas de beber e avaliou a quantidade ou natureza dos corpos constantes nas águas, associados aos graus de aptidão para o consumo. Contemporaneamente já se reconhecia, sem contestação, a faculdade de propagação pela água de muitas moléstias infecciosas, como a febre tifoide e a cólera. O autor reconhece a complexidade do estudo da água potável, que levanta muitas discussões, ainda existindo entre os autores controvérsia. No entanto, pretende discutir se a predominância dos sais calcários é



condição indispensável à boa qualidade das águas ou prejudicial, ou inútil. (MONTEIRO, 1897, 23)

Na terceira parte, considera a falta de água pura uma das maiores misérias que os grupos podem suportar, considerando competência das Municipalidades proporcionar aos centros urbanos água em abundância e de boa qualidade, sempre protegida desde os mananciais até à boca dos consumidores, tomando medidas capazes de evitar a contaminação. Mencionado o parecer do ilustrado lente de higiene da FAMEB, Dr. Manoel Joaquim Saraiva, relativo às águas do Queimado, considera entristecedora a [in]capacidade administrativa d'uma Municipalidade que trata com indiferença a proteção dos meios naturais, aceitando o consumo de uma água contendo excesso de sais calcáreos e magnesianos, terra, matérias orgânicas, impregnadas de bactérias, que opera fatal e lentamente na depressão da vitalidade d'uma população inteira. (MONTEIRO, 1897, IV)

Monteiro esclarece que a potabilidade das águas não decorre somente da pureza, não podendo se confundir a limpidez, a transparência das águas, com a pureza. Basta uma ligeira reflexão para se ver que isto não tem razão de ser, uma vez que quimicamente falando, a pureza significa ausência absoluta de matérias estranhas em um corpo, e por isso a água destilada é a mais pura. Mas esta não serve de bebida ao homem nem satisfaz as exigências da economia. A água destilada é desagradável, pesada e imprópria às funções digestivas, então, “água pura não é potável. Difícil é, então enumerar os caracteres, as qualidades das águas potáveis.” (MONTEIRO, 1897, 24)

Se era unânime considerar que uma boa água tem perfeita transparência, sem gosto nem cheiro, fresca, bem arejada, com certo grau de suavidade, a concordância desaparece quando:

[...] ensaiamos uma descrição mais completa, e determinarmos (designarmos) as somas das matérias envolvidas, que é para desejar não sejam em excesso, achamos consideráveis diferenças de opiniões e também uma real falta de evidência [...] Todavia, uma classificação hygienica ou uma enumeração de águas potáveis, firmada em taes factos como são geralmente admitidos, será útil. (MONTEIRO, 1897, 26)

Oswaldo Cruz, em 1892, demonstrou os meios pelos quais os agentes microbianos podem chegar às águas: no banho n'um rio, poço, lago, roupas que tenham sido usadas por pessoas afetadas por moléstias transmissíveis, ou através da excreção de contaminados por moléstias, “escarros, fezes, vômitos, etc e que são ricos em micróbios específicos”. (CRUZ, 1892, 62) Analisando o comportamento dos micróbios em água esterilizada e não esterilizada, demonstrou o diferente comportamento do bacilo da cólera e febre tifoide, fechando a antiga

questão acerca de matérias orgânicas para adicionar a problemática bacteriológica ao estudo da qualidade das águas, comprovando a água como veículo transmissor de epidemias.

A conciliação da falta de esgotamento e proteção dos mananciais dotou Salvador, principalmente no seu manancial mais desprotegido e mais antigo, do Queimado, de condições que favoreceram a propagação da cólera e febre tifoide, facilitada pelo contato com dejetos humanos, de um crescimento urbano que já ocupara a sua margem. Esta situação, de insalubridade, decorreu do abandono da proteção a este manancial após 1905, quando deixou de ser o principal coletor da cidade.

### **3.3 – A fonte de S. João e o entendimento internacional.**

A Gazeta Médica (BA) em 1897 divulga o trabalho da comissão do Conselho Geral de Saúde Pública, incumbida do estudo das águas da fonte de S. João, na ilha de Itaparica, liderado por Dr. Eduardo José de Araújo com ajudantes da Inspetoria de Higiene e químicos do Laboratório Municipal. (GMBahia, 1897, 308-315) À comissão preocupava a utilização da fonte por doentes que se banhavam em uma taboa nesta fonte, certamente instigados pelas atribuições milagrosas da cura pela água, entendendo que este procedimento não era regular visto a facilidade de refluírem as águas servidas para o depósito da fonte, poluindo-o por menor que seja a quantidade de água refluída. (GMBahia (BA), 1897, 306/307)

Na sua composição física, a água se apresentou sem cor, com cheiro térreo, límpida, quando recolhida na goteira junto à fonte, turva quando captada no seu depósito, deixando pelo repouso um resíduo de matérias orgânicas e terrosas. A análise química não revelou presença de nitratos, nem vestígios de amoníaco. Uma vez que as águas potáveis tinham ainda um número limitado de elementos conhecidos, se considerava que as águas potáveis tinham composições elementares muito semelhantes, sendo pequeníssimas as variações de quantidades dos seus elementos, condição que se complexificava tratando-se das águas minerais, que variavam nas proporções de minerais, muito superiores às que se acham dissolvidas nas águas apenas potáveis. No entanto, das análises a S. João concluiu-se que os elementos encontrados foram somente aqueles que são comumente achados nas águas potáveis, desconsiderando o seu valor terapêutico. (GMBahia (BA), 1897, 308)

Com a divulgação dos estudos efetuados nas nações da Europa, pelos Conselhos Gerais de Saúde, que sistematizaram os parâmetros químicos para as análises das águas potáveis e minerais, fixando máximos e mínimos dos elementos constituintes, foi possível enquadrar os dados nacionais com os parâmetros internacionais. (Anexo 2) O Comité Parisiense distinguiu a água em Pura, Potável, Suspeita e Má, considerando que para o parâmetro de resíduo, este não

podia exceder de 0,<sup>gr</sup>50 para ser considerado como potável. As águas da fonte S. João apresentavam 0,<sup>gr</sup>0727, que correspondia a um quinto da máxima estabelecida, bem inferior à máxima determinada, classificando a água de S. João como potável, água de chuva, que, passando por um terreno sedimentário de sílica argilosa, dissolvia alguns elementos.

Apesar dos bons resultados das análises, a Comissão condena o uso da água da fonte, refutando a sua qualidade terapêutica ou milagrosa e menciona falta de infraestrutura higiênica para o banho:

[...] a proibição da sua venda, não só por não ser água mineral, e, portanto incapaz de produzir efeitos therapeuticos, e tambem como agua, entre pura e potavel pode tornar-se perigosa á saude publica, como vehiculo de germens em condições de produzirem estados morbidos, visto o modo porque são tomados os banhos pelas pessoas que ocupam esta fonte. A Commissão, de accordo com o trabalho da analyse feita pelos chimicos do Laboratorio Municipal, sómente tem em mira, procedendo desta forma, livrar a população de uma agua dita milagrosa, que longe de benefical-a, pode muita vezes prejudicál-a. (GMBahia (BA), 1897, 28/311).

Recuperando as tabelas que estabeleceram o parâmetro Francês de análise, analisámos também os dados relativos à água do Queimado recolhidos em 1856<sup>6</sup>, 1864 e 1885, quando se desconheciam os parâmetros comparativos. (Anexo 3) Pelo método do *Comité Consultatif d'Hygiene de Paris*, em relação às matérias orgânicas e produtos voláteis, o resultado de 1856 [0,064] e 1864 [0,0745] classificam a água como SUSPEITA (0,<sup>gr</sup>04 a 0,<sup>gr</sup>07), tendendo para a classificação de MÁ (<0,<sup>gr</sup>1).

Os resultados orientam para a confirmação da posição de desconfiança de Virgílio Damásio e Guimarães, que insistiam na melhoria da filtração, em oposição a Góes Sequeira, que considerou o índice irrelevante para a aferição da sua qualidade. Esta constatação reforça a melhor condição da Fonte de São João, de Itaparica, em relação à qualidade da água servida pelo Queimado na cidade, e a sua má qualificação segundo parâmetros Parisienses.

### **3.4 - Augusto César Vianna: análise bacteriológica ao Queimado.**

A 29 de março de 1897, a pedido da Companhia é finalmente realizada a análise bacteriológica das águas do Queimado por Augusto César Vianna, em publicação que acompanhada por um parecer do Dr. Manuel Joaquim de Saraiva.

Considerando a questão da salubridade de uma água potável das mais árduas e de mais difícil solução, sob os quais surgiram estudos

---

<sup>6</sup> Divulgadas no trabalho do Dr. Tiburcio Suzano de Araújo. “Efeitos do uso das aguas impuras sobre a economia.” FAMEB, 1885, e Dr. Virgílio Damásio.

[...] fundados no methodo experimental, e que se vão aperfeiçoando lentamente, à medida que avança na estrada do futuro o carro do progresso, que, na frase do sábio Duclaux, tem rodas quadradas, e somente marcha por solavancos, o estudo das aguas potáveis tem soffrido, como era de esperar da sua importância, que naturalmente se deveria impor em todos os tempos à apreciação dos espíritos ilustrados, a repercussão de todas as teorias, de todos os methodos, de todos os processos, descobertos e empregados na evolução da sciencia, sempre nova, da Hygiene publica. (VIANNA, 1897, 1)

Apreciadas sobre sucessivos aspectos e, não raras vezes, os resultados parecem à primeira vista enormemente distanciados uns dos outros. O autor considera que a partir de 1796, o estudo progrediu e a análise bacteriológica adicionou novos parâmetros às análises químicas e físicas das águas, devendo ser feitas concomitantemente, porque se auxiliavam mutuamente, e mantém entre si estreita dependência. (VIANNA, 1897, 6)

Coletando amostras de diferentes pontos de distribuição do Queimado, como era de esperar, face à limpeza e purificação das águas desenvolvido pela Companhia, o resultado, em nada desabonou as boas qualidades da água. (VIANNA, 1897, 28) Na Mata Escuta, as análises encontraram, em média, uma baixa concentração de 1.723 bactérias por centímetro cúbico. No Dique do Queimado, 1.252 por c.c., e depois da depuração nos filtros, a média indicava apenas 452 germens por c.c., comprovando a eficácia dos mesmos.

A água recolhida na torneira do Laboratório de Anatomia e Physiologia Pathologicas da Faculdade de Medicina apresentou uma média um pouco maior, 483 bactérias por c.c., possivelmente devido às condições da canalização. Reconhece que o resultado quantitativo da análise tinha já perdido grande parte de seu valor, sendo determinante o exame qualitativo dos germens que a constituíam, uma vez que a presença de um só gérmen patógeno em uma água límpida pode condená-la, transformando-a em propagadora de enfermidades.

Recorrendo ao método de análise das placas de Petri, não encontrou espécies patógenas conhecidas. Revelando diferentes colônias, de bactérias variadas, para determinar a sua natureza realizou inoculações com os germens das diversas colônias em cobaias, “único *criterium* nestas condições”. Como resultado obteve que nenhum dos animais sucumbiu durante a experiência, nem mesmo revelaram reação mórbida alguma. Não se surpreendendo com o resultado, com conclusões idênticas ao que tem anualmente obtido da água do Queimado. Concentrada no grande Dique do Queimado a água era constantemente renovada e decantada antes de passar pela camada filtrante e encontrava-se protegida, distante de qualquer povoado, não servindo de trânsito quer a homens, quer a animais. (VIANNA, 1897, 31)

Isenta de germens patógenos, considera que as águas do Queimado estão muito longe de merecer a qualificação de más que as incriminou, com alguma precipitação, a Diretoria do

Laboratório Municipal desta Capital, firmando que nas condições atuais se pode sem receio de qualquer contestação científica afirmar que, sob ponto de vista bacteriológico, as águas do Queimado, devem ser colocadas no grupo das melhores águas destinadas à alimentação pública. (VIANNA, 1897, 32/ 33)

Juntou-se ao relatório de Vianna o parecer químico do Dr. Manuel Joaquim Saraiva que aponta algumas melhorias no serviço como a substituição da cobertura de zinco dos *puissards*, que aqueciam a água, reforçando que a água destinada a esta capital tem condições que os higienistas e os engenheiros sanitários se esforçam para conseguir, satisfazendo as exigências da saúde pública. (VIANNA, 1897, 43)

### **3.5 - Agostinho de Araújo Jorge: o Queimado e a Beberibe.**

O Dr. Agostinho de Araújo Jorge, na sua tese (1899) reafirma que por muito tempo se julgou que a maior ou menor abundância de matérias orgânicas existentes em uma água era a condição *sine qua non* para maior ou menor facilidade de desenvolvimento do mundo microbiano. O autor volta a valorizar o exame químico das águas, que muitas vezes condena uma água que depois é considerada pura pelo exame bacteriológico. Defendendo a importância das análises físicas ao exame químico, como complementares, cabia no entanto a primazia do bacteriológico, pelos efeitos muito graves que podem resultar da invasão do organismo por uma ou muitas espécies microbianas suspeitas ou nocivas. (JORGE, 1899, 9/10)

Finalizando o seu trabalho apresenta dois quadros com os dados das análises das águas distribuídas na Bahia pela Companhia do Queimado e no Recife pela Companhia do Beberibe. Apesar do autor, provavelmente propositadamente, não traduzir os resultados das análises, ao comparar os Resíduos a 180° das águas da Bahia, com concentração de 0,0585, com os parâmetros determinados pelo *Comité Consultatif d'Hygiene de Paris*, verificamos que continuava classificada como SUSPEITA, assim como a de Recife.

Implacável e incessante foi a atuação domiciliar do Serviço de Higiene Municipal. No episódio da epidemia de peste bubônica, em 1904, autorizou a destruição de várias casas consideradas focos de infecção. Os inspetores fiscalizaram 7.326 casas, ordenando a demolição de 88 e três foram simplesmente queimadas.

Se a água era já escassa para os usos ordinários da população, sendo um elemento imprescindível para o fim higiênico, a situação era agravada se os poços e fontes estiverem infecionados por elementos morbíferos, ocasionando enfermidades de tipos diversos.<sup>7</sup> A

---

<sup>7</sup> Relatório dos Presidentes dos Estados Brasil (BA), apresentado à Assembleia Legislativa pelo Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima a 7/04/1895 edição 1, 1895, pág. 31.

problemática da qualidade da água foi, entretanto, substituída pela problemática da sua escassez e insuficiência para os serviços, agravados por pareceres dos estudos técnicos de esgotamento.

O jornal Cidade do Salvador (BA) a partir de 1898 divulgará os “Estudinhos de Hygiene” assinados por Darolfé, divulgando a perspectiva médica relativa à Higiene. Na edição 408, expõe os perigos da exposição às águas impuras, explicando que os micróbios responsáveis por certas moléstias podem estar contidos em água impura e em nosso organismo, dadas certas condições, podem decorrer em moléstias graves e muitas vezes mortais. As duas principais moléstias estavam identificadas: a febre tifoide e o cólera, propaga nas fezes dos doentes. Lançadas aos rios, vão diretamente pelas águas os micróbios produtores destas moléstias, procurando instruir a população a evitar procedimentos contaminantes.

### **Conclusão**

Neste capítulo expomos a evolução da ciência, repercutidos nos pareceres dos médicos, relativos à qualidade da água do Queimado. Embora apoiado na ciência, o entendimento e parametrização dos resultados das análises apenas será sistematizado por entidades europeias que parametrizou a análise química/física e bacteriológica.

A sistematização, divulgada no trabalho que discuti a qualidade das águas da fonte S. João, de 1897, suprimiu a lacuna que durante quarenta anos dificultou a análise comparativa dos parâmetros classificatórios da qualidade das águas. Na Bahia, os médicos, engajados nas entidades públicas e na FAMEB, desenvolveram trabalhos científicos que divergiram nos resultados. Góes Sequeira, sempre considerou a água distribuída pelo Queimado de qualidade excelente, contrastando com a opinião popular, que frequentemente se queixava da presença de matérias orgânicas e impurezas. Virgílio Damásio, em 1864, contrariando Góes Sequeira, divulga um estudo que condena as águas do Queimado e realça a necessidade de melhoria do sistema de filtragem. Em reação, Góes Sequeira observa que não apenas da análise física depende a classificação das águas, despertando a necessidade do conhecimento dos seus seus componentes.

Sequeira Góes foi acérrimo defensor da qualidade das águas servidas do Queimado e terá sua análise questionada por Guimarães (1871), que evidencia o seu engajamento político na defesa da Companhia que pretendia ampliar os seus serviços de saneamento da cidade, similar ao sistema inglês.

Domingos Monteiro na Bahia e Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro, apresentam estudos das águas de beber, quando já era unânime de que a água era um veículo transmissor de doenças, que evidenciou a necessidade de considerar as componentes bacteriológicas. As análises

interpretadas segundo os parâmetros que determinavam as balizas europeias aceitáveis para as águas consideraram as águas do Queimado SUSPEITAS a MÁ.S.

Augusto Vianna (1897), analisando bacteriologicamente as águas, mantém o parecer de que não existem nelas bactérias prejudiciais à saúde, sendo estas sempre de igual qualidade, ou superiores às Europeias.

O processo que demonstramos evidência como a certeza científica é transitória e encontra-se dependente do aprofundamento dos processos, do visível para o invisível, para os quais contribuem os equipamentos, as técnicas e as convenções que, como vimos, estabelecem parâmetros de difícil aceitação em diferentes contextos, rodeados por ideologias que, por vezes, comprometem a interpretação do analisador.

### **Referências:**

#### **Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA)**

Relatório do Vice-Presidente Almeida Couto (BA), 1/03/1873, edição 1, 1873, pág. 17.

Relatório dos Presidentes dos Estados Brasil (BA), apresentado à Assembleia Legislativa pelo Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima a 7/04/1895 edição 1, 1895, pág. 31.

Relatório da Inspectoria de Hygiene no decurso do anno de 1894; Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (BA) edição 1, 1895, pág. 3.

#### **Jornais**

Jornal do Commercio (BA) edição 41, pág. 1, 1865;

Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (RJ) edição 42, pág. 1, 1865;

Cidade do Salvador (BA) edição 397, pág. 1, 1898; edição 404, pág. 1, 1898;

O Monitor (BA) edição 263, pág.2, 1878;

Gazeta Médica da Bahia (BA) 1871;102, Bahia, pág. 73,74 31/10/1871; 1872;110:ANNO V(fev): 201-203, Relatório apresentado pela Comissão nomeada pelo Governo para dar parecer sobre as aguas dos Queimado; 1897;28:7, 4.<sup>a</sup> série: 305-311, Água de S. João; 2004;74:2(Jul-Dez): 157-167, Relatório acerca do Estado Sanitário da Província da Bahia durante o ano de 1864, elaborado pelo Inspector da Saúde Pública e enviado ao Presidente da Junta Central de Higiene Pública, sendo remetido, mediante cópia, ao Presidente da Província. 25/02/1872; 2008;78:1 (Jan-Jun): 11-23; Anno XXX, Série V. Vol II abril 1899.

#### **Instituto Gonçalo Moniz, Bahia, Fio Cruz**

CRUZ, Oswaldo Gonçalves. A vehiculação microbiana pelas águas. Dissertação da Cadeira de Hygiene e mesologia de apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro: Typographia da Papelaria e Impressora (S.A.) Sucessora de Carlos Gaspar da Silva, 1892.

PEIXOTO, Afranio, Higiene, Medicina Preventiva. 4.<sup>a</sup> edição, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1926.

#### **Acervo da Bibliotheca Gonçalo Moniz - Faculdade de Medicina da Bahia**

VIANNA, Augusto César. Analyse bacteriológica das aguas do Queimado: feita a pedido da direção da Companhia. Bahia: Typ. do Diario da Bahia, 1897.

CAMPOS, José Carneiro. Memória Histórica de 1905.

VIANNA, Augusto César. Analyse bacteriológica das aguas do Queimado: feita a pedido da direção da Companhia. Bahia: Typ. do Diario da Bahia, 43p. 1897.

**“Theses doutorais”**

- ARAÚJO, Jorge Agostinho de. Contribuições ao estudo das águas potáveis como meio producto e propagador das moléstias infecciosas. Bahia: Imprensa Popular, 1899;
- ARAÚJO, Tiburcio Suzano. Efeitos do uso das águas impuras sobre a economia. Bahia: Litho-Typografia Ligouri, Mirando & C., 1885;
- GUIMARÃES, Rosendo Agripino. Água. Bahia: Typographia de J.G. Tourinho, 1871.
- MONTEIRO, Domingos, Martins Pereira, Analyse das aguas potáveis sob o ponto de vista Chímico, Bacteriologico e higienico. Bahia: Typographia e Encadernação Empreza Editora, 1897.
- PEREIRA, Theodolindo Antonio da Silva; A Theoria microbiana e a mineralização das aguas de esgoto. Bahia: Litho-Typografia Passos, 1905.
- SILVA, Octavio Torres da. A cidade do Salvador perante a Hygiene. Bahia: Typographia Moderna, 1908.



**Capítulo 4**  
**Os Aguadeiros**

Neste capítulo apresentamos as articulações da Companhia do Queimado e do Governo Provincial que interferiram diretamente na profissão e no corpo do Aguadeiro através de medidas administrativas, trabalhistas e ações policiais.

Embora ainda presente na memória dos Soteropolitanos, o Aguadeiro ainda não foi apresentado na Academia. No entanto, a importância do seu trabalho e representatividade social refletem problemáticas da cidade do séc. XIX: sobre ele caía o medo do ajuntamento do contingente que garantia a distribuição alimentar da cidade, os estudos médicos da pobreza com desdobramentos na educação dos temperamentos, da imoralidade, e a importante questão da higiene que encontrou nos costumes de origem Africana doenças e hábitos nefastos, que prejudicavam a segurança e a higiene coletiva: o sonho dourado a alcançar. (CAMPOS, 1873, 1)

Figura 1 - Aguadeiro; Um dos aguadeiros tradicionais da festa do Bonfim, 1924; Aguadeiro.



Referência: Museu Afro-Digital da Memória Africana e Afro-Brasileira; A Tarde (BA), 17/01/1924; Fotografia de João Goston, 1857 a 1873 (*apud* HOLTHE, 2002, 214)

Ella foi a primeira bebida, que se usou. Recorramos à experiencia pessoal, e nos convenceremos, que não há bebida tão agradável, e tão consoladora, e satisfatória, sempre que sentimos sede, quer na comida, quer por accazião do calor, como seja uma agua pura leve, bem fresca, e sem o menor sabor, ella apressa a digestão, coadjuvando-a, em seus justos limites refrigera o excesso de calor, que o trabalho do estomago sobre a comida desenvolve necessariamente, e por isso nos torna depois dela alegres, ligeiros, aptos para qualquer trabalho, e activos; o espirito se conserva em sua agudeza; e a reflexão é prompta; os sentimentos do amor ou de amizade são mais doces; a intelligência conserva toda sai inteireza, as idéias tornão-se claras, as paixões se conservão em equilibrio. (REGIS, 1845, 20)

A Medicina da primeira metade do século XIX, preocupada com os humores que eram influenciados pelo tipo de alimentação e condicionados ao consumo de bebidas, associou o consumo de água a conotações morais que consideraram os bebedores do líquido “calmos e circunspectos, dotados de paixões igualmente calmas, e de uma razão sã que conservam até a

mais avançada velhice”. Esta conotação, enaltecida, contrastou com os bebedores de destilados e em menor grau de bebidas fermentadas. Sobretudo no Brasil, o consumo d’água exigia algumas precauções, porque o corpo estava muito esquentado e coberto de suor, que comprova a preocupação voltada para população emigrante europeia, que estranhava o clima dos trópicos. Julgava-se necessário fugir do abuso d’água, uma vez que ela nos torna fracos e preguiçosos, “principalmente na Bahia onde há tanta inclinação à preguiça”. (REGIS, 1845, 20) As conotações morais abrangiam toda a cultura social, da alimentação, à medicina, à profissão, cor, gênero.

O estudo dos comportamentos desviantes, dos loucos, das prostitutas, dos corpos indisciplinados, foram frequentes nos trabalhos da Faculdade de Medicina da Bahia, embasando a formulação local de micropoderes, genericamente interpretados por Foucault, e analisados no contexto Brasileiro por Roberto Machado que entendeu que a medicina Brasileira, com a abolição da escravatura, simplesmente excluiu o escravo do contexto urbano, onde se formulava o projeto de construção da nação.

[...] o escravo, na cidade, através dos efeitos da sua presença no seio da família branca é visto como causa de desordem, sexualidade desregrada, paixões, doenças, vaidade, egoísmo, brutalidade. Ao procurar transformá-la através de sua higienização, a medicina tematiza o escravo como obstáculo fundamental à criação de uma família brasileira sadia. (MACHADO, 1978, 354)

O estudo de medicina social, constante no livro “Danação da norma” (1978), demonstra a interferência médica e da medicalização da sociedade brasileira, sem fronteiras nas vidas dos indivíduos. Mais do que outros setores tradicionais, a medicina justificou articulações políticas e administrativas que limitaram a atividade dos desviados, Negros, considerados o obstáculo ao progresso. Devemos interpretar “Danação da Norma” com a perspectiva deste fazer parte das primeiras abordagens ao tema, que acabou por não considerar as especificidades de cada lugar, mas que, no entanto, já conclui que os médicos do séc. XIX não se preocuparam com a expressão da escravidão urbana enquanto mão-de obra produtora, desconsiderando a sua função essencial à economia, propondo simplesmente a sua extinção. Mais preocupada em transformar a cidade, a medicina social Brasileira não foi uma medicina do trabalho ou do proletário, mas uma medicina urbana, conformada por grandes programas de higienização e saneamento, que pretenderam eliminar a doença, separar a loucura e a pobreza, associando a higienização urbana à higienização dos corpos. (SCHWARCZ, 1993, 18)

Se no Rio de Janeiro a instalação dos chafarizes deu lugar à execução do serviço por aguadeiros, geralmente portugueses, em Salvador o desinteresse deste contingente em realizar o serviço, interessados em manter o status social que impedia a realização de tarefas domésticas,

manteve os ganhadores africanos ou descendentes no desempenho da fundamental função de distribuição d'água. (PETTI, 2011,105) Dada a cada vez menor disponibilidade de escravizados e empregados, o abastecimento nos chafarizes e casas de vendagem manteve-se delegado ao tradicional aguadeiro, que se alinhava para a compra do líquido ganhando sua comissão no transporte.

As considerações raciais presentes nos discursos dos lentes de Medicina de 1848 a 1919 acompanham também o período de difusão do evolucionismo social, naturalismo e social-darwinismo (década de 1870), que organizaram o cenário científico e que formaram o panorama propício para a aceitação crítica da corrente inglesa da eugenia. No debate do serviço de abastecimento de água estas disciplinas se alimentaram, reciprocamente, produzindo políticas e estratégias de distribuição. Na Bahia esta problemática foi agravada pela importância dos Negros nos serviços de abastecimento à cidade, que viram o seu status jurídico e comercial reformulado, mediante o surgimento de novas organizações que transformaram a cidade:

Releva aqui deplorar a incúria com que se tem deixado amontoar em nossas ruas esse sem numero de escravos, que podem á luz do dia, e á nossa vista, conspirar; a impolítica com que se tem deixado a população preta aglomerar-se na cidade, cujos misteres podião ser exercidos por gente livre, desviando assim da agricultura tantos braços necessários, e dando pretextos ao Bretão para nos incomodar. Cure o governo do Brasil de disseminar quanto puder, de desviar das cidades marítimas, quanto aconselhar a prudência essa população africana, que a filantropia inglesa encara como seu mais valente auxiliar no proposito de nos opprimir e aniquilar... (O Mercantil (BA), 4/12/1845)

A mensagem que acima transcrevemos resume as preocupações do contexto social da época: a incúria provincial aos escravos amontoados, que conspiravam contra as elites dominantes; a falta de legislação que abrangesse este contingente, cujos misteres podiam ser exercidos por gente livre e a preferência pela emigração branca para a execução dos novos serviços assalariados. Esta solução deveria resolver também os pretextos ao Bretão para nos incomodar, em alusão à pressão para o fim do tráfico de escravos que oprimia e aniquilava o Império, ainda dependente da sua mão-de-obra.

Nos auspícios da anunciada, mas demorada abolição imposta pelos Ingleses, se desenvolveram novas dinâmicas sociais e articulações econômicas que repercutiram na moradia, no sistema de arrendamento e subdivisão espacial, no poder regulador do comportamento que é transferido para a esfera pública, na atividade laboral, que desenvolveu normas e leis que restringiram a liberdade individual com o intuito de possibilitar a convivência civilizada aos moldes europeus.

Desejando embranquecer a população e substituir a mão de obra escravizada pela europeia assalariada, na Bahia, apesar da formação de colônias de imigrantes no interior, o

objetivo não foi muito aceite face uma população já muito miscigenada, que já contava com importantes colaboradores mulatos em áreas de poder, no Governo ou na Faculdade de Medicina da Bahia que não admitiam considerarem-se, a eles próprios, inferiores a qualquer de seus colegas sob o pretexto de cor. No entanto, na Assembleia Provincial se discutia a imigração que continuava a privilegiar “gente industriosa, de boa conducta, &c. já facilitando-lhe seus transportes, já dando-lhe terras, e instrumentos, com que possa trabalhar”:

Não vê o Snr. Rebouças, que hoje, mesmo na Bahia a marcenaria tem chegado á sua maior perfeição, e que existem diversas fabricas de chapéus, e parachuvas, que rivalisão em perfeição com os fabricados na Europa? E a quem se devem esses melhoramentos? Á africanos? Não, aos allemaens, aos Italianos &c. (Revista Americana (BA), 1847, pág. 17)

A preocupação da elite dominante Baiana com o africano e o liberto é demonstrada por Luciana Brito (2016) que discute as medidas implantadas para a segurança pública da Bahia, no período de 1830 a 1841, entre elas a Revolta dos Malês (1835) que teve como objetivo matar seus senhores, envenenar as fontes e apoderando-se dos navios ancorados no porto, voltar para a África de onde tinham sido arrancados, deixando a elite em estado de alerta. (MATTOSO, 1992) Baseado no princípio de que os Africanos libertos eram os responsáveis pelas turbulências, a lei n.º 9 de 13 de maio de 1835, considerada de urgente necessidade, dificultou a permanência de Africanos incentivando a delação, na tentativa de enfraquecer os laços de solidariedade, instituiu a perseguição às práticas culturais e religiosas, sobretudo ligadas à religião muçulmana.

Atravancando a gestão de sua autonomia socioeconômica, de que se tornara dependente a cidade, o Governo Provincial pretendeu dissolver qualquer ajuntamento de negros, independente da sua nacionalidade ou status jurídico, reduzindo drasticamente os seus direitos civis não só porque podiam usar a sua ladinice e mobilidade espacial para organizar revoltas, mas também porque sabiam melhor ajuizar a dureza da escravidão e, por isso, sabiam melhor descrever, aos ainda escravizados, as delícias da liberdade. (BRITO, 2016, 21) A execução das leis restritivas à liberdade de Africanos teve o apoio da elite dominante, que aumentou a pressão policial cotidiana. O sentimento de insegurança e desconfiança contribuiu para o crescente afastamento e marginalização dos corpos Negros que enfrentaram taxas pecuniárias para viver na Província, impostos sobre atividades comerciais, proibição de obtenção de bens e, mesmo, o risco da deportação para África.

João Reis (2000) nos seus estudos dos cantos, observa que no Livro de Matrícula de 1887, nenhum dos 822 ganhadores listados como nascidos na África aparece como habilitado para algum ofício. (REIS, 2000, 212) Esta constatação demonstra como as autoridades partiam

do pressuposto que os Africanos eram todos apenas carregadores, ou, o silenciamento estratégico dos próprios das suas atividades, que isentava ao pagamento do imposto de dez mil réis anuais à Província por todo Africano que exercesse ofício mecânico: carregadores, aguadeiros. (Legislação da Província da Bahia sobre o negro: 1835-1888) Este silenciamento dificulta a real percepção das condições de trabalho do aguadeiro, que aqui tentamos recriar. Restou recorrer às referências em jornais da época na tentativa de aproximar a problematização da vivência quotidiana da sua profissão. A regulação da profissão caminha em paralelo com a regulação dos cantos, apesar do aguadeiro não estar organizado por esta via, tratando-se de um trabalho mais autônomo, que usufruía de ampla liberdade de trânsito na cidade, o que dificultava o seu controlo.

Tentando alterar os hábitos de distribuição e consumo, a partir de 1857, o Queimado institui uma nova relação comercial na cidade. Se inicialmente as mulheres escravizadas colaboravam no serviço abastecendo em fontes públicas e lagos, que servia de pretexto para saída<sup>1</sup>, tirando disso alguma “felicidade, que ellas apreciam em extremo, e por isso, quanto mais ali se demoram, mais gosto sentem, ainda que em chegando em casa levem pelas ventas algum bofetão da senhora”. (O Alabama (BA), 12/10/1868) Aos chafarizes da Companhia concorrerão majoritariamente homens pela periculosidade da convivência nestes espaços tratados com total descaso pela Companhia, sem condições de higiene ou qualquer tipo de cuidado. O Governo colaborava por omissão e negligência, agravando a situação de descuido das fontes públicas. Os “Pretos aguadeiros e botadores de água [...] enchiam dois ou quatro barris de até 80 litros, prendiam-nos ao lombo de um burro e saíam a vender. As mulheres usavam grandes potes de barro e latas, transportados na cabeça, protegida por uma rodela de pano enroscado.” (CONSUELO SAMPAIO, 2005, 105).

Com o fim da escravatura continuaram sendo delegados aos Negros as mais baixas funções da hierarquia laboral, como aguadeiro, despejadores de dejetos, copeiros, mendigos e prostitutas. A classificação de Maria Inês Cortes de Oliveira (1988) inclui a profissão de aguadeiro no nível mais baixo da hierarquia laboral, exercida por pessoas sem qualificação. Da inicial utilização doméstica, quando o serviço decorria em total dependência do senhor, o

---

<sup>1</sup>“Desapareceo a Manoel da Costa Lima, no dia 3 do corrente, uma negra nagô por nome Carolina, que andava vendendo agoa em um barril...” (Correio Mercantil, 29/10/1846) “Fugirão da padaria de S. Felipe Neru dous escravos, um na tarde de 23 do corrente, em ocasião que accompanhava dous burrinhos que trazião agoa da fonte do Forte de S. Pedro, levando também um barril d’agoa.” (Correio Mercantil (BA), 29/10/1846)

trabalho evolui para a prática através do serviço de ganho, apropriado pelo senhor e pelo escravo, retirando o escravizado uma parte para ele.

A cada vez menor disponibilidade de escravizados resultou no recurso a mão de obra terceirizada que utilizou a mão do aguadeiro em regime de contratação. Mantendo a Companhia como principal distribuidora, o serviço de carroças da Municipalidade manteve a formação de clientela, confirmada através da publicação do jornal Cidade do Salvador (BA) de 11/04/1900, que denunciou que os aguadeiros só vendiam água “a certas e determinadas pessoas, estabelecendo odiosas preferencias, quando nao despejam a pipa em uma só casa!”.

#### **4.1 O corpo e a Faculdade de Medicina da Bahia**

Do medo e desconfiança dos ajuntamentos de Negros decorreram grande número de queixas nos jornais que extravasam o período em análise. Em 1851, A Verdadeira Marmota (BA) denuncia a presença na fonte do Coqueiro, em todas as noites de “grupos de rapases acompanhados das competentes farpellas” que tomam depravado banho, acordão e incomodam com gritarias:

[...] subindo a tal ponto a depravação, o desrespeito, e o pouco caso das leis que muitos desses indivíduos sobem em fraldas de camisa trazendo as roupas em trouxas e debaixo de chula para se vestirem ora no portão do pateo da Lapa, ora no adro do hospício da Piedade. (A Verdadeira Marmota (BA), 6/12/1851)

Solicitando mais sérias providencias da polícia e dos Inspectores, os moradores sugerem que a fonte seja constantemente rondada e que sejam capturados os engraçados afim de sofrerem as penas da lei. O Alabama (BA) de 1866, confirma a acentuada presença Negra no Chafariz do Terreiro e pretende através de uma portaria dirigida ao guarda do chafariz, ordenar que não consinta o ajuntamento de negros e negras que todas as noites se encontram em redor daquele chafariz, onde se profere toda casta de obscenidades, sem nenhuma atenção às famílias que por ali passam.

Os moradores da rua do Moinho do Tororó queixaram-se dos abusos que praticam alguns aguadeiros no chafariz daquela rua, transformada em ponto de sessão, que se alteram e se travam de razões, trazendo em constante desassossego as famílias ali residentes. Propondo à Intendência Municipal a mudança daquele chafariz para o largo próximo. (Jornal de Notícias (BA), 9/02/1892) Vilhena também se demonstrou impressionado pela “indizível a desordem [...] que os prêtos fazem para tomar água” nas fontes da cidade, deixando o seu testemunho:

[...] quebrando-se mutuamente as cabeças, e braços; uns pelo que lhes pertence; outros por defender, e patrocinar negras suas parceiras, e apaixonadas; e outros por defender-se, e a elas das insolências dos insubordinados soldados, que violentamente os constroem a que lhes levem água onde bem querem, sem

que eles sejam aguadeiros, nem paguem às negras que o são; e se prontamente não lhes obedecem, é infalível o quebrar-lhes as vasilhas, e dar-lhes muita pancada. Se porém é negro, que lhes queira fazer cara, aí são logo a espada, ou mais prontamente a faca, sem a qual é raro o que se acha; (VILHENA, 1788, 108)

Esta situação demonstra que não só os moradores viam o seu direito ao sossego desrespeitado, mas também, como os pretos, forçados das galés, facinorosos e desesperados, eram constrangidos violentamente a realizar um trabalho que não lhes competia. Vilhena propõe que para este contingente fosse destinado o uso privativo de uma fonte; castigar e doutrinar os soldados, proibindo-lhes o irem de noite apossar-se das fontes, não deixando tomar água senão a quem querem. (VILHENA, 1799, 108-109)

Esta difícil relação é constante no séc. XIX, agravada em períodos de racionamento d'água, quando é adicionado ao enredo os guardas cívicos, denunciados pelo tratamento que davam aos aguadeiros, obrigando-os a fornecerem água de graça duas vezes ao dia, agarrando-os e prendendo-os na rua para esse fim, comprovando a pouca confiança que merecem em geral os guardas. (O Monitor (BA), 18/04/1878; Pequeno Jornal (BA), 17/03/1890)

A autoridade Municipal em 1848 propôs, por iniciativa do diretor do Imperial Corpo de Engenheiros, tenente-coronel João Blöem, a construção de tanques de retenção d'água nas fontes públicas com o intuito de beneficiar os pobres escravos que de madrugada, e na alta noite eram obrigados a buscar água e umedecem os pés e roupa, e assim estragam a sua saúde. Esta é talvez, a primeira e última abordagem do poder público em relação à gestão das fontes no período que precede a atuação da Companhia. Consuelo Sampaio (2005) acrescenta que esta melhoria serviria também de lava-pés para carregadores, livres ou não. Os reservatórios atuavam como importantes depósitos de água que em ocasião de incêndio, facilitava a extração, o que não acontecia nas bicas, servindo ainda de bebedouros aos animais. A perfeita vigilância policial e o exame rigoroso nas vertentes, condutos e esgotos também foram consideradas. Deste planejamento resultou o melhoramento de fontes como a das Pedreiras, Água de Meninos, das Pedras, Fonte Nova, do Gravatá, de São Pedro e São Gabriel.

A fala de Dr. João Mauricio Wanderley à Assembleia da Província<sup>2</sup>, que divulgou melhorias nas fontes dos Padres e do Pereira, observou que nelas não há ordem nem asseio por parte dos que as frequentam, e para evitar isso julgou indispensável um guarda em cada fonte, como ocorria no Rio de Janeiro. Desta forma demonstra que, assim como a venda d'água não foi inaugurada pelo Queimado, também a presença de guarda nos locais de abastecimento

---

<sup>2</sup> Fala do Presidente da Província Dr. João Mauricio Wanderley à Assembleia da Província, edição 1, 1854, pág. 37.



também não foi inaugurada por ela. No Relatório da Tesouraria Municipal, de 1856<sup>3</sup>, consta a despesa de 200rs para pagamento mensal do vigia da fonte da Ladeira da Misericórdia, 66\$800 anual, que comprova a colocação de um responsável pelo espaço de distribuição pública d'água na cidade, mantida pela Companhia.

Figura 2- "O conhecido aguadeiro Mané Fonseca"; Aguadeiros; "O chafariz da rua do Saldanha, o primeiro sob que caiu a pena do fechamento".



Referência: A Notícia (BA), 30/10/1914; A Tarde (BA), 11/04/1916; SAMPAIO, 2005, 110;

#### 4.2.1 Higiene dos pobres

Os Comaroff (1992) se referindo à empresa cultural do colonialismo Britânico na África relacionam a Medicina e o Imperialismo no trato ao corpo Africano como objeto de especulação Europeia que personalizou o sofrimento e a degeneração nestes corpos e associou o seu ambiente a uma incubadora de febres e aflições. A associação do corpo Africano à degradação, poluição, imoralidade e doença no panorama social e científico, serviu aos regimes coloniais para impor a sua dominação sobre objetos e coletividades em todos os lugares. (COMAROFF, 1992, 215/216) O espaço urbano, como receptáculo das ideias, se configurou de modos diferentes nas cidades colonizadas sempre sob a égide de controle espacial, moldado de maneira a criar verdadeiras barreiras contra a infiltração do negro, cujo tom era o de promover e acentuar as diferenças sociais. (NASCIMENTO, 1989, 69)

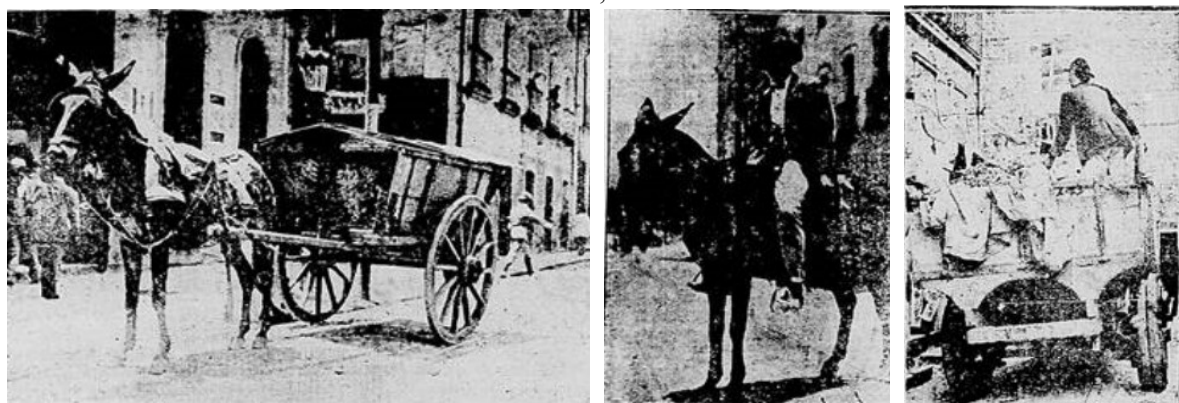
Em Salvador, a distribuição d'água realizada pelo corpo Africano e Afrodescendente o sujeitou à condição de corpo doente, ao mais baixo prestígio social e como veículo de transmissão de doenças, condição que pretendia motivar a contratação de penas domiciliares, principal fonte de rendimento da Companhia. A ameaça da doença, principalmente para o imigrante Europeu, e a permanente preocupação com a imagem nacional diante dos olhos do mundo civilizado, levou o poder público a tomar medidas para melhorar as condições de salubridade pública da cidade através de dispositivos de poder coercitivos apoiados na suposta neutralidade da técnica e da ciência. (SILVEIRA, 2000, 25) Aos homens da ciência foi evidente

<sup>3</sup> Relatórios de Trabalho do Conselho Interino de Governo (BA), edição 2, 1856, pág. 51.

a incompatibilidade, o protagonismo e exclusividade, do desempenho da distribuição de água por corpos negros, organizando empresas privadas que pretenderam substituir o serviço.

Em 1784 foi nomeado um almotacé para cuidar do asseio da cidade que se achava repleta de porcos e outros animais pelas ruas, mesmo havendo uma antiga postura que proibia esta prática. (MAROCCI, 1996,107) Aplicando penalizações a quem descumpria as posturas Municipais, não surpreende que escravizados, preto forro, oficiais mecânicos e vendedor/mercador, fossem listados como os mais penalizados por comportamentos anti-higiênicos. O Serviço de Asseio e Limpeza da Cidade, gerido pelo Governo da Província em 1876, contava com 57 carroceiros<sup>4</sup>, compostos por 39 homens livres e 18 escravos, distinguidos segundo a sua cor, 41 foram classificados como crioulo, cinco mulatos, quatro mulatos escuros, dois pardos, um preto. Verificamos a predominância da contratação do trabalhador livre crioulo, sendo o Africano, o preto, minoritário, que demonstra já a gradação de tons de negro que conformará a classificação racial da cidade.

Figura 3- As carroças de que ninguém mais se lembrava voltaram a fazer a limpeza pública; O fiscal das carrocinhas; Um auto-lixo.



Referência: A Notícia (BA), 8/01/1915.

Na tentativa de recuperar o ambiente científico no panorama social da época, recuperamos a tese de Dr. Luis de Oliveira Almeida apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, intitulada “Hygiene dos pobres” (1908), que reforça a associação do consumo de destilados, pela dificuldade de acesso à água potável, à degradação moral e ao crime, demonstrando que em 50 anos o panorama científico não se tinha alterado assim tanto. Apoiando-se no que hoje chamamos de história social, o autor procura a justificativa para a prática, referindo que a dificuldade em ingerir água potável fazia com que se recorresse mais frequentemente aos destilados. Se no campo os pobres iam buscar água n’um tanque ou fonte onde se acha em repouso, condição que favorecia a sua decantação, na cidade, usa-se a água

<sup>4</sup> Apeb, Maço 6412/1876.12.20 apud SAMPAIO, 2005, 52.

recolhida das bicas dos telhados das casas, imundos e infectos, em vasos onde se banham muitas vezes ou em cisternas, para toda sua necessidade, desfavorecendo a qualidade da água consumida. (ALMEIDA, 1908, 27/28)

Segundo ele, os pobres por sua condição, não obtinham água comprada e haviam adquirido o hábito de beber cachaça pelo trabalho a que são destinados e sua falta de recursos. Bebiam cachaça uma vez que chegando a casa, nem água nem outro alimento os espera. “Bebem-n’á então julgando saciar a fome e a sede e os acompanha muitas vezes quase toda a sua família.” Este hábito da população pobre transforma, segundo as palavras do autor, “almas inocentes [...] culpadas, quanto organismo são se torna doentio, quanta moral se desorganiza!” (ALMEIDA, 1908, 31)

Desta vez, o autor se referiu ao número extraordinário de imigrantes, não se referindo ao Europeu que sofre com o clima tropical, mas ao Africano, como visitas dispensáveis e prejudiciais que só vêm contaminar o nosso meio, transmitir moléstias alheias a nós ou arrancar-nos tanta preciosidade em tantas almas nas falsificações de seus produtos. A produção científica mantém teorias de superioridade racial branca, superioridade moral e civilizatória ainda no início do séc. XX.

### **A experiência de Pedro Maxixe (1849)**

De Itapagipe, Pedro Maxixe publica no jornal A Marmota (BA) de 31/05/1849, uma carta a seu primo e amigo Dr. Jarreta. Em duas edições, descreve a situação social e as condições de acesso aos bens de primeira necessidade da península, expondo as suas preocupações:

Saúde e dinheiro lhe apeteço, por que tambem he do que careço. Dou-lhe parte que tendo de tomar uns banhos salgados, que me receitou o medico Pitorra, por via da frouxidão que padeço, preferí este amavel e pittoresco sitio do Papagaio, onde me acho, ao da Calçada do Bomfim; porque, meo primo, aqui está a gente mais á vontade, sem o luxo que ali he preciso, que bem se pode chamar a côrte da Bahia. (A Marmota (BA), edição 248, 1849, 2)

Afligido por doença, Maxixe, assim como grande parte da elite da cidade, afasta-se do centro da cidade para regiões litorâneas, foge do reboliço e do luxo da corte, que mantinha o seu status social e de vida opulento. Em Itapagipe declara ter melhor acesso aos bens de primeira necessidade como carne, aqui excelente, não como a da cidade, “magra, muxilenta e ramelosa”.

A dezoito de agosto refere a dificuldade no acesso à água potável, lamentando que, sendo Itapagipe um dos mais pittorescos e agradáveis sítios da Bahia, o mais excelente dos subúrbios, “mesmo nas barbas da Camara de seo Municipio não possua uma fonte!”, o que

obrigava ao uso de cisternas de água de gasto, existentes uma em cada canto. Na Calçada há duas fontes:

[...] a saber, uma que se apellidada do - Gama - e padece retenção d'ourinas, e outra intitulada da - Alegria - mas que bem lhe poderião trocar as bolas, chamando-a da tristeza. E dar-se-ha caso que metessem em cabeça dessa gente Municipal, que o povo de Itapagipe vá á meio legoa de distancia matar a sêde nas agoas da Alegria? (A Marmota (BA), edição 270, 1849, 2)

O fácil acesso à água de gasto, armazenada em cisternas, e a dificuldade de acesso à potável favorecia Itapagipe em relação ao centro da cidade, uma vez que, segundo Vilhena, não existia dentro da cidade uma única fonte, cuja água se possa beber, quando para gasto não abundam. (VILHENA, 1969, 102) Por escassez, e porque causa nojo beber tal água, o abastecimento era realizado por barris enterrados que sofrem igualmente cruéis martírios:

Primeiramente existe ahi uma turba de negras lavadeiras, que fazem as maiores porcarias, como seião, lavarem as mãos e pés dentro desses barrís, e ainda isso não he tudo, porém que lavão também as pernas, barrigas e seos suburbios: depous lá de vez em quando apparece um cão ou um gato morto d'entro d'agoa. Em vista d'isso, primo, faça idéia como não será salobre e gostosa semelhante bebida! E pensa Vm. que um escravo que vai buscar agoa olha lá para essas ninharias? Não creia. (A Marmota (BA), edição 270, 1849, p.3)

Maxixe teria de aguardar até 1892<sup>5</sup> para o abastecimento d'água do Queimado chegar a Itapagipe, quando a Companhia, conhecendo quanto era sensível a falta d'água em alguns pontos no Bomfim, onde no verão do ano passado se vendera por 320 rs. o barril, e acedendo aos pedidos dos habitantes d'essas localidades, prolongou o encanamento de Água de Meninos até à Baixa do Bomfim e Itapagipe, assentando “pelo menos um chafariz, assim como 2 ou 3 no espaço compreendido entre o Noviciado e o largo do Bonfim.”<sup>6</sup>

Temos além disto uma fonte no Bonfim; porém esta não só também fica distante, como he achacada da mesma molestia, que padece á do Gama: uma e outra não valem, todavia, um dos barrís da Massaranduba, quer pela abundancia, quer pela qualidade do licôr, porque sempre estão entupidas, e a agoa he muito pesada e de gosto desagradavel, e nesta parte não lhes arreja bandeira a da Alegria: Se o dinheiro gasto nellas, Srs. Camaristas, se applicasse em construir uma fonte no referido sitio da Massaranduba, seria mais proveitozo ao povo de Itapagipe, que não se veria na obrigação de beber agoas, que os negros vão buscar, em canôas, nos Fiaes S. João, Cabrito e outros lugares, para vender; o que ainda assim, mal delle, se não fôra esse ramo de commercio aquatico. (A Marmota (BA), edição 270, 1849, p.3)

Concluindo o seu relato, Maxixe refere as alternativas ao consumo de água potável, referindo novamente o recurso a cinco alambiques que funcionam em trabalho contínuo, “onde se pode tomar um codorio de bôa e superlativa, que em abono da verdade, não ha onde se

<sup>5</sup> Jornal de Noticias (BA), 25/01/1892;

<sup>6</sup> Fala do Presidente Ferreira Penna (BA), edição 1, 1860, pág. 75.

fabrique de melhor; bem que eu ainda não provei della, pois estou a espera de que Vm. por cá appareça para tomarmos uma pingolêta dessa nossa patricia dourada.” A escassez e a falsificação da água faziam o recurso ao alambique mais frequente, o que na perspectiva médica do séc. XIX, não favorecia o estado das afecções nervosas e moral da população, que, tornando-se habitual, resultava necessariamente em perturbações de movimento, de sensibilidade, e de inteligência, considerava o Dr. Ernesto Carneiro (1864).

#### 4.2 – O controlo da profissão.

Durante o período colonial a Câmara procurou estabelecer regras para o exercício do comércio porta a porta. Inicialmente, os que se ocupavam da atividade tinham livre trânsito em todo o meio urbano e arredores, mas a partir da década de 60 do séc. XVIII, são especificados locais para o comércio ambulante sendo construídos cobertos, cabanas, e quitandas, alugados aos que andam pelas ruas. Dificultando o tráfego com a venda de comida<sup>7</sup>, foi pretendida a desocupação de passeios. (SOUSA, 1996, 95)

Procurando impulsionar as boas práticas na utilização da água das fontes públicas, foi proibida a lavagem de roupas nas fontes ou em casas que não tenham quintal; o estender da roupa nas ruas, praças e avenidas; a abertura de poços ou qualquer obra hidráulica com prejuízo dos rios e fontes de servidão pública. Além das Posturas, a Municipalidade progressivamente aumentou o controlo do comércio ambulante exigindo licença para o exercício da atividade. No período compreendido entre 1797 e 1801, 70% das licenças são registradas por mulheres Negras, livres ou não<sup>8</sup>, que reforça a posição de João Reis, quando explica a resistência dos trabalhadores mecânicos em afirmar a sua profissão como fuga ao pagamento de impostos Municipais. A partir de 1876, a obrigatoriedade da matrícula dos profissionais, que instituía imposto sob a profissão, torna-se mais exata, especificando as profissões a que se referia:

[Os] aguadeiros, carroceiros, ganhadores, engraxadores, cocheiros, conductores de carros, bondes, etc, hortaleiros, cosinheiros, jardineiros, criados de qualquer espécie devem ir se matricular na intendencia municipal até o dia 20 do mez proximo vindouro, sob as penas e multas discriminadas nas posturas e nos regulamentos respectivos. (O Monitor (BA), edição 51, 3/08/1876, p.1)

---

<sup>7</sup> OFÍCIOS AO GOVERNO, 1768-1807. Mas, MANUSCRITO, FL. 7; condenações feitas pelos almotaçês, 1777-85. Mas, manuscrito, s/ano; ATAS DA CÂMARA, 1776-87. MAS, manuscrito, fl. 91-7. Algum tempo depois, já em 1772, outras foram feitas pela Câmara na Baixa dos Sapateiros e na Praça do Terreiro, além de um bom número de cobertos e cabanas na praia. Em 1769 foram construídas várias quitandas em “uma sesmaria que a Câmara possuía saindo das Portas de São Bento para a parte da capela de N. Senhora da Barroquinha”.

<sup>8</sup> LICENÇAS, 1797-1801. MAS, manuscrito apud SOUSA, 1996, 98.

A partir de 1899<sup>9</sup> determina o preço máximo de revenda, de cem reis para o barril de 20 litros, que já se negociava a um preço maior, isentando ao pagamento do imposto a quem praticar preços abaixo do limite, tentando por este meio controlar o cenário calamitoso que já se instalara na cidade.

Ninguém poderá vender agua por mais de cem reis ao barril de 20 litros pelo mesmo sem que esteja matriculado e tenha pago o imposto de que trata o número 96 do art.º 2.º da lei n.º 320 de 3 de Janeiro de 1898, o qual fica elevado ao dobro sob pena de pagar a multa de quinze mil reis pela primeira vez na reincidencia trinta mil reis e cinco dias de prisão.

Quem vender a cem reis ou menos, fica, durante o exercício corrente, isento do aludido imposto. Quem porém vender a cem mil reis ou menos fica isento da matricula como do pagamento do imposto. (Posturas Municipais, 20/01/1899)

O Aguadeiro foi envolvido na polêmica entre a Municipalidade e a Companhia, sendo sinalizado como o principal obstáculo à distribuição pelo exagerado preço cobrado pelo transporte. (Anexo 1) Foi denunciado nas gazetas da cidade, que consideravam o serviço altamente lucrativo e sem regulamentação: “Por quanto compravam os barris? indagamos? - a vintem - E por quanto vendiam? - Dois tostões às vezes, um tostão quasi sempre.... Era um lucro fabuloso”. (A Tarde (BA), 9/01/1915) A autoridade policial foi chamada a intervir, obstando a que imponham uma tabela de preços exageradíssimos, o que contribui para agravar ainda mais a situação. “Não nos consta que a agua nos chafarizes tenha subido de preços, e de algumas fontes elles se servem sem a menor contribuição...Qual pois a razão porque exigem por uma carga d’agua 2\$, 3\$ até 5\$?” (Cidade do Salvador (BA), 19/01/1899)

Esta situação demonstra como apesar de todas as limitações administrativas, o Aguadeiro sabia negociar e continuava essencial para a distribuição, ao contrário da Companhia, que se mantinha irredutível em não aceitar a redução do preço da pena ou barril d’água, pressionando a administração Municipal com o encerramento dos equipamentos.

No domingo às 7 horas da manhã, ainda havia chafarizes fechados, não obstante a aglomeração de carregadores de agua que já se achavam á espera dos fleugmaticos empregados, que em nada se encommoam e que tanta pressa teem em retirar-se, porque, não é raro ver-se chafarizes fechados ás 5 horas da tarde. (Cidade do Salvador (BA), edição 49, 1899, pág. 1)

Da seca decorreu a autorização Municipal para a utilização dos mananciais da fazenda Campina ao Retiro, adicionada formalmente ao sistema do Queimado. Em compensação forneceria água à população, das 6 horas da tarde ás 9 horas da noite, de forma gratuita. (Jornal de Noticias (BA), edição 5662, 23/11/1898, pág. 1) O Queimado, não atuando conforme

---

<sup>9</sup> Livro de Posturas Municipais n.º 30-A de 20 de janeiro de 1899.

combinado, obrigou à fiscalização da Intendência Municipal, que verificou que o serviço era fechado pelos agentes que alegavam serem essas as ordens superiores. Nesta circunstância, o serviço continuou a ser realizado com a maior irregularidade, graças à má vontade ou a falta de intuição de que têm dos seus deveres, ou de recomendações ou ordens que recebem dos patrões. (Cidade do Salvador (BA), 11/04/1900)

A situação calamitosa do serviço d'água no final do século obrigou ao desenvolvimento de novas estratégias em alternativa ao serviço do Queimado, exigindo um serviço mais regular, que continuava a ser feito com o maior atropelo, em detrimento para as pessoas pobres. (Cidade do Salvador (BA), 11/05/1900) Foi novamente denunciado o estabelecimento de odiosa preferência dos empregados dos chafarizes, essas miniaturas de régulos e caprichosos, que admitiam apenas o fornecimento a pessoas de sua simpatia, com prejuízo das outras que ali ficam retidos duas e mais horas, não dando troco ou recebendo fixas:

Porque rasão se hão de fechar na presente crise os chafarizes tão cedo? Alguns ha que às 3 horas da tarde já não vendem mais agua quando muito bem pode esse serviço prolongar-se até as 7 ou 8 horas da noite. No tempo em que havia abundancia de agua e que as pennas particulares funcionavam regularmente, todos os chafarizes estavam abertos pelo menos até 7 horas e 7 e meia da noite: agora, porem, que a necessidade do precioso liquido indispensavel à vida, augmenta com a escassez, é que a Companhia do Queimado, que se mantem do favor publico e de conceções feitas pelo Governo para a commodidade da população, se lembram de mandar fechar tão cedo os chafarizes. (Cidade do Salvador (BA), 11/05/1900)

A Municipalidade foi então obrigada à implantação de um serviço emergencial de distribuição por carroças, em 1899, em alternativa ao serviço da Companhia e dos Aguadeiros, irredutíveis nas negociações. No entanto, através da compra d'água nos chafarizes pelo serviço de carroças, a Intendência parece, mais uma vez, apenas preocupada em interferir no trabalho do Aguadeiro, impedindo a adição da taxa de transporte - seu lucro. Substituindo o Aguadeiro de ganho pelas carroças Municipais, que contrataram os mesmos Aguadeiros mas agora sobre restrições contratuais: supervisão, chefia, horário de trabalho, objetivos e rendimento fixo pela Municipalidade. Claro que a gestão do engenheiro Caminada enfrentou dificuldades para ter pessoal numeroso, disciplinado e interessado para o trabalho:

A maior parte dos trabalhadores são retirantes, que depois de algumas horas ou de um dia de trabalho abandonam logo este porque, dizem eles, além de ser excessivamente fatigante penoso e prejudicial á saúde, visto que vivem completamente encharcados, a pequena diária de 2500 que vencem, não lhes compensa o risco que correm. (Cidade do Salvador (BA), edição 49, 1899, p.1)

O abandono dos trabalhadores do serviço Municipal foi tão grande que chegou a ter o seu número reduzido de trezentos e tantos, para apenas cinquenta, que só trabalhavam até o

meio dia, sendo o serviço totalmente interrompido dessa hora em diante e durava todo o domingo, não obstante serem outros tantos contratados. “Hontem compareceram cerca de 100 operários.” (Cidade do Salvador (BA), edição 49, 1899, p.1)

As reclamações eram diárias, repetindo-se às anteriormente relacionadas aos colaboradores do Queimado, de vender água apenas a certas e determinadas pessoas, estabelecendo odiosas preferências, quando não despejam a pipa em uma só casa, ou apenas a quem não tem freguês, recusando-se a abastecer terceiros. “Depois da redução de 12\$000 para 8\$000 diários no aluguel das carroças nada mais natural dizem elles de que o serviço peiorar, visto como o animal passa a comer menos, o aguadeiro deixa a ganhar na mesma proporção, e portanto, nao convem muito exforço.” (Cidade do Salvador (BA), 11/04/1900)

E, dizem os carroceiros municipaes, só temos ordem de ceder agua nesta rua, da casa que ficam mencionadas; cabendo a cada uma, uma pipa por dia. Na rua da Independencia, teimam elles um só vender agua a quem não tem freguez, e ainda quando a muitos rogos, se dignam dar um barril mal cheio, nao querem subir escada e exigem morador do primeiro degrau em diante. (Cidade do Salvador (BA), 11/04/1900)

A fiscalização da Municipalidade foi criticada pelo pouco caso e foi necessária a solicitação da intervenção policial que ameaçou os vendedores refratários de mandá-los hospedar na casa de correção, caso não quisessem vender água a retalho à pobreza. (Cidade do Salvador (BA), edição 49, 1899, pág. 1)

Em 1906, um ano depois do encampamento da Companhia do Queimado, Nina Rodrigues realiza, na Faculdade de Medicina da Bahia, o primeiro estudo etnográfico da população de origem Africana, quando a identidade do mulato, associada à degradação, começou a encontrar resistências, decorrendo a partir desta temporalidade um processo de reinterpretação do corpo do mulato, que até agora havia sido considerado como um obstáculo à imagem do recente país, como ainda observamos no trabalho de Octávio da Silva (1908):

Chegados á terra, ahi se vêem atropellados com carroças, carretas, velhas carcassas immundas, atulhando e embaraçando a passagem dos tranzeuntes, tornando-se mais nojentas, já pelas immundices que trazem, já pelos excrementos e urina dos animaes que as conduzem, já e em mistura com tudo isso, fogareiros, bancos, comestiveis, e individuos de baixa esphera social pupulando alli, qual poça d’agua em que abundam as larvas dos pequenos insectos, empestando mais o ar respirável, pelas emanações fétidas que exhalam (SILVA, 1908, 2)

A ideologia racista se desenvolverá nas teorias eugenistas que continuaram impregnando a ciência, e não será surpreendente que a nova articulação hídrica elaborada por Theodoro Sampaio, apesar de ele ser um mulato, demonstrar articulações discriminatórias do serviço. Este processo demonstra como a formulação de medidas urbanas com base racista e



segregatória foi anterior à formação da Companhia, passa por todo o período de funcionamento, se ajustando aos novos contornos sociais e político (República), e mantida com o encampamento da Companhia, em 1905.

#### 4.3 “Territórios sobrepostos, Histórias entrelaçadas”, da capital para Santo Amaro.

Se desde o princípio reconhecemos as histórias profundamente complexas e entrelaçadas das experiências específicas, mas mesmo assim interligadas e sobrepostas — das mulheres, dos ocidentais, dos negros, dos Estados e culturas nacionais —, não há nenhuma razão intelectual particular para conceder um estatuto ideal e essencialmente separado a cada uma delas. Mas seria desejável preservar o que há de único em cada qual, enquanto preservarmos também algum sentido da comunidade humana e as disputas efetivas que contribuem para sua formação, e da qual todas participam. (SAID, 2011, 55)

Neste ponto enunciamos os entrelaçamentos<sup>10</sup> da gestão do Queimado na formação de outras Companhias Aquíferas na Província e além fronteiras, para África. Procuramos na experiência histórica, que evita a compreensão linear, o reconhecimento do que há de único em cada expressão, deixando propostas para aprofundados estudos futuros.

Santo Amaro foi o núcleo urbano mais perto de Salvador que apresenta evidências de ter bebido da estratégia de distribuição d’água do Queimado. Para o abastecimento à cidade foram estudadas duas possibilidades: o encanamento das águas do Perauna, ou a abertura de um poço artesiano. Em 1850 optou-se inicialmente pela solução experimental do poço artesiano, considerando as vantagens econômicas que este sistema prometia, tentativas que se prolongaram até 1862, sem sucesso.<sup>11</sup>

Sob a direção do Engenheiro André *Przewodowski*, militar contratado pela Junta de Engenheiros das Obras Públicas, a obra dependia da importação de peças da Europa, e todas as previsões de entrega foram sucessivamente adiadas. Iniciada a 29 de setembro de 1857, a 27,5 palmos de profundidade encontrou uma camada impermeável que se prolongou por 440/500/600 palmos, adiando sucessivamente a expectativa de encontrar água.

O interesse na instalação deste equipamento não estava só na captação d’água por baixo custo, como também no interesse comercial, em instalar o primeiro poço artesiano no Império, o que permitia a inscrição da patente de invenção da sonda, obviamente perspectivando o lucro.

---

<sup>10</sup> Em referência ao capítulo 1 do livro “Cultura e Imperialismo” (2011) de Edward Said.

<sup>11</sup> Relatório com que Joaquim Antão Leão passou a administração da Província da Bahia a Antonio Coelho Sá e Albuquerque (BA), a 30/09/1862, edição 2, 1862, pág. 54; Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província Alvaro Tibério de Moncorvo e Lima (BA), 14/05/1856, edição 1, 1856, pág. 221; Relatório pelo 1.º Vice-presidente da Província da Bahia João Lins de Sinimbu por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província (BA), 17/05/1858, edição 2, 1858, pág. 21/22.

Sucessivos atrasos foram ocasionados pela dependência de ferramentas, elementos e maquinismo Europeus que demoravam nos procedimentos alfandegários: “Em uma das peças havia uma inscrição pela qual se reconhecia ter ella expedido de Paris no mez de Setembro de 1850, e que sahio d’Alfandega em 1857”, demorando sete anos para que fossem disponíveis. Para ultrapassar esta dependência foram encomendadas ao Engenho da Fundação Bahiana, de Cameron Smith & Companhia a produção de peças para se acherem prontas à medida que a sondagem avançar.<sup>12</sup>

Por quatro vezes em três anos a obra foi paralisada: duas por atraso das consignações, e por ausência do engenheiro em comissão pelo interior da Província. Parecia não ter fim. Finalmente, em 1862, Joaquim Antão Leão mandou suspender o trabalho, uma vez que a iniciativa não apresentava certeza de obter água:

Na ocasião em que fui a Santo Amaro examinar as estradas que alli se estão construindo examinei tambem o poço, e fiquei mais convencido da necessidade de se fazer um exame profundo das duas maneiras de abastecer a Cidade, e submettendo a Junta de Engenheiros a questão da praticabilidade da fonte artesiana, foi ella de opinião que em vista das condições topographicas e geologicas que apresenta a localidade escolhida, não se pode mathematicamente determinar a existencia de camadas subterraneas d’agoa potavel; o que não se devendo esperar um resultado satisfatorio de breve apparecimento d’ella, mais conveniente será abrir mão de tal empresa, recorrendo-se ao encanamento das agoas do rio – Peraunas, affluente do Sergy, até a Cidade. (Fala recitada na abertura d’Assembleia Legislativa da Bahia por Joaquim Antão Leão (BA), 1/03/1862, edição 1, 1862, pág. 31)

Abrindo mão do poço artesiano, que atrasou o abastecimento e onde se applicaram avultadas somas, em balde, recorreu-se então à segunda alternativa: o encanamento das águas do rio Peraunas, afluente do Sergy, por meio do encanamento de fontes naturais, por uma Companhia Aquífera. Formada em 1856, a companhia sujeitou-se quase às mesmas condições do serviço da Capital, pela importante Companhia do Queimado.<sup>13</sup>

A 22 de fevereiro de 1871, foram aprovados os estatutos da Companhia Aquária Sant’Amarense, tendo o empresário Major Imburana cedido o privilégio a Antonio Paranhos de Freitas Paranhos Junior, que se comprometeu a abastecer a cidade com três chafarizes,

---

<sup>12</sup> Fala do Presidente da Província João Lins Sinimbu (BA), edição 1, 1857, pág. 127; Fala do Presidente da Província Paes Barreto (BA), 15/03/1859 edição 1, 1859, pág. 109/110; “A exceptuar-se a pequena porção que veio de Pariz, tudo há sido confeccionado na Fundação Bahiana, para que se achem prontos á medida que avançar a sondagem”.

<sup>13</sup> Relatório com que Joaquim Antão Leão passou a administração da Província da Bahia a Antonio Coelho Sá e Albuquerque (BA), 30/09/1862, edição 2, 1862, pág. 54; Fala recitada na abertura d’Assembleia Legislativa da Bahia por Joaquim Antão Leão (BA), 1/03/1862, edição 1, 1862, pág. 31; Relatório do Presidente da Província Gonçalves Martins, 15/04/1871 edição 3, 1871, pág. 7;

canalizando as águas das vertentes do alto do tanque do engenho de S. Cosme, com 75 mil canadas.

Zilda Paim (1974) relata o envio do filho de Antonio de Freitas a Londres para a compra de dois chafarizes, que custaram setenta contos de reis, instalados com o acompanhamento de um técnico. Por si só, os chafarizes valiam mais que toda a cidade: “he um rasgo da Arte, mas não uma cousa a proposito.”<sup>14</sup>

Companhia Aquaria Sant’Amarense – Breve deve inaugurar-se. Chegou da Europa todo o material que lhe faltava. O empresário pretendia começar o fornecimento d’agoa no dia 2 de fevereiro; mas é impossível, sendo as informações que tenho, que por todo este mez ou principio do seguinte os habitantes d’aquella importante cidade vejam realizado um dos melhoramentos mais exigidos pela salubridade publica.” (Fala do Presidente da Província da Bahia Freitas Henriques, 1/03/1872, edição 1, 1872, pág. 127)

A 14 de abril de 1872 foi inaugurado o importante melhoramento para a cidade de Santo Amaro, sendo recolhidas à tesouraria provincial 600 ações pertencentes à Província, no valor total de 30:000\$000. O Município foi detentor de ações até 1927. À semelhança da Companhia do Queimado, a gestão foi alvo de várias críticas, denúncias e debates nos jornais, envolvendo qualidade do serviço e acusações de envolvimento político, displicência do gerente da Companhia que tinha o tempo empregado em altas cavalarias, nos planos tenebrosos da vergonhosa oligarquia, que aqui foi implantada para a desgraça desta terra.<sup>15</sup>

No trabalho “A história de Santo Amaro”, de Herundino da Costa Leal, descrevendo o espaço do chafariz, segundo informações colhidas de pessoas mais antigas da cidade, relata a sua organização intermediada por grades no acesso, dois torniquetes para controle da entrada e saída dos Aguadeiros. Junto à entrada, uma guarita protegia o empregado da Companhia que fazia o recebimento de vinte réis, quanto custava a entrada daquele pessoal no recinto do chafariz. (LEAL, s/d, 34/35)

A formação de Companhias para o abastecimento d’água na Província foi uma articulação continuada, promovida pelo Governo. Em 1872 o Tenente Coronel Carolino da Silva Tosta é contratado para o abastecimento d’água potável a Cachoeira, S. Felix e Muritiba.

---

<sup>14</sup> Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial da Bahia na abertura da sessão ordinária do anno de 1846 pelo Presidente da Província Francisco Jose de Sousa Soares d’Andrea (BA), edição 1, 1846, pág. 81.

<sup>15</sup> Fala do Presidente da Província da Bahia Freitas Henriques, edição 2, 1872, pág. 16; Correio do Brazil (BA), edição 458, 1905, pág.1/2;

O Dr. Alexandre José de Barros Bittencourt para a cidade de Nazaré, Manuel Amado de Souza e João Baptista Correia de Araujo para o abastecimento de Maragogipe.<sup>16</sup>

Em 1874, o Presidente da Província Cruz Machado abriu concurso, a concessionários ou quaisquer outros pretendentes, para o abastecimento a outras localidades, mas nenhum contrato foi feito. Tais empresas não se realizaram, não porque não haja a necessidade, mas devido à crise da praça que embargou as aspirações de qualquer pretendente. Surpreso que pelos grandes resultados obtidos e a aceitação que tem gozado a Companhia do Queimado não tenha incentivado à reunião de capitães e esforços individuais, para o incumbimento deste importante serviço que seriam melhor executados e com maior proficuidade. (Fala do Presidente da Província Cruz Machado (BA), edição 1, 1874, pág. 236)

### **Conclusão**

Oitenta e dois anos (1848 a 1919) de investimentos no serviço de abastecimento d'água não alteraram a percepção popular da má qualidade do serviço.

Estudar a percepção popular deste serviço implica considerar questões técnicas, conduta moral, engajamento político, condições higiênicas e sociais dos envolvidos na gestão do recurso hídrico, composta por um largo espectro disciplinar: de médicos a aguadeiros. O clima de suspeição abrange a todos: médicos são acusados de emitir pareceres que favorecem interesses particulares em detrimentos dos interesses públicos; a Companhia, de fornecer e distribuir apenas sob o intuito de auferir altos lucros; aos seus empregados, que desprezam condições de higiene; e distribuidores Africanos e afrodescendentes, por falta de asseio e atuando como pequenos régulos na distribuição de água.

O Africano, que realiza a revenda da água, atuando no fim da cadeia de distribuição, foi descrito como o propagador das moléstias que atingiam a população que consumia a água por eles distribuída, através do seu descaso no manuseio do líquido ou por falsificação da proveniência. Foi, talvez, o mais fácil de excluir da cadeia, através do incentivo à distribuição domiciliar e pela retirada dos equipamentos dos chafarizes da cidade, onde se juntavam.

---

<sup>16</sup> Pela Lei n. 1212 de 17 de Maio de 1872 foi concedido ao Tenente Coronel Carolino da Silva Tosta, “ou à quem mais vantagens oferecer, privilegio por 50 annos á contar da data do contracto com o Governo da Província para estabelecer chafarizes e abastecer de agua potável a Cidade da Cachoeira e as povoações de S. Felix e Muritiba”. Pela Lei 1219 de 28 de Maio de 1872, “foi o Governo autorizado á conceder ao Dr. Alexandre José de Barros Bittencourt, ou a quem mais vantagens oferecer, privilegio por 50 annos para a construção de chafarizes d’agua potável na Cidade de Nazareth, podendo o empresario para este fim organizar uma Companhia ou associação com direito ás desapropriações, que forem necessárias a realização da obra”. Pela Lei n. 1233 de 13 de Junho do mesmo an foi concedido “à Manuel Amado de Souza e João Baptista Correia de Araujo privilegio exclusivo por 50 annos para o abastecimento d’agua potável na Cidade de Maragogipe por meio de dois chafarizes.”

Gradualmente foram criados, a partir do século XIX, vários espaços de abastecimento: as reservas naturais da cidade, os poços geridos por particulares, a distribuição domiciliar, as “casas de vendagem”, e os chafarizes da Companhia. Enquanto existiram melhorias na distribuição domiciliar, que servia maioritariamente à classe branca dominante, a população pobre, que não tinha recursos para pagar o líquido, e enfrentava resistência à contratação da pena pelo proprietário dos imóveis, que não o habitava, foi gradualmente abandonada e o seu acesso à água restrito e dificultado.

Envolvidos nas preocupações de higiene do século XIX, foi evidente aos “homens da ciencia” a incompatibilidade no protagonismo e exclusividade no desempenho destas funções por corpos Africanos e afrodescendentes, organizando empresas privadas com a responsabilidade da gestão dos serviços de saneamento da cidade: água, esgotos e limpeza. A ideologia e as práticas territoriais aplicadas à gestão do serviço de abastecimento e saneamento separaram territorialmente as classes e raças através da criação de espaços de abastecimento diferenciados a cada contingente, servindo à Companhia privada do Queimado.

As fontes públicas existentes na malha urbana seguem deixadas ao acaso pela Municipalidade e os chafarizes de servidão da Companhia do Queimado foram gradualmente desmantelados do espaço comum, permanecendo apenas as que lhe foram conferidas qualidades artísticas e representativas relevantes, condecorando as praças do Terreiro de Jesus ou a Piedade, evidenciando a ausência de melhorias de infraestrutura para a população pobre.

## **Fontes consultadas**

### **Jornais**

A Verdadeira Marmota: do Dr. Prospero Diniz (BA) 6/12/1851;  
Diário de Noticias, 8/02/1912; 7/05/1892;  
A Noticia (BA) 20/10/1914; 30/10/1914; 8/01/1915; 14/12/1915;  
Maganize Millionaire (NG) 1 Feb/2017 millionaire.ng consultado a 5/05/2019  
Gazeta Médica da Bahia, edição 23, 1891, 3.  
Revista Americana (BA) 27/9/1847 - A. P. Rebouças aos eleitores Bahianos; dezembro 1847, pág. 17;  
O Monitor (BA) ;3/08/1876; 8/04/1878;  
Jornal de Noticias (BA); 25/01/1892; 9/02/1892; 7/05/1892; 30/11/1892; 3/12/1892; 11/01/1898; 14/01/1898;  
Idade D'Ouro (BA): 15/12/1818 n. 99, Suplemento extraordinário.  
A Tarde (BA) 9/01/1915; 11/04/1916; 8/01/1924; 17/01/1924; 16/03/1933; 17/02/1939; 7/08/1990, Caderno 2.  
Correio Mercantil (BA) 29/10/1846; edição 458, 1905, pág.1/2;  
A Manhã (BA) edição 53, 1920, pág 2;  
O Alabama (BA) 12/10/1868  
A Marmota (BA) 31/05/1849  
O Mercantil (BA) 4/12/1845  
Pequeno Jornal (BA)17/03/1890;  
O Imparcial (BA) 21/05/1935  
Correio do Brasil (BA); 23/01/1904; 14/03/1905  
Cidade do Salvador (BA);19/01/1899; 11/03/1900; 11/04/1900; 11/05/1900;

### **Teses acadêmicas:**

DANNEMANN, João Carlos Silveira. Arquitetura da água em Salvador: legitimidade na preservação de fontes e chafarizes públicos. Tese doutoral apresentada no Programa de Arquitetura e

- Urbanismo. Salvador: UFBA, 2018;
- NASCIMENTO, Iris Salles. O espaço do terreiro e o espaço da cidade: cultura negra e estruturação do espaço urbano. Salvador : Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 1989.
- SILVEIRA, Maria Juliana. O discurso de saneamento e a modernização da cidade, Salvador: 1890-1930. FAU-UFBA, 2000.
- SOUSA, Avanete Pereira. Poder local e cotidiano: a Câmara de Salvador no séc. XVIII. Salvador, FFCH-UFBA, 1996.

### **Instituto Histórico e Geográfico da Bahia,**

- BRITO, Saturnino. Saneamento da Bahia (Cidade do Salvador) 1926. Relatório dos projectos por Saturnino de Brito. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1928.

### **Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA)**

- Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial da Bahia na abertura da sessão ordinária do anno de 846 pelo Pres. da Província Francisco Jose de Sousa Soares d'Andrea, edição 1, 1846, pág. 81.
- Fala do Presidente da Província Francisco Gonçalves Martins, edição 1, 1849, pág. 59.
- Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província Alvaro Tibério de Moncorvo e Lima a 14/05/1856 edição 1, 1856, pág. 221.
- Relatório da Tesouraria Municipal, edição 2, 1856, pág. 51.
- Fala do Presidente da Província João Lins Sinimbu, edição 1, 1857, pág. 127.
- Relatório do 1.º Vice-presidente da Província da Bahia João Lins de Sinimbu por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província a 17/05/1858, edição 2, 1858, pág. 21/22.
- Fala do Presidente da Província Paes Barreto a 15/03/1859, edição 1, 1859, pág. 109, 110.
- Fala do Presidente Ferreira Penna, edição 1, 1860, pág. 3/75, 126/128.
- Fala recitada na abertura d'Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província Antonio da Costa Pinto, edição 1, 1861, pág. 108.
- Relatório apresentado por Joaquim Antão Fernandes Leão no acto de passar a administração da Província, edição 4, 1861, pág. 20.
- Relatório com que Joaquim Antão Leão passou a administração da Província da Bahia a Antonio Coelho Sá e Albuquerque, 30 setembro de 1862, edição 2, pág. 54, 1862.
- Relatório do Presidente da Província Gonçalves Martins a 15/04/1871 edição 3, pág. 7, 1871.
- Fala do Presidente da Província da Bahia Freitas Henriques, 1/03/1872, edição 1, 1872, pág. 127. Edição 2, 1/03/1872.
- Fala do Presidente da Província Cruz Machado, edição 1, 1874, pág. 236;

### **Acervo da Bibliotheca Gonçalo Moniz - Faculdade de Medicina da Bahia**

- AZEVEDO, Thales de. Os médicos e a antropologia brasileira. Anais Academia de Medicina da Bahia, Salvador-Bahia, v. 2, p. 139-178, Jun/1979.
- CARTEADO, Maria de Fátima Dias; Serviço de águas e esgotos em Salvador: trajetória institucional. Salvador Bahia: UFBA - Mestrado em Administração, 1993.
- PACHECO, Genésio, Algumas sugestões ao Governo da Bahia sobre os serviços de abastecimento d'água á Capital do Estado e outras questões de hygiene", Instituto Oswaldo Cruz (Manguinhos), Bahia, 1924;
- GOUVEIA, Almeida Os 150 anos da Faculdade de Medicina da Bahia - achegos e reflexões. Salvador-Bahia, Jul/1987, Anais da Academia de Medicina da Bahia, Vol. 7, pp. 85-116.

### **Teses:**

- ALMEIDA, Luis de Oliveira. Hygiene dos pobres. Bahia: Typ. do Salvador - Cathedral, 1908.
- BRITTO, Marinonio de Freitas; A libertinagem e seos perigos relativamente ao Physico e moral do Homem. Bahia: Typ. de Vasco Carneiro d'Oliveira Chaves, 1853.
- CAMPOS, Manoel Ludgero de Oliveira. Em que consiste os temperamentos? é possível modifical-os, transformal-os, destruil-os? Quaes os meios hygienicos? Bahia: Typ. do Diário, 1873.
- CARDOZO, Emiliano de Olinda; Influencia da civilização sobre o desenvolvimento das afecções

- nervosas. Salvador: Bahia: Typographia de Antonio Olavo da França Guerra, 1857.
- CARNEIRO, Ernesto. Relações da Medicina com as scienias Philosophicas. Salvador: Bahia: Typographia de Antonio Olavo da França Guerra, 1864.
- COSTA, Veríssimo Gomes da. Contribuição ao estudo da Hygiene das ruas. Bahia: Livraria e Typ. do Commercio, 1925.
- MARQUES, Umbelífera Heráclito Muniz. Hygiene Pedagógica. Bahia: Imprensa Economia, 1886.
- PIMENTEL, Ignacio Luis. Casamentos Illegitimos diante da hygiene. Salvador-Bahia:Typographia Poggetti de Tourinho & C.<sup>a</sup>, 1864.
- REIS, Arnaldo Moreira. Sobre hygiene do solo urbano. Bahia: Estabelecimento dos Dois Mundos, 1919.
- REGIS, Pedro Tito. Duas palavras sobre a Provincia da Bahia, Breve memoria sobre seo clima, e molestias, que mais frequentemente acommettem a seos habitantes. Bahia: Typ. de José da Costa Villaça, 1845.
- SILVA, Octavio Torres da. A cidade do Salvador perante a Hygiene. Bahia: Typographia Moderna 1908.
- FALCÃO, Edgard de Cerqueira; A Febre typhoide na cidade de Salvador. Estudo epidemio-Prophylactico. Bahia: Imprensa Official Estado,1926;

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procurámos as informações disponíveis da Companhia do Queimado no período da sua atuação 1852-1905, com o objetivo de reconhecer articulações e suas consequências sociais na cidade. Por ser uma entidade que manejava um dos mais importantes recursos naturais da cidade, a água, foram vastas as contribuições indiretas relativas ao serviço em jornais de época, em trabalhos médicos e técnicos, que ajudaram a remontar a atuação da Companhia, apesar da escassez de documentação própria. Em quatro capítulos explorámos as contribuições da Companhia em diferentes vieses, urbano, institucional, científico e social, com o objetivo de entender os impactos do serviço na cidade.

No capítulo 1 enfocamos as articulações urbanas para acesso e captação d'água anteriores à implantação do serviço da Companhia, entendendo as alterações e permanências que decorreram na captação com o início das atividades. A dificuldade de acesso à água inscreveu especificidades territoriais em Salvador que a partir da ocupação colonial sempre articulou a distribuição d'água na forma de venda, primeiro de poços particulares, depois desenvolvendo um processo exploratório escalonado pela Companhia. Da exploração econômica da água resultaram espacialidades diferenciadas, agravadas, polarizadas e discrepantes entre o serviço da pena domiciliar e a instalação das, genericamente denominadas, “estações de vendagem”, que iniciaram novos formatos de venda: os chafarizes e as “casas de vendagem”, instaladas para o abastecimento a quem não podia pagar pelo serviço domiciliar.

A última variante formalizou uma tipologia particular de venda de Salvador fruto da resistência da Companhia em investir em infraestrutura para os que não podiam pagar pelo serviço domiciliar, seu serviço predileto porque lhe auferia maiores lucros. A falta de investimento para o abastecimento da pobreza originou uma incompatibilidade imprevista na instalação dos equipamentos dos chafarizes: a manutenção da dependência da distribuição efetuada pelo distribuidor Negro, o Aguadeiro. Atuando nos equipamentos monumentais, importados da Europa, que pretendiam demonstrar a modernização da cidade, o uso para abastecimento da população e a presença do aguadeiro nestes locais, de acordo com a ideologia da época, constituiu um obstáculo à construção da imagem moderna da cidade que se pretendia apresentar como apelativa à emigração europeia. Deste “inconveniente” desenvolveram-se forçosamente espaços alternativos para esta função, marginais na malha urbana, deslocando os aguadeiros dos espaços centrais dos chafarizes.

A Companhia Beberipe de Recife desenvolveu um processo de abastecimento semelhante ao de Salvador, no entanto, na especificidade das “casas de vendagem” é notória a



defasagem deste equipamento quando comparado ao de Salvador. Se em Recife foram construídos espaços de raiz, em Salvador foram instalados em espaços subalugados, pouco conhecidos ou divulgados na literatura. Instalados em espaços resultantes da subdivisão das casas senhoriais do séc. XIX, em condições de apenas uma porta e janela, um torniquete que controlava o acesso, guarda e a torneira da Companhia, nestes espaços se debruçaram as preocupações dos médicos que denunciaram a precariedade higiênica do serviço focando, mais uma vez, não no serviço da Companhia, mas nos seus utilizadores.

A problematização do serviço domiciliar é fundamental para entender o processo que levou ao encampamento da Companhia. Foi a restrição d'água neste serviço, que afetou a elite, que obrigou a intervenção Municipal no serviço. Apesar da frequente inconstância do abastecimento, os investimentos na nova captação justificaram a solicitação do aumento da tarifa que encontrou resistência e oposição popular. A Companhia usufruirá do seu privilégio de distribuição para orquestrar a disponibilidade do serviço utilizando esta prática para atingir os mais fortes, demonstrando a dependência do abastecimento da cidade e obrigando ao reconhecimento da sua importância, num jogo de privações e negociações que motivará a intervenção Municipal para a aquisição do serviço.

No capítulo 2 resgatamos através das publicações de jornais da época e trabalhos técnicos as principais problematizações técnicas do funcionamento da Companhia, sua formação, dificuldades técnicas e intervenção Provincial e Municipal na discussão dos privilégios e sistema concorrencial do serviço. Progressivamente o sistema técnico de captação se complexificou com a ampliação dos locais de captação, reconhecendo o gradual processo de condenação do dique do Queimado, inicial grande coletor alterado e ampliado por Theodoro Sampaio. A perda da sua importância, como reservatório central, inicia o processo seu de marginalização e abandono.

O alargamento da captação resultou de uma estratégia que compatibilizou a higiotecnia com a distribuição racial da cidade, como demonstram os trabalhos do engenheiro Theodoro Sampaio e do sociólogo Donald Pierson. No estudo racial de Pierson, ele não só problematizou o mulato, demonstrando a possibilidade da ascensão social, nomeando o exemplo de Theodoro Sampaio, “um prêto de destaque”, como uma especificidade racial da cidade, evidenciando o carácter local das expressões e derivações de raça e, conseqüentemente, do racismo. Através de uma leitura cruzada dos dois trabalhos, um técnico e outro social, comprovamos a coincidência espacial entre a estratégia da subdivisão técnica altimétrica de Theodoro que (re)produz a diferenciação clara de investimento no serviço de captação e distribuição baseado em distinções de raça e classe social manejando o serviço consoante a distribuição altimétrica da população

que Pierson descreveu ser também ela distinta racialmente. Privilegiando a captação nova para a cidade alta, onde residia a elite, um sistema de reservas complementares assegurava o perfeito e pleno abastecimento. Enquanto a altimetria média e baixa, onde habitavam as camadas em ascensão e a baixa, em convívio tenso, continuaram abastecidos pelo antigo sistema. Novamente, as exceções falam muito, nomeadamente com a exceção dada aos Bairros do Rio Vermelho e Barra, localizados em altitude baixa, mas que por ser habitado pela elite, tiveram acesso à nova captação, demonstrando o social, de Pierson, interferindo na leitura técnica, de Theodoro Sampaio.

A represa do Queimado, destinada ao abastecimento ao cais, tomou um destino desconhecido, do qual apenas se conhece o seu desfecho: a sua condenação e desaparecimento. Este processo de gestão demonstra como a distribuição d'água participou no processo de redefinição de status social no período da transição Colonial para o Republicano, quando foram oferecidos diferentes serviços de abastecimento, que privilegiaram as melhores condições para a elite branca localizada nos espaços mais altos da topografia da cidade, sendo salvaguardadas também as exceções em áreas litorâneas, também privilegiadas.

O capítulo 3 ganhou autonomia pela relevância das perspectivas médicas guardadas nos trabalhos da Faculdade de Medicina da Bahia. Participantes ativos nas instituições de higiene, os seus lentes desenvolveram não só relatos da sociedade contemporânea, descrevendo suas mazelas, como também se preocuparam com a qualidade das águas do Queimado, produzindo trabalhos que compararam a água do Queimado com a das fontes da cidade, da distribuída em Recife, e discutindo a infraestrutura de captação como no caso da fonte de Itaparica. Acompanhando o desenvolvimento e a interpretação dos parâmetros de comparação das análises, desenvolvidos em instituições europeias, todas, como constatámos, consideraram as águas do Queimado como de baixa qualidade.

Uma vez que o contrato previa multa para o incumprimento da obrigatoriedade de servir água de qualidade à cidade, era necessário provar tecnicamente a sua (falta) de qualidade, e sobre este entendimento decorrerão interpretações e polémicas na classe médica que ajudam não só a entender o engajamento médico na proteção dos interesses da Companhia, como acompanhar a evolução do conhecimento científico, físico, químico e bacteriológico das análises, que desenvolveram novas metodologias e acompanharam descrições precisas do serviço. A incapacidade da ciência em justificar com clareza os resultados desafiava a experiência empírica popular, insatisfeita com a qualidade da água que contestava seus resultados.

No capítulo 4 foi necessário entender as implicações sociais que a instalação da Companhia no trabalho do Aguadeiro, visto que sua relevância no abastecimento foi mantida para todos aqueles que não podiam pagar pelo serviço de pena domiciliar. No entendimento científico da época o seu corpo acarretará a degeneração, a doença e a imoralidade nos costumes e sobre ele cairá a primeira intervenção Municipal, não só restringindo a liberdade pessoal de ocupação de locais públicos, como restringindo gradualmente a sua imprescindibilidade na distribuição, conseguida pelo gradual processo de cerceamento e retirada de locais de captação. A constituição do serviço emergencial de carroças Municipais, para enfrentar o longo período de escassez do recurso, e as restrições impostas pela Companhia foram combatidas através de medidas que, novamente, foram contra os Aguadeiros, com a organização de um serviço Municipal que subcontratava a mão de obra. Retirando-lhes a faculdade de trabalhador por conta própria. As descrições e queixas da fraca adesão dos Aguadeiros ao serviço de carroças, de adesão ao serviço terceirizado, demonstra a luta e resistência afrodescendente pela melhoria de condições trabalho e como o Município, que não conseguindo baixar o preço do serviço da Companhia, atinge o seu objetivo através da retirada do lucro do seu distribuidor, em mais uma iniciativa de restrição do aguadeiro à água que acompanhou a restrição do fornecimento d'água potável nos espaços públicos da cidade.

Foi evidenciado ao longo do trabalho a ausência permanente da construção de infraestrutura para as camadas pobres, que, na especificidade de Salvador, coincidiu com parâmetros diferenciatórios de raça, classe, camuflada pela ascensão do mulato, que maneja sistemas diferenciados de abastecimento. Todos os que não tinham a capacidade de adquirir o serviço de abastecimento domiciliar foram excluídos e privados do serviço face o descaso Provincial/Estadual em beneficiar as fontes públicas, capacitando-as de condições para participarem no abastecimento, ou de qualquer outro equipamento para serviço d'este grupo.

Este trabalho pretendeu revelar relações urbanas intrinsecamente relacionadas com as construções sociais e raciais de expressões quotidianas ainda invisíveis, que parecem “cegar por tanto se ver”, com usos naturalizados, que colaboram à manutenção da desigualdade territorial. O racismo e a desigualdade social estrutural no Brasil é visível quando descortinamos estas evidências que atuam dentro na normalidade quotidiana. A Academia deve contribuir neste processo de denúncia explorando novos parâmetros e vertentes discriminatórias para as quais o espaço urbano, como contingente cultural, deve ser observado com olhar crítico e minucioso.

Quanto à motivação inicial deste trabalho, a necessidade de entender as grades existentes nos espaços dos chafarizes, compreendemos que a sua instalação remonta à implantação colonial do sistema de venda da Companhia, servindo de controlo de entrada e

saída dos Aguadeiros que aí pagavam a taxa de abastecimento. Apesar de no início do século o serviço ter sido transferido para o Município, que realizou importantes alterações nestes locais, tendo estes equipamentos deixado de vender água, a manutenção do gradeamento compreende-se hoje pela salvaguarda das qualidades artísticas dos equipamentos que, pela sua inadequação ao ambiente social e urbano necessitam estes elementos para proteção a depredações. Esta condição de inapropriação da comunidade aos seus monumentos coloca em causa não só o significado destes como problematiza identidade e identificação cultural. Esta circunstância que permaneceu de uma condicionante econômica hoje encontra-se generalizada a equipamentos importados como os sobreviventes chafarizes e monumentos produzidos localmente, como o “Cetro da Ancestralidade” de Mestre Didi, localizado na rua da Paciência no bairro do Rio Vermelho, que recebeu recentemente uma vedação idêntica à existente nos espaços dos chafarizes. Entendendo que a visitação do passado não é só importante para conhecê-lo como é também essencial para não repetir os erros, é urgente problematizar a defesa dos espaços de representação da cidade sob novas soluções e perspectivas.

Por equacionar ficaram outras performances econômicas surgidas na segunda metade do séc. XIX, como a compreensão química da água que possibilitou não só distinguir as águas potáveis das minerais, como o surgimento de uma indústria de produção de águas que alimentou o mercado com falsificações de águas europeias. Interessa também acompanhar o processo de decadência da represa do Queimado decorrente da reestruturação do abastecimento de Theodoro Sampaio, quando saiu do foco de captação e perdeu a alimentação através das outras represas que passaram a funcionar em sistema autônomo, iniciando um processo que a relegou a um espaço proliferador de epidemias, estudado pela Fundação Rockefeller no início do séc. XX.

Do processo de tombamento pelo IPHAN, iniciado no final da década de 80, pela Fundação Memória da Água liderada por Astor Lima, interessa não só entender o significado do tombamento do Parque do Queimado no contexto da construção e reconhecimento de novos patrimônios nacionais como as repercussões desta proteção para o local.

## Capítulo 1 – Lugares de contraste do séc. XIX em Salvador.

### Anexo 1 – Os chafarizes do primeiro contrato da Companhia do Queimado, 17/01/1853.

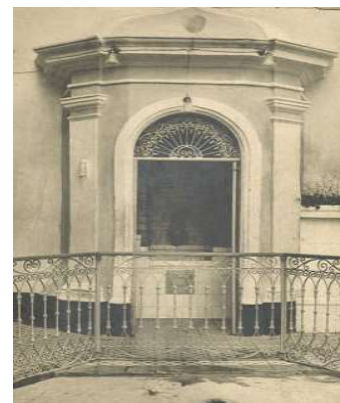
De acordo com o Termo de contrato celebrado com o Governo da Província pelos D.r.s Francisco Antonio Pereira Rocha e Bernardino Pereira Pires segundo a autorização outorgada pela Lei Provincial, Art.º 451, de 17 de junho de 1852, a Companhia se obrigou a construir cinco chafarizes na cidade baixa, e sete na alta, “cada um d’elles quatro bicas com torneiras nos logares”:

O 1.º em frente do quartel de cavalaria, em Água de Meninos e collocado na direcção do eixo d’esse quartel, e no meio do vão entre sua porta principal e o cais interno e fronteiro.



Camillo Vedani. Vista Geral do bairro Água de Meninos, c. 1860. Salvador, Bahia / Acervo IMS;

O 2.º em frente da Matriz do Pilar, e sobre a perpendicular levantada ao meio do ultimo detrás do adro, e no aformosamento d’esta linha com a do eixo da Igreja do Haipiais.



Altar e fonte de Santa Luzia. Fonte: Relíquias da Bahia

Não se encontraram vestígios ou referência ao chafariz da Companhia. A Igreja, Nossa Senhora do Pilar, construída em 1756 tem como especial devoção a de Santa Luzia, padroeira dos deficientes visuais. Tem como particularidade a privatização de uma fonte que considera ter águas sagradas. Apesar da descrição da localização do Chafariz a instalar ser precisa, não se encontram registros da colocação deste. A fonte, hoje altar de Santa Luzia era uma fonte existente no local, outrora servira para a abastecimento de naus e caravelas. Provem da canalização realizada na contenção da encosta para a implantação do templo. No dia 13 de dezembro os devotos buscam a água da fonte milagrosa para sarar as suas doenças, principalmente relacionadas aos olhos, uma vez que esta igreja é dedicada a uma das virgens-mártires que sofreu o martírio de ter os olhos arrancados.

3.º no Largo da Praça do Comércio, e sobre o eixo tirado pela porta principal da mesma Praça, e no meio da parte d'esse eixo interceptada pelas duas alas de arvores proxivamente paralelas a frente dos edificios da Praça.



Chafariz da Praça do Comércio, inaugurado a 8 dezembro de 1865. Foi recolocado em Nazaré por volta do início do século XX.

O 4.º em frente da escada da rua interna do Mercado e no meio do vão entre o parapeito da escada e o alinhamento da frente do mar do Mercado.



O 5.º em frente da Matriz da Conceição na linha tirada do meio do Portão da Matriz ao meio do portão do Arsenal, e no meio do vão entre o ponto em que essa linha foi interceptada pelo prolongamento da frente municipal da casa que é hospital da Marinha, e a frente da gradaria do Arsenal.



Na Cidade alta:

[...] o 1.º no largo da Cruz do Paschoal.



Não foram encontradas referências a este chafariz.

O 2.º deverá ser na rua da Valla em frente da Travessa que a comunicação com a baixa dos Sapateiros: este chafariz poderá ter de dez a oito palmos de lado ou de diametro.

Não foram encontradas referências a este chafariz.

O 3.º deverá ser na Praça do Terreiro.

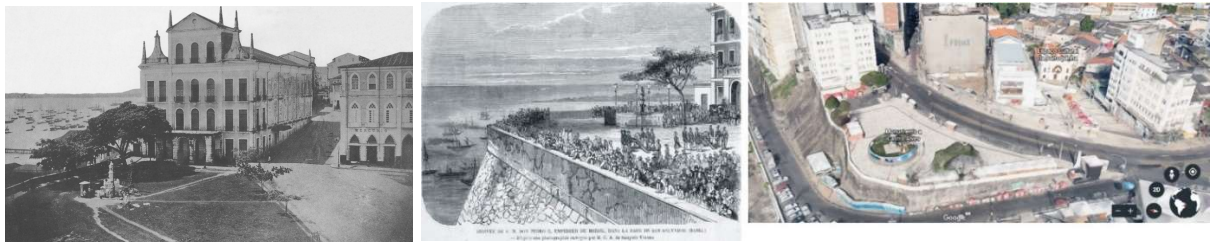


Guilherme Gaensly, 1870-1880. Salvador, Bahia / Acervo FBN; Benjamin Mulock. Catedral Basílica, c. 1859. Salvador, Bahia / Acervo IMS

O 4.º deverá ser no centro da quitanda de Guadalupe excluída a parte d'ella que será ? pela rua da Valla.



O 5.º deverá ser no largo do *Theatro*, e no centro da figura formada por uma mestra de pedras que lá existe dentro do recinto das arvores, que ficam entre a rua de transito e o mar.



O 6.º deverá ser na Praça da Piedade, e collocado no centro da figura irregular que ficar no meio da Praça depois de tiradas as ruas em volta d'ella, cujos lados deverão ser paralelos as casas, e supposto logo um lado da Praça alinhado pela casa da quina da sua do portão, no largo da Piedade.



Gaensly, Guilherme, 1843-1928. Referência: brasileira fotográfica

O 7.º será no largo do Acciolis, no lugar mais espaçado, o qual não se designa ao certo por depender ainda do arranjo d'aquelle largo.



Em 1860, além dos doze chafarizes contratados com o Governo, mais três se assentaram, sendo um na rua direita da Mouraria, outro na Saúde, e o terceiro no largo da Povoação da Barra. (Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA) – 1860)

Na transcrição de escritura descrição de bens constantes no contrato da Companhia do Queimado a 30 set 1905, são identificados 22 chafarizes:

Quadragesima terceira - Todos os chafarizes com os seus pertences, que a outorgante passou a saber: um no Largo da Quitandinha do Capim, um no Largo da Conceição do Boqueirão; um no Terreiro, um no Cais de S. João, um no Largo da Conceição da Praia, um no Largo da Mouraria, um no Largo da Saúde, um na praça José de Alencar, um na praça quinze de Novembro, um no Largo da Água de Meninos, um no Largo da Lapinha, um no Largo do Pilar, um na Praça dos Veteranos; um no Largo do Commercio, um na Baixa do Bomfim, um no Largo do Bonfim, um no Largo do Rosário de Itapagipe, um no largo da Ribeira de Itapagipe, um no largo da Bôa Viagem, um na praça treze de Maio, um na Praça Castro Alves e um no Largo dois de Julho. (transcrição de escritura descrição de bens constantes no contrato da Companhia do Queimado a 30 set 1905)

**Anexo 2 – Relação entre a expansão predial e estabelecimentos de negócios em Salvador (1895-1930).**

ANOS	DISTRITOS CENTRAIS														DISTRITOS PERIFÉRICOS										
	CONCEIÇÃO		PILAR		SÉ		PAÇO		S.PEDRO		SANTANA		NAZARÉ		MARES		PENHA		VITÓRIA		BROTAS		S.ANTÔNIO		
	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	P
1895	471	711	837	270	1006	150	642	94	1939	131	2481	101	-	-	703	55	1558	84	2072	82	1114	34	2527	111	
1900	473	822	897	343	1014	228	590	191	1951	183	1646	90	977	57	1098	77	1863	104	2720	119	1320	62	2910	142	
1905	468	850	899	366	1027	469	655	199	1958	266	1621	105	1058	76	1184	85	1950	119	2984	154	1425	66	3069	171	
1910	471	814	984	389	1036	352	650	270	1950	218	1643	108	1110	83	1539	118	2408	148	3759	179	1749	71	3750	218	
1915	453	901	1043	394	974	307	639	289	1862	221	1712	99	1145	100	1644	135	2534	136	3952	192	2463	93	4162	246	
1920	425	988	1002	453	951	410	648	320	1831	305	1722	109	1174	93	1774	152	2528	133	4270	202	2607	84	5506	231	
1925	424	1060	1039	394	966	518	663	365	1846	310	1764	121	1231	84	2080	155	2702	145	4819	202	2967	88	6355	241	
1930	436	1090	1070	424	949	684	684	342	1864	306	1822	119	1290	89	2411	180	2904	137	5332	221	3448	108	7110	284	

Referência: (SANTOS,1990, 24)



**Anexo 3 – Aprovado em conformidade da 2ª parte da 1ª condição do contrato em 17/01/1853. Palácio do Governo da Bahia 10 de fevereiro de 1854. João Maurício Wanderley.**



Referência: Arq. Púb. da Bahia. Plantas, Biblioteca Francisco Vicente Vianna. Planta nº 353;

**Anexo 4 - Preços da água nos chafarizes e “Casas de Vendagem” da Companhia do Queimado**

Ano	Preço do barril (20l)	Referência
<b>Poços de particulares e fontes públicas:</b>		
Até 1852	“Só se paga por ela o trabalho da condução”	(VILHENA, 1799, 109)
1853	“os quais poderão vende-las como até aqui, pelo modo e preço que lhes convier.”	(SAMPAIO, 1910, 5)
<b>Nos chafarizes e casas de vendagem: contrato de 17 de junho de 1853</b>		
1852	20 réis o pote, ou barril de três canadas Os Estabelecimentos públicos pagão menos um terço, isto é, dez réis por barril, segundo o contrato	Contrato da Cia no ano de 1852;
1857	20 réis por barril	Fala da Presidência a 7/01/1857.
1859	Grátis ao jardim público	Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA) - 1859
1860	15\$000 por barril	Relat. Dos Trab Cons Inter. Gov. Ba, 1860, edição 1, pág. 75.
<b>Renovação do contrato da Companhia (1870)</b>		
1870	20/30 reis (?)	Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA), 1871, 17 de junho de 1870.
1870	Máx. 15 réis por barril de 3 “cannadas”	Art. 8 - Termo de renovação do contrato autorizada pelo art. 11 da Lei Provincial n 1131 de 17 de Junho e 1870
1879	Gratuidade aos estabelecimentos pios de cem barris gratuitos diariamente	Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA) – 1880, edição 1, pp 34.
1880	Gratuidade a todos os estabelecimentos públicos mantidos pela província	Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA) – 1880, edição 1 pp76)
1890	20 reis ao barril * <sup>1</sup>	Pequeno Jornal (BA), 14 março 1890
1899	Máx. 100 reis ao barril de 20 litros	Livro de Posturas Municipais n.º 30-A de 20 de janeiro de 1899
1904	80 L = 400 réis, podendo subir em épocas de seca a 1\$500 e a 2\$000. réis	(SAMPAIO, 1910, 8)
1908	500 e 1000 réis	(SILVA, 1908, 26)

<sup>1</sup> Violação ao contrato: “O aumento de 10 reis em cada barril é uma violação do ultimo contracto que prorrogou o praso da companhia do Queimado, pelo que chamamos a attenção do sr. dr. governador do estado.”

## Anexo 5 - Preços praticados pela Companhia do Queimado para abastecimento domiciliar.

### No abastecimento domiciliar de Salvador

1860	taxa única de 9\$000 mensais	Relat. Dos Trab. Conselho Interino de Governo (Ba), edição 1, pág. 75, 1860.
A partir de 1890	“Paguem unicamente o que consumirem” (Luiz Tarquinio)	Pequeno Jornal (BA), 18/03/1890
1898	13\$000 (PROPOSTO)	Cidade do Salvador 17/05/1898
1908	12\$000	(SILVA, 1908, 23)
1904	12\$000 (o mínimo o abastecimento a domicilio por cargueiro de 80L)	(SAMPAIO, 1910,8)
1912	12\$000 por penna	Gazeta de Noticias (BA), 27/09/1912
1915	vintém	A Tarde (BA), 9/01/1915

O abastecimento de água no Rio de Janeiro, por decreto de 25 de novembro de 1894 taxou cotas fixas anuais para o suprimento obrigatório da água, sendo grátis o consumo para imóveis de valor locativo até 60\$000. (Almanak Laemmert (RJ), 1888, pág. 24)

#### *Classificação taxa para suprimento obrigatorio da agua*

Classe	Valor locativo	Taxas anuais
1ª.....	Até..... 60\$000	Gratis.
2ª.....	De 60\$100 a 300\$000	12\$000
3ª.....	De 300\$100 a 600\$000	24\$000
4ª.....	De 600\$100 a 1:000\$000	36\$000

Estas taxas são pagas com a decima urbana nos mezes de Abril e Outubro do anno civil que de 1888 em diante regula com o financeiro.

## Anexo 6 – Contrato Companhia do Queimado 17 de Janeiro de 1853

“Termo de contrato celebrado com o Governo da Provincia pelos D.rs Francisco Antonio Pereira Rocha e Bernardino Pereira Pires segundo a autorização outorgada pela Lei Provincial, Art.º 451, de 17 de junho de 1852 para o fim abaixo declarado. Aos 17 dias do mez de Janeiro de 1853, n’ esta Leal e Valorosa Cidade da Bahia e Palacio do Governo da Provincia, perante o Ex. mo Senhor Presidente da mesma compareceram os Doutores Francisco Antonio Pereira Rocha, e Bernardino Ferreira Pires, formando Companhia, para assignarem o presente contracto, celebrando o mesmo Governo segundo a autorização outorgada pela Lei Provincial, art.º 451, de 17 de Junho de 1852 para o fornecimento de água potável, tanto para a Cidade baixa, como para a alta (extraída do açude e vertentes do Queimado, segundo as propostas por elles apresentadas) sobre as bom mencionadas na referida Lei, com as declarações seguintes:

1º- A Companhia que os menciona dos Cidadãos têm organizado (segundo os estatutos, que correm impressos), fará construir para o dicto fim, cinco chafarizes na cidade baixa, e sete na alta, tendo cada um d’elles quatro bicas com torneiras nos logares seguintes. O 1.º em frente do quartel de cavalaria, em Água de Meninos e collocado na direcção do eixo d’esse quartel, e no meio do vão entre sua porta principal e o cais interno e fronteiro. O 2.º em frente da Matriz do Pilar, e sobre a perpendicular levantada ao meio do ultimo degrás do adro, e no crusamento d’esta linha com a do eixo da Igreja do Haipiais. O 3.º no Largo da Praça do Comércio, e sobre o eixo tirado pela porta principal da mesma Praça, e no meio da parte d’esse eixo interceptada pelas duas alas de arvores proximamente paralelas a frente dos edificios da Praça. O 4.º em frente da escada da Praça de S. João na direcção do eixo da rua interna do Mercado e no meio do vão entre o parapeito da escada e o alinhamento da frente do mar do Mercado. O 5.º em frente da Matriz da Conceição na linha tirada do meio do Portão da Matriz ao meio do portão do Arsenal, e no meio do vão entre o ponto em que essa linha foi interceptada pelo prolongamento da frente municipal da casa que é hospital da Marinha, e a frente da gradaria do Arsenal. O 1.º chafariz d’Água de Meninos terá a base circular e poderá ter de diametro de dez a doze palmos mesmo deverão ter o do Pilar e o da Praça do Commercio e do caes da Praça de S. João deverá ter seis a oito palmos de diametro e o da Praça da Conceição o mesmo. Os

chafarizes da Cidade alta deverão ser: o 1.º no largo da Cruz do Paschoal. O 2.º deverá ser na rua da Valla em frente da Travessa que a comunicação com a baixa dos Sapateiros: este chafariz poderá ter de dez a dôze palmos de lado ou de diametro. O 3.º será na Praça do Terreiro, e deverá ter de quatorze a vinte palmos de face ou de diametro. O 4.º deverá ser no centro da quitanda de Guadalupe, excluida a parte d'ella que será absorvida pela rua da Valla. O 5.º deverá ser no largo do Theatro, e no centro da figura curvilinea formada por uma mestra de pedras que lá existe dentro do recinto das arvores, que ficam entre a rua de transito e o mar. Este chafariz poderá ter de diametro ou de face de doze a quatorze palmos, ou mesmo ser um polygono inscripto a um circulo de 16 palmos de diametro. O 6.º deverá ser na Praça da Piedade, e collocado no centro da figura irregular que ficar no meio da Praça depois de tiradas as ruas em volta d'ella, cujos lados deverão ser parallelas as casas, e supposto logo um lado da Praça alinhado pela casa da quina da sua do portão, no largo da Piedade. O chafariz da Piedade poderá ter de lado ou diametro de 14 a 16 palmos. O 7.º será no largo do Acciolis, no lugar mais espaçoso, o qual não se designa ao certo por depender ainda do arranjo d'aquelle largo. A planta dos chafarizes será approvada pelo Governo. Todas estas obras deverão achar-se concluidas improrrogavelmente dentro de cinco annos a contar da data d'este contrato.

2.º a Companhia não poderá vender agua por mais de vinte reis o pote, ou barril de tres canadas. Esta prohibição se não estende aos particulares que tiverem agua em suas casas ou roças, os quais poderão vende-las como até aqui, pelo modo e preço que lhes convier.

3.º A Companhia não pagará imposto algum nem mesmo Municipal, estabelecido ou que se haja a estabelecer pela licença para a construção dos chafarizes e mais obras precisas, sendo unicamente obrigada a repôr em seu mesmo estado em que se achavam as calçadas que desmanchar, e as ruas por onde passar o encanamento, bem como os terrenos e edificios publicos e particulares em que se encontrem quaisquer trabalhos da empresa.

4.º o Governo ordenará, na forma das Leis, a desapropriação quando esta for necessaria para a realização das obras da empresa, sendo a indemnização paga pela Companhia.

5.º A Companhia é garantido o direito de usufruir as suas obras por espaço de trinta annos, contados do dia da conclusão das mesmas (marcada no art.º 1º) depois das quais somente poderá ser desapropriada, si ao Governo convier, pagando-lhe este apenas o capital que tiver desembolsado para levar a effeito as ditas obras, excluindo portanto toda e qualquer despesa com reparos e concertos e reformas durante os trinta annos. Ficam applicaveis aos que as destruirerem ou danificarem, as mesmas penas que o Codigo Criminal inflige aos que mutilam ou damnificam monumentos publicos.

6.º Os Empresarios ficam com direito de arrendar os anneis ou pennas d'água pelo preço e tempo que lhes convenha, nunca excedendo porem este de praso marcado no artigo precedente.

7.º Além dos chafarizes fixados no art.º 1.º poderá a Companhia construir outros nos logares em que as necessidades publicas os reclamarem, e bem assim casas de banho sob a inspecção da Policia, ficando para esse fim autorisada a encanaras aguas do Riacho Negrão – rio Camorogipe, e da Fonte da Telha mediante a indemnisação dos particulares, que por tal motivo forem prejudicados etc.

8.ª A Companhia dará gratuitamente toda a agua que fôr precisa para alimentar torneiras de segurança contra incendios, as quaes serão collocadas nos edificios publicos, a saber Alfandega, Arsenal, Theatro e Palacio do Governo, não devendo as mesmas funcionar senão em caso de fogo, s sendo os respectivos encanamentos a custa do Governo. Em caso de incendio, quer nos edificios publicos, quer nos particulares, a Companhia fornecerá gratuitamente toda a agua dos seus chafarizes.

9.ª Tambem se obriga a fornecer toda a agua que fôr precisa para as officinas do Arsenal da Marinha, e para uso do pessoal do mesmo e d'Alfandela assim como para aguada dos Navios de Guerra Nacionais, recebendo uma terça parte menos do preço porque arrendar iguaes anneis

ou pennas d'água aos particulares (nunca excedendo do calouto de vinte reis por barril), devendo porém ser taes encanamentos parciais a custa do Governo.

10.<sup>a</sup> Se houver sufficiente agua cedera tambem a Companhia, para ser indemnizada com o mesmo abatimento, o que fôr precisa para um chafariz de uso interno no Passeio Publico, que será construido a custa da Provincia, e para os que vierem a ser indispensaveis em outros estabelecimentos publicos,

11.<sup>a</sup> Para que sejam effectuadas as obras projectadas concorrerá a Provincia por emprestimo a Companhia com a quantia de cento e cinquenta contos de reis, que se realizará dentro em tres annos, entregando-se a Companhia cincoenta contos de reis nos primeiros seis mezes, seguindo as forças do cofre Providencial, e o restante em prestações iguaes de mez em mez. No caso porem, que por escassez da receita ou arrecadação ou por qualquer outro inconveniente não possa haver exactidão nos pagamentos que ficam marcados, terá a Companhia direito de prolongar o praso de cinco annos que lhe fôra concedido para realisação das obras contractadas, por tanto tempo, quanto fôr a demora da Thesouraria em cumpri-los sem isso incorrer em multa alguma.

12.<sup>o</sup> Este capital não vencerá juros e será pela Companhia restituído e pago a Provincia dentro de fez annos a contar do 1.<sup>o</sup> dia em que começar a servir de todos os chafarizes na forma do art. 1.<sup>o</sup>, em prestações annuaes de quinze contos de reis.

13.<sup>o</sup> Para garantia do emprestimo e ratificação d'elle, na forma acima indicada, a Companhia prestará na Thesouraria Provincial fiança idonea até que estejam concluidas examinadas e approvadas pelo Governo as obras declaradas no art.<sup>o</sup> 1.<sup>o</sup> depois do que cessará a fiança, ficando as mesmas obras hypothecadas aos cofres Provinciaes até real emboles tanto de emprestimo, como das multas em que incorrer.

14.<sup>o</sup> A Companhia apresentará dentro do praso marcado no art.<sup>o</sup> 1.<sup>o</sup>, concluidas e em exercicio todas os dôze chafarizes contractados pagando a multa de um conto de reis por cada mes que exceder o dito praso.

15.<sup>o</sup> A Companhia dará começo a obra seis mezes depois do recebimento da primeira prestação de cincoenta contos de reis, e por cada mez de demora pagará a multa de um conto de reis. 16.<sup>a</sup> Se por culpa da Companhia deixar de haver agua nos chafarizes, pagará ella uma multa de dez mil reis diarias por cada chafariz em que faltar.

17.<sup>o</sup> No caso de que a Companhia não entre com as prestações a que está sujeita na epochas designadas no art.<sup>o</sup> 12, essa quantia vencerá o juro de um por cento, accumuladas annualmente, e formará um fundo que será levada em conta de desapropriação da obra, findos os trinta annos: isto porém se no caso de que o Governo não prefira fazer logo recolher aos cofres executivamente as ditas prestações e juro.

18.<sup>o</sup> A Companhia conservará as suas obras sempre em bom estado, as aguas limpas e potaveis e no caso de falta poderão os reparos ser feitos pela Provincia, por conta da Companhia e esta sujeita a uma multa de um conto de reis todas as vezes que seja preciso lançar mão d'este meio.

19.<sup>o</sup> O Governo terá direito de mandar examinar a veracidade das contas por onde a Companhia provar o custo primitivo das obras da empresa. 2.<sup>o</sup> a Companhia não poderá fazer reclamação contra as clausulas oneradas que lhe são impostas n'este contracto.

E para constar se lavrou este termo, que com o Ex.mo Senhor Presidente da Provincia, assignaram os empresarios da mencionada Companhia Lourenço de Sousa Marques, Chefe da 5.<sup>a</sup> Secção servindo de horetaris o fez escrever (Assignados) João Mauricio Wanderley, Francisco Antonio Pereira da Rocha e Bernardino Ferreira Pires Conferiram.

### **Anexo 7- Termo de renovação 17 junho 1870**

“Termo de renovação autorizado pelo art.<sup>o</sup> 11 da Lei Provincial art. 1131 de 17 de Junho de 1870, do contrato celebrado á 17 de Janeiro de 1853 com a Companhia do Queimado em

virtude da Lei art.º 451 de 17 de Junho de 1852, ampliando por mais vinte anos o prazo concedido pelo 5.º do art.º 2.º da mesma Lei 451.

Aos vinte e dous dias do mez de Dezembro de 1870 n' esta Leal e Valorosa Cidade de S. Salvador, Bahia de todos os Santos e Palacio do Governo da Provincia, perante o Exm. Sr. Conselheiro Barão de S. Lourenço, Presidente da mesma, compareceram os Srs. Commendadores Paulo Pereira Monteiro, e Francisco de Sampaio Vianna, e o negociante Luiz José Pereira Rocha, Directores da Companhia do Queimado para de conformidade com a deliberação dos accionistas da mesma Companhia em Assembleia Geral de 21 do corrente, assignarem o presente termo de novação do contracto de 17 de Janeiro de 1853, celebrado com a mesma Companhia sob as condições constantes dos seguintes artigos.

Art. 1.º A Companhia se obriga á começar dentro do prazo de um anno, á contar da data da assignatura do presente contracto, as obras que de accordo com a planta apresentada forem precisas para o encanamento das aguas do Riacho Negrão, Fonte da Telha e Rio Camarogipe, e as concluir no prazo de quatro annos. Estas aguas passarão pelo mesmo processo de filtração agora usado ou que melhor se reconhe la, art. 11 da Lei de 17 de Junho de 1870.

Art. 2.º Para a realização das obras supra mencionadas a Companhia terá o direito de desapropriação de conformidade com os §§ 4 e 7 do art. 2.º da Lei n. 431 e contracto de 17 de Janeiro de 1853.

Art. 3.º A Companhia de acordo com o Governo construirá novos chafarizes ou mudará os existentes segundo as necessidades da população. Uma vez frequentados ao publico não poderão ser fechados se não com acquiescencia do mesmo Governo.

Art.º 4.º A Companhia dentro do prazo das novas obras estabelecerá quatro casas de banho nos sitios mais apropriados para a concorrência, de maneira á proporcionar estes beneficios aos differentes Bairros da cidade. Regulamentos Policiaes, de accôrdo com a Companhia, indicarão a ordem e o preço do serviço, afim de que sejam as referidas casas frequentadas sem offensa dos bons costumes”

Art. 5.º As novas obras ficam comprehendidas na disposição do § 5 do 2.º da Lei n.º 451 e respectivo contracto, quanto á desaprovação.

Art. 6.º O Governo poderá realizar a desapropriação permittida pela condição 5.ª no todo ou em parte; e verificando-se a segunda hypothese no caso de querer dar gratuitamente agua a população, continuando as pennas d'agua no dominio da Companhia, esta será encarregada da administração geral por parte do Governo, com as condições que forem ajustadas.

Art. 7.º Se a desapropriação fôr total, e o Governo não preferir administrar o serviço por seus agentes immediatos, e sim contractar com alguma Companhia ou individuos em igual circumstancias a Companhia terá a preferencia.

Art. 8.º A Companhia não poderá recusar pennas d'agua á quem o exigir e pagar sujeitando-se aos Regulamentos; e uma vez realizada e concessão, não podera ser retirada ou suspensa senão na forma dos ditos Regulamentos; nem o preço da concessão poderá ser elevado á mais de 15 réis por barril de tres canadas.

Art. 9.º Um Regulamento feito pela Companhia e pelo Governo approved especificará os casos de suspensão das pennas d'agua, ou de multa por abuso, tendo a parte prejudicada recurso para o Chefe da Policia, e d' este para a Presidencia, quando a causa da suspensão ou da multa não fôr por falta de pagamento ou por venda d'agua tirada da penna concedida, ou distracção do uzo domestico á bem de estranhos.

Art. 10.º O praso de trinta annos da codição 5.º do primitivo contracto e garantido pelo art. 2.º § 5.º da Lei 451 fica prorrogado por mais vinte annos. Logo que a Companhia entrar no goso d' este segundo prazo o preço do barril de agua nos chafarizes não poderá exceder dez réis.

O que para constar se lavrou este termo de novação do contracto celebrado com a mesma Companhia em 17 de Janeiro de 1853, o qual assignaram o Exm. Sr. Presidente da Provincia e os referidos Directores da Companhia do Queimado, perante as testemunhas tambem abaixo

assignados. Pagou de emolumentos na Thesouraria Provincial trinta mil reis conforme o conhecimento n. 102, que fica archivado. E eu Joaquim José Fararia escrevi. – Eu Manoel Jesuino Ferreira, Secretario do Governo o fiz escrever. Pagou oitocentos de sello conforme as estampilhas inutilizadas pelo mesmo Secretario. (assignado) Barão de S. Lourenço. – Paulo Pereira Monteiro, P – Francisco Sampaio Vianna, S. – Luiz José Pereira Rocha. – Como testemunhas – Dr. José de Góes Siqueira – Benedicto Mariano Rio Grande. – Conforme – Paschoal Pereira de Mattos, chefe da 2.º Secção.

### Anexo 8 - Dividendos da Companhia do Queimado

Data	valor	semestre	referência
1/03/1853	Premio 5 a 10%		Relat. Trab. Do Cons. Interino de Gov. (ba) 1853, edição 1(1) pág. 65.
1/03/1854	“As suas acções são procuradas com 20 por 0,0 de premio, e não há vendedores.”		Relat. Trab. Conselho Interino de Governo, 1854, edição 1 pág. 31
2/10/1868	50 % de prémio		Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (RJ), edição 272
1/03/1874	“o dividendo no ultimo semestre foi de 8% por acção”		Relat. Trab. Cons. Interino de Gov.(BA), 1874, edição 1 pág. 237
21/07/1876	90% de prémio		O Monitor (BA), 25/07/1876
1/05/1876	“7% ou 14\$000 por acção em rasão do aumento do capital”		Relat. Dos Trab. Conselho Interino de Governo, 1876, edição 1 pág. 151
31/01/1877	85 % de premio		O Monitor (BA), 1/02/1877
24/03/1879	95 0\$0 de premio	43.º	Gazeta da Bahia (BA), 25/03/1879
25/02/1880	90% de prémio		Gazeta da Bahia (BA), 26/02/1880
31/07/1880	6 1/2 % ou 13\$000 por acção	44.º	Gazeta da Bahia (BA), 1/08/1880
11/08/1880	96 % de premio		Gazeta da Bahia (BA), 12/08/ 1880
31/01/1881	2 0/0, ou 14\$ por acção	45.º	Gazeta da Bahia (BA), 2/02/ 1881
1/08/1881	7 % ou 14 \$ por cada acção	46.º	Gazeta da Bahia (BA), 2/08/1881
15/11/1881	95 % de premio		Gazeta da Bahia (BA), 16/10/1881
1/08/1882	11 \$ por acção	48.º	Gazeta da Bahia (BA), 3/08/1882
1/02/ 1883	6 1/2% ou 13\$000 por acção	49.º	Gazeta da Bahia (BA), 1/02/1883
1/08/1883	5 1/2% ou 11\$000 por acção	50.º	Gazeta da Bahia (BA), 5/08/1883
2/02/1884	12\$000 por acção	51.º	Gazeta da Bahia (BA), 12/02/1884
5/08/1884	6% ou 12\$00 reis por acção	52.º	Gazeta da Bahia (BA), 7/08/1884
4/02/1885	6% ou 120\$000 por acção	53.º	Gazeta da Bahia (BA), 7/02/1885

### Capítulo 3 – A “sciencia” na análise dos dados.

#### Anexo 1 – Quadro comparativo de GUIMARÃES, 1871.

Tabela 1

	Queimado (1865) Dr. Góes Sequeira	GUIMARÃES 1871 Fonte do Forte	Propriedades GUIMARÃES 1871
Carbonato de cal	0,052	0,063	Propriedade benéfica
Chloreto de magnesio	0,027	0,007	-
Dito de sodio	0,136	0,123	Propriedade desabonatória
Sulfato de magnesia	0,038	.....	Propriedade desabonatória
Sulfato de soda	.....	0,058	-
Siliça e matéria organica	0,035	.....	
Siliça	.....	0,023	-
Matéria organica	.....	0,057	
Ferro	atomos	vestígios	“Não há que comparar”
Perda	0,012	0,007	
Somma	(em que faltão 0,020) 0,300	0,340	

referência: (GUIMARÃES, 1871,26)

## Anexo 2 – Análises segundo o método do *Comité Consultatif d'Hygiene de Paris*

Análise segundo o método do *Comité Consultatif d'Hygiene de Paris* das águas de S. João.

1 litro d'água a 180°	AGUA PURA	POTAVEL	AGUAS S. JOÃO
Cloro	0,gr15	0,gr04	0,gr0133
Ácido sulfurico	0,gr002 a 0gr005	0,gr005 a 0gr03	0,gr0042
Matéria organica em oxygenio	0,gr001	0,gr002	0,gr00034
Materias organicas e productos volateis	0,gr015	0,gr040	0,gr0184
Grão hydrotrimetrico	5 a 15	15 a 20	1,5

Referência: GMBahia, 1897, 28:316

Método de Fischer, Reichardt, Kubel e Tiemann aplicados à água S. João.

1 litro d'água a 180°	FISCHER	REICHERDT	KUBEL E TIEMNAN	AGUA S. JOÃO
Calcio	0,gr11 a 0,gr112	.....	0,gr11 a 0,gr12	0,gr0072
Magnésio	0,gr04	.....	0,gr04	0,gr0036
Acido sulfurico	0,gr08	0,gr002 a 0,gr0063	0,gr08 a 0,gr10	0,gr0042
Chloro	0,gr03 a 0,gr055	0,gr002 a 0,gr0008	0,gr02 a 0,gr03	0,gr0133
Acido ozotico	0,gr02 a 0,gr07	0,gr004	0,gr005 a 0,gr015	nada
Residuo a 180°	.....	0,gr0005 a 0,gr50	0,gr50	0,gr0727
Dureza em grãos francezes	30	32	28	1,5
Oxygenio consumido pela C <sup>6</sup> H <sup>10</sup> O <sup>5</sup>	0,gr002	0,gr0005 a 0,gr0025	0,gr0025	0,gr00034

referência: GMBahia, 1897, 28:316

## Anexo 3 – Dados das análises de 1856 e 1864.

Dados de 1856 recolhidos pelo farmacêutico Sr. Manoel Rodrigues da Silva

Em 5 litros d'água resíduo solido=gr. 0,320, á saber:

Carbonato de cal .....	0,052
Chlorureto de magnésia.....	0,027
Chlorureto de sódio.....	0,156
Sulfato de magnésia.....	0,038
Silicia e matéria orgânica .....	0,035
Ferro átomos.....	-
Perda.....	0,012

0,320

Dados de 1864 recolhidos pelo Sr. Dr. Virgílio Climaco Damásio

Em 2 litros d'água resíduo solido= gr. 0,149; á saber:

Carbonato de cal .....	0,018
Chlorureto de magnésio.....	0,156
Chlorureto de sódio.....	0,060
Sulfato de magnésia.....	0,038
Silicia e matéria orgânica .....	0,013
Carbonato de ferro .....	0,018
Perda.....	0,07

0,149

Tabela 1 – Parâmetros definidos no *Comité Consultatif d'Hygiene de Paris* aplicado à água do Queimado.

	AGUA PURA	POTAVEL	SUSPEITA	MÁ	AGUAS QUEIMADO (1856)	AGUAS QUEIMADO (1864)
Cloro	0,gr15	0,gr04	0,gr05 A 0,gr1	Mais de 0,gr1	.....	.....
Ácido sulfurico	0,gr002 a 0gr005	0,gr005 a 0gr03	Mais 0,gr03	<0,gr05	.....	.....
Matéria organica em oxygenio	0,gr001	0,gr002	0,gr003 a 0,gr0004	<0,gr004	.....	.....
Materias organicas e productos volateis	Menos 0,gr015	Menos 0,gr040	0,gr04 a 0,gr07	<0,gr1	0,064	0,0745
Grão hydrotrimetrico total	5 a 15	15 a 20	Mais 30	<100	.....	.....
Grão hydrotrimetrico depois da abullição	2 a 5	5 a 12	12 a 18	<20		

Referência: GMBahia, 1897, 28:316;

Dados de 1856 recolhidos pelo farmacêutico Sr. Manoel Rodrigues da Silva. Os dados originais referem-se a amostras de 5 litros d'água, tendo-se adaptado os dados para 1 litro, possibilitando a comparação.

Dados de 1864 recolhidos pelo Sr. Dr. Virgílio Climaco Damásio. Os dados originais referem-se a amostras de 2 litros d'água resíduo, tendo-se adaptado os dados para 1 litro, possibilitando a comparação.

## Capítulo 4 – Os Aguadeiros

### Anexo 1 - Relação de Preço de revenda d'água dos aguadeiros

Ano	Preço de revenda	local	Referência
1859	320\$ o barril	Bairro do Bonfim, Itapagipe	Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA) – 1860 (edição 01/02)
1889	2\$, 3\$ até 5\$		Jornal A Cidade do Salvador (BA) 19/01/1899
1892	120rs	cidade de Nazareth	Jornal de Notícias (BA) 18/02/1892
1897	2\$ e 3\$ a carga	Tororó (deslocamento à fonte do Gravatá)	Jornal A Cidade do Salvador (BA) 17/12/1897
1914	1,00 réis o barril, 400 réis a carga, muito embora,.	eram os preços comuns do líquido indispensavel,	Jornal A Noticia (BA) 20/10/1914
1914	1\$000 e 2\$000	em épocas de verão mais forte e logares distantes de chafarizes e fontes publicas, os quatro barris custassem	Jornal A Noticia (BA) 20/10/1914
1914	4 e 5\$000	Chegando em Itapagipe, principalmente, nos dias das festas do Bomfim, Guia e S. Gonçalo, ao preço alto de	Jornal A Noticia (BA) 20/10/1914
1915	“Dois tostões ás vezes, um tostão quasi sempre...”	Largo Dois de Julho	A Tarde (BA) 9/01/1915

### Bibliografia Geral consultada

- ACEY, Charisma. Exploration, Space vs Race: A Historical of Spatial Injustice and Unequal Access to Water in Lagos, Nigeria. Lagos: Critical Planning Summer, pp. 49-71, 2007.
- AMARAL, José Alves. Resumo Chronologico e Noticiosa da Bahia, desde o seu Descobrimto em 1.500. n. 47, Salvador da Bahia: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1921-1922, Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Vol. Imprensa Official do Estado, 1922.
- ANDRADE, José Sérgio Veloso de, Memória sobre chafarizes, bicas, fontes e poços públicos de Lisboa, Belém e muitos outros logares do termo. Lisboa; Imprensa Silviana. Lisboa, 1851.
- ANDRADE, Maria José de Souza. A mão de obra escrava em Salvador. 1811- 1860. 100 anos de abolição. Salvador: Corrupio, 1988.
- BACELAR, Jeferson; PEREIRA, Cláudio. Bahia Negra na Coleção Tempostal. Coleção EtnoBahia, P555 edições, Salvador, 2006.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussman tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do séc. XX. Turismo e Esportes Secretaria Municipal de Cultura. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, Vol. 10, 1990.
- BERTOLLI, Cláudio. História da Saúde Pública no Brasil. Editora Ática.
- BOCCANERA, Junior. Bahia Histórica: reminiscências do passado, registro do presente. Salvador: Bahiana, 1921.
- BRITO, Luciana da Cruz. Temores da África. Segurança, legislação e população africana na Bahia oitocentista. Salvador, EDUFBA, 2016.



- CASTILLO, Lisa Earl e Parés, Luis Nicolau. Marcelina da Silva e seu mundo: novos dados para uma historiografia do Candomblé Ketu. 111-151, Salvador: Afro-Ásia, 36, 2007.
- DAVID, Onildo Reis e REIS, João José. O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX. Salvador: EDUFBA, 1996.
- Divulgação. Bahia. Das fontes públicas à "solução Joanes". Superintendência de Águas e Esgotos do Recôncavo. Salvador: Assessoria de Relações Públicas, 1966.
- COMAROFF, John e Jean. *Medicine, Colonialism and the Black Body. Ethnography and the Historical Imagination. Boulder: West View Press, 1992, p. 215-233.*
- CUNHA, Marianno Carneiro. Da Senzala ao Sobrado. Arquitetura Brasileira na Nigéria e na República Popular do Benim. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985.
- EDELWEISS, Frederico. História e Água. Bahia: Rotary Bahiano, Vol. 2 n.º 16, 1940.
- EMBASA. O Livro das águas: história do abastecimento de água em Salvador. Salvador: 2003.
- FONSECA, Jorge. Posturas quinhentistas sobre escravos, libertos e seus descendentes. Livro das posturas da cidade de Lisboa. Lisboa: Cadernos do Arquivo Municipal, Vol. 2, n.º 3, jun/2015.
- FORTUNA, Cristina Maria Mascarenhas. Memórias Históricas da Faculdade de Medicina da Bahia, 1916-1923, 1925-1941, Anexo 1 Memórias da Participação da FMB em Acontecimentos Notáveis do Século XIX, Salvador, 2012.
- FREITAS, Edmundo Leal. "Saúde do Povo" ... Sem educação? Salvador- Bahia, Julho de 2003, Anais Academia de Medicina da Bahia, Vol. 12, pp. 71-80.
- FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global Editora. 1933.
- \_\_\_\_\_ Sobrados e Mucambos. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: 1ª edição digital, 1936.
- IPAC - Bahia. Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia. Salvador: Vol. 1, 2.ª edição, Secretaria do Comércio e Indústria, 1989.
- JACOBS, Jane. *The Death and Life of Great American Cities*. 1.ª edição. New York: Random House, 1961.
- JOELMA, Tito da SILVA 3º CONGRESSO BRASILEIRO DE MEDICINA E CIRURGIA (1890): UMA ASSEMBLEIA DOS HOMENS DE CIÊNCIA. Teresina-PI, 2012. VI Simpósio Nacional de História Cultural. Escritas da História - Ver - Sentir - Narrar.
- JUCÁ, Joselice V. Uma companhia urbana de Pernambuco no século XIX: a do Beberibe. Revista Ciência & Trópico. Recife: vol. 3, pág. 25-39, jan a junho, n.º 1, 1975.
- LEDRUT, Raymond. Sociologia Urbana. Rio de Janeiro: Forense, 1971.
- LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. História da Casa Brasileira. São Paulo: Contexto, 1989.
- LIMA, Astor. (coord) Histórico das Águas na cidade do Salvador (Fontes e Chafarizes). Salvador: Fundação Memória da Água, 1988.
- MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- MAGALHÃES, Correa. Terras Cariocas Fontes e Chafarizes. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1935.
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. A opulência na província da Bahia. Fernando Novais. História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, Vol. 2, 3.º, pp. 143-180, 1997.
- \_\_\_\_\_ Bahia século XIX. Uma província no Império. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.
- MATOS, Fundação Gregório de. Evolução Física de Salvador. Salvador: Fundação Gregório de Matos, 1998.
- MELLO, Virgínia Pernambucano de. Água vai! História do saneamento de Pernambuco. 1537-

1837. Olinda: Companhia Pernambucana de Saneamento.
- MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. O urbanismo higienista e a implantação da Companhia do Beberibe e da *drainage Company Limited* na cidade do Recife. Recife, Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios, Vols. III, pp. 144-169, n. 5, 2012.
- MOREIRA, Rafael. O Arquiteto Miguel de Arruda e o primeiro projeto para Salvador. Anais do IV Congresso de História da Bahia. pp. 123-145, 1999.
- NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX. Salvador: EDUFBA, 2007.
- NETO, Francisco António Nunes. Entre Fontes, Chafarizes e o Dique: a Introdução do sistema de abastecimento de água em Salvador. Teresina: Revista FSA, vols. 11, n.º4 art.8, outubro 2014.
- NOVAIS, Fernando A. Condições da Privacidade na Colônia. Coordenador-geral Fernando A. Novais. História da Vida Privada no Brasil I. 1997. São Paulo: Companhia das Letras, Vol. I, 1, pp. 13-40, 1997.
- OLINTO, Antônio. Brasileiros na África. 2.<sup>a</sup> edição. São Paulo, grd/ind-mec, 1980.  
\_\_\_\_\_ A casa da Água. Rio de Janeiro: Difel, 1978.
- OLIVEIRA, Maria Inês Cortes. O Liberto: o seu mundo e os outros. Salvador 1790/1890. Salvador, Corrupio, 1988.
- PEDREIRA, Pedro Tomás, Memória Histórica e Geográfica de Santo Amaro. Brasília, 1977.
- PEIXOTO, Afrânio, Breviário da Bahia. Petrópolis: Editora Agir, 1945.
- PIERSON, Donald. Brancos e Pretos na Bahia. (Estudo de contacto racial). segunda edição. São Paulo: Editora Nacional, 1971.
- PINHEIRO, Eloisa Petti. Intervenções Públicas na Freguesia da Sé em Salvador de 1850 a 1920. Um estudo de modernização urbana. Faculdade de Arquitetura UFBA. Salvador, 1992.
- PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio. (org.) Raça. Novas Perspectivas Antropológicas. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia, EDUFBA, 2008.
- POSTURAS QUINHENTISTAS. Lisboa, apud Cadernos do Arquivo Municipal 2º Série | Nº 3 jan/jun, 232, 2015.
- PRIORE, Mary del. Histórias da gente Brasileira. Vol. 2 Império. São Paulo: Leya, 2016.
- RADEL, Guilherme. Costa, Caiuby Alves. Lima, Antonio Eduardo. Água de beber, camará: História do Abastecimento d'Água de Salvador. Salvador: Edições Alba, 2013.
- REGIS, Pedro Tito Duas palavras sobre a provincia da Bahia, ou breve memoria sobre seo clima, e molestias, que mais frequentemente acometem a seos habitantes. Faculdade de Medicina da Bahia: Typ. De José da Costa Villaça, 1845.
- REIS, Nestor Goulart. Dois Séculos de Projetos no Estado de São Paulo. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, Vols. I, II, III, 2010.
- REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição. Salvador, Afro-Ásia Centro de estudos Afro-orientais n.º 24 – FFCH/UFBA, pp. 199-242, 2000.  
\_\_\_\_\_ A greve negra de 1857 na Bahia. Revista USP 18, São Paulo, p. 17-21, 1993.
- RODRIGUES, Nina. Os africanos no Brasil. Brasília, UnB, Vol. 9, 1988.
- ROSSI, Aldo. A arquitetura da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SÁ, Tânia Regina Torreão de. MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. Theses Doutorais da Faculdade de Medicina da Bahia, Memória e Regeneração Social do Espaço Soteropolitano. Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, HYGEIA, 2 (23):60-80, Dez/2016.
- SAID, Edward W. Cultura e Imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SANTOS, Renato Emerson dos. (org) Sobre espacialidade das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. Questões Urbanas e Racismo. Petrópolis: DP et Alii Editora Ltda, vol. 1, cap.1, pp. 36-69, 2012.

- SANTOS, Mário Augusto da Silva. Crescimento urbano e habitação em Salvador (1890-1940). Salvador: Revista de Urbanismo e Arquitetura, Vol. 3, pp. 20-29, 1990.
- SAMPAIO, Theodoro. Abastecimento de Água da Cidade da Bahia. São Paulo, Revista Polytechnica de São Paulo, 1910.
- \_\_\_\_\_. História da Fundação da Cidade do Salvador. Tipografia Beneditina. Salvador, 1949.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. 50 anos de urbanização. Salvador da Bahia no século XIX. Rio de Janeiro: Versal, 2005.
- SANSONE, Lívio. Urbanismo, globalização e etnicidade. (org) Osmundo Pinho e Lívio Sansone. Raça. Novas Perspectivas Antropológicas. Salvador: p.151-191, 2008.
- SANTOS, Ademir Pereira. Theodoro Sampaio nos Sertões e nas cidades. Rio de Janeiro, Versal, 2010.
- SANTOS, Elisabete. A cidade do Salvador e as Águas. Salvador, UNICAMP, 2000.
- SANTOS, Elisabete. Pinho, José António. Moraes, Luis Fisher, Tânia. O Caminho das Águas em Salvador. Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010.
- SANTOS, Mário Augusto. A República do povo. Sobrevivências e Tensão, Salvador (1890-1930). Salvador: EDUFBA, 2001.
- SARAIVA, Tiago Mota. O Bom Arquiteto Português - Tropicalizando o colonialismo: uma leitura crítica sobre a narrativa pós-colonial produzida a partir da ideia de "arquitetura portuguesa". Coimbra: maio, memoirs.ces.uc.pt, pp. 1-5, 2019.
- SOUSA, Avanete Pereira. Poder local e cotidiano: a Câmara de Salvador no século XVIII. Salvador: FCH-UFBA, 1996.
- SCHWARCZ, Lilia. O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questões - 1870-1930. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- TÁVORA, Fernando. Da organização do espaço. 4.<sup>a</sup> edição. Porto: FAUP Publicações, 1999.
- TEIXEIRA, Manuel. O urbanismo Português, séc. XIII – XVIII Portugal – Brasil. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- TELLES, Edward. Racismo à Brasileira. Uma nova perspectiva sociológica. Ford Foundation, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- TOURINHO, Aucimara; "As fontes na cidade de Salvador." Salvador: Revista Interdisciplinar de Gestão Social, v. 1 n.º 1, jan/abr, 2012.
- TRINCHÃO, Gláucia Maria. O Parafuso. De meio de transporte a cartão-postal. Salvador: EDUFBA, 2010.
- THUILLER, G.; RANUM, O. *Water Supplies in Nineteenth-Century Nivernais*. In: FORSTER, R. *Food and drink in history. Annales Economies, Sociétés, Civilisations*, v. 5, p. 109-125, 1926.
- VALADÃO, José (Coord). Clamor das águas: a busca por uma nova identidade das águas minerais no Brasil. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.
- VAUTHIER, Louis. As Cartas de Vauthier. Rio Grande do Sul: Universidade do Rio Grande do Sul, 7, 1960.
- VENTURI, Robert; BROWN, Denise, IZENOUR, Steven. Aprendendo com Las Vegas. O simbolismo esquecido da forma arquitetônica. Cosac & Naify, 1972.
- VIANNA, Hildegardes. A Bahia já foi assim (crônicas de costumes). 2.<sup>a</sup> edição. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979.
- VILHENA, Luís dos Santos. A Bahia no século XVIII. Salvador: Editora Itapuã, Vol. Volume I (livro I), 1969.
- WEIMER, Günter. Inter-Relações Afro-Brasileiras na Arquitetura. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

\_\_\_\_\_. Inter-relações Arquitetônicas Brasil-África. Disponível em

<https://www.ihgrgs.org.br>. Rio Grande do Sul: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Publicado no site em 28/05/2008.

WISSENBACH, Maria Cristina. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. Fernando A. Novais. História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, Vol. 3, 1, pp. 49-130, 1997.

YESU, E.; AMOR, A. M. Sou Brasileiro: História dos TABOM, Afro-Brasileiros em Acra, Gana. Afro-Ásia, Salvador, n. 33, p. 35-65, 2005.